

**Antero Nobre**

**HISTÓRIA BREVE DA VILA DE OLHÃO DA  
RESTAURAÇÃO**

**APOS**

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

**Olhão / 2008**



## **História Breve da Vila de Olhão da Restauração**

**Autor:** Antero Nobre

Revisão: Raul Coelho, Deodato Pires, António Paula Brito, Vítor Matias.

**1ª Edição electrónica** - APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)

Olhão, Agosto de 2008.

R. Dr. Miguel Bombarda nº 47, 8700-503 Olhão.

apos@olhao.web.pt

<http://www.olhao.web.pt>

Baseada na 1ª Edição em papel de «A Voz de Olhão», suplemento do jornal «O Sporting Olhanense» editada em Olhão – 1984



## **Prefácio à 1ª edição na Internet**

Antero Nobre foi um dos intelectuais olhanenses mais produtivos do séc. XX e que, desde sempre, apresentou grande interesse pelas letras e pela cidadania empenhada em Olhão e no Algarve.

Dele disseram com toda a propriedade que embora muitos tenham escrito sobre a História de Olhão, ele foi o único que escreveu *uma* História de Olhão!

Infelizmente, este livro, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, editado em papel em 1984 pelo jornal *Sporting Olhanense*, sendo fundamental e único para Olhão, estava esgotado já há algum tempo, razão porque a APOS decidiu agora publicá-lo na Internet.

Esta divulgação que aqui fazemos do livro de Antero Nobre, enche-nos de orgulho, porque é o culminar de um esforço voluntarioso de uma pequena associação, sem recursos nem financiamentos exteriores. Mais uma vez se comprova que é possível fazer muito só com trabalho, inteligência e boa vontade: não é imprescindível ter dinheiro nem outros recursos!

Um agradecimento especial para o *Sporting Clube Olhanense*, na pessoa do seu actual Presidente, Isidoro Sousa, que prontamente nos deu o seu aval para fazer esta publicação na Internet. Aliás, é justo também dar uma palavra de elogio ao clube, não apenas pela sua história desportiva mas, neste caso, sobretudo, pelo trabalho de promoção cívica e cultural que tem desempenhado através da manutenção do jornal *O Olhanense*, desde 1963!

Olhão, Agosto de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)



## Prefácio à edição em papel (1984)

*O texto que hoje aqui depomos nas mãos dos leitores não é, nem de longe, aquele que um dia sonhámos oferecer-lhes sobre o passado da Vila de Olhão da Restauração, e para o qual procurámos reunir materiais durante cerca de quatro décadas de pesquisas por arquivos e bibliotecas, na leitura de quantos escritos iam sendo publicados sobre aquela Vila e em conversas com olhanenses mais velhos do que nós. Nem sequer é o primeiro texto que organizámos e redigimos com carácter definitivo e com tais propósitos e materiais, e sim um resumo, quasi um mero esquema, desse nosso trabalho que, já agora, nunca será integralmente publicado. Daí, até, que ao presente volume chamemos muito simplesmente uma História Breve.*

*A explicação de tal procedimento, que entendemos dever dar aos leitores, é também muito simples. O nosso trabalho, concluído há anos (agora apenas lhe acrescentámos breve referência a factos posteriores a 1950, que se nos afiguraram com alguma importância), aguardava numa gaveta que alguém nos ajudasse na respectiva publicação, já que não dispúnhamos de recursos materiais próprios para fazê-la de nossa exclusiva conta, dadas as dimensões que o volume forçosamente iria ter, em face da extensão do texto. Mas, quando finalmente apareceu uma entidade disposta a editá-lo, à qual aqui deixamos os nossos muito sinceros agradecimentos, o custo dos trabalhos gráficos subira de tal forma que, mesmo que o editor pudesse dispor das não poucas centenas de contos que seriam necessárias, o volume ficaria por um preço incomportável pelo actual poder de compra da generalidade dos possíveis interessados na sua leitura. E assim só alguns privilegiados poderiam alcançá-lo, e a sua divulgação seria insignificante ou mesmo nula, o que estava completamente fora dos nossos propósitos. Daí havermos preferido resumir quanto possível o texto, tornando conseqüentemente o volume mais pequeno e o seu preço mais acessível a toda a gente.*

*Realmente, a única intenção do nosso trabalho foi sempre, e apenas, divulgar, especialmente entre os olhanenses e quantos mais amam e prezam Olhão, a história desta Vila, nunca tendo pensado em fazer dele obra de investigação exaustiva ou de historiografia erudita. Há meio século, quando começámos a interessarmo-nos pelo estudo do passado da Vila onde nos fizemos gente, já a «Monografia do Concelho de Olhão da Restauração», de Ataíde de Oliveira, único meio então existente para tal estudo, era raridade bibliográfica difícil de encontrar e estava completamente desactualizada, mesmo em relação a muitos assuntos históricos nela tratados, cuja exactidão em grande parte outros estudiosos posteriores haviam já posto em dúvida ou mesmo negado; e mais ainda o está hoje, naturalmente, não só porque neste meio século «muita água correu debaixo das pontes», mas porque novos estudos sobre diversos acontecimentos da história olhanense entretanto foram surgindo e revelando factos até aí desconhecidos ou ignorados do passado de Olhão, mas de grande importância e significado para se compreender o presente e até para construir o futuro de uma terra e de um povo verdadeiramente singulares. E estudos estes que, por sua vez e em regra, dadas circunstâncias especiais das suas edições (teses de licenciatura de tiragens limitadas, boletins de academias e sociedades científicas, revistas de escolas superiores, enciclopédias, etc., etc.), não estão ao alcance de toda a gente, pela dificuldade da sua aquisição e até pela sua especialização. Daí a nossa preocupação de juntar num livro tudo o que presentemente se sabe sobre a História de Olhão, mas de forma a poder estar ao alcance de toda a gente, quer pela linguagem sem preocupações científicas, quer pela simplicidade da exposição sem preocupações eruditas, quer pelo preço da obra, ainda que, para conseguir este último objectivo, tivéssemos de resumir ao máximo o seu texto.*

*Não sabemos se atingimos ou não (isso compete aos leitores avaliá-lo e do seu critério nos fiamos) os nossos objectivos, isto é, se o livro poderá realmente contribuir para a divulgação da História de Olhão e ser útil àqueles a quem especialmente o dedicamos; o que sabemos, isso sim, é que, para o conseguirmos, não nos poupámos a esforços de toda a ordem durante anos, e ao serviço de tal empresa pusemos todas as nossas faculdades e conhecimentos. Por isso fechamos esta espécie de prefácio com uma frase latina, lida algures, não nos recordamos já ao certo onde: Feci quod potuit, faciant majore potentes; que traduzimos livremente assim: Fiz o que pude, os que podem mais do que eu façam coisas maiores!*

*Janeiro de 1984*

*A. N.*



## ÍNDICE

### PRIMEIRA PARTE

<i>CAPÍTULO 1 - ORIGENS DE UM POVO E DE UMA POVOAÇÃO</i> .....	3
Os primeiros habitantes da região Faro-Tavira.....	4
O Sítio, Praia ou Logar do Olhão.....	6
<i>CAPÍTULO 2 - UMA GRANDE E PRÓSPERA ALDEIA</i> .....	11
A Aldeia - Freguesia do Olhão.....	13
Um século de progresso económico e social.....	15
<i>CAPÍTULO 3 — A CONQUISTA DO TÍTULO DE VILA</i> .....	23
A revolta olhanense contra os franceses.....	25
Os recontros com as tropas francesas.....	28
A viagem ao Brasil no Caíque «Bom Sucesso».....	30
<i>CAPÍTULO 4 — A LUTA PELOS FOROS MUNICIPAIS</i> .....	37
Uma Vila notável mas sem Termo.....	39
A criação do Município Olhanense.....	41
Os olhanenses nas Lutas Liberais.....	44
O assédio miguelista a Olhão.....	46
<i>CAPÍTULO 5 — CABEÇA DE CONCELHO E DE COMARCA</i> .....	53
A posse do Termo da Vila.....	55
O anseio de Justiças próprias.....	56
A Patuleia em Olhão e seu Termo.....	58
A criação da Comarca Judicial.....	60

### SEGUNDA PARTE

<i>CAPÍTULO 1 — UMA PEQUENA MAS PROGRESSIVA VILA</i> .....	69
Um pequeno centro urbano e social.....	71
Surto de progresso que a guerra interrompe.....	73
Grande desenvolvimento urbano e social.....	75
Aceleração do desenvolvimento económico.....	77
Os «africanistas» olhanenses.....	80
<i>CAPÍTULO 2 — SOB O SIGNO DAS CONSERVAS DE PEIXE</i> .....	85
Primórdios da industrialização.....	87
Alargamento do centro urbano e da freguesia.....	89
Primeiros serviços de previdência e assistência social.....	92
Grande progresso cultural e social.....	94
<i>CAPÍTULO 3 — TEMPOS DE AGITAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL</i> .....	101
Primeiras associações e manifestações operárias.....	103
A agitação dos primeiros anos da República.....	105
Novo surto de progresso económico.....	108
Avanço social, cultural e desportivo.....	111
<i>CAPÍTULO 4 — UMA GRANDE VILA QUE QUERE SER CIDADE</i> .....	119
Motivos de uma triste celebridade.....	121
Os doze anos que mudaram Olhão.....	123
Um grande centro social, cultural e desportivo.....	127
Um grande centro económico e urbano.....	130





ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

# PRIMEIRA PARTE

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

1

## Origens de um povo e de uma povoação



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO FARO-TAVIRA

Quando, em 1249, com a tomada de Faro e outros lugares aos moiros pelo Rei D. Afonso III e pelos Mestres das Ordens de Santiago e Calatrava, o extremo Sudoeste da Península Ibérica foi total e definitivamente ocupado pelas hostes portuguesas e o Algarve passou, assim, a ser também Portugal, — na região que se estende do mar até aos primeiros contrafortes da serra, entre aquela cidade e Tavira, e constitui o moderno Concelho de Olhão, não existia, pelo menos que hoje se saiba de ciência certa, qualquer povoação que, por sua importância, se assinalasse ou impusesse à consideração ou à admiração de infieis ou de cristãos.

Salvo, talvez, um pequeníssimo povoado, que terá dado origem à actual aldeia de Moncarapacho, o que havia então por ali era apenas, e quando muito, meia dúzia de alcarias, umas dispersas pelos campos, que os seus ocupantes arroteavam com interesse e até com desvelo, como no resto do Algarve, outras mais próximas do mar ou mesmo na orla da praia, pois a pesca era já igualmente praticada com certo desenvolvimento em todo o litoral algarvio, embora em muitos casos os pescadores fossem, ao mesmo tempo, os cultivadores das terras ribeirinhas. E alcarias em grande parte bem pequenas, se não até insignificantes, povoadas na generalidade por gente humilde, só uma ou outra agrupada em volta da residência de senhor mais abastado e prosapioso, de que a lenda depois se apoderou, transfigurando-o em castelão altivo dos contos de moiras encantadas; todas elas, quiçá, levantadas sobre os restos de povoados anteriores ao próprio domínio muçulmano. Porque a verdade é que, muito antes dos moiros, outros povos tinham vivido e até florescido naquela região de entre Faro e Tavira, deixando de si também memória que ainda não se apagou de todo, embora a dos primeiros seja a que avulta e domina hoje na recordação das gentes que a povoam.

Talvez, até, que alguns dos mais antigos ocupantes do extremo Sudoeste da Ibéria ali houvessem vivido. Com efeito, se nada nos prova, também nada se opõe a que, durante o domínio dos Iberos e dos Tartessos na região do moderno Algarve, já ali se assinalassem habitantes; tanto mais que os arqueólogos encontraram alguns objectos, infelizmente ainda bem poucos para nos darem completas certezas, que inculcam a existência de homens nas terras fronteiras do Monte Figo em épocas bem recuadas. Depois, se ante as objecções de Mestre Leite de Vasconcelos já se não pode afirmar categoricamente, como durante tanto tempo se fez, que o nosso Serro de S. Miguel é a *Montanha Sagrada* onde não se podia ir de noite, porque de noite saíam os deuses que nela habitavam, nem tão pouco que o nosso Cabo de Santa Maria é o *Cabo Cúneo* de que falava Estrabão, não é impossível que, apesar disso, os cinetes, mais tarde chamados cónios (do nome daquele cabo), igualmente por ali houvessem estanciado; e se a passagem dos gregos pela nossa Ilha da Harmona (que assim teria sido a *Herma* de que fala Avieno na sua *Ora Marítima*) tem de ser considerada ainda também como uma mera hipótese sem confirmação documental suficiente, a demora dos fenícios ou dos cartagineses pode documentar-se já suficientemente pelos restos de instalações de salgas de peixe, com características púnicas, que foram encontradas durante as escavações para construção da primeira fase da actual doca de pesca de Olhão e Alberto Iria, há alguns anos, estudou, classificou e divulgou, e ainda porque a cidade de *Exubana*, por eles fundada e mais tarde chamada *Ossónoba*, ficava ali a dois passos.

Dos romanos também não pode de forma alguma haver dúvidas de que ali viveram séculos. Uma *via pública*, de que restam não poucos vestígios, atravessava

toda a região, no sentido Leste-Oeste, ligando a cidade de *Ossónoba* (talvez no sítio da actual Faro, ou em Estói, como querem outros) e a cidade de *Balsa* (na Freguesia da Luz de Tavira), servindo também a povoação que por esse tempo sem dúvida nenhuma existia em Marim e Estácio da Veiga afirmou corresponder à *Statio Sacra* indicada pelo Anónimo de Ravena, mas Mestre Leite de Vasconcelos negou ao afirmar, por sua vez, que aquela designação correspondia, antes, à região do nosso Cabo de Sagres. E não poucas *vilas* terão por certo existido ao longo daquela *via*, ou nos campos para além e aquém dela, porquanto, ora num ponto, ora noutro, ainda agora, de quando em quando, ali surgem reminiscências romanas inequívocas.

A seguir, igualmente parece não haver dúvidas de que por ali estiveram os chamados *bárbaros*, que em dada altura alastraram até aos confins do Império Romano; primeiro talvez os vândalos e os suevos, por último e com maior certeza os visigodos, estes de que há vestígios inequívocos pelo menos em Moncarapacho e em Marim. E com os visigodos, como por todo o Sul de Portugal, não as primeiras luzes e os primeiros ensinamentos e as primeiras práticas do Cristianismo, visto que a vizinha *Ossónoba* já então, e havia mais de um século, era a sede de um Bispado com grande influência mesmo muito além da região, mas pelo menos o seu triunfo definitivo e talvez a criação das primeiras paróquias rurais naquelas terras que constituem hoje o Concelho de Olhão. Há exactamente meio século, revendo os restos de capela muito antiga incrustados no lado do Norte da fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria da Graça de Moncarapacho, aventurámos, sem dúvida muito audaciosamente, que aquela povoação teria possivelmente sido um forte baluarte da *Reconquista*, pressupondo, assim e ali, a existência de cristãos organizados, e talvez de uma *igreja*, de uma *basílica* ou de um simples *oratório*, muito antes do domínio muçulmano; e certas sepulturas de adeptos da religião do Cristo, encontradas na estação arqueológica de Marim por Estácio da Veiga e depois por Abílio Gouveia, bem como outras encontradas em Faro e Tavira e citadas pelo Padre Miguel de Oliveira num dos seus valiosos trabalhos, dando a certeza de ter havido ali cristãos, e até sacerdotes e diáconos, antes talvez do ano de 465, parecem dar alguma verosimilhança à hipótese da sua existência, na mesma altura, em toda a região, hipótese então filha apenas do entusiasmo da nossa juventude, que não de qualquer estudo do assunto, que só mais tarde fizemos.

Só depois dos visigodos é que vieram os moiros. Apareceram, porém, para um domínio de cinco séculos, de que poucos *monumentos* restam, é certo, mas que exerceu profundíssima influência, como aliás em todo o Algarve, deixando não poucas reminiscências na toponímia (veja-se o que adiante se diz sobre o próprio topónimo *Olhão...*), nas lendas (uma das mais belas lendas de moiras encantadas de toda a terra algarvia é sem dúvida a de Marim, que já inspirou poetas, músicos e dramaturgos) e também nos usos e costumes, nas práticas agrícolas e mesmo nas marítimas, na linguagem do povo e até no corpo e na alma das gentes. Por isso não podendo admirar que desse domínio ali hoje se guarde memória mais viva do que do domínio de qualquer dos outros povos que anteriormente viveram e floresceram na região.

## O SÍTIO, PRAIA OU LOGAR DO OLHÃO

Seriam principalmente habitantes de todos aqueles pequenos e insignificantes povoados que os homens do Rei de Portugal e dos Mestres de Santiago e Calatrava ali encontraram ao ultimarem a conquista do Algarve aos moiros, uns da beira-mar, outros mais do interior (porque, como sempre defendeu Francisco Fernandes Lopes, montanheiros e marítimos, e não apenas estes, terão constituído o fundo populacional do novo lugar), — seriam habitantes de todos aqueles pequenos povoados os que, atraídos pela presença de água potável, muito escassa em todo o sotavento algarvio, foram em certa altura levantar suas cabanas de palha uns dois quilómetros a Oeste de Marim e cerca de oito a Leste de Faro, no sítio onde, à beira-mar e rodeada por terras de vinhedos e figueirais, uma olham ou grande fonte natural, de água pura e magnífica, jorrava contínua e abundantemente. E tal sítio teria sido descoberto e assinalado aos povos vizinhos, possivelmente e como fixou a tradição local, pelos pescadores da povoação que é hoje a cidade de Faro, os quais, atraídos também pela magnífica água da olham, ali teriam passado a fazer aguada, ou caldeirada como ainda agora se diz na pitoresca linguagem dos marítimos olhanenses, ao prepararem-se para sair a única barra que então permitia a comunicação entre a ria e o mar, a qual lhe ficava um pouco a Sudeste (V. Nota A).

Quando isto aconteceu é que, todavia, ainda hoje se não sabe ao certo. Antes mesmo de terminar o domínio muçulmano, como aventurou algures Alberto Iria e, segundo este, também supunha o Prof. David Lopes? Só depois da definitiva reconquista cristã e, assim, não seriam apenas moiros e moçárabes, mas possivelmente já também, conjuntamente com aqueles, alguns portugueses vindos do Norte e Centro do País nas hostes dos conquistadores, os que ali se fixaram?

É realmente possível que no sítio da magnífica *olham* tivesse existido um povoado em tempos bastante recuados, nos do domínio muçulmano ou mesmo em outros muito anteriores, e isto não só pela existência, ali, dos vestígios de salgas púnicas, a que já nos referimos, mas ainda porque, quando há cerca de cinquenta e cinco anos se procedeu à abertura de valas e se fizeram outras escavações para instalação da primeira (e até hoje, infelizmente, única...) rede de esgotos no velho Bairro do Levante, a Oeste da actual doca de pesca, foram encontrados montes de conchas, restos de cozinha, ossos de animais, madeiras queimadas em relativa abundância, cinzas, ossos humanos dispersos e até um esqueleto quasi inteiro, tudo que nós próprio então tivemos ocasião de examinar e nos pareceu, não um simples *concheiro*, nem os restos de uma simples cabana de palha eventualmente incendiada, e sim, pela própria repetição do *achado* várias vezes num espaço relativamente vasto, os restos de um povoado maior consumido pelo fogo em época impossível de precisar com os nossos poucos conhecimentos de então, com os elementos encontrados e sobretudo no pouco tempo que os empreiteiros da obra nos deixaram para o exame, mas que talvez tenha, realmente, sido anterior à ocupação portuguesa da região. É também possível que tal sítio fosse, como sugeriu Alberto Iria, aquele onde, em 1294, já «fundeavam os baixéis» e, nesse mesmo ano, o Rei D. Diniz concedeu, por aforamento, a séssega de uma azenha, a um tal Pedro Tomaz e sua mulher. É, ainda possível que a velha *Torre de Marim* (V. Nota B), construída pelo mesmo Rei D. Diniz em frente da barra, não se destinasse apenas a defender esta, e os campos que lhe ficavam próximos, das investidas da pirataria moira, mas para proteger da mesma forma o aglomerado de cabanas de palha já então estabelecido junto da referida *olham*, como sugeriu J. Fernandes Mascarenhas. E é



absolutamente certo que em 1378 já esse sítio era suficientemente habitado para se distinguir dos sítios circunvizinhos, mormente dos de Marim e Bela Mandil, sem dúvida mais antigos, e ser comumente conhecido por *Loga do Olham*, pois assim é designado expressamente numa *carta régia* daquele ano, descoberta e divulgada por Alberto Iria e pela qual o Rei D. Fernando deu de aforamento, a um tal João Bariom, uma courela de vinha, figueiral e herdade que ali possuía (V. Nota C).

A verdade, porém, é que notícias demonstrativas da existência de um povoado de certa importância, só posteriores ao século XVI as temos hoje desse *Sítio do Olham*, *Logar do Olham*, *Praia do Olham* ou *Logar do Poço do Olham*, que por todas estas designações ele então começava a aparecer mencionado em documentos paroquiais e notariais.

Pelo menos, logo do século seguinte sabe-se de ciência certa que, na sua primeira década, isto é, entre 1600 e 1610, já no *Logar do Olham* havia uma capela ou ermida da invocação de Nossa Senhora do Rosário (a actual Capela de Nossa Senhora da Soledade, a que o povo olhanense chama *Igreja Pequena*). Sabe-se mais que em 1614, quando Quelfes foi, pelo Bispo de Faro D. Fernando Martins de Mascarenhas, desanexada da Freguesia de S. Pedro de Faro, para constituir uma nova Freguesia, e nesta ficou incluído o Sítio ou Logar do Olham, os pescadores deste lugar eram já suficientemente numerosos e conhecidos para não deixarem de fazer parte da Confraria do Corpo Santo ou Compromisso Marítimo daquela cidade, possuindo até um altar privativo na respectiva Igreja, o que, por excepcional, é bastante significativo. Sabe-se também que em 1665, se não antes, já na Capela de Nossa Senhora do Rosário do Logar do Olham um capelão privativo dizia missa aos domingos e dias santificados, mediante o pagamento de 30\$000 anuais, e havia uma Confraria que realizava todos os anos solenes festividades em honra da sua Padroeira (V. Nota D). Sabe-se ainda que, em 1670, quando se planeou construir a Fortaleza de S. Lourenço (V. Nota E), para defender a barra contra os ataques dos moiros e dos espanhóis, o Padre Bartolomeu Duarte, antes de dar o parecer que lhe fora por quem de direito solicitado sobre tal construção, ouviu — segundo ele próprio disse — a opinião de «alguns pilotos experimentados da Praia do Olhão», que já portanto os havia ali. E sabe-se finalmente que, em 1673, tendo os moradores daquela Praia do Olham alegado que, «por falta de quem os governasse», não podiam acudir nem aos moradores, nem à defesa da barra, foi ali criada uma Companhia de Ordenanças, «cujo comando foi entregue a Cristóvão Fernandes, nomeado seu capitão com a faculdade de escolher os componentes da Companhia» e que veio a ter como alferes um tal Sebastião Pires.

Deve, porém, notar-se que, sete anos depois daquele último facto, isto é, em 1680, o Logar do Olhão — que também assim começava já então a chamar-se-lhe, pelo natural evolucionar da linguagem — teria, no máximo, 100 a 150 moradores, pois naquele ano, segundo apurou Alberto Iria, ainda ali havia apenas 30 cabanas de cana cobertas de palha e um só edifício de alvenaria, este que era a já referida Capela de Nossa Senhora do Rosário.

## NOTAS

(A) — Desde sempre se disse e escreveu, até com a assinatura de pessoas com não poucas responsabilidades culturais, que o topónimo *Olhão* era o aumentativo do substantivo comum *olho* e teve a sua origem num grande *olho de água*, isto é, numa fonte, nascente ou poço de grande caudal, junto do qual, segundo a tradição, foram construídas as primeiras cabanas de cana cobertas de palha do povoado. A grafia *Olham*, que aparece nos mais antigos documentos que se referem ao mesmo povoado, seria assim apenas a forma arcaica de *Olhão*. Há poucos anos. Todavia, António Henrique Cabrita, por um lado, e por outro o Cónego José Cabrita, contestaram, com argumentos mais ou menos filológicos, tal origem daquele topónimo: o primeiro procurando demonstrar, em resumo, que «*Olhão* topónimo nada tem a ver com *olhão* substantivo» comum, sendo «apenas e tão só formas convergentes», e que, «tivesse o topónimo a sua origem num poço ou nascente de grandes proporções (...) teria dado não *Olhão*, mas sim *Olheirão*», visto não existir *olho* como sinónimo de nascente e sim *olheiro* (o que, diga-se de passagem, não é exacto, pois encontramos *olho de água* registado em pelo menos uma enciclopédia e dois dicionários portugueses...), o segundo procurando filiar o topónimo *Olhão* no árabe *Al-Hayun* (plural de *Al-Haln*), palavra que teria dado *Alham*, esta que, por sua vez, se teria convertido em *Olham*, opinião que o primeiro depois considerou a mais verosímil até então aparecida sobre o caso, acrescentando mesmo que a passagem de *Alham* para *Olham* se teria dado «por corruptela ou, mais provavelmente, por analogia». Acontece, porém, que *Al-Haln* significa literalmente a, *fonte* e *Al-Hayun*, consequentemente, os *fontes*. Portanto, mesmo que a verdadeira origem do topónimo *Olhão* seja a apresentada pelo Cónego José Cabrita e que A. Henrique Cabrita achou pelo menos verosímil, e não a que era antes universalmente considerada, — terá sido ainda a *nascente* ou *fonte* (ou as *nascentes* ou *fontes...*) ali existente, que deu o nome ao Sítio ou *Logo do Olham*.

(B) — A *Torre de Marim*, que era um alto baluarte fronteiro à Barra Grande da Ria Formosa, foi muito danificada pelo terramoto de 1755 e, por isso, foi mandada demolir em parte pelo então administrador da Quinta de Marim, em que está situada. O pouco que dela ainda hoje resta está convertido em casa de habitação, fazendo parte do conjunto de edifícios da mesma Quinta, esta que foi morgadio desde o reinado de D. Diniz, pertença da família Arrais de Mendonça, entroncada mais tarde com a família dos Côrte-Reais, e que ultimamente pertenceu aos herdeiros do Dr. João Lúcio Pousão Pereira. Presentemente é difícil identificar os restos da torre, por a eles estarem adossados outros edifícios modernos e por se encontrarem completamente caiados. Aliás, caiada está igualmente uma pedra de armas que nela existe e é de alto valor arqueológico, «quer pela sua raridade, quer muito especialmente por ser o único brasão das armas portuguesas (...) que nos apresenta os escudetes com um número de besantes quase igual ao do sinal de D. Afonso Henriques», como diz J. Fernandes Mascarenhas no valioso trabalho em que deu a conhecer a sua existência e o estudou exaustivamente. Acrescente-se à presente nota, como curiosidade, que um dos últimos administradores do morgadio da Quinta de Marim foi o Doutor Diogo de Mendonça Côrte Real, grande estadista do tempo do Rei D. João V, que Ataíde de Oliveira afirmou ser natural da área do actual Concelho de Olhão, mais precisamente da Freguesia de Moncarapacho (e por isso, decerto, deram o seu nome a uma rua da Vila), mas J. Fernandes Mascarenhas, em outro seu trabalho, mostrou já, e com documentos à vista, ser natural da cidade de Tavira; e ainda que o administrador do morgadio que, após 1755, mandou demolir parte da Torre, foi João Carlos de Miranda Horta Machado.

(C) — Eis, tal como o transcreveu Alberto Iria num dos seus valiosos trabalhos, o texto do registo na Chancelaria Real da *carta régia* pela qual o Rei D. Fernando deu a João Bariom, de aforamento, por quinze libras em cada ano, uma courela que possuía em Faro, no lugar a que já então chamavam *Olham*: — «*Courella de vinha e figueiral em faarom aforada a joham barriom. Carta per que o dicto senhor deu de foro hua courella de vinha e figueiral e herdade que el ha em faarom em logo que chamam olham e parte com herdade que foe dadella moro e com herdade que foe de palha vaam / a joham barriom e a todos seus herdeiros e sucessores que del pera sempre viessem, por xb libras em cada hum ano de foro, etc., em torres novas doos dabril era de mjl iiij<sup>o</sup> xbj annos*». Como se vê, esta carta está datada de Torres Novas, a 2 de Abril de 1416. Mas então ainda se usava em Portugal a Era de César, que só foi substituída pela Era de Cristo no reinado seguinte, isto é, no de

D. João I, mais precisamente no ano de 1422 daquela segunda Era; ora, ao ano de 1416 da Era de César corresponde exactamente o ano de 1378 da Era de Cristo, que por isso foi indicado no texto. Este é o documento mais antigo, até hoje conhecido, em que aparece a designação de *Logo do Olham*. E já agora acrescenta-se que nesse tempo havia em *Faarom* (Faro) e *seus termos*, como então já se dizia, uma única Paróquia ou Freguesia, que era a de Santa Maria e à qual, portanto, pertencia o *Logo do Olham*, referido na *carta régia* de D. Fernando.

(D) — A Capela de Nossa Senhora do Rosário que, como se diz no texto, é a que ainda hoje existe sob a invocação de Nossa Senhora da Soledade e o povo designa por *Igreja Pequena*, foi a primeira Igreja Paroquial de Olhão; a actual invocação foi-lhe dada exactamente quando se construiu e abriu ao culto a nova Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, que o povo designa por *Igreja Grande*. Não se sabe ao certo quando aquela Capela foi edificada; mas não há dúvida nenhuma de que foi o primeiro edifício de alvenaria, ou de *pedra e cal* como lá se diz ainda hoje, construído em Olhão, pois na altura em que da sua existência temos a mais antiga notícia, ainda ali só havia, além dela, simples «cabanas de cana cobertas de palha». O Cónego José Cabrita, da Sé de Faro, já citado em nota anterior, num dos seus artigos publicados no semanário «Correio do Sul», daquela cidade, afirma ter encontrado referências à existência de tal Capela nas visitas da primeira década do século XVII, portanto entre 1600 e 1610, quando o Lugar do Olhão pertencia já à Freguesia de S. Pedro de Faro; e J. Fernandes Mascarenhas encontrou, e publicou num dos seus trabalhos, um documento da Freguesia de Quelfes que prova a existência da mesma Capela em 1614. Por outro lado, Ataíde de Oliveira, em artigo não documentado, pois nele nem sequer se diz de onde lhe veio a informação, publicado em 1913 no jornal farenses «A Mocidade», afirma que, uma senhora, cujo nome não indica, mas disse ser irmã de Martim Enes de Lagos e esposa do fidalgo Afonso Madeira, este que teria sido muito dedicado à causa do Mestre de Avis, depois D. João I, fundou «em terras de Marim» uma Capela de Nossa Senhora da Soledade; e tal afirmação, aliada à circunstância de não haver notícia, nem quaisquer vestígios, de outra Capela ou Igreja em toda a área de Marim, levou Abílio Gouveia, em 1976 e num dos seus valiosos artigos publicados em «A Voz de Olhão», a considerar que se tratava exactamente da *Igreja Pequena* de Olhão e ter sido esta construída, portanto, no século XIV. Não é inverosímil que assim tivesse sido, visto que, pelo menos no último quartel daquele século, como mostra a *carta régia* de D. Fernando, referida na nota anterior, já o *sítio* onde se encontra a Capela tinha habitantes; só é de estranhar, e muito, que sendo tal *sítio* já então comumente distinguido dos sítios vizinhos e conhecido por *Logo do Olham*, ao ponto de assim ser designado numa carta régia, ainda nessa altura se fale de construção de uma Capela «em terras de Marim» e não «em terras do Logo do Olham»... E como complemento desta nota, diga-se desde já que o aspecto actual da Igreja Pequena é bastante diferente do primitivo, pois a sua fábrica sofreu grandes danos por ocasião do terramoto de 1 de Novembro de 1755 e na reconstrução foi modificada, pelo menos, a sua traça exterior; e mais tarde, para regularização da rua que lhe fica contígua e ainda hoje se chama Rua do Compromisso, foram suprimidos: um pequeno cemitério que ficava junto da Capela e devia ser resto do primitivo adro, onde foram sepultados, como era uso nesse tempo, os primeiros mortos olhanenses; e um também pequeno anexo da Capela, onde se expunha, em nicho envidraçado, a imagem de Nosso Senhor Jesus dos Passos, muito venerada pelos marítimos olhanenses desde tempos imemoriais.

(E) - A Fortaleza de S. Lourenço, sobre cuja construção o Padre Bartolomeu Duarte dava parecer em 1670, é a que só em 1679 (o respectivo *auto de assentamento* tem a data de 5 de Outubro deste ano) foi construída na Ilha do mesmo nome (hoje conhecida por Ilha do Coco). A demora de nove anos entre o estudo e o começo da construção é que talvez, levou à constituição, a pedido dos habitantes do Lugar do Olhão, de uma Companhia de Ordenanças, para defesa dos moradores do mesmo Lugar e da Barra, como no texto se diz.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

2

Uma grande e próspera aldeia

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## A ALDEIA - FREGUESIA DO OLHÃO

Poucos embora, e por certo todos bem humildes, os olhanenses começavam, por alturas da já referida criação da sua Companhia de Ordenanças, a afirmar o forte bairrismo e intemerato espírito de independência que os caracterizaria ao longo de toda a sua história. Já em 1665, ao que parece, tendo o Bispo do Algarve ordenado que não se gastassem mais de 2\$000 com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, a fim de permitir que a respectiva Confraria contribuísse para algumas reparações urgentes na Igreja Paroquial, que era então a de S. Sebastião, da Freguesia de Quelfes, os habitantes do Logar do Olhão haviam manifestado o seu desagrado por estarem na dependência desta Freguesia; mas, depois, tais manifestações passaram a ser, não apenas mais frequentes, mas mais violentas (ou, pelo menos, mais ruidosas...) com propósitos cada vez mais firmes de independência, acabando, em 1680 (ou 1694, como outros dizem) por concretizar-se num pedido formal de criação de uma nova Freguesia. E esta foi, de facto e por fim, erecta em 1695, por Provisão do Bispo do Algarve D. Simão da Gama; sendo de notar que, para primeiro Pároco da nova Freguesia, foi escolhido e na mesma altura nomeado o Padre António Fernandes de Ataíde, que até aí exercia as funções de Pároco da Freguesia de Quelfes.

À novel *Freguesia do Olhão* ou *Freguesia da Praia do Olhão*, que de ambas as formas é designada nos documentos coevos da sua criação, ficaram então pertencendo (segundo se lê na *visitação* do Vigário Geral do Bispado e Arcediogo da Sé de Faro Dr. Filipe Holanda, datada de 11 de Junho de 1695) «todos aqueles moradores que actualmente são e ao diante forem na dita praia do Olhão, entrando não só os dois moinhos, que na dita praia há: um a levante e outro a poente, mas também uma casa que há de trás do Padre-cura, que no presente é de Brites Gonçalves, viúva de Domingos Mendes Nobre, a qual casa, sem embargo de não estar na praia do Olhão, por despacho que a senhora dela obteve do Senhor Bispo, fica anexa à dita freguesia do Olhão». Isto é: ficam pertencendo à nova Freguesia exclusivamente o pequeno aglomerado de cabanas da praia, a capela, que passou a Igreja Paroquial, e os dois moinhos próximos; e excluídos dela todos os campos circundantes daquele aglomerado e as poucas casas nos mesmos existentes.

Na altura em que conseguia, assim, separar-se da Freguesia de Quelfes, Olhão já tinha, porém, segundo Alberto Iria, 150 «cabanas de cana cobertas de palha», ou seja cerca de 750 a 800 habitantes, o que denota, sem dúvida, um grande progresso em relação às 30 cabanas de apenas catorze anos antes, e por certo se ficara devendo ao facto de, aos primeiros povoadores do sítio, outros se terem vindo a juntar, igualmente atraídos pela abundância de água ou pelo próprio progresso da aldeia, e imigrados dos lugares e dos campos vizinhos. Mas continuava a não haver ainda ali nenhuma construção de alvenaria, a não ser a capela agora convertida em Igreja Paroquial, ou seja a hoje pelo povo chamada *Igreja Pequena*, pois a primeira habitação de *pedra e cal* só ali se ergueria depois de construída a nova Paroquial, a *Igreja Grande* da linguagem popular, já que foi autorizada precisamente no ano em que para esta se fez solenemente a transladação do Santíssimo Sacramento, isto é, no ano em que foi inaugurada e aberta ao culto.

Com efeito, a nova Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, segundo a legenda gravada na cantaria sobre a porta principal, «(...) foi fundada reinando Pedro II / Simão Bispo consagrou a Deus / a primeira pedra a 4 de Junho de 1698». E só por alvará de 30 de Dezembro de 1715 é que a Rainha concedeu, ao *mareante* João Pereira, autorização para levantar na Praia do Olhão «uma morada de casas, para sua vivenda e habitação»,

casa que foi a primeira que ali se construiu, pois antes disso a Câmara Municipal de Faro, a cujo Termo pertencera o Logar do Olhão e pertencia agora a respectiva Freguesia, sempre impedira naquele lugar construções de alvenaria (V. Nota A). Aliás, do facto dá testemunho suficiente a lápida que ainda hoje se vê no cunhal da torre sineira daquela Igreja e diz assim: «À custa dos homens do mar deste povo se fez este templo novo, no tempo em que só haviam umas palhotas em que viviam».

Exactamente porque construída apenas «à custa dos homens do mar», que se comprometeram a contribuir para a construção (como anteriormente o tinham feito já para a manutenção do culto e cóngrua do pároco) com uma parte de todo o seu pescado, é que o edifício da nova Igreja foi aberto ao culto (em 1715) antes de concluído, prosseguindo as obras durante alguns anos mais, como se conclui do conteúdo das *visitações do Bispo do Algarve* ou seus delegados depois daquele ano. E concluído o projecto inicial, parece ter-se verificado ainda que não satisfazia totalmente as necessidades do serviço da Freguesia, pois em 1724 o Pároco de Olhão pedia, e era superiormente autorizado a construir, em anexos, «umas casas para a Fábrica da Igreja»; casas que, construídas alguns anos depois, supomos serem as de dois pisos (rés do chão e primeiro andar) que foram adossadas à face posterior da Igreja já com esta terminada, como facilmente ainda hoje ali se pode verificar, e onde desde então se encontram as arrecadações anexas à sacristia do lado Norte, o *oratório* de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos (ao centro) e as instalações que foram da Junta da Paróquia, depois chamada Junta da Freguesia, que teve a seu cargo a Fábrica da Igreja praticamente até à publicação da Lei de Separação da Igreja e do Estado em 1914 (no lado Sul). De facto, o movimento paroquial depois de construída a nova Igreja Matriz passou a ser tal que, tendo sido, logo na altura da criação da Freguesia, nomeado um Coadjutor do Pároco de Olhão, mas este com o encargo especial de se ocupar tão só da Freguesia de Quelfes, em breve o serviço obrigou à nomeação de um outro para ficar junto do próprio Pároco e um pouco mais tarde ainda um Ajudador; um século depois, como se verifica também pelas *visitações dos Bispos do Algarve* ou seus delegados, havia em Olhão, contando com o Pároco, Coadjuutores e Ajudadores, nada menos de cinco sacerdotes, todos ao serviço exclusivo da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. A construção da nova Igreja Paroquial e da primeira habitação de *pedra e cal* constituiu, sem dúvida nenhuma, o início de um período de grande desenvolvimento urbanístico, chamemos-lhe assim, da modesta aldeia do Olhão, pois três anos decorridos, em 1718, já as casas de alvenaria seriam em número tal, que obrigava a recomendar especialmente, no alvará de 2 de Julho daquele ano, em que se concedia autorização para mais uma, que esta fosse construída «direita e não atravessada na rua». E logo em 1722, a 8 de Junho, por necessidade manifesta de expansão da aldeia, procedia-se a nova demarcação da área da Freguesia, na presença do Vigário Geral do Bispado do Algarve, passando então a pertencer-lhe os terrenos que imediatamente circundavam a povoação, mas sem incluir ainda a casa da viúva de Domingos Nobre (V. Nota B) e indo apenas até ao poço em que, segundo a tradição local, se transformara a *olham* ou fonte que dera origem à povoação e ao seu nome, o qual só agora deixava de pertencer à Freguesia de Quelfes (V. Nota C).





ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## UM SÉCULO DE PROGRESSO ECONÓMICO E SOCIAL

Dez anos depois da nova demarcação da área da Freguesia do Olhão, a que anteriormente nos referimos, isto é, em 1732, a aldeia já tinha 1.016 habitantes, em 333 fogos (V. Nota D). E iniciava um período de grande progresso económico e social, que faria dela, em praticamente cem anos, uma grande e próspera aldeia.

Assim, em 1746, porque o poço que dera o nome à povoação e era o único ali existente, estivesse «quasi arruinado e sujo», os moradores pediram autorização para custearem voluntariamente a sua reparação, o que lhes foi concedido por provisão do Rei D. João V, datada de 8 de Outubro do mesmo ano; obra essa que foi depois efectuada por um tal José Pedreiro, que levou por ela a quantia, bem avultada para o tempo, de 170\$000. Em 1750 já ali havia, para administrar justiça, um Juiz da Vintena com o seu «escrivão do geral e testamentos», nomeados pela Câmara Municipal de Faro. Em 1752 já ali se efectuava, não se sabe desde quando, uma feira anual nos dias 28, 29 e 30 de Setembro (então, como hoje ainda, chamada Feira de S. Miguel), que um alvará régio daquele mesmo ano autorizava que passasse a ser *feira franca*, tal a importância que ela, e a povoação, vinham ganhando; e alguns anos depois, também não se sabe ao certo quando, a pedido da Confraria das Almas da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário e para auxiliar as despesas com o culto, foi instituída uma segunda-feira anual, nos dias 18, 19 e 20 de Agosto, a qual em 1822, a pedido da mesma Confraria, foi transferida para os dias 30 de Abril e 1 e 2 de Maio, e por isso passou a ser conhecida, como ainda hoje o é, por Feira de Maio. E em 1756, apesar do catastrófico terramoto do dia 1 de Novembro do ano anterior (1755) ali se ter feito sentir violentamente (além de estragos consideráveis em muitas das então ainda bem pequenas e frágeis habitações, caiu a cúpula da torre sineira da *Igreja Grande*, derruindo parte da abóbada desta mesma igreja, Ficaram arruinadas as paredes e a frontaria da *Igreja Pequena* e quase totalmente destruída a Fortaleza de S. Lourenço), a população subia para 2.360 habitantes, em 750 fogos.

Por outro lado, em 1758 já de Olhão partiam 30 barcos para a pesca fora da Ria Formosa, com tripulações que perfaziam 500 homens, e não poucas embarcações mais pequenas pescavam diariamente nas águas da própria Ria; e a fama dos marítimos olhanenses era já tamanha, mesmo muito para além da sua terra e da sua província, que naquele mesmo ano o Rei de Portugal já só deles se servia para as suas galeotas da Ribeira das Naus, para onde iam todos os anos quasi 400 homens, rendidos em *levas*. Ainda nesse mesmo ano de 1758 já igualmente havia em Olhão, para a inevitável cobrança dos impostos, «dois escrivães e um tesoureiro ou administrador das fazendas do almoxarifado da Portagem do Pescado, com mais dois guardas», estes naturalmente para fazerem cumprir as ordens daqueles. E em 1765 a importância e a *força* dos marítimos olhanenses é tal já, que eles decidem desligar-se definitivamente da Confraria do Corpo Santo ou do Compromisso Marítimo de Faro e conseguem que o Rei D. José, por alvará de 6 de Julho do mesmo ano (V. Nota E), crie para eles, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, uma Confraria exactamente com as mesmas «isenções, indultos, regalias, privilégios e liberdades» concedidas à de Faro, Confraria a que o Bispo do Algarve D. Frei Lourenço de Santa Maria, no ano seguinte, mandou dar um altar privativo (o de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal) naquela Igreja (V. Nota F). E seis anos mais tarde, o novel Compromisso Marítimo de Olhão inaugurava, em frente da Igreja Paroquial e adossado à velha Capela de Nossa

Senhora da Soledade, o seu belo edifício próprio, conforme diz uma lápida que ainda hoje ali se vê: «Esta obra foi feita à custa dos marítimos da nobre Casa do Corpo Santo deste lugar do Olhão, em tempo do felicíssimo reinado do Fidelíssimo Rei Senhor D. José, o Primeiro, Q. D. G., sendo Juiz da mesma Casa António de Gouveia, no ano de 1771».

É a criação e instalação desta Casa do Corpo Santo — verdadeira, autêntica e genuína Casa do Povo de Olhão — que dá o maior e o mais decisivo impulso ao desenvolvimento do antigo *Loga do Olham*.

Até aí, os olhanenses viviam, uns tantos do amanho das terras vizinhas, sem dúvida ubérrimas, mas já então na maior parte de tal forma parceladas, que cada courela mal rendia para um mediano passadio do seu proprietário e dos trabalhadores de soldada que nela exerciam a sua actividade, pelo que uns e outros não desdenhavam frequentes sortidas aos sapais, na apanha da murraça, que servia para alimento dos animais de trabalho e adubo das terras; os restantes, que eram quasi todos, exclusivamente da pesca, então indústria bastante pobre mesmo quando os pescadores audaciosamente se aventuravam para longe das costas, como já quotidianamente muitos faziam. E esta maioria de gente do mar, pobre porque pobre era o seu mester, embora pagasse, havia mais de um século, as suas contribuições à Confraria do Corpo Santo ou Compromisso Marítimo de Faro, nunca dela havia recebido qualquer benefício dos que o respectivo *compromisso*, ou estatutos como hoje diríamos, previa para os *irmãos* eventualmente necessitados (fora este, mesmo, o principal motivo invocado para a criação da nova Confraria), nem nela haviam podido fazer valer os seus legítimos direitos ou lhes tinham permitido acção que lhes desse, até e de qualquer forma, a plena consciência do seu real valor social e das suas possibilidades económicas. Mas, agora, regendo-se a si próprios e por *compromisso* exclusivamente seu, senhores únicos dos seus destinos, podendo avaliar em toda a plenitude o valor do mútuo auxílio e tomando de vez consciência do seu real valor económico e social, — os pescadores olhanenses ganhavam uma confiança no seu esforço e uma fé no seu futuro, que não só fortaleceriam ainda mais o seu inato espírito de independência e o seu bairrismo já acendrado, como lhes davam audácia para todas as aventuras, por mais temerárias, em terra e no mar. E é por esta altura, com efeito, que não só a pesca começa a ter, em Olhão, o incremento que faria dela, em relativamente poucos anos, próspera indústria local, ou mesmo regional, exercida muito para além das águas nacionais, pois atingia as águas do continente africano, — como também os olhanenses começam a aparecer iniciados na navegação de cabotagem, transportando, temerariamente, nos pequenos caíques construídos pelos hábeis calafates dos estaleiros da Ria Formosa, os produtos algarvios da terra e do mar, para os portos mais próximos do Mediterrâneo e da costa ocidental de Portugal.

Este incremento da pesca em mares distantes e esta pequena navegação de cabotagem, nas quais em breve seriam mestres consumados e mesmo afamados, permitiram ainda, porém, aos olhanenses, a sua iniciação em outras fainas menos ortodoxas — as do contrabando — que, mais do que nenhuma, quando se lhes deparasse oportunidade, iriam provocar o definitivo desenvolvimento *urbanístico*, e mesmo social, e causar o maior progresso económico da pequena aldeia. Di-lo deliberada e expressamente Ataíde de Oliveira, seguindo aliás Baptista Lopes: «Foi durante o cerco de Gibraltar, estabelecido pelas armadas francesa e espanhola contra aquela praça de guerra, que os filhos de Olhão principalmente se engrandeceram. Durou o cerco desde o ano de 1779 até 1783; pois durante ele, os marítimos de Olhão, valendo-se das suas especiais

aptidões, tiveram artes de subministrar, tanto aos sitiados como aos sitiados, refrescos de toda a ordem, por subido preço, e de que tiraram grandes lucros. Mais tarde seguiu-se o cerco de Cádiz e ainda nessa época Olhão soube lucrar, empregando o mesmo sistema.»

Realmente, foi tal o progresso alcançado pela pequena aldeia do Olhão em consequência daquelas três actividades — a pesca em mares longínquos, a navegação de cabotagem e o contrabando —, transformadas na principal ocupação dos seus habitantes, visto que interessaram, por fim e devido aos rápidos lucros sobretudo da última, os próprios que viviam exclusivamente do amanho das terras vizinhas, — que em 1790 já se tinham transformado quasi todas as *cabanas de cana cobertas de palha* em *casas de pedra e cal* e, em 1802, o número de fogos subia para 1.133, com 4.781 habitantes, dos quais cerca de 800 andavam exclusivamente na *Carreira de Gibraltar* e nas pescarias do Mar de Larache (V. Nota G). Mas, já então, e não se sabe ao certo desde quando, havia começado a emigração dos olhanenses para outras terras, próximas e distantes, levados por um espírito de aventura que, desde sempre, anda no íntimo dos *filhos de Olhão* ligado à audácia e ao destemor na angariação de proventos que melhorem a sua vida e a dos seus; e muitos destes proventos vieram, já nessa época, ajudar em certa medida o progresso da terra natal, ou pelo regresso dos emigrantes após certo tempo com razoáveis pecúlios, ou pelo envio de todas as economias para os familiares que por cá ficavam, num caso e noutro com esses ganhos construindo casas na aldeia, comprando pequenas courelas cultiváveis nos arredores imediatos ou novos e melhores barcos para prosseguirem nas fainas do mar, até começando localmente a extracção do sal marinho, que anteriormente ali se não fazia e cuja necessidade ia aumentando com o desenvolvimento da pesca e consequente conservação do pescado para exportação.

Alguns destes primeiros emigrantes, no entanto, não voltaram, a não ser eventualmente e de visita, e fixaram-se para sempre nas terras onde o espírito de aventura, talvez mais do que a necessidade, os levara, iniciando assim, logo neste primeiro século da existência da Freguesia do Olhão, o que já um dia chamámos a *Diáspora Olhanense*, que se avolumou depois no decorrer dos tempos e ainda hoje contínua. Não poucos ficaram em diversas terras algarvias, dando origem a famílias cujos descendentes hoje nem sonham que os seus antepassados vieram de Olhão, mas outros fixaram-se no centro do País, designadamente em Lisboa, Oeiras, Paço de Arcos, Barreiro, Aldeia Galega (a actual Montijo) e Caparica, onde nos começos do século XVIII se assinalavam pequenas mas influentes colónias de marítimos olhanenses, que se avolumaram muito mais nos começos do século seguinte. Depois, com o início e intensificação das chamadas *Carreira de Gibraltar* e *Carreira de Marrocos*, a emigração olhanense derivou em grande parte para o Norte de África, principalmente para Ceuta, Tetuan, Rabat, Larache, Marraquexe e Alger, onde igualmente se fixaram não poucos, quer trabalhando na pesca, quer no comércio, e muitos actuando como uma espécie de agentes dos comerciantes, e sobretudo dos contrabandistas, da sua terra natal. E em toda a parte confirmaram as faculdades de trabalho, o espírito de iniciativa, a audácia e o destemor de que davam provas na sua aldeia da Ria Formosa, criando para esta e para eles justa fama de gente operosa e decidida, tanto no mar como em terra.

Deve dizer-se ainda que o êxito de muitos destes primeiros emigrantes em toda a parte onde se fixaram, mesmo em mesteres que nada tinham com as fainas do mar, como

aliás o êxito dos olhanenses não propriamente marítimos, seus contemporâneos, na sua própria terra natal, deveu-se, a partir de certa altura, a outra circunstância, além das que acabámos de referir: a de saberem *ler, escrever e contar*, ainda que rudimentarmente. Porque, embora não saibamos hoje desde quando, nem em que condições, o certo é que, pelo menos nas últimas décadas do século XVIII, já havia em Olhão uma escola de primeiras letras, frequentada por filhos de homens do mar, até os mais humildes (V. Nota H); nessa escola devem talvez ter aprendido a ler aqueles olhanenses que foram sendo escolhidos para os cargos de Juizes da Vintena e seus Escrivães, para os de escrivães dos caíques do serviço de cabotagem ao longo das costas portuguesas e não só, para os de escrivães do Compromisso Marítimo, e tantos outros que nesses tempos exerceram na sua terra, contribuindo para o seu progresso, mesteres em que o *ler, escrever e contar* era indispensável. De certeza certa, sabemos, por exemplo, que nessa escola ingressou, com cinco ou seis anos de idade, aí por 1803 ou 1804, aquele que seria depois o mais ilustre emigrante olhanense do seu tempo e uma das maiores figuras da grei olhanense de todos os tempos: o pequeno Joaquim, filho do humilde pescador Francisco Lopes e de sua mulher Rosa Maria, moradores na Rua do Salá, que anos mais tarde veio a ser o humanitário e heróico Patrão Joaquim Lopes, do salva-vidas da foz do Rio Tejo, a cuja casa humilde de Paço de Arcos se deslocou um dia o Rei D. Luiz, para pessoalmente, e por suas próprias mãos, lhe colocar no peito as insígnias da *Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito*, então como ainda hoje, a mais alta condecoração portuguesa!

## NOTAS

(A) — Todo o Termo de Faro, portanto também o Logar do Olhão que lhe pertencia, fazia parte da Casa da Rainha, dependendo desta e não do Rei; daí competir à Rainha a decisão, em última instância, sobre a construção de casas de alvenaria naquele Logar, igualmente designado nesse tempo, em alguns documentos e como em capítulo anterior já dissemos, por Praia do Olhão. Os termos do alvará concedido pela Rainha ao marítimo João Pereira, em satisfação do requerimento que ele lhe dirigira, referido no texto a que a presente Nota se reporta, foi muito importante para o futuro urbanístico da Praia do Olhão; isto porque, contrariando o procedimento anterior da Câmara Municipal de Faro, e possivelmente os desejos do Compromisso Marítimo da mesma cidade, naquele alvará e sob a própria autoridade real se afirma, textualmente, «ser conveniente que na dita praya se fabriquem cazas». A importância de tal documento leva-nos a reproduzi-lo seguidamente, tal como Alberto Iria o recolheu num dos seus trabalhos: *«Eu a Rainha faço saber que havendo respeito ao que me representou João Pereira mareante morador na praia do olhão termo da minha cidade de Faro em rezão de que queria fabricar na dita Praia hua morada de cazas para sua vivenda e habitação por assim, se livrar dos incêndios que continuamente estavam sucedendo nella pera o que queria tomar vinte varas de terra pagando desta area aquelle foro que fosse justo, o que não podia fazer sem licença minha pedindo lhe fizesse merce ordenar ao Almojarife da dita cidade que fazendo medição das ditas varas de terra lhas desse de aforamento, informação que mandei tomar, e o que sobre este particular me consultou a meza da minha fazenda e estado e resposta do procurador della e ser conveniente que na dita praia se fabriquem cazas: Hey por bem e me praz que se de cada uma vara de comprido e outro tanto de largura com o foro de vinte reis por cada vara com o laudemio de quarentena, pelo que mando ao Almojarife da portagem da dita cidade de Faro e a quem mais pertencer cumpram e guardem este alvará como nelle se conthem que vallerá em carta e o faça registrar nos livros a que tocar. João de Carvalho o fez em Lisboa a trinta de Dezembro de mil setecentos e quinze. Francisco de Azevedo Frejre o fes escrever. Rainha. Por resolução da Raynha nossa Senhora de dose de Julho de mil setecentos e quinze em consulta de nove de Mayo do dito anno. Belchior do Rego e Andrada. Pagou cem reis e aos officiaes trezentos e dez. Lisboa, 30 de Janeiro de mil setecentos dezasseis. João de Carvalho»*. Como facilmente se vê pela transcrição integral que aí fica, embora o alvará propriamente dito seja datado, como se disse no texto, de 1715, a primeira casa de alvenaria de Olhão só poderá ter sido construída no ano seguinte.

(B) — Além do Vigário Geral do Bispado, que era então o Dr. Manuel de Souza Teixeira, assistiram também à segunda demarcação da área da Freguesia do Olhão, em 1722, os Padres Dr. José da Silva Maciel, Francisco Ribeiro e Manuel Gomes Correia, respectivamente párocos de Pechão, Quelfes e Olhão, e ainda o Escrivão da Câmara Eclesiástica, que lavrou o respectivo termo. Ataíde de Oliveira, que parece ter visto esse termo ou auto, transcreve dele, na sua *Monografia do Concelho de Olhão da Restauração*, o seguinte trecho, que reproduzimos aqui por conter os limites exactos com que então ficou a Freguesia: *«Deitando uma linha direita desde o moinho da parte do levante, que hoje possuem Manuel Viegas da Baixa-Mar, António Mendis Mestre e outros, até um cabeço que fica por cima do poço d'esse lugar, onde se poz um marco; e dali outra linha direita até à porta de Manuel Machado, e desta parte outra linha direita até o monte de Bartholomeu Martins, ficando dentro deste circulo o dito monte, como a dita horta e o dito poço, e os ditos dois moinhos de que faz menção a «Visita», como também outro moinho que é de Manoel Ribeiro de Miranda e do dito Manuel Machado, e todos os moradores da praia; pertencendo tudo o que fica fora do círculo a Pechão e a Quelfes, com excepção da casa da dita Brites Gonçalves, desabitada agora, mas que pode ser de futuro habitada a qual, embora esteja fora do círculo, ficará pertencendo à Freguesia do Olhão.»*

(C) — Segundo disse o Pároco de Olhão Padre Sebastião de Souza na «informação» que enviou em 1758 para o «Dicionário Geográfico» do Padre Luiz Cardoso e hoje se encontra nas «Memórias Eclesiásticas» do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, naquele mesmo ano ainda a sua Freguesia não tinha «outra fonte, se não um poço de água mui diurética». É de supor, portanto, que esse poço fosse aquele em que, no decorrer do anos, se transformara a *olham* ou *fonte* que dera origem e nome ao Lugar, consequentemente aquele «poço d'esse lugar» que em 1722 serviu de *referência* na demarcação da Freguesia, e desta só então passou a fazer parte. Mas, onde ficava situado esse poço? Responder a esta pergunta é tanto mais importante, quanto é certo que, sem localizar o poço, não se pode saber de certeza onde então acabava a Freguesia de Olhão; por isso o problema tem sido estudado e debatido, desde há muito, por vários estudiosos das coisas olhanenses, inclinados especialmente para duas hipóteses.



Estas foram, em 1963 e a propósito de um artigo nosso publicado no semanário farense «Correio do Sul», objecto de um debate aprofundado, nas colunas do mesmo jornal, em que tomaram parte F. Fernandes Lopes, Abílio Gouveia, Renato Gago Nobre, Manuel Alexandre da Fonseca, João José Ferro e António Henrique Cabrita; mas entendemos que, apesar de tudo o que então se disse, ainda não ficaram esgotadas as hipóteses de solução do problema e o estudo deste carece de um muito maior aprofundamento. Mas, tendo em conta as indicações do mais antigo levantamento topográfico do Lugar do Olhão que hoje se conhece (efectuado em Março de 1871 e Abril e Maio de 1873, pelo engenheiro hidrógrafo B. M. F. d'Andrade e pelo capitão do Exército A. J. Pery, que o engenheiro-geógrafo Manuel Alexandre da Fonseca encontrou no arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral e apresentou no debate acima referido), considerando as mais antigas referências escritas aos poços encontradas nas actas das Vereações Olhanenses e ainda (o que, até hoje, só vimos citado por António Marino Coelho no seu magnífico trabalho, embora a outro propósito) o facto do primeiro *porto* de Olhão, isto é, o primeiro ancoradouro das embarcações de pesca e outras, ter sido no lado do Levante e não no lado da Barreta, como muitos supõem, e portanto ser muito mais lógico, e consentâneo com o que a tradição diz sobre a origem do povoado que a olham ficasse mais perto e nunca mais longe do local onde os barcos ancoravam, — perfilhamos, até novas descobertas que esclareçam melhor o assunto, a hipótese há muito apresentada e defendida por Abílio Gouveia. E essa hipótese é a de que o primeiro poço de Olhão, aquele em que se transformou a antiga *olham*, ou *fonte*, foi o chamado Poço Velho, que ficava situado no topo da actual Avenida da República, em frente da casa que lá existe ainda, junto da linha férrea, e se chamou «casa do jardineiro» depois de construído ali o jardim que já nos nossos dias destruíram para dar lugar ao Palácio da Justiça.

(D) — Todos os dados estatísticos sobre a população do Lugar do Olhão e da Vila do Olhão da Restauração, que apresentamos ao longo do presente trabalho, foram retirados do nosso opúsculo *A População Olhanense — Sua origem e evolução*. Neste se explica a origem de todos esses dados, pelo que nos dispensamos de aqui a indicar.

(E) - Pela importância de que se reveste na história do povo olhanense, transcrevemos a seguir o texto do alvará régio, datado de 6 de Julho de 1765, que criou a Confraria do Corpo Santo ou do Compromisso Marítimo de Olhão: «*Eu El-Rei faço saber que os Mareantes de Olhão, que dista da cidade de Faro mais de uma legoa, Me representaram por sua petição que sendo aquelle logar no seu princípio fundado com poucos pescadores, e estando no tempo presente tão augmentado que tinha oitocentos e cincoenta fogos e mais de duas mil pessoas, que formavam duas companhas do mar e uma de terra — havia annos tinham supplicado licença para se separarem da casa do Compromisso da Confraria do Corpo Santo da Cidade de Faro e erigirem com os mesmos privilégios outra na sua Paroquial Igreja de N. Senhora do Rosário, que elles construíram e mateem à sua custa, e nella se fazem todas as devoções e funcções, contribuindo alem disso com mais de trezentos mil reis annuaes para Faro, da qual despeza não recebiam utilidade alguma, porque gastando-se na Fabrica da Igreja de S. Pedro, em enterros e esmolos, e festas muitas quantias, a favor e em beneficio da Cidade de Faro, elles nenhuma utilidade tiravam d'isso, acrescentando que pagando com o seu dinheiro medico e boticario, elles nada lucravam para os seus doentes, pela grande distancia, morrendo muitos sem os devidos socorros medicos, principalmente os pobres; por isso elles desejavam erigir na sua freguesia a Confraria do Corpo Santo, separada de Faro; que no mesmo sentido tinha os de Ferragudo conseguido a sua desanexação de Portimão, havendo muito menos distancia do que entre Olhão e Faro —; e procedendo-se a informações sobre este requerimento que os supplicados (os de Faro) empugnaram, se consultara primeira e segunda vez a favor dos supplicantes havia mais de dez annos; porem como estas consultas haviam de estar entre os papeis da Secretaria do Estado, não appareceram mais, naturalmente por terem ardido no incendio, que se seguio ao terremoto de 1 de novembro de 1755. Por isso fizeram os supplicantes novo requerimento em que Me supplicavam que por especial graça lhes concedesse licença para erigirem debaixo da Minha Protecção Regia nova Confraria na Igreja da sua freguesia, com os mesmos privilegios, izenções, indultos e regalias, que tinham os de Faro; mas sendo também este segundo requerimento remetido á Meza do Desembargo do Paço para nella se ver e consultar, com effeito se mandara novamente informar pelo ouvidor de Faro; ouvidos os supplicados, que eram pessoas poderosas com os dinheiros dos supplicantes demoraram propositadamente a informação, que sendo pedida havia mais de quatro meses, ainda não tinha chegado; e por que sendo aquelle Compromisso uma Confraria é licito aos confrades separarem-se d'ella — Me pediam lhes concedesse por Meu Real Decreto licença e facultade, sem dependência de consultas, para*

*erigirem debaixo da Minha Protecção Regia nova Confraria na Igreja da sua Paroquia, com os mesmos privilégios, izenções, indultos e regalias, que tinha a Confraria de Faro; e attendendo ao que os supplicantes Me representam. — Hei por bem fazer-lhes mercê de que possam separar-se da Confraria dos Mareantes da Cidade de Faro, estabelecendo os mesmos supplicantes uma nova Confraria na Paroquial Igreja de N. Senhora do Rosário, para cujo effeito lhe concedo as mesmas izenções, privilégios e liberdades concedidas aos de Faro. Pelo que mando a todas as justiças, etc., etc.. etc.. Esta transcrição é feita do Livro de Todas as Ordens, Privilégios, Alvarás, Provisoens e mais Coisas do antigo Compromisso Marítimo de Olhão que, com o pouco mais que resta do arquivo do mesmo Compromisso, se encontra presentemente no Arquivo Distrital de Faro.*

(F) - Por igualmente nos parecer de importância na história do Logar do Olhão, a seguir se transcreve a Provisão do Bispo do Algarve sobre a criação do Compromisso Marítimo do mesmo Logar: *«Fazemos sabe que constando-nos querer El-Rei, meu Senhor, fazer aos mareantes e Olhão a mercê de os desmembrar da Confraria do Corpo Santo de Faro, e conceder-lhes o poderem erigir outra nova Confraria do Corpo Santo em Olhão, cometendo ao dr. Provisor da Comarca d'este reino a execução da dita desmembração e erecção; — e sendo-nos também, presente pelo seu reverendo paroco, o santo, pio e louvável desejo que os mesmos mareantes seus fregueses teem de lhes conceder na referida egreja de Olhão um altar para nelle erigirem a dita confraria e collocarem as imagens da mesma, como exactamente succedia na egreja de S. Pedro; — e desejando nós também da nossa parte, para que tinha o devido effeito a real determinação, o condescender com a louvável devoção dos nossos mareantes, havemos por bem conceder-lhes na referida egreja Parochial de Olhão um altar dos que se acharem desimpedidos, e sem estarem concedidos a outra alguma confraria, para nelle erigirem a nova Confraria do Corpo Santo, obrigando-se esta ao culto do dito altar, como em, S. Pedro succedia, e sem offensa aos chamados direitos episcopais e paroquiais; — e ordenamos ao dito reverendo Paroco o tenha assim entendido e não ponha impedimento algum ou estorvo a que o dito dr. Provisor execute a Ordem e Comissão de S. Magestade e erija no dito altar a referida nova Confraria do Corpo Santo. Dada em Faro sob o nosso sinal e sello das nossas armas aos 5 de março de 1767.»* Esta transcrição é feita do livro das *Visitações* da Igreja Paroquial de Olhão, onde a Provisão foi devidamente registada em 6 do mesmo mês e ano.

(G) — Até há cerca de meio século eram comumente designadas em Olhão por Carreira de Gibraltar e Carreira de Marrocos as viagens constantes que, desde os tempos referidos neste capítulo, para aquele porto do Estreito e para os portos do Norte de África faziam certos caíques, chalupas e barcas olhanenses que sob a capa e com a desculpa do transporte lícito de mercadorias nos dois sentidos, isto é de cá para lá e de lá para cá, se dedicavam fundamentalmente ao contrabando. Os mestres dos barcos que faziam essas *carreiras* ficaram célebres como contrabandistas engenhosos e audaciosos, alguns deles tornaram-se mesmo figuras quasi lendárias, e muitos granjearam pequenas fortunas. Mas, nem todos os mestres eram donos dos barcos que conduziam e portanto os verdadeiros *empresários* do negócio de contrabando que eles faziam; por detrás de alguns desses contrabandistas estavam, como verdadeiros proprietários dos barcos e capitalistas dos negócios, algumas *figuras gradas* e grandes comerciantes locais e de outros pontos do País, designadamente de Faro e Lisboa. Para melhor compreensão do que representava o contrabando na vida olhanense, aconselhamos a leitura, por exemplo, do belo capítulo dedicado por Raul Brandão aos olhanenses, no seu livro «Os Pescadores».

(H) — O ensino oficial de primeiras letras começou em Portugal apenas em 1772, com a criação, pelo Marquês de Pombal, de 479 lugares de *mestres de ler*. Não sabemos se coube a Olhão algum desses mestres. É provável que não, pois a primazia era então dada às cidades e vilas; mas também é possível que sim, pois em segundo lugar ficavam as povoações de certa importância, e Olhão já nessa altura tinha cerca de 4.000 habitantes, mais do que não poucas vilas e até cidades do País. De qualquer forma, fosse um ensino oficial público, fosse um ensino meramente particular, por referências expressas (como no caso do Patrão Joaquim Lopes) ou simples indícios encontrados em documentos do tempo e posteriores, não nos restam, dúvidas da existência de uma escola, ainda que reduzida ao ensino de um professor em sua casa, pelo menos nas últimas décadas do século XVIII e começos do século XIX.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO





ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

3

## A Conquista do Título de Vila

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## A REVOLTA OLHANENSE CONTRA OS FRANCESES

A aldeia do Olhão vivia uma vida de relativa prosperidade e progresso quando, em 29 de Novembro de 1807, a Família Real Portuguesa embarcou a caminho do Brasil, constrangida pela aproximação dos exércitos de Junot, que em 17 haviam passado a fronteira e em 24 tinham entrado em Abrantes, iniciando a invasão e ocupação de Portugal.

Obedecendo às prescrições do decreto real de 26 do mesmo mês, que mandava o nosso povo receber os invasores com «uma generosa hospitalidade», por quasi todo o Algarve as autoridades, e até certo ponto algumas populações, prepararam-se logo afanosamente para receber e acolher as hostes napoleónicas, que viriam a entrar em Faro, sob o comando do General Maurin, em 23 de Fevereiro seguinte, mas já depois das praças-fortes algarvias estarem em grande parte tomadas, pelo menos desde 22 de Janeiro, pelas tropas espanholas, então aliadas das francesas. Na aldeia do Olhão, porém, desde a primeira hora começou a ferver o descontentamento, firmando-se decididos propósitos de não receber os invasores ou, pelo menos, de não os receber de *boa cara*; e as proclamações com que os comandos franceses, e os governantes portugueses à sua ordem, procuraram, depois da ocupação da terra algarvia, sossegar os povos e levá-los à aceitação do jugo estrangeiro, foram ali recebidos sempre com maiores ou menores manifestações de hostilidade, obrigando mesmo a instalar na aldeia, logo em Abril de 1808, uma guarnição militar francesa (20 a 24 homens, segundo diz Cristóvão Aires num dos seus trabalhos), cujo aboletamento o Compromisso Marítimo foi compelido a satisfazer. E tamanho era o desagrado dos olhanenses, e tão real o espírito de revolta que os animava, que mal tiveram noticia, por dois faluchos de pesca vindos da Foz do Douro, que no Porto e em consequência da insurreição então iniciada em Espanha, o General espanhol Domingo Bellesta, ali em serviço, prendera o General-Comandante francês Quesnel e o entregara, antes de sair do nosso País, à Junta Governativa Portuguesa, revolta esta que a guarnição francesa daquela cidade acabou por dominar em 7 de Junho, — o povo de Olhão manifestou-se imediata e abertamente solidário com os insurrectos.

Os primeiros gestos de revolta dos olhanenses verificaram-se apenas uma semana depois de sufocada a insurreição portuense. Deles nos fala pormenorizadamente João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, na *Lembrança para ficar em mimoria dos valerosos Marítimos deste Logar do Olhão do que fizeram na restauração de portugal*, que deixou exarada nos livros do tombo do mesmo Compromisso (V. Nota A); e ainda um outro contemporâneo dos acontecimentos, o tenente-coronel do exército português Joaquim Filipe de Landerset, este no livro *Feliz Restauração do Reino do Algarve*, que escreveu no mesmo ano de 1808, a pedido do então Capitão-General das Armas do Algarve e futuro Marquês de Olhão. Mas, o que ambos nos contam sobre estas primeiras atitudes insurrectas dos olhanenses pode resumir-se assim: em 12 de Junho, véspera do dia litúrgico de Santo António, faziam-se em Olhão os preparativos para as solenidades religiosas do dia seguinte e João da Rosa, o escrivão do Compromisso Marítimo, ao arranjar o altar de Nossa Senhora da Conceição na Igreja Paroquial, que era privativo daquele Compromisso, como já anteriormente dissemos, e onde estava também a imagem do Santo português, resolveu pôr a descoberto as armas reais portuguesas, que encimavam e encimam ainda hoje esse altar da Padroeira de Portugal, transgredindo assim deliberadamente as ordens expressas de Junot para se manterem tapadas, fosse

onde fosse que se encontrassem, todas as pedras de armas, brasões, insígnias ou distintivos que representassem ou lembrassem a soberania portuguesa e a independência de Portugal; conhecido tal gesto, nessa mesma noite irromperam os olhanenses em entusiásticas manifestações, pois quando, no topo de um dos mastros típicos que centrava o terreiro de um *balho*, alguém colocou ostensivamente a bandeira nacional portuguesa, «ouviram-se aclamações à Família Real, por entre as cantigas dedicadas a Santo António», sendo «tão geral o contentamento e forte o entusiasmo de que se possuíram» que, assevera ainda Landerset, «a terem então quem os dirigisse, teriam usado as armas»; e no dia 13, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário registava uma afluência de fiéis fora do normal, decorrendo a Missa solene «numa atmosfera de grande exaltação», enquanto na praia «todas as embarcações» eram «garridamente embandeiradas em sinal de regozijo», apesar da presença da guarnição francesa e sem que esta interviesse.

A festa de *Corpus Christi* desse ano de 1808, que caiu a 16 de Junho, isto é, apenas três dias depois dos acontecimentos que acabamos de referir, assinalar-se-ia, porém, na aldeia de Olhão, por acontecimentos bem mais importantes e decisivos para o futuro das *águias napoleónicas* em Portugal. A eles se referem também com pormenor não só João da Rosa e Landerset, mas ainda um outro contemporâneo e interveniente nesses acontecimentos, o Coronel José Lopes de Souza, este na sua *Declaração da Revolução*. O que todos eles dizem, e foi depois completado e esclarecido pelo resultado das longas e minuciosas pesquisas de Alberto Iria e J. Fernandes Mascarenhas por arquivos e bibliotecas, e consta dos seus valiosos trabalhos, resumimo-lo a fechar este parágrafo e no seguinte.

Acudindo ao repicar dos sinos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os fiéis dirigiram-se para a Missa das dez e meia da manhã daquele Dia do Corpo de Deus, dia santificado e de solene festividade religiosa, das mais solenes mesmo que então se celebravam nas igrejas portuguesas. Alguns pescadores, já reunidos no adro do templo, rodeavam com vivo interesse a ombreira da porta principal, onde os franceses tinham mandado afixar um edital, datado de 11 de Junho, em que Junot convidava os portugueses a fazerem causa comum com os franceses contra a Espanha, esta já insurrecta, como anteriormente dissemos. Em certo momento, acercou-se-lhes o Coronel Lopes de Souza, governador de Vila Real de Santo António, que em Olhão se encontrava em mudança de ares e conquistara rapidamente o respeito e estima dos olhanenses; e aquele oficial, «não podendo esconder a sua indignação contra o edital do governo de Junot», adiantou-se então a sua família, que o acompanhava à Missa, «afastou bruscamente os marítimos que ouviam a leitura do referido edital, arrancou-o e fê-lo em pedaços». Depois, voltou-se para os circunstantes e, «com vozes e gestos mais expressivos», falou-lhes da triste situação em que se encontrava o País, exclamando por fim, em sentido desabafo: — Ah! Portugueses, já não merecemos este nome, nada somos já! «Fez-se silêncio em todo o adro ante a atitude e as palavras do velho militar; mas pouco durou, porque num súbito e sentido arrebatamento, muitas vozes declararam em unísono: — Somos ainda portugueses e estamos prontos a dar a vida pela Religião, pelo Príncipe e pela Pátria!» E foi «quanto bastou para revolucionar aqueles homens simples e bons», mas de rija têtpera; tanto que, durante a Missa, que se seguiu, nunca se deixou de ouvir um «contínuo sussurro dos circunstantes» e, «pela primeira vez desde que o Algarve caíra em poder do invasor, um sacerdote, o Padre António de Matos Malveiro, pôde fazer a *Collecta pró Rege*, hábito que os franceses tinham proibido».

Quando o Coronel Lopes de Souza saiu da Missa, encontrou já, à porta da Igreja, muito povo, que ali ocorrera «excitado com a novidade deste sucesso» e «em altas vozes o requeria para seu chefe e restaurador do tirano jugo inimigo». E porque ele não hesitou em aceitar o honroso encargo, a bandeira nacional portuguesa foi imediatamente içada na torre da Igreja, os sinos começaram de pronto a tocar a rebate, convocando o povo das vizinhanças, um outro exemplar do edital injurioso, que estava no *pelourinho* (V. Nota B), como escreveu João da Rosa na sua «Lembrasa» já citada, ou seja, à porta da cadeia, foi arrancado e rasgado em público, a guarnição francesa foi num ápice detida e encarcerada, e até a sege do General Maurin foi aprisionada, na estrada de Tavira a Faro, quando ia a esta última cidade buscar umas senhoras francesas.

O próprio *caudilho* dos olhanenses não perde tempo, e mete-se a organizar a defesa da aldeia, depois de redigir e mandar afixar «uma proclamação, em que a arte não brilhava, mas que falava aos corações, exprimindo sentimentos tão enérgicos como naturais e cristãos». E, «no meio de um alvoroço indescritível», alguns marítimos vão nas suas lanchas à Ilha da Armona ou do Levante buscar as duas peças de campanha, de bronze, que defendem a entrada da Barra Grande, e respectivas munições, vindo até com eles, por aderirem imediatamente à revolta, o comandante da bateria, sargento Jacinto Ramalho Ortigão, e todos os artilheiros que ali faziam serviço; outros, também nos seus barcos, dirigem-se à vizinha Fortaleza de S. Lourenço, na entrada da Barra Nova, para trazerem toda a pólvora e outras munições que lá houvesse, mas aqui a sua tentativa malogrou-se, porque o governador português da mesma Fortaleza, o sargento José Alberto, repeliu-os e ameaçou-os de mandar fazer fogo contra eles (V. Nota C); o capitão da Companhia de Ordenanças do Logar do Olhão, José Martins da Beira, alista pressurosamente, na mesma Companhia, os homens dos campos vizinhos que acorrem ao rebate dos sinos, e o sargento de Caçadores 2, Joaquim José de Gusmão, que ali se encontrava de licença, procura organizar uma Companhia local de Caçadores, enquanto o povo, novos e velhos, mulheres e até crianças, o próprio clero, com o heróico Padre Malveiro à frente, se apresenta em *pé de guerra*, armado de trancas, fiskas, espadas velhas, espadins e mesmo pedras; as embocaduras das estradas que dão acesso à povoação, quer dos lados de Faro, quer dos lados de Tavira, são depois guarnecidas por patrulhas a cavalo da Companhia de Ordenanças, enquanto o pescador João Gonçalves (que fora promovido por distinção, em 1798, a sargento de mar e guerra, por haver lutado com bravura, a bordo do corsário *Leão*, contra os piratas franceses), à frente de um grupo de marítimos, procura ocupar os lugares mais vulneráveis a qualquer investida do inimigo; e finalmente, é enviado João Gomes Pincho a pedir socorro à esquadra inglesa, que paira nas águas da Isla Cristina.

Aquele emissário do *caudilho* dos olhanenses encontra, com os ingleses, o capitão Sebastião Martins Mestre, da Conceição de Tavira, que fora ali pedir também auxílio para poder revoltar aquela localidade. E na sua companhia segue depois para Ayamonte, malgradadas as instâncias de ambos junto do comandante da esquadra inglesa, a pedir auxílio à Junta Governativa daquela cidade espanhola, cujo presidente, Marquês de Carrion, lhes fornece por fim 130 espingardas, que chegam a Olhão no dia 17, trazidas por eles na embarcação do olhanense Cristóvão Gomes.

## OS RECONTROS COM AS TROPAS FRANCESAS

A situação dos franceses no Algarve não era, no momento da revolta olhanense, muito brilhante: justificadamente receavam eles, então, por um lado que os espanhóis insurrectos atravessassem o Guadiana, e por outro um desembarque das forças da esquadra inglesa; as suas tropas que, por tal motivo, haviam acorrido à fronteira, ficavam portanto seriamente ameaçadas da rectaguarda com o levantamento do povo de Olhão. Por isso, logo no dia 17, os comandos franceses de Faro procuraram que as autoridades portuguesas da mesma cidade acalmassem os olhanenses, primeiro com a ameaça de um dilúvio de calamidades, que Junot lançaria sobre o Algarve, depois com perdões e prémios, que o Corregedor-Mór se apressou a oferecer-lhes; mas, como os olhanenses não se intimidassem, nem desarmassem, forças francesas acabaram por ser mandadas seguir de Tavira, para reforçar a guarnição da cidade de Faro.

Sabendo-o na manhã de 18, os olhanenses passaram imediatamente à ofensiva. O capitão Martins Mestre, no meio do entusiasmo do povo, que todo queria acompanhá-lo, meteu-se numa embarcação com alguns paisanos armados e, logo seguido por outras embarcações em que os mais *insofridos* acabaram por se meter também, foi ao encontro dos invasores que, em três caíques, se dirigiam a Faro. Encontrou-os junto da Barra Nova, e ali audaciosamente os abordou, ante a sua surpresa, pois de longe haviam-nos tomado por pescadores; deste golpe temerário resultou o aprisionamento de 77 soldados, armados e municados, 3 oficiais de patente e 1 quartel-mestre da célebre *Legião do Meio Dia*, além das bagagens da mesma Legião e de tudo o que esta tinha conseguido anteriormente arrebatado nos regimentos portugueses de Tavira e Lagos. E nessa mesma tarde, tendo o Coronel Lopes de Souza conhecimento, por umas ordenanças aprisionadas, que outras tropas, procedentes de Vila Real de Santo António, haviam chegado a Moncarapacho cerca do meio-dia, decidiu sem hesitar atacá-las de surpresa; para isso organizou a defesa da aldeia, pelos lados de Faro, com as tropas locais disponíveis e uma peça de campanha, e marchou sobre Quelfes, com os paisanos armados sob o comando do capitão Martins Mestre, e a Companhia de Milícias ou Ordenanças de Moncarapacho, que possivelmente tinha acorrido ao rebate dos sinos do dia anterior, sob o comando do capitão Manuel Madeira Nobre e do alferes Leonardo Palermo de Faria.

Todavia, ao aparecerem os franceses junto da Ponte de Quelfes (V. Nota D), os paisanos, emboscados por campos e ribanceiras, não se contiveram no seu grande entusiasmo, e atacaram antes do momento estipulado; e o que poderia ter sido um combate de aniquilamento total para as tropas de Junot, foi apenas pouco mais do que uma escaramuça, embora não sem que os invasores deixassem no campo 18 mortos e 12 feridos, enquanto do lado olhanense apenas morreu um pobre louco, que fora inadvertidamente meter-se entre os contendores, e ficaram feridas «algumas pessoas que estavam desacompanhadas por não serem partidárias do povo de Olhão», como diz Ataíde de Oliveira num dos seus trabalhos. Puderam assim as tropas inimigas continuar a sua marcha através dos campos, em pelotões e fazendo fogo de retirada; mas as gentes de Olhão e Moncarapacho, reforçadas já agora por populares de Quelfes e de Pechão, que se lhes foram juntando, não as deixaram em paz: perseguiram-nas encarniçadamente e, apesar do auxílio que depois lhes prestou um contingente vindo de Faro, a toda a pressa, ali por alturas da Meia-Légua infligiram-lhes pesada e definitiva derrota, não lhes deixando sequer tempo para recolherem todos os seus mortos. Das 25 baixas que as forças da famosa *Legião do Meio-dia* ali sofreram, 16 ficaram no campo de batalha, bem

como as suas mochilas e «um obus mal encravado, com todas as suas munições e pólvora espalhada por terra», enquanto dos nossos morreu o olhanense António de Gouveia, por alcunha o *Pai Avô* (V. Nota E), e ainda duas crianças que nas proximidades apascentavam gado, uma mulher já muito velha e alguns seus familiares, que a acompanhavam e passavam no local, e ficaram gravemente feridos «dois homens, mas que felizmente se restabelecerão». Também neste recontro da Meia-Légua ficou gravemente ferido o capitão Martins Mestre, que sofreu «huma grande contusão no peito enquanto inspirava valor e reunião possível em huma gente Maruja estranha em tais emprezas, mas valorosos, a quem as mulheres davam o exemplo (...)», como diria depois o Coronel Lopes de Souza.

Depois desta vitória, alcançada por grupos mal organizados de paisanos e forças não melhor organizadas de Ordenanças rurais, contra tropas consideradas das melhores do Mundo do seu tempo, era sem dúvida de recear um contra-ataque francês, a que não poderiam resistir os poucos meios de defesa de que Olhão dispunha. Por isso, o coronel Lopes de Souza, acompanhado do capitão Martins Mestre, que além do mais carecia de tratar seus ferimentos, seguiu nessa mesma noite de 18 para Ayamonte, a pedir socorros, levando consigo, no caíque que os transportava, os prisioneiros franceses, cuja permanência na cadeia local podia suscitar represálias mais violentas, além de constituir encargo pesado para os poucos recursos do Compromisso Marítimo e da própria aldeia (V. Nota F); e dali seguiram depois para Sevilha, com os mesmos intentos de conseguirem o auxílio das autoridades espanholas, dados os praticamente nulos meios de defesa de que os olhanenses dispunham.

Os franceses, porém, em vez de atacarem logo Olhão, como se previa e chegou a ser anunciado, preferiram continuar, na manhã do dia seguinte, as suas tentativas de persuasão, para conseguirem que os olhanenses se rendessem. Foi principalmente o heróico Padre Malveiro, que assumira o comando da defesa na ausência do Coronel Lopes de Souza e do capitão Martins Mestre, quem conseguiu, pelo seu exemplo, pelas suas exortações patrióticas, no púlpito e na rua, e também pela forma como enfrentou e respondeu aos emissários inimigos, levá-los a uma resistência completa e decisiva, tão fora do vulgar e tão expressiva, que os franceses chegaram a convencer-se de que Olhão contava já com o auxílio dos ingleses e era preciso agir imediatamente, sufocando de vez a rebelião dos indómitos pescadores da revoltada aldeia. Mas, quando os invasores se decidiram finalmente a atacar, na tarde do mesmo dia 19, e as tropas de Faro já marchavam sobre Olhão, — rebentou naquela cidade a revolta popular, que ali germinava surdamente desde a primeira notícia do levantamento do povo vizinho e a que não eram estranhos alguns olhanenses ali residentes; e as forças francesas voltaram para trás, a toda a pressa, deixando em paz, de momento pelo menos, os indómitos olhanenses e a sua terra.

Aliás, um outro ataque a Olhão, tentado no dia 22, quando as tropas francesas já tinham sido expulsas de Faro, foi prontamente repellido pelos olhanenses, que obrigaram aquelas tropas a debandar pelos campos; na noite daquele mesmo dia atravessaram elas, em fuga, a aldeia de Moncarapacho, fazendo ali *mão baixa* nos grandes valores da histórica Capela do Santo Cristo, e dando ocasião a que se evidenciasse um outro bravo moncarapachense, o major Xavier de Castanheda (V. Nota G). E essa terá sido a última tentativa, baldada como as anteriores, das tropas francesas contra a rebeldia e espírito de independência do povo olhanense. Mas, nessa altura já o capitão Cabreira, que praticamente comandava os revoltosos farenses, havia



dispensado ao Padre Malveiro, para a defesa de Olhão, 160 artilheiros, com uma peça de calibre 6 e outras de calibre 3, sob o comando dos tenentes Maximiliano Augusto Penedo e António Teixeira Valente.

## AO BRASIL NO CAÍQUE «BOM SUCESSO»

A revolta contra os franceses, no Algarve, tão auspiciosamente iniciada pelo povo de Olhão, generalizou-se rapidamente a toda a Província e a luta prosseguiu com vicissitudes várias, em que não pouca gente de Olhão e Moncarapacho continuou a distinguir-se, até à constituição da *Junta Suprema Provincial do Reino do Algarve*, que assumiu o governo em nome do Príncipe Regente, ausente no Brasil, e até à expulsão total dos invasores.

Os olhanenses, porém, ainda voltaram a *dar sinal de si* neste transe da vida nacional: em 2 de Julho, ante um rebate falso de que Faro ia ser atacada pelos franceses, apresentou-se ali quase toda a população masculina válida de Olhão, armada como pôde, para reforçar a defesa da cidade, numa manifestação «tão espontânea e alevantada» que levou o major Joaquim Ramalho Ortigão a mandar louvar e gratificar os bravos olhanenses, em cerimónia pública, efectuada numa praça daquela cidade. Aliás, não foi essa a primeira lição de patriotismo, e até de bairrismo, que o povo de Olhão deu directamente às autoridades e a certos *jacobinos* farenses, durante a luta contra os franceses!... Mas, essa nobre atitude dos olhanenses, ocorrendo espontaneamente a defender a cidade de Faro, de cujas autoridades já então tinha não poucos nem pequenos agravos, recordou e pôs ainda em maior evidência o seu patriótico comportamento do mês anterior, contribuindo sem dúvida também para que, dias depois, quando a Junta Suprema julgou conveniente mandar o seu primeiro *correio marítimo* ao Rio de Janeiro, para levar a boa nova da expulsão dos franceses ao Príncipe Regente e à Corte, — para esse efeito fossem escolhidos exactamente os marítimos olhanenses.

Foi o pequeno caíque *Bom Sucesso*, do capitão olhanense Miguel do Ó (este que fazia parte da referida Junta Suprema, também então conhecida por Regência do Algarve, na qualidade de representante do povo, por este eleito), o escolhido para a arriscada empresa. Era uma pequena embarcação (V. Nota H), de um tipo em que os olhanenses sem dúvida se haviam já mostrado peritos e destros, mas feita apenas para as suas viagens no Mediterrâneo ou sortidas ao Norte de África, isto é, usada para contrabandear e pescar cavalas e sarrajões no Mar de Larache, e nunca para uma travessia do Atlântico, em temerosa viagem ao Brasil. Mas, apesar disso, o mestre Manuel Martins Garrocho fez-se nela imediatamente ao mar, levando como piloto Manuel de Oliveira Nobre e por tripulação outros 15 pescadores olhanenses, — iniciando assim a mais audaciosa travessia marítima dos tempos modernos, como alguém lhe chamou já.

Apenas os nomes do Mestre, do Piloto e de mais três ou quatro dos seus companheiros foram, durante muito tempo, conhecidos e louvados, perdidos os outros na memória das gerações que se lhes seguiram; mas, desde que Alberto Iria os reencontrou, nas suas pacientes investigações sobre a história algarvia, e os divulgou de novo, num dos seus valiosos trabalhos, não podem os olhanenses continuar a ignorá-los. Até porque foram eles, exactamente, talvez mais do que os próprios heróis que



expulsaram os franceses, quem, pelo seu feito inaudito, fez jus, se não a todas as honras que depois foram concedidas à sua terra, pelo menos à imortalização e singularização do nome desta nas páginas da História de Portugal (V. Nota I). Não deixaremos, por isso, de os mencionar também aqui a todos, escrevendo os seus nomes nesta *História Breve* como os dos verdadeiros *heróis tutelares* de Olhão, como os dos fundadores da verdadeira *aristocracia* olhanense. Ei-los: Manuel de Oliveira Nobre (piloto), Manuel Martins Garrocho (mestre), António da Cruz Charrão, António Pereira Gémeo, Domingos do Ó Borrego, João Domingos Lopes, José da Cruz, José Pires, Joaquim Ribeiro, António dos Santos Palma, Domingos de Souza, Francisco Lourenço, João do Moinho, José da Cruz Charrão, Joaquim do Ó, Manuel de Oliveira e Pedro Ninil.

Partiram estes intrépidos e audaciosos olhanenses, das praias da Ria Formosa, em 6 de Julho de 1808, depois de terem ouvido Missa na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, levando para a Corte uma carta em que o Governo de Faro participava a expulsão dos franceses, uma cópia do auto de eleição da Junta Suprema, a fim de ser aprovada pelo Príncipe Regente, cartas de felicitações do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar e outra, também de parabéns, do Compromisso Marítimo de Olhão. Oito dias depois chegavam ao Funchal, e em 16, acompanhados agora pelo jovem praticante de piloto Francisco Domingos Machado, que já fizera anteriormente uma viagem de Lisboa a Macau, mas que afinal em nada os iria ajudar, — tomaram o rumo da América do Sul.

Pouco mais de dois meses durou a travessia do Atlântico que, segundo o escritor brasileiro Jorge Rodrigues, não só «foi tormentosa e açoitada por violento temporal», mas «pontilhada de incidentes e peripécias». Segundo o mesmo autor, os destemidos pescadores olhanenses tiveram de lutar com o mar, tiveram de «fugir dos franceses, dos corsários e navios negreiros de todas as nacionalidades, que sulcavam o oceano, divertindo-se em actos de pirataria», e tiveram por fim a infelicidade de, ao avistarem pela primeira vez terra do outro lado do Atlântico, esta ser terra inimiga da Caiena Francesa, o que os obrigou a bordejarem perigosamente a costa, até atingirem Pernambuco. E, além disso, o piloto do caíque, «por mais estranho que pareça, não possuía qualquer aparelho ou simples carta marítima, mesmo rudimentar, e dirigia-se por uma estimativa muito incerta, traçada sobre um vulgaríssimo e primitivo mapa, sendo o seu maior cuidado observar a direcção das correntes marítimas e aproveitar os ventos».

O que deve ter sido, com efeito, essa viagem, em tão frágil embarcação e em tais circunstâncias, «é impossível descrever, mesmo usando a imaginação fértil da fantasia», como já alguém disse algures. As tormentas com que arrostaram os destemidos olhanenses, e não teriam de facto sido poucas; os verdadeiros actos de heroísmo que teriam de praticar para salvar a própria vida, e muitos por certo foram; os perigos que correram, e só por audácia e fé inabalável teriam vencido, — bem mereceram, sem dúvida nenhuma, que José Agostinho de Macedo logo tentasse imortalizar a sua gloriosa aventura no poema heróico *O Novo Argonauta*. E bem mereceram também a apoteótica recepção que lhes tributou o Rio de Janeiro, onde finalmente chegaram em 22 de Setembro.

Desta recepção, grandiosa pelo alvoroço das gentes pasmadas da audácia e pelo júbilo em todos causados pela boa nova de que eram portadores, guardou memória, pelos séculos além, a população carioca e mesmo a de todo o Brasil; de tal forma que, nos fins do século passado, apareciam ainda, no Nordeste brasileiro, pescadores e praieiros a

dizerem-se descendentes dos «pescadores de D. João VI» ou dos «pescadores portugueses que vieram ao Brasil numa quenga» (V. Nota J) — pura lenda, porque os bravos olhanenses regressaram todos à sua terra, mas lenda que, sem dúvida, foi engendrada na admiração pelo feito do Bom Sucesso —, e a frágil embarcação em que os ousados navegantes haviam feito a longa e perigosa travessia do Atlântico foi oficialmente «mandada conservar, ad perpetuam memoriam, no Arsenal da Marinha» do Rio de Janeiro, onde realmente «esteve durante muitos anos exposto à admiração de nacionais e estrangeiros». O júbilo foi, mesmo, tão grande, até ou sobretudo na Corte, que o Príncipe Regente, depois D. João VI, logo cobriu de mercês os heróicos tripulantes do pequeno caíque, além de pagar este por 6.000 cruzados e lhes oferecer um iate novo, em que depois regressaram a Portugal.

Mas, de todas as mercês régias que estes intrépidos olhanenses conquistaram e de que jubilosamente trouxeram notícia, ao voltarem à sua terra natal, por certo a mais alta, a mais honrosa e a de maior projecção no futuro, não apenas deles, mas de todo o povo olhanense, foi a da elevação da sua aldeia do Olhão à categoria de Vila, com o nobilitante título de Vila do Olhão da Restauração.

## NOTAS

(A) — A *Lembrasa para ficar em mimoria*, etc., que João da Rosa exarou no livro do tombo do Compromisso Marítimo de Olhão, bem como a *Declaração da Revolução* escrita depois pelo Coronel Lopes de Souza, e adiante referida também no texto, são documentos de grande valor para a história de Olhão, verdadeiros *pergaminhos* do povo olhanense, que gostaríamos muito de transcrever aqui, mas a sua extensão não no-lo permite, sem prejuízo da nossa preocupação de conservarmos este volume em dimensões e portanto num preço acessível a todos os leitores. Ambos esses documentos, porém, podem ser encontrados no volume *A Invasão de Junot no Algarve*, de Alberto Iria, que os transcreveu na íntegra; e do primeiro, o trabalho de João da Rosa, pensamos fazer em breve uma edição, devidamente anotada, com a valiosa colaboração e ajuda da Biblioteca-Museu Municipal de Olhão.

(B) — A palavra *pilourinho*, usada por João da Rosa na sua *Lembrasa* ou memória dos acontecimentos de 16 de Junho de 1808, levou Ataíde de Oliveira, e na sua esteira outros autores, a afirmarem ter existido em Olhão um pelourinho, o que não é verdade, como provámos no nosso trabalho *As Justiças de Olhão*; e não é verdade por várias razões que, expostas já em pormenor naquele nosso outro trabalho, não vale a pena repetir agora, bastando dizer que a principal está no facto dos pelourinhos serem já então apenas um símbolo municipal e Olhão, no tempo dos franceses, não ser ainda Vila e sim uma simples aldeia, embora populacional e economicamente importante. *Pilourinho* chamavam então os olhanenses à cadeia, como já anteriormente notara Alberto Iria, talvez pelas razões que igualmente apontamos naquele nosso trabalho e por isso também não vale a pena repetir aqui.

(C) — Os artilheiros comandados pelo sargento Jacinto Ramalho Ortigão, que prontamente aderiram à revolta dos olhanenses contra os franceses e vieram para Olhão com as suas peças e munições, nas lanchas dos pescadores que os foram buscar, conforme se referiu no texto, constituíam a guarnição da Fortaleza da Harmona, que fora construída em 1747 para defesa da Barra Grande. A guarnição da Fortaleza de S. Lourenço, comandada pelo sargento José Alberto, que não aderiu à revolta, e até ameaçou mandar fazer fogo contra os olhanenses que ali foram, era então constituída, além do sargento, por 2 furriéis, 2 cabos e 18 «soldados pé de castelo», no total de 23 homens. Vem a propósito dizer-se que, na altura destes acontecimentos, a Fortaleza de S. Lourenço estava a caminho da ruína, quer por efeito do mar, quer do terramoto de 1755; a partir de 1758, embora conservando ainda cinco revelins e 6 peças montadas, encontrava-se já quasi inabitável, por isso o seu comandante residia em Olhão, e depois de 1772, ano em que o mar quasi a destruiu, os homens da guarnição passaram a ser ali rendidos de oito em oito dias.

(D) — A Ponte junto da qual se deram os acontecimentos referidos no texto a que a presente Nota se reporta é a que hoje o povo conhece por *Ponte Velha*, no Sítio de Montemor, da Freguesia de Quelfes; por sobre a Ribeira de Marim, liga as duas margens desta ribeira num caminho que tudo indica haver sido uma via romana que se dirigia a Ossónoba, tanto mais que são romanas as fundações, o revestimento e o traçado da própria ponte, como mostrou já J. Fernandes Mascarenhas num dos seus trabalhos. Esta *Ponte Velha de Quelfes* foi classificada como *imóvel de interesse público* em 1981, por despacho do Secretário de Estado da Cultura e proposta da Direcção Geral do Património, graças ao interesse e intervenção da Câmara Municipal de Olhão, que assim deu satisfação a uma velha aspiração olhanense, durante largos anos defendida na Imprensa, e por outros meios, por vários estudiosos locais destes assuntos, tendo cabido a J. F. Mascarenhas elaborar a fundamentação do pedido agora formulado com êxito. Em 1948, por iniciativa nossa lançada no «Correio Olhanense», a Câmara Municipal de Olhão resolveu homenagear os olhanenses que tomaram parte no recontro com as tropas francesas, erigindo-lhe uma lápida no local; mas, alegando que a *Ponte Velha* ficava num caminho pouco frequentado e muito escondido, os edis de então foram colocar a lápida na *Ponte Nova*, também sobre a Ribeira de Marim, mas na Estrada Municipal (hoje Nacional) entre Olhão e Moncarapacho, a algumas centenas de metros do local dos acontecimentos. Essa lápida ainda ali se pode ver hoje, embora tão pouco cuidada, que é impossível ler o que nela se escreveu.

(E) — Na luta contra os franceses, no Algarve como depois por todo o País, alguns portugueses estiveram ao lado dos invasores, até mesmo de armas na mão. Na revolta olhanense também assim aconteceu. Não só no caso da Fortaleza de S. Lourenço, já referido no texto, mas ainda no do Juiz da Vintena de Olhão, José de Mendonça, e seu Escrivão, Tomé de S. Pedro, que o povo olhanense, amotinado contra eles em Julho seguinte, acusou de colaborarem com os franceses durante a revolta e por isso expulsou da aldeia, propondo à Câmara Municipal de Faro a sua substituição pelos marítimos Joaquim Viegas e Manuel Lopes Pestana, respectivamente, ambos que se distinguiram pela sua audácia e bravura na luta contra os invasores, E também, ao que parece, nos recontros da Ponte de Quelfes e da Meia Légua. Neste último, como depois constou, teria estado, ao lado dos franceses, o próprio Capitão-Mór de Faro, Fernando José Moreira Osório Pereira de Carvalho e Vasconcelos, que foi mais tarde acusado injustamente, como ficou amplamente provado no respectivo processo, de haver morto o olhanense António de Gouveia, que pela sua idade (era praticamente centenário) tinha a alcunha de *Pai-Avô*. Vem a propósito dizer ainda que os descendentes de António de Gouveia consideraram tão honroso o facto dele ter morrido no campo da luta, em defesa da liberdade e da independência do seu povo, que adoptaram como apelido a alcunha por que era conhecido e passou à história da sua terra; nas primeiras Câmaras, e em outros cargos municipais importantes, iremos encontrar mais tarde, com relativa frequência, várias pessoas com esse apelido de *Pai-Avô*.

(F) — Com efeito, o total isolamento em que Olhão ficou, devido à revolta, privou a sua população do abastecimento diário de pão, carne e outros géneros alimentícios que recebia de Faro e dos lugares e campos vizinhos, e a ocupação de toda a sua gente válida na defesa da povoação e no ataque ao inimigo, privou-a por completo de peixe. As privações eram já tantas e tamanhas nesse dia 18, referido no texto a que a presente Nota se reporta, que o Compromisso Marítimo, cujas reservas estavam praticamente esgotadas, pois fora obrigado a custear o aboletamento da guarnição francesa durante todo o tempo da sua permanência, ou seja desde o dia 14 de Abril, viu-se na necessidade, segundo o testemunho de um participante nos acontecimentos, «de esmolar de porta em porta para acudir aos paisanos que vigiavam os campos e satisfazer o pagamento do soldo dos soldados artilheiros que os auxiliavam». Desta forma, a alimentação dos prisioneiros franceses, que ultrapassavam uma centena, era um encargo insuportável pela população olhanense; além de que a cadeia local não oferecia as mínimas condições de segurança e uma evasão, com todas as suas consequências para o malogro da revolta, era bem de recear.

(G) — Da Capela do Santo Cristo de Moncarapacho, os franceses levaram, pelo menos e pelo que se sabe, 2 riquíssimas lâmpadas de prata cinzelada, 1 cálice de ouro lavrado, com patena cravejada de pedras finas, e 2 castiçais tríplices, em prata e de grandes proporções, que ladeavam o altar. Mas a Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Olhão também eles roubaram: segundo consta do «Livro de alfaias e móveis da Igreja (1803)», da Junta da Freguesia, roubaram pelo menos 2 cruces de prata e 1 lâmpada, também de prata, que se encontravam no altar-mor.

(H) — O caíque *Bom Sucesso* era propriedade do capitão olhanense Miguel do O, e não do mestre Manuel Martins Garrocho, como Ataíde de Oliveira afirmou num dos seus trabalhos e, seguindo-o, muitos outros têm repetido e repetem ainda. Era um barco de apenas 15 a 20 metros de comprimento, por 3 ou 4 de largura, e cerca de 2.000 arrobas (ou sejam 30 toneladas) de arqueação, de proa levantada e popa baixa e rasa, aparelhado com dois bastardos triangulares - o de vante içado num mastro comprido, que pendia para a proa, e o da ré num mastro mais curto, caído um pouco para a popa — e dispo de uma coberta corrida de vante à ré, com três escotilhas, uma das quais para serventia dos tripulantes.

(I) - Efectivamente, contra os franceses invasores de Portugal outras terras igualmente se levantaram, pouco mais ou menos na mesma altura de Olhão, e algumas com igual êxito; de tal forma que, dos historiadores portugueses que se ocuparam com mais pormenores da expulsão dos franceses, poucos são os que citam expressamente a revolta do povo olhanense, e os que o fazem limitam-se a mencionar Olhão como mais uma das terras que se revoltaram por essa altura, sem lhe apontarem qualquer notoriedade especial e menos ainda dando-lhe qualquer primazia. Sem a viagem do



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

*Bom Sucesso* ao Brasil, antecipando-se a qualquer outra comunicação dos acontecimentos à Corte, é bem possível que tal primazia nunca viesse a ser conhecida do Príncipe Regente. Além disso, não há dúvida de que o feito dos bravos olhanenses do *Bom Sucesso* esse sim, foi único, foi sem paralelo na gesta nacional da expulsão dos franceses, e mesmo na epopeia do Povo Português.

(J) — *Quenga* é um brasileirismo nordestino que significa: vasilha feita com metade da casca de um coco. Portanto vasilha muito pequena. A acepção em que os nordestinos a empregaram, para designar o barco em que os pescadores olhanenses foram ao Brasil, é o mesmo em que nós, em Portugal, empregamos por vezes a expressão *casca de noz*. É como se eles dissessem: os pescadores portugueses que vieram ao Brasil numa casca de noz.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

## 4

# A Luta pelos Foros Municipais

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



## UMA VILA NOTÁVEL MAS SEM TERMO

A Vila do Olhão *nasceu* no dia 15 de Novembro de 1808, em que o Príncipe Regente D. João assinou, no seu palácio do Rio de Janeiro, um Alvará pelo qual disse conceder ao «Logar do Olhão, no Reino do Algarve», não só o título de *Vila do Olhão da Restauração*, mas ainda «todos os Privilégios, Liberdades, Franquezas, Honras e Izsensões» de que já gozavam «as vilas mais notáveis do Reino de Portugal» e permitir que os habitantes da nova vila «usem de uma Medalha, na qual esteja gravada a letra — O — com a legenda Viva a Restauração e o Príncipe Regente Nosso Senhor» (V. Nota A).

Esta concessão do futuro Rei D. João VI pretendia galardoar o povo de Olhão pela sua heróica e decisiva insurreição contra os franceses de Junot, invasores de Portugal, e também agradecer-lhe a boa nova da expulsão daqueles do território algarvio, que os arrojados tripulantes do caíque *Bom Sucesso* lhe haviam levado ao Brasil. Aliás, ainda com essa mesma intenção, o Príncipe Regente criaria pouco depois o Marquesado de Olhão (Decreto-Real de 21 de Dezembro de 1808) e nomearia primeiro marquês nada menos do que o tenente-general Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Menezes, Conde de Castro Marim, Monteiro-Mór do Reino, Governador e Capitão-General das Armas do Algarve e Presidente da Junta Suprema do Governo da Regência.

Todavia, para os «habitadores do Logar do Olhão», que o Príncipe Regente pretendeu «distinguir entre os presentes e vindouros» com as suas decisões e benemerências, estas representavam, acima de tudo, a plena satisfação de um velho anseio de independência administrativa e de um inato espírito de liberdade local. Era a definitiva satisfação daquele anseio e daquele espírito que, como vimos nos capítulos anteriores, embora sumariamente, já os haviam obrigado, em 1695, a tornarem-se independentes da Freguesia de Quelfes, constituindo-se em Freguesia à parte; que os tinham levado à ousadia de se dirigirem directamente à Rainha, a partir pelo menos de 1715, pedindo-lhe que os autorizasse, como donatária do Lugar que era, a substituírem as suas humildes cabanas de cana cobertas de palha por casas de alvenaria, pretensão esta a que a Câmara Municipal de Faro, de que dependiam administrativa e judicialmente, sempre se opusera; que os tinham ainda conduzido, em 1765, à separação do Compromisso Marítimo de Faro e à erecção de um Compromisso Marítimo próprio e privativo, na sua Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Olhão; e que haviam sido, ao fim e ao cabo, o principal e quiçá o único móbil da sua insurreição contra os franceses, em que se empenharam de alma e coração talvez não apenas porque os invasores representavam o domínio de estranhos na sua Pátria, mas também ou sobretudo, porque ao lado dos estrangeiros se puseram logo certos *jacobinos* (como então era uso chamar aos partidários de Napoleão) da Câmara Municipal de Faro, procurando esta, desde a primeira hora da invasão e até ao próprio momento em que a revolta do povo farenses a destituiu, levá-los a aceitarem o jugo dos invasores.

Por tudo isto, a notícia da elevação da sua terra à categoria de vila, ao chegar a Olhão cerca de dois meses depois da concessão de tal mercê régia, trazida pelos tripulantes do *Bom Sucesso* no seu regresso do Brasil, causou ali indescritível contentamento e provocou grandes manifestações de regozijo: congratulação solene das Autoridades da Freguesia com a Mesa do Compromisso Marítimo, imponentes cerimónias religiosas na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, ruidosos e prolongados festejos populares nas ruas engalanadas da povoação, embandeiramento de

todos os barcos abicados na praia, etc.. Mas, por isso também, profunda e indelével foi a decepção dos olhanenses quando, passados os primeiros momentos da euforia causada pela auspiciosa notícia e extintos os últimos ecos das manifestações de regozijo, verificaram surpresos que, afinal, praticamente nada mudara e tudo, para eles, continuava como dantes.

De facto, o Alvará régio de 15 de Novembro de 1808, a despeito dos seus termos altamente honrosos para o povo olhanense e das concessões excepcionais que lhe fazia, não consignava os meios práticos de se efectivarem essas mesmas concessões, pois não demarcava Termo à nova vila, não lhe erigia Câmara Municipal, nem lhe nomeava Juízes. Embora com o título de vila, Olhão continuava, desta forma, sujeita à Vereação e às Justiças farenses, de que tantos agravos já tinha e de que tanto ansiava libertar-se; permanecia simples Freguesia do Termo de Faro, e bem pequena, pois a sua área continuava a ser a que lhe fora demarcada em 1722 e que, como vimos em capítulo anterior, não ia além do moinho do Nascente ou do Levante e do moinho do Poente ou da Barreta e, pelo Norte, mal chegava ao único poço de Olhão, isto é, até apenas a cerca de 300 metros para além da face posterior do edifício da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário.

Não podendo conformar-se com a situação de dependência em que, desta forma, continuava mesmo depois da elevação da sua aldeia à categoria de vila — e agora menos do que nunca, visto que precisamente essa mercê régia ainda melhor havia neles consciencializado a importância da sua terra e o valor da sua grei — os olhanenses iniciam imediatamente uma autêntica campanha de reivindicação dos direitos municipais, que irá preencher praticamente os primeiros três quartos de século da história da nova vila, e cuja orientação e comando são logo assumidos, e pelo menos durante vinte anos mantidos intrepidamente, pelo Compromisso Marítimo, como autêntica Casa do Povo de Olhão, que na prática era.

Assim, logo em princípios de Fevereiro de 1809, o Compromisso Marítimo, em nome do povo olhanense, dirigiu uma longa exposição ao Príncipe Regente, entregue naturalmente ao Governo da Regência, na qual se pedia a nomeação imediata de um Juiz de Fora, sua máxima aspiração havia muitos anos, e ainda a incorporação das vizinhas Freguesias de Quelfes e Pechão (ambas pertencentes ao Termo de Faro) e da povoação da Fuzeta (esta que fazia parte da Freguesia de Moncarapacho, mas pertencia ao Termo de Tavira) no Termo da nova Vila do Olhão da Restauração; o acrescentamento da palavra *Leal* ao título da nova vila (para que passasse a chamar-se, portanto, Leal Vila do Olhão da Restauração); e a construção de um monumento, tendo como única legenda a palavra *Lealdade*, que perpetuasse na praça pública a data da sua insurreição contra os franceses. Mas, tal requerimento não obteve deferimento, e nem sequer resposta, talvez apenas por oposição, frontal ou encapotada, dos farenses, pois sabe-se de certeza certa (até se conhece a acta...) que a Câmara Municipal de Faro reuniu, em 4 de Março de 1809, expressamente para apreciar aquela pretensão olhanense e deu sobre ela um parecer desfavorável.

A falta de resposta ao seu requerimento e a oposição fareNSE, se agravou realmente a adversão dos *filhos de Olhão* para com os *filhos de Faro*, não fizeram, todavia, desanimar os olhanenses. Talvez, até, ainda mais incitado pelo conhecimento da deliberação da Vereação fareNSE, o Compromisso Marítimo de Olhão dirigiu no ano seguinte (1810) nova exposição aos governantes, a insistir nas suas pretensões; e confirma-a depois em várias outras diligências orais, efectuadas através de

intermediários influentes, no decorrer dos cinco anos que se lhe seguem. Todo este esforço fica, porém, igualmente sem qualquer resultado útil, agora devido talvez já, não apenas à oposição farenses, e sim também às preocupações que então assoberbavam o Governo, causadas pelas invasões francesas dos generais Soult e Massena, entretanto verificadas no País, embora sem atingirem o Algarve. E em 1816, mal chega a Olhão a notícia do falecimento da Rainha D. Maria I e da aclamação do Rei D. João VI, ainda uma terceira exposição escrita, em tudo semelhante às anteriores, é dirigida ao novo Monarca, também sem resultado; como sem resultado fica mais uma vez a persistente utilização de numerosos «valimentos de altas individualidades» junto dos governantes, verificada sistematicamente em todos os anos que se seguiram, talvez porque o Governo estava já, nesta altura, a braços com as consequências da conspiração de Gomes Freire de Andrade.

A inutilidade de todos os esforços no sentido de ver convertidas em realidade as mercês régias que ganhara pelo seu heroísmo e, sobretudo, a oposição que a Câmara Municipal de Faro de todas as formas, e sempre mais ou menos ostensivamente, fazia à realização das suas aspirações autonomistas, acabaram por transformar o anseio de independência administrativa e o espírito de liberdade local dos olhanenses num profundo e indómito sentimento de revolta contra as instituições vigentes no País e seus defensores e representantes, estes naturalmente personificados sobretudo nos farenses e em especial ainda nos vereadores da respectiva Câmara Municipal. De tal forma que, ao eclodir, em 1820, a chamada *Revolução Liberal*, e a despeito de Olhão se ver rodeada de populações fiéis às velhas instituições e às ideias tradicionais, preponderantes sobretudo em Faro e Tavira, os olhanenses deram-lhe imediata e quase unânime adesão. Ainda naquele ano, segundo diz Baptista Lopes, verificaram-se na vila grandes manifestações favoráveis à revolução, as quais se repetiram no ano seguinte e, depois, em 1822, quando D. João VI jurou a Constituição.

De todas estas manifestações *revolucionárias* olhanenses — que, estamos em crer, repete-se, tiveram origem menos em convicções políticas ou numa consciente adesão às *ideias novas*, do que na ânsia de combater os farenses, seus rivais de sempre, e obter a autonomia administrativa da nova vila... — resultou que, em 1823, após o movimento que na História de Portugal ficou conhecido por *Vilafrancada*, o povo de Olhão sofresse grandes perseguições dos seus vizinhos absolutistas e não poucos olhanenses fossem presos e conduzidos às cadeias de Faro, onde se lhes juntaram depois outros conterrâneos, presos no ano seguinte, durante o movimento da *Abrilada*, todos que só conseguiram a liberdade quando o Infante de D. Miguel foi obrigado a sair de Portugal.

E com as perseguições, como é natural, os ânimos ainda mais se exaltaram em Olhão; e a luta pela sua completa autonomia municipal recrudescceu de intensidade, traduzindo-se em constantes protestos contra as autoridades farenses.

## A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO OLHANENSE

Em 1825, estabelecida no País a Regência a que presidiu a Infanta D. Isabel Maria, os olhanenses voltam a formular as suas reivindicações directamente ao Governo; e os governantes mostram, realmente, estar desta vez dispostos a considerar

os seus pedidos. Mas, ainda só em 20 de Abril de 1826, dez dias após a morte de D. João VI e já com D. Pedro IV aclamado Rei, embora continuando ausente no Brasil, é que o Conselho do Governo decide dar satisfação aos pedidos olhanenses e a Infanta D. Isabel Maria assina, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, e em nome do novo Monarca, um Alvará demarcando o *Termo da Vila do Olhão da Restauração*, erigindo-lhe *Câmara Municipal* e criando nela o lugar de *Juiz de Fora* (V. Nota B).

Por este documento decisivo ordena-se que façam parte do Termo do Olhão as Freguesias de Quelfes e Pechão (ambas até aí pertencentes ao Termo de Faro) e a Freguesia de Moncarapacho (até aí pertencente apenas em parte ao Termo de Faro, pois outra parte, talvez a maior, pertencia ao Termo de Tavira) e também a parte da costa marítima compreendida entre «a embocadura da nova barra, intitulada de Junot» e o «porto denominado Ramalheiro»; regulamenta-se que a Câmara Municipal da nova vila tenha três Vereadores, Escrivão e Procurador do Povo ou do Concelho, fazendo-se as respectivas eleições pela forma seguida nas outras terras da Casa e Estado da Rainha, a cujas doações pertencia o território do novo Termo; determina-se que a nomeação do Juiz de Fora e dos Oficiais necessários, incluindo o dos Órfãos, pertença à mesma Casa e Estado da Rainha; e que o dito Juiz «vença o mesmo ordenado. Aposentadoria e Propinas que vence o Juiz de Fora da cidade de Faro». E esta última cláusula, mais do que nenhuma outra, parece ter enchido de júbilo os olhanenses e provocado, por isso, grandes manifestações de alegria na vila (V. Nota C).

De facto, um Juiz de Fora com a mesma categoria do de Faro afigurou-se, então, aos olhanenses, a maior e mais decisiva vitória que podiam obter sobre os seus seculares rivais farenses. Mas, essa vitória não era assim tão decisiva como julgaram, porque o novel Município Olhanense teria ainda de lutar durante muitos anos com o seu vizinho farenses, e também depois com o seu vizinho tavirense, como adiante se verá, para obter a plena posse do Termo que de direito passava a pertencer-lhe...

O Alvará régio de 20 de Abril de 1826, logo dado a conhecer aos interessados, só veio no entanto a ser publicado em 18 de Junho seguinte, integrado numa Carta de Lei desta última data, assinada já por D. Pedro IV. A demora na expedição e publicação deveu-se certamente aos acontecimentos políticos que entretanto se verificaram no País, sobretudo ao deflagrar da feroz luta entre *pedristas* (liberais) e *miguelistas* (absolutistas), e talvez ainda também, a avaliar pelo seu procedimento anterior e subsequente, às *manobras* da edilidade farenses, que persistia em impedir por todos os meios a separação administrativa e judicial da nova vila. E para a confirmação definitiva do Alvará pelo novo Monarca, que é o que na realidade significa a citada Carta de Lei, sem dúvida muito contribuiu o facto da maioria dos olhanenses, após a promulgação da Carta Constitucional em 29 de Abril de 1826, se haver, pronta e publicamente, manifestado a seu favor, através, quer da Mesa do Compromisso Marítimo, quer das Autoridades da Freguesia.

Todavia, mesmo antes da publicação daquela Carta de Lei já um Alvará, datado de 5 de Maio daquele ano de 1826 e assinado pela Infanta D. Isabel Maria, nomeara o primeiro Juiz de Fora de Olhão, tendo a escolha recaído no Dr. António Malafaia Freire Telles, ao que parece magistrado de longa carreira e muito competente, visto que, ao ser criado o cargo, se determinara expressamente dever ser desempenhado por um Juiz «que tenha já servido, e seja prático e literato, por isso que vai fazer uma nova Criação e regular o Juízo». E já, até, em 8 de Junho também desse ano de 1826, aquele magistrado procedera, com o Corregedor da Comarca de Faro, à elaboração do

*Regulamento Económico e Municipal e à regulamentação da Administração da Justiça da Vila do Olhão.*

A primeira Câmara Municipal foi, finalmente, nomeada em 11 de Agosto ainda do ano de 1826, por Alvará da Rainha D. Carlota Joaquina, como donatária da nova vila e de harmonia com as prerrogativas que lhe haviam sido dadas pelo Alvará régio de 20 de Abril (V. Nota D). Era constituída pelos olhanenses Estevão Afonso (pai), Joaquim Manuel Júdice e Joaquim Viegas Esperança, como Vereadores, e Manuel Pereira Pinha, como Procurador do Concelho ou do Povo; e tomou posse e reuniu pela primeira vez em 28 do mesmo mês de Agosto, nas casas de residência do Juiz de Fora, que era o seu presidente nato, segundo as leis então vigentes. E no mesmo dia da posse da primeira Câmara e antes dela, o Juiz de Fora deu igualmente posse ao primeiro Escrivão da Câmara, que foi Joaquim do Ó, um dos tripulantes do caíque *Bom Sucesso*, nomeado para o cargo ainda por D. João VI, em recompensa da sua colaboração na audaciosa viagem ao Brasil. Aliás, ainda nesse mesmo mês de Agosto começou o Juiz Corregedor de Faro, por ordem superior, a escolher e *pôr em pauta* os demais funcionários indispensáveis ao funcionamento do novo Município e do novo Juízo, que ainda não estivessem nomeados por quem de direito (V. Nota E) e cujo provimento não fosse da competência da Vereação. E assim foram empossados desde logo também: Manuel Lopes Pestana, no ofício de Meirinho do Juízo da Saúde e no cargo de Guarda-Bandeira; Francisco José da Costa, nos ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Notas e Escrivão das Almotaçarias; António Martins Palmeiro, no ofício de Alcaide e Carcereiro; Francisco de Paula Morais, nos ofícios de Contador, Distribuidor e Inquiridor; José Elesbão Monteiro, no ofício de Escrivão das Execuções; Francisco José de Oliveira, no cargo de Escrivão dos Testamentos; Joaquim do Ó, no cargo de Escrivão da Saúde, que acumulava com o de Escrivão da Câmara; e João José de Frágoas, no de Escrivão do Judicial.

Dois dias depois da investidura da primeira Vereação olhanense, e por sua iniciativa, o Pároco de Olhão cantava, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e com o templo e o adro repletos de gente — toda a população da vila, diz um contemporâneo... —, um solene *Te Deum* de acção de graças por ter o povo de Olhão conseguido, finalmente, tornar-se independente da administração e da justiça de Faro. E em 12 de Setembro seguinte os mesmos Vereadores enviavam as suas homenagens à Rainha, donatária da nova vila, respondendo-lhes aquela logo no dia 20 com expressões de muito agrado.

A verdade, porém, é que a quasi única ocupação desta primeira Câmara Municipal de Olhão, e também ainda de bastantes das que se lhe seguiram, para além do provimento dos vários cargos municipais da sua competência (Porteiro-Pregoeiro, Almotacés, Partidores, Rodeira, etc.) e da instalação dos serviços da Câmara e do Juízo em casas alugadas para o efeito (V. Nota F), consistiu numa verdadeira luta pela posse do Termo que fora demarcado à sua vila e das regalias que, com ele, lhe tinham sido concedidas. Porque outra coisa não foi também, em última análise e em nosso entender, a participação activíssima dos olhanenses nas chamadas *Lutas Liberais*, que então ensanguentavam já o nosso País, participação que adiante referiremos. Com a erecção do Município e a posse da primeira Vereação e dos primeiros oficiais municipais apenas se dava, assim, início a uma nova fase da velha luta pela conquista dos foros municipais.

Com efeito, a Câmara Municipal de Faro, mesmo depois de promulgada e publicada a Carta de Lei de 18 de Junho de 1826, negou-se terminantemente a entregar os bens e usufrutos dos direitos que do seu Termo legalmente haviam transitado para a nova



Câmara e até os livros dos *tombos* e *matrizes* respectivos, quando o novel Município olhanense, logo em 2 de Setembro do mesmo ano, muito legitimamente lhos reclamou. A Câmara Municipal de Faro tentara já, mesmo, impedir a posse do Juiz de Fora e da Vereação olhanense por meio de uma representação dirigida ao Rei, o que levava este, logo em 16 de Agosto de 1826, a censurar a Vereação farensense e a proibi-la de voltar a fazer reclamações de tal natureza. Aliás, ainda naquele mesmo mês de Setembro de 1826 surgiu também um grave conflito entre os Juizes de Fora de Olhão e Tavira, por esta cidade igualmente então se declarar prejudicada com a passagem, para o Termo da nova vila, da Freguesia de Moncarapacho, parte da qual (incluindo a própria aldeia de Moncarapacho e a povoação da Fuzeta) na realidade até aí pertencera ao seu Termo, embora outra parte pertencesse de facto ao Termo de Faro, como anteriormente já dissemos.

De todas estas oposições e dificuldades, e do nulo resultado que obtiveram as diligências empreendidas para as vencer e remover, quer pela primeira Câmara Municipal olhanense, quer pela sua sucessora nomeada para o exercício de 1827, resultou uma nova onda de revolta do povo olhanense contra os farenses e também agora contra os tavirenses. E porque os farenses e os tavirenses, entretanto, haviam tomado declaradamente o partido de D. Miguel e procuravam impô-lo na própria vila de Olhão, talvez pensando ser esse o melhor meio de resolverem o problema local a seu favor, os olhanenses mais uma vez tomaram também partido no campo das lutas políticas, enfileirando agora ostensivamente no lado contrário, isto é, no partido de D. Pedro.

Note-se, no entanto, que a adesão dos habitantes de Olhão ao partido liberal não foi total e que, de entre eles, um pequeno número ainda se conservou partidário de D. Miguel. E também que, se os miguelistas eram assim poucos na vila, nas freguesias rurais do Concelho eram muitos, sobretudo na de Moncarapacho, cujos habitantes sempre mostraram relutância em passar para o Termo de Olhão, circunstância que naturalmente os levava a decididamente se colocarem ao lado dos tavirenses.

## **OS OLHANENSES NAS LUTAS LIBERAIS**

O novo aspecto que, pela assunção de um cariz político, tomou a luta dos olhanenses pela conquista e consolidação dos seus foros municipais, agravou-se sobretudo a partir de Abril de 1828.

A 20 desse mês de Abril, muito antes portanto da própria aclamação em Cortes, que só se efectuaria em 11 de Junho, e cinco dias antes do Bispo de Faro, D. Bernardo António Figueiredo, e do General Luiz Inácio Xavier Palmeirim, Governador das Armas, o fazerem naquela cidade em nome de todo o Algarve, os miguelistas farenses e tavirenses, associados a alguns do Termo olhanense, promoveram a proclamação de D. Miguel como Rei, numa sessão extraordinária da Câmara Municipal de Olhão, que hoje não se sabe bem como decorreu e quem nela tomou parte, porque a respectiva acta foi depois quasi inutilizada e tornada parcialmente ilegível, sobretudo as assinaturas. O Juiz de Fora, Dr. António de Malafaia Freire Telles, talvez perseguido pelos discordantes da aclamação de D. Miguel, fugiu da vila nesse mesmo dia ou nos

imediatos, abandonando a presidência do Município, em que foi substituído pelo vereador mais velho, João Lopes (tio); e sob a presidência deste, a Câmara Municipal reúne, de novo extraordinariamente, em 20 de Maio, com a presença de numerosos cidadãos olhanenses alheios à Vereação, e anula a aclamação de D. Miguel feita em 20 de Abril.

Porém, logo em 13 de Junho seguinte toma posse um novo Juiz de Fora, o Dr. António José de Moraes, nomeado por ordem de D. Miguel. E em Setembro os vereadores em exercício (João Lopes (tio), Domingos do Ó e Lourenço Lopes) e o Procurador do Povo ou do Concelho (Joaquim Martins Paula) abandonam os seus cargos ou são demitidos, não se sabe ao certo, parecendo que chegaram mesmo a ser presos, sob a acusação de haverem assinado a acta da reunião em que fora anulada a aclamação de D. Miguel; e entraram em exercício os substitutos, que eram, nos termos das leis então vigentes, os efectivos da Vereação anterior (Vereadores Manuel Martins Garrocho, José Elesbão Monteiro e Pedro Dias de Ataíde e Procurador do Povo Joaquim de Oliveira Pai-Avô). No fim do ano é, mesmo, nomeado um novo Juiz de Fora, também por ordem de D. Miguel: o Dr. António José Valentim, que toma posse em 13 de Dezembro.

Nos quatro anos seguintes, a renovação da Câmara, que então era anual, faz-se com relativa normalidade, de harmonia com as regras estabelecidas pela política dominante, mas nenhuma providência é por ela tomada para resolver o problema capital de Olhão: o da plena posse do Termo que lhe fora demarcado. As manifestações contra as Vereações, e contra os miguelistas em geral, que as apoiavam, são por isso constantes na vila; conseqüentemente as perseguições aos manifestantes, logo apodados de *pedristas* e *liberais*, são constantes também. Nesses anos registam-se numerosas prisões de olhanenses natos, e de outros habitantes não olhanenses da vila, que àqueles se associam nas manifestações, todos mandados para a cidade de Faro em condições desumanas.

As condições desses presos olhanenses nas cadeias farenses são, realmente, tão desumanas e as suas culpas políticas afinal tão poucas, que o próprio General Palmeirim chega a compadecer-se deles e a considerá-los não culpados, propondo-se mandá-los em liberdade. Mas, os miguelistas farenses, amotinados contra os presos olhanenses, pretendem chaciná-los; e o General vê-se obrigado a mandá-los para Lisboa, para os furtar às iras da população.

Dos cem algarvios encerrados por essa altura no famigerado Forte de S. Julião da Barra, próximo da foz do Rio Tejo, segundo contou depois Baptista Lopes, que foi um deles, não poucos eram olhanenses; alguns desses olhanenses, mesmo, morreram lá, vítimas dos maus tratos dos carcereiros e das péssimas *condições* da salubridade em que estavam alojados, entre eles, por exemplo, Francisco de Soto-Mayor, comandante da Fortaleza de S. Lourenço, o ferreiro Luiz Madeira e um tanoeiro de apelido Ruas. Todos esses algarvios andam, hoje em dia, mais ou menos apontados por aí, até em alguns livros de história, como mártires das ideias liberais; mas, a nós e no que diz respeito aos olhanenses, parece-nos que estes foram, antes de tudo ou exclusivamente, mártires da autonomia e independência administrativa da sua vila, nas lutas contra os seus seculares rivais farenses e os seus recentes rivais tavirenses.

Nesse tempo, ao que pudemos concluir da consulta dos aliás poucos documentos dos arquivos locais, e do que eles nos inculcam sobre a maneira de ser, de pensar e de estar na vida da generalidade dos olhanenses de então, estes não se preocupavam ainda

verdadeiramente com ideologias e reivindicações políticas e sociais, porque o que os movia era apenas, talvez ou mesmo sem dúvida, aquele espírito que os levava, cem anos antes, aos cercos de Gibraltar e de Cádiz, contrabandeando com sitiados e sitiantes, e que Ataíde de Oliveira tão bem definiu num dos seus livros com estas palavras: «(...) o marítimo de Olhão, livre como a águia nos espaços, valente e audaz, como o leão, manhoso e sagaz, como a raposa, não deixa passar um acontecimento sem aproveitar a ocasião de tirar dele todas as vantagens»...

As lutas de que por esta altura começou a ser teatro, os forasteiros que elas lhe trouxeram e os seus filhos que elas levaram para outras terras e mesmo para o estrangeiro, como adiante se verá, e depois voltaram imbuídos das ideias revolucionárias do tempo, esses é que começariam, em nosso entender, a introduzir em Olhão, com os primeiros graduados da Maçonaria e as primeiras lojas maçónicas olhanenses, as ideias e as lutas propriamente políticas (V. Nota G). E mesmo assim, só em casos muito excepcionais e sem dúvida nenhuma por influência ou por actuação directa de gente de fora, é que as ideias e as lutas propriamente políticas, nos tempos que se seguiram, se sobrepuseram aos interesses locais ou não foram exclusivamente utilizadas em defesa desses interesses...

## O ASSEDIO MIGUELISTA A OLHÃO

Finalmente, em 24 de Junho de 1833, o Duque da Terceira desembarca as suas tropas na Praia da Alagoa, entre Cacela e Montegordo, e nesse mesmo dia o Juiz de Fora de Olhão, Dr. António José Valentim, abandona o cargo e sai da vila. No dia seguinte, as tropas *pedristas*, depois de porem em debandada os *miguelistas* comandados pelo Visconde de Molelos, junto da Ribeira do Almargem, ocupam Tavira, abandonada pela população, e iniciam a sua marcha sobre Faro; e ao passarem na Alfandanga, destacam alguns elementos do célebre *Batalhão Académico*, que com elas vinham, para irem reconhecer a povoação da Fuzeta, cuja população os aclama entusiasticamente, depois de ouvir uma calorosa *arenga* do académico Almeida Grijó (V. Nota H).

No dia 26, as tropas do Duque da Terceira entram em Olhão. E nesse mesmo dia é ali aclamada a Rainha D. Maria II, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, então presidida pelo Vereador mais velho, Joaquim Viegas Esperança, que substituirá o fugitivo Juiz de Fora. Aliás, logo no dia 30, por meio de um ofício dirigido à Câmara Municipal de Olhão, o Duque de Palmela ordena, de Faro e em nome do Regente Duque de Bragança, a posse do Dr. João Carlos de Oliveira Pimentel no cargo de Juiz de Fora, consequentemente no de Presidente da Câmara Municipal.

Olhão torna-se, então, num dos poucos e sem dúvida num dos mais fortes baluartes do liberalismo no Algarve. Para a sua defesa organizou-se, até, um dos chamados *batalhões nacionais*, que ficou conhecido, e mesmo célebre, na história das *Lutas Liberais*, pela designação de *Batalhão de Voluntários de Olhão*, e onde logo se alistou, sendo depois promovido a tenente de milícias por sua bravura, o jovem Estevão Afonso (filho), que mais tarde se celebrizaria no desempenho de vários cargos, mas sobretudo como grande médico e filantropo olhanense. Os principais oficiais desse Batalhão, além de Estevão Afonso, foram o capitão de Caçadores José Inácio de Vasconcelos (que assumiu o comando), os capitães de milícias José Bernardo de



Souza, Luiz José Carneiro, Manuel Viegas Sacramento e Joaquim Viegas Esperança, os tenentes de milícias Joaquim Martins Paula e José Joaquim Leonardo e os alferes de milícias António Ricardo Amado, António Leonardo da Graça, António Rodrigues Branco, Manuel José Lopes e João Viegas de Mendonça.

Em começos de Agosto, com efeito, as tropas miguelistas desencadeiam violentíssimo ataque a Olhão, que os olhanenses repelem vitoriosamente, abrindo trincheiras e levantando barricadas nas entradas da povoação, onde todos os homens válidos combatem denodadamente, depois de colocarem as mulheres, as crianças e os velhos a salvo, em barcos, no meio da Ria Formosa, E depois, prevendo justificadamente que outros ataques se seguiriam, ergueram três baluartes fortificados em pontos estratégicos, que ficaram famosos entre os inimigos, pela sua resistência: um deles estava situado à entrada da vila, no local que hoje se designa por Largo da Liberdade exactamente em memória das lutas ali ocorridas em 1833; outro, não menos forte, ficava junto das Praínhas, mais ou menos nas traseiras do actual edifício próprio da Esquadra da Polícia de Segurança Pública; o terceiro era junto do velho Moinho do Levante, próximo do local onde actualmente se encontram os edifícios próprios da Delegação Aduaneira (Alfândega) e da Capitania do Porto.

Contra estes baluartes esbarra e desmantela-se um novo ataque miguelista, que Olhão suporta vitoriosamente em 17 de Setembro. Contra eles atira, apenas quatro dias depois (a 21 de Setembro) o próprio General Tomaz Cabreira, todas as forças de que os miguelistas então dispunham no Algarve e que eram, pelo menos, o triplo das tropas pedristas, mas que mesmo assim não conseguem vencer; ajudados já então por uma parte do Batalhão-Mór de Serpa e por milícias pedristas de outros pontos do Algarve, que entretanto vieram em seu socorro, e depois de 16 horas de combates violentos, os olhanenses repelem os atacantes, infligindo-lhes pesadas baixas. Contra eles voltam ainda os miguelistas a investir, em 3 de Janeiro e em 22 de Fevereiro de 1834, igualmente sem resultado, embora na defesa então morram, entre outros, os olhanenses Manuel José Patrício, Luiz Fernandes, Veríssimo Pereira de Mendonça e João da Silva Lopes. E é tal a bravura posta na defesa de Olhão durante todos esses ataques, especialmente nos dias 17 e 21 de Setembro de 1833, que a Rainha D. Maria II, por proposta do Visconde de Sá da Bandeira, condecorou depois (Decreto Real de 18 de Abril de 1836) alguns militares e civis que nela tomaram parte; entre eles, receberam a Comenda da Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito: os alferes reformados António Máximo Toscano Perdigão e José Alberto de Oliveira (que, se não eram naturais de Olhão, ali pelo menos residiam nessa altura), o major de Infantaria 2 António Silvestre de Souza e o Guarda-Mór de Saúde de Tavira João Pedro de Araújo Pessoa.

Os mais violentos ataques miguelistas foram os desencadeados contra o baluarte localizado onde hoje é o Largo da Liberdade, porque era então ali a única possível entrada directa na vila a *pé enxuto*, e em qualquer dia e a qualquer hora, já que por qualquer outro lado se teria forçosamente de atravessar os sapais e esteiros da Ria Formosa que rodeavam a povoação. Tal circunstância levou, mesmo, a que, além do baluarte propriamente dito, se transformassem também algumas casas das vizinhanças em postos de defesa; e fez com que muitas casas daquela área fossem destruídas pelo fogo das armas dos atacantes e por incêndios, que eles propositadamente atearam. Aliás, os estragos causados pela luta, em toda a vila e arredores imediatos, foram de tal ordem,

que para os remediar teve o Município de recorrer depois ao auxílio do Governo, que concedeu aos proprietários atingidos indemnizações pelos prejuízos sofridos. Para avaliar estes foi, até, nomeada pela Câmara Municipal uma Comissão composta pelos olhanenses capitão Tomaz de Aquino e Souza, Domingos do Ó Borrego, João Inácio Pereira, António Ruiz dos Santos e Lourenço Contreiras.

Depois de 22 de Fevereiro, e decerto concluindo pela inutilidade dos seus esforços, os miguelistas não voltaram a atacar Olhão. Mas os olhanenses ainda cooperam em várias acções contra eles, em diversos pontos do Algarve, até ao dia 9 de Maio de 1834, em que foram definitivamente desalojados do Sítio da Boavista; e não poucos seguiram, mesmo, com as tropas pedristas, para outros pontos do País, cooperando por vezes com actos de verdadeiro heroísmo na luta contra os miguelistas, até que estes foram completamente vencidos. E embora as estatísticas e estimativas de alguns historiadores das *Lutas Liberais*, que ao caso se referem, por vezes nos queiram inculcar o contrário, também não poucos olhanenses morreram nessas lutas, quer em combate, como os que já anteriormente mencionámos e ainda outros, a que igualmente encontrámos referência nos arquivos locais, mas sem menção de nomes, quer vítimas da actividade fratricida e terrorista dos guerrilheiros, como aconteceu com Lourenço Corcovado e um indivíduo de apelido Maia, mortos e queimados pela famigerada guerrilha do Camacho, perto do Ameixial.

Aliás, não foi apenas durante os combates entre as hostes das duas facções em luta, ou no decurso das acções terroristas dos bandos de guerrilheiros dos dois lados, que as *Lutas Liberais* fizeram vítimas na Vila de Olhão e no seu Termo. O clima de autêntica guerra civil em que então viveu todo o País, sem excluir o Algarve e incluindo Olhão e arredores, provocou o exacerbamento dos ânimos, ao ponto de se transformarem em questões irredutíveis os mais pequenos e insignificantes problemas pessoais, familiares ou locais, levando vizinhos do mesmo lugar e membros da mesma família a perseguirem-se mútua e ferozmente, destruindo-se bens e vidas em assaltos à mão armada, actos de fogo posto e assassínios. Insignificantes questões de divisão de água para rega de hortas ou partilha de heranças, por exemplo, fizeram com que pais arcabuzassem ou mandassem arcabuzar aos filhos, filhos aos pais, irmãos a irmãos e tios a sobrinhos, em emboscadas traiçoeiras, atirando depois as culpas para cima dos guerrilheiros ou dos adeptos do partido contrário àquele em que militavam os assassinados!...

Isto que aqui afirmamos poderíamos documentá-lo sobejamente com o relato ou mera citação de casos concretos ocorridos nas freguesias de Moncarapacho e Quelfes, e que envolveram gente daquelas aldeias e da vila, de apelidos ainda hoje bem conhecidos. Tais casos chegaram ao nosso conhecimento através do relato pormenorizado de pessoas muito velhas, que recolhemos há mais de cinquenta anos; designadamente de nossa Avó materna, ao tempo já octogenária, e de um já então nonagenário servidor da casa de nosso Avô paterno, este que andou nas próprias lutas entre pedristas e miguelistas, como soldado liberal, na área do Termo de Olhão e fora dele.

## NOTAS

(A) — Apenas com a ortografia mais ou menos actualizada, para facilidade de leitura, segue-se o texto integral do Alvará de 15 de Novembro de 1808, que elevou o Lugar do Olhão à categoria de Vila: — *«Eu O Príncipe Regente. Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem que merecendo a Minha Real Consideração, e Estima os Meus fieis Vassallos habitadores do Logar do Olhão no Reino do Algarve pelo patriotismo, amor e lealdade, com que no dia 16 de Junho do corrente ano se deliberaram com heróico valor, e intrepidez muito própria da valerosa e sempre leal Nação Portuguesa a sacudir o pisado, e intolerável jugo Francês, com que se viam oprimidos, e vexados, dando o sinal da Restauração da sua liberdade, tiranizada com factos injustos, e violencias insofríveis, rompendo com vivas à Minha Augusta Pessoa, e a toda a Real Família, arvorando a Bandeira Portuguesa, e propondo-se sustentar com as armas na mão, e à custa do seu sangue a Causa da Religião, e do Trono, com tanta perfídia invadido: E Querendo Eu Dar um testemunho de quão bem aceitos por Mim foram estes relevantes Serviços, praticados com tanto brio, honra e valor, que foram, o primeiro sinal para se restaurar a Monarquia de que se tinha apoderado o inimigo comum da tranquilidade da Europa, com manifesta usurpação, e ultrage dos Meus Reais Direitos, e da Augusta e Real Família; e ao mesmo tempo Distinguir entre os presentes, e vindouros o referido Logar do Olhão, e seus Habitantes, Hei por bem, e Me Praz Erigilo em Vila; e Ordenar, que da publicação deste em diante se denomine Vila do Olhão da Restauração; e que tenha, e goze de todos os Privilégios, Liberdades, Franquezas, Honras e Isenções, de que gozam, as Vilas mais Notáveis do Reino; e Permito outro-sim, que os habitantes dela usem de uma Medalha, na qual esteja gravada a letra — O — com a legenda — Viva a Restauração e o Príncipe Regente Nosso Senhor —. Pelo que; Mando à Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciência e Ordens; Presidente do Meu Real Erário; Regedor da Casa da Suplicação; e a todos os Tribunais, e Ministros, a que o seu conhecimento pertencer, o cumpram, e façam cumprir, como nele se contem, não obstante quaisquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario, porque todas Hei por derogadas para este efeito somente, como se delas fizesse expressa e individual menção, ficando alias sempre em seu vigor: E este valerá como Carta passada pela Chancelaria, ainda que por ela não ha-de passar, e que o seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da Ordenação em contrario: Registando-se em todos os logares onde se costume registar semelhantes Alvarás. Dado no Palácio do Rio de Janeiro em quinze de Novembro de mil oitocentos e oito. — PRINCIPE — D. Fernando José de Portugal.»*

(B) — Também apenas com a ortografia mais ou menos actualizada, para facilitar a respectiva leitura, é o que se segue o texto integral do Alvará de 20 de Abril de 1826, assinado pela Infanta D. Isabel Maria, que erigiu Câmara, delimitou Termo e deu Juiz de Fora à Vila do Olhão da Restauração: — *«Eu El-Rei. Faço saber aos que este Alvará virem — Que pelo juiz e mais officiais da Casa do Compromisso e Moradores do Olhão, no Reino do Algarve, Me foi apresentado que tendo Eu sido servido pelo Meu Alvará de 15 de Novembro de 1808 erigir em Vila aquele logar do Olhão e com o nome de Vila do Olhão da Restauração, concedendo-lhes os Privilegios, Liberdades, Franqueias, Honras e Isenções de que gozam as Vilas mais notáveis do Reino, em testemunho do quanto Me tinham sido aceitos os leais e relevantes serviços, que os ditos Moradores Me haviam feito, com assinalado brio, honra e valor. — Este benefício não podia ser-lhe proveitoso, como convinha, sem que à erigida vila se designasse Termo e se criasse um lugar de Juiz de Fora, que nela administrasse justiça. — Ao que atendendo e às informações a que mandei proceder, das quais resultou pleno conhecimento da considerável população da sobredita vila, e mais circunstancias que justificam a pretendida criação — Hei por bem e Me praz, ampliando e declarando o referido Alvará, erigir camara na mencionada vila com três vereadores, Escrivão e Procurador do Concelho, fazendo-se as eleições e confirmações das Pautas na forma que se observa nas outras terras da Casa e Estado da Rainha: — Crear para a mesma Vila um lugar de Juiz de Fora, cuja nomeação assim como a dos officiais que forem indispensáveis, sem excepção dos dos Orfãos, ficam pertencendo à Casa e Estado da Imperatriz Rainha, Minha Muito Amada Mãi, por ser o território da sobredita vila compreendido nas doações da mesma Casa e Estado: — Ordenar que o novo Juiz de Fora vença o mesmo ordenado, Aposentadoria e Propinas, que vence o Juiz de Fora da cidade de Faro, a cujo Termo tem pertencido e de que fica desanexado o referido território, sendo-lhe pago o ordenado e Aposentadoria por lançamento no Cabeção das Sizas, quando nele não houver sobejos, visto que a presente criação é feita a requerimento dos Povos e em seu proveito. — E querendo evitar as duvidas que para o futuro possam suscitar-se, acerca dos verdadeiros limites do Termo de que se ha-de compor a referida Vila. — Hei outro-sim por bem declarar que lhe fica servindo de Termo as freguesias de*

*Moncarapacho, Quelfes e Pexão, e da parte da costa marítima, desde a embocadura da nova barra intitulada de Junot, até ao Porto denominado «Ramalheiro», — Quero O Mando que este Meu Alvará se cumpra e guarde tão inteiramente como nele se contem, sem duvida ou embargo algum, e para firmeza e lembrança de que Eu assim ordenei, se passem Cartas pela Mesa do Desembargo do Paço, que assim o executará, em dois diferentes exemplares, um para se remeter à Camara da referida Vila, e outro para se guardar no Meu Real Arquivo da Torre do Tombo. — Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em Conselho do Governo a 20 de Abril de 1826. — INFANTA — José Joaquim de Almeida — Arroufe Correia de Lacerda.»*

(C) — A nomeação de um Juiz de Fora representava, realmente, uma distinção para a nova Vila, mas não por aquele ter os mesmos vencimentos, etc., portanto a mesma categoria do de Faro, como pensaram os olhanenses, e sim por outra razão. Nesse tempo, nem todas as cidades e vilas de Portugal tinham Juiz de Fora. O normal era cada cidade ou vila ter dois Juizes Ordinários, eleitos pelo Povo entre os *vizinhos do Lugar*, isto é, entre os próprios habitantes da vila ou cidade e seu Termo, um dos quais Juizes presidia à Vereação e o outro administrava Justiça, tendo ambos poderes muito limitados e estando subordinados aos Corregedores das Comarcas e aos Ouvidores Reais, para estes havendo recurso de todas as suas sentenças. Os Juizes de Fora, que eram de nomeação régia e escolhidos exclusivamente entre *letrados de fora parte*, isto é, pessoas habilitadas com os cursos de Leis e naturais de fora do Termo da vila ou cidade onde prestavam serviço, os quais presidiam à Vereação e simultaneamente administravam Justiça, só os havia nas cidades e vilas mais importantes do País e eram, portanto, relativamente poucos. A criação de um lugar de Juiz de Fora em Olhão significava, assim, em primeiro lugar e acima de tudo, que a nova vila era *de facto* considerada já, pelos governantes, uma das mais importantes e notáveis de Portugal.

(D) — O Alvará de 11 de Agosto de 1826, que nomeou a primeira Câmara Municipal do Olhão, foi integralmente copiado na acta da primeira reunião da mesma Câmara, efectuada no dia 20 do mesmo mês; dessa acta transcrevemos o seu texto, que é o seguinte: — «*Juiz de Fora e Presidente da Camara da Minha Vila do Olhão da Restauração. Eu a Emperatriz e Rainha vos envio muito Saudar: Convem ao Meu Serviço que as pessoas abaixo declaradas Sirvão na Camara de novo erecta nessa dita Vila os Cargos em que vão nomeados no presente Ano de mil oitocentos e vinte e seis e o mais Tempo que decorrer, em quanto não mandar o Contrario — Vereadores — Estevão Afonso — Joaquim Manuel Judice — Joaquim Viegas Esperança — Procurador — Manuel Pereira Pinha - Aos quais mandareis chamar, e da Minha Parte lhes notificareis o aceitem os Cargos em que vão nomeados, e lhes dareis deles posse, e juramento, para que bem, e verdadeiramente os sirvão, guardando em tudo o Meu Serviço e às Partes seu Direito de que se farão os Assentos necessários nos livros Competentes, que para esse efeito devem haver. Pelo Escrivão da Camara respectiva que assinarão. Lisboa aos onze de Agosto de mil oitocentos e vinte e seis. — EMPERATRIZ E RAINHA. — Alvará de Eleição dos Officiais da Camara da Vila do Olhão da Restauração para o presente ano de mil oitocentos e vinte e seis — Para Vossa Magestade Imperial e Rial Ver, Por despacho do Conselho da Fazenda e Estado de onze de Agosto de mil oitocentos e vinte e seis tomado em Consulta — Pedro Alvares Deniz — José Ribeiro Saraiva. Manuel Raimundo de Lima Pinto o fez escrever. Manuel Sérgio Vitoria Pereira o fez. Registado a Folhas cento e desoito do Livro de semelhantes. Lisboa vinte e um de Agosto de mil oitocentos e vinte e seis. Pereira.»*

(E) - Conforme dissemos no final do capítulo anterior, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, cobriu os tripulantes do caíque *Bom Sucesso* de mercês, como recompensa da sua audaciosa viagem ao Brasil; e entre essas mercês contavam-se nomeações para cargos ou ofícios da nova vila, que só poderiam realmente existir quando houvesse Câmara erecta e eleitos ou nomeados os Juizes. Erecta agora a Câmara e nomeado o Juiz de Fora, alguns dos então nomeados, como Joaquim do Ó, primeiro Escrivão da mesma Câmara, foram logo investidos nos seus cargos; outros só o foram mais tarde; outros ainda nunca chegaram a sê-lo, talvez ou sem dúvida por motivos políticos ligados aos acontecimentos que entretanto sobrevieram na vila e no País, aparecendo pessoas diferentes nomeadas e empossadas nos mesmos cargos.

(G) — Não conhecemos, até este momento, quaisquer documentos ou referências bibliográficas que nos permitam dizer com rigor quando a Maçonaria começou a ter influência na vida olhanense. Mas, simples indícios significativos da existência de maçons, em Olhão e seu

Termo, só começámos a encontrá-los nos documentos dos arquivos olhanenses lavrados já nos fins das *Lutas Liberais* e após estas, passando a ser mais abundantes depois do benemérito e filantropo Dr. Estevão Afonso haver regressado de França, onde se doutorara na Sorbone e onde, ainda estudante, tomara parte nas barricadas de Paris contra o Rei Luiz Filipe. Daqui a nossa talvez audaciosa conclusão de que foi nessa altura que a Maçonaria se instalou em Olhão e foi ela que ajudou a canalizar para a defesa de ideologias políticas o inato espírito de independência e de liberdade do povo olhanense. Aliás, depois das *Lutas Liberais* foi sempre muito grande a influência da Maçonaria na vida olhanense, quer na vigência da Monarquia, quer na da República, e até mesmo durante o período que ficou conhecido por Estado Novo (1926-1974); de tal modo, que pode mesmo dizer-se, sem receio de errar muito, que foram maçons as principais figuras ou, pelo menos, os principais *mentores* da política local olhanense até praticamente aos nossos dias. Sabe-se, por exemplo e comprovadamente, que em 1927 ainda se mantinha na Vila de Olhão uma *loja* maçónica com 24 membros activos; e temos pessoalmente indícios seguros, alguns mesmo conclusivos, de que vinte e cinco anos depois, na década de 1950-1960, apesar de entretanto a Maçonaria ter sido ilegalizada em Portugal, grande parte dos maçons olhanenses da referida *loja* ainda se encontravam activos, embora divididos por *triângulos*, em obediência à ordem de *triangulare*, recebida após a ilegalização, para assim mais facilmente despistarem as autoridades policiais.

(H) — O *Batalhão Académico*, constituído por estudantes que na sua maioria viriam a ser grandes figuras da vida portuguesa, não só na política, mas também nas artes e nas letras, teve um papel de grande relevo em toda a campanha contra os miguelistas. Eram em número de 50 os académicos, pertencentes a esse Batalhão, que acompanharam as tropas do Duque da Terceira desembarcadas no Algarve, foram destacados para reconhecer a Fuzeta e entraram seguidamente em Olhão. Entre eles vinham o futuro grande estadista Fernandes Tomaz e os futuros historiadores Pinheiro Chagas e Luz Soriano, este último que, num dos seus trabalhos, relata sumariamente a entrada e actividade no Algarve das tropas em que esteve incorporado.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

5

## Cabeça de Concelho e de Comarca

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO





ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## A POSSE DO TERMO DA VILA

Ao terminar a guerra entre *pedristas* e *miguelistas* no Algarve, em Maio de 1834, a vida estava totalmente desorganizada em Olhão, sob todos os aspectos. E a Câmara Municipal não tinha quaisquer recursos, principalmente financeiros, que lhe permitissem resolver os problemas locais mais antigos, que não eram poucos, nem ao menos atenuar os também não poucos, e ainda mais graves, criados por aquela nova situação. Por isso, volta imediatamente, e agora com redobrada insistência e perseverança, a tentar fazer valer os direitos da vila sobre o Termo que lhe fora demarcado, invocando sobretudo, como era natural, os privilégios que julgava lhe concedia a actuação da maioria, ou da quasi totalidade, dos olhanenses, na defesa das instituições vitoriosas no País. E logo em 1835 fica, se não definitivamente resolvido, ao menos temporariamente sanado, o conflito com a cidade de Tavira.

A povoação da Fuzeta, pertencente à Freguesia de Moncarapacho e principal pomo de discórdia nesse pleito entre olhanenses e tavirenses, progredira muito nos últimos tempos e reclamava, havia não poucos anos, a sua erecção em Freguesia independente. E a Câmara Municipal de Tavira, perante as novas e mais prementes reclamações da sua congénere olhanense, resolve agora, pura e simplesmente, patrocinar e facilitar a pretensão dos fuzetenses, advogando-a junto da Cúria Diocesana de Faro. Exactamente naquele ano de 1835, uma Provisão de Frei António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, que governava o Bispado no impedimento do Bispo D. Bernardo António de Figueiredo, Provisão que se refere apenas ao pagamento do tributo devido pelo Cura da Fuzeta ao Pároco de Moncarapacho, serve de pretexto para a Vereação tavirense e a própria Diocese considerarem a Fuzeta erecta em Freguesia independente da de Moncarapacho (V. Nota A); e como o Alvará Régio de 20 de Abril de 1826 mandava passar para o Termo de Olhão apenas a Freguesia de Moncarapacho, sem qualquer referência expressa à povoação da Fuzeta, a nova Freguesia por esta constituída continua no Termo de Tavira. E deste, só a aldeia de Moncarapacho, e os seus arredores até à periferia da povoação fuzetense, passam então, de facto, para o Termo de Olhão.

Desta forma se cumpria o Alvará que demarcava o Termo de Olhão, dando satisfação aos olhanenses sem descontentar os tavirenses (e os próprios fuzetenses, diga-se porque é verdade, que sempre quiseram pertencer ao Termo de Tavira e nunca ao de Olhão...), pensou decerto a Câmara Municipal de Tavira. E a Câmara Municipal de Olhão aceitou, realmente, esta solução, para evitar mais questões de momento, e pensando talvez já que, mais tarde, consolidada a posição do novel Município Olhanense, seria a altura de voltar a falar no assunto. Como, de facto, aconteceu...

O conflito com a Câmara Municipal de Faro, esse é que não foi tão fácil de resolver, já porque aquela continuava a negar-se a qualquer negociação, entendimento ou combinação, já talvez igualmente porque a secular rivalidade entre olhanenses e farenses tornava as suas posições no assunto irredutíveis. E só, realmente, já no decurso de 1836, após novas e insistentes reclamações da Câmara Municipal de Olhão, e sobretudo depois da intervenção directa do próprio Governo do País, é que a Câmara Municipal de Faro se resolveu, finalmente, a entregar a documentação, bens e rendimentos das Freguesias de Olhão, Pechão e Quelfes e da parte da Freguesia de Moncarapacho que pertencera ao seu Termo. A Câmara Municipal Olhanense que conseguiu, assim, tomar posse efectiva e definitiva do Termo da sua Vila e dos respectivos bens e rendimentos, era presidida pelo capitão de milícias Joaquim Viegas Esperança e tinha como Vereadores Manuel



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

Gomes Pincho, António Martins Morgado, Manuel Vieira Borrego e José Fernandes Lopes.

Esta Câmara Municipal fora também a primeira designada por eleição directa do povo de Olhã, que se efectuara em 1834. Porque, entretanto, a reforma administrativa de 1832, que aliás só entrara praticamente em vigor após dois anos e precisamente com a realização daquelas eleições, tinha alterado profundamente a forma de designação, a constituição e o funcionamento das Câmaras Municipais: o cargo de Juiz de Fora havia sido extinto, bem como os dos Almotacés, o do Juiz dos Órfãos e o de Procurador do Povo ou do Concelho, além de outros de menor importância e significado; aumentara o número de Vereadores, que passaram a ser também eleitos directamente pelo povo do Concelho, em vez de nomeados pelo Rei ou pela Rainha, presidindo à Câmara o vereador mais votado na eleição; fora aumentada a duração do mandato dos Vereadores, que passara de um para dois anos; etc.

Aquela mesma reforma administrativa de 1832 tinha, até, criado um novo cargo: o de Provedor do Concelho, a quem competia executar as deliberações da Câmara Municipal e as directivas do Governo, este que o nomeava, e ainda o desempenho de funções policiais e outras que até aí pertenciam ao Juiz de Fora. O primeiro (e único) titular deste novo cargo em Olhã, empossado também em 1834, era o tenente de milícias Estevão Afonso (filho), futuro Dr. Estevão Afonso, que se evidenciava já não apenas como um dos grandes defensores locais das ideias liberais, mas até como um dos principais mentores da política liberal em todo o Termo de Olhã; o prestígio que ele já granjeara localmente, e até junto das instâncias superiores do País, e a sua actuação no exercício deste novo cargo (particularmente difícil no rescaldo de uma autêntica guerra civil e nas condições precárias do Município Olhanense), contribuíram muito, ou mesmo decisivamente, para o êxito das diligências da Câmara Municipal no sentido de se resolver o conflito com a sua congénere farensense e sobretudo para a intervenção do Governo a favor do Município Olhanense.

Em Dezembro daquele ano de 1836, em que se consolidava a posição do Município Olhanense pela plena posse do seu Termo, dava-se, porém, uma nova reforma administrativa, em resultado da promulgação do primeiro Código Administrativo Português e que, além de outras pequenas modificações de menor importância e significado, no que respeita aos Municípios, extinguiu o cargo de Provedor do Concelho e criava um outro: o de Administrador do Concelho. Este, que funcionava junto da Câmara Municipal, mas independente dela e sem interferir na sua actuação, era nomeado pelo Governo, tinha funções propriamente de administração policial e política e foi sempre, até ao seu desaparecimento em 1940 (devido a publicação de um novo Código Administrativo), mais um órgão de política governamental do que de política municipal. O primeiro titular deste novo cargo, isto é, o primeiro Administrador do Concelho de Olhã, foi também o tenente de milícias Estevão Afonso (filho), que para ele transitou do extinto cargo de Provedor.

## **O ANSEIO DE JUSTIÇAS PRÓPRIAS**

Com as reformas administrativas anteriormente referidas, a Vila do Olhã da Restauração viu, sem dúvida nenhuma, ainda melhor consolidada a independência da sua

administração municipal, pois os titulares dos principais cargos passaram a ser exclusivamente de eleição popular. Mas, no entender da generalidade dos olhanenses, viu-se também de novo na dependência dos seus vizinhos, primeiro dos tavirenses e depois dos farenses, sob um aspecto que, desde sempre, consideravam de capital importância e por cuja independência sempre lutaram: a administração da Justiça.

Com efeito, a reforma administrativa de 1832, confirmada, completada e regulamentada em 1833, mas que só entrou de facto em vigor em 1834 com as primeiras eleições para Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais e a efectiva saída dos Juizes de Fora, dividiu o Algarve em três Comarcas, para efeitos simultaneamente administrativos e Judiciais: as Comarcas de Lagos, Faro e Tavira; e na Comarca desta última cidade incluiu o Concelho e o Julgado de Olhão, este pela mesma reforma também criado. Uma nova reforma promulgada logo no começo do ano seguinte (1835) e que separou, pela primeira vez e definitivamente em Portugal, a administração civil da administração judiciária, cria no Algarve seis Julgados de Primeira Instância (em Faro, Lagos, Loulé, Silves, Tavira e Portimão), ficando o Termo de Olhão a pertencer ao Julgado de Faro, excepto a Freguesia de Moncarapacho, que ficou no Julgado de Tavira. No fim de 1836, e sem que, pelo menos no que se refere a Olhão, tivesse havido tempo sequer para pôr a funcionar o Julgado, ainda outra reforma cria Comarcas Judiciais, subdivididas em Julgados, estes providos de Juizes de Direito quando pertencentes às cabeças de Comarca, os dos restantes Concelhos providos de Juizes Ordinários eleitos pelo povo; e no Algarve ficaram então existindo apenas duas Comarcas, a de Lagos e a de Faro, nesta última se incluindo o Julgado de Olhão. E, finalmente, uma *novíssima reforma judiciária*, que assim exactamente ficou conhecida, no ano de 1841, estabelece no Algarve cinco Comarcas Judiciais (Tavira, Faro, Loulé, Silves e Lagos), dependentes do Distrito Judicial, ou Relação, de Lisboa, e cada uma provida de um Juízo de Direito; e em Olhão, que continua na Comarca de Faro, cria um Juízo Ordinário e um Julgado de Paz, este quasi só com funções de conciliação em pequenos pleitos.

O Julgado Ordinário de Olhão, criado em 1835 e mantido em 1836, começou a funcionar com toda a regularidade logo em 1837, continuando como Juízo Ordinário, sem qualquer interrupção, a partir de 1841, e o Julgado de Paz entrou em funcionamento neste último ano. O Juízo Ordinário era constituído por um Juiz Efectivo e dois Juizes Substitutos, todos de começo eleitos pelo povo da vila, mas depois de nomeação régia, sob proposta do Juiz de Direito da Comarca, e todos igualmente exercendo as suas funções durante dois anos, e ainda por: um Sub-delegado do Procurador Régio, que acumulava com os cargos de Contador-Distribuidor e de Curador dos Órfãos; dois Escrivães-Tabeliães; e dois Oficiais de Diligências. O Julgado de Paz, por sua vez, era constituído por um Juiz Efectivo e um Juiz Substituto, ambos eleitos pelo povo, e um Escrivão. E por ambos os Julgados passam, logo de começo e em todo o decorrer da sua existência, no exercício das funções de Juiz, e mesmo nos outros cargos, as principais figuras da vida olhanense. O primeiro Juiz Ordinário de Olhão, que exerceu as suas funções no biénio de 1837-1838, foi o capitão de milícias Joaquim Viegas Esperança, que fora o primeiro Presidente da Câmara Municipal eleito pelo povo e anteriormente Vereador e Almotacé; o primeiro Sub-Delegado do Procurador Régio foi o Dr. Sebastião José de Oliveira; e os primeiros Escrivães, José Mariano da Costa Leal, no Primeiro Ofício, e Francisco Maria Salgado, no Segundo Ofício.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

Mas, os Juízes Ordinários, em qualquer dos casos, não só tinham jurisdição muito limitada, circunscrita a pleitos de relativamente pequena importância, como eram de certo modo subordinados ao Juiz de Direito da Comarca de Faro, que propunha a sua nomeação, os empossava, recebia o seu juramento, inspeccionava a sua actuação, recebia o recurso das suas decisões e julgava todos os casos olhanenses para que eles não tinham competência legal. E isto fazia com que o povo de Olhão, sempre muito cioso da sua independência, não se considerasse já totalmente liberto das *Justiças de Faro*, como estivera no tempo dos seus Juízes de Fora, e reclamasse agora a erecção de uma Comarca Judicial na sua terra. Pretensão esta que o Município Olhanense prontamente perfilhou, mas a que as autoridades farenses também logo se mostraram adversas.

A secular luta Olhão-Faro não se viu terminada, portanto, com a entrega do respectivo Termo ao novel Município Olhanense, em 1836. Mas, o novo objectivo nela agora visado pelos olhanenses, esse só viria a ser alcançado cerca de quarenta anos depois; e a demora no desfecho da luta não resultou, desta vez, propriamente da oposição fareNSE, embora esta fosse real e manifesta, e sim, e em primeiro lugar, do facto da Câmara Municipal de Olhão, nos anos que se seguiram, ter ocupações e preocupações bem mais importantes e prementes do que a luta pela criação da Comarca Judicial.

### **A PATULEIA EM OLHÃO E SEU TERMO.**

Nos anos imediatos à posse do Termo da Vila e dos respectivos rendimentos, as Vereações olhanenses estiveram, por um lado, verdadeiramente assoberbadas com a reorganização dos antigos serviços municipais e a organização de alguns novos, imposta uma e outra pelas sucessivas reformas administrativas e judiciárias, e por outro lado ocupadas também com a reparação inadiável dos não pequenos estragos materiais causados pela guerra civil e com a regularização das perturbações de toda a ordem provocadas pelos violentíssimos surtos de peste, estes que, nos anos mais críticos da luta armada e nos seguintes, tinham avassalado todo o Termo de Olhão e a própria vila. E ainda com a solução de vários problemas de salubridade e urbanismo, que há muito afligiam a população e eram, até, uma das causas da sua velha ânsia de independência administrativa, solução para a qual só agora o Município começava a ter alguns recursos financeiros, embora ainda muito escassos.

Além de tudo isso, a instabilidade política e social que continuou no País mesmo depois de consolidada a vitória das hostes liberais, e se prolongaria ainda durante quinze anos, também se fez sentir em Olhão e seu Termo, conseguindo pelo menos perturbar a actividade das Vereações e até a sua regular renovação. Principalmente os movimentos que no País ficaram conhecidos por *Maria da Fonte* (1846) e *Patuleia* (1846-1847) tiveram ali repercussões; o primeiro sobretudo nas Freguesias Rurais, o segundo com maior incidência na Vila.

A rivalidade entre liberais e absolutistas, que nos meios rurais do Termo de Olhão tomou por vezes aspectos de verdadeira ferocidade, esta alimentada principalmente por velhos ódios pessoais e meras questões familiares, continuava latente nos mesmos meios e pronta a explodir ao menor pretexto, como bem o

demonstra o facto das forças vitoriosas haverem mantido, muito para além do fim da guerra, a guarnição militar que tinham instalado em Moncarapacho logo no começo das hostilidades (V. Nota B). A proibição dos enterramentos nas igrejas, a organização do cadastro da propriedade rústica e o lançamento do imposto pessoal de trabalho, que foram a verdadeira origem do movimento da *Maria da Fonte* no Norte do País, forneceram também no Termo de Olhão o pretexto que faltava para o reacender da luta entre as duas facções rivais. Durante cerca de um ano, por toda a área rural daquele Termo, foram constantes os motins populares contra as referidas medidas governamentais, acompanhados de violentos recontros entre os liberais, que na generalidade as defendiam, e os absolutistas, que na totalidade as combatiam. E num caso ou outro, com as inevitáveis intervenções da força pública, para manter a ordem, de que resultavam sempre, se não mortos, pelo menos alguns feridos.

Na vila, aquelas medidas governamentais não causaram tão graves perturbações, ou porque a grande maioria dos seus moradores não eram proprietários rurais, portanto pessoas a quem a organização do cadastro da propriedade rústica não causava grandes apreensões, ou talvez porque os absolutistas eram ali em menor número do que nas freguesias rurais. Só a proibição dos enterramentos na igreja produziu verdadeira celeuma entre o povo olhanense que, talvez ainda mais do que o dos meios rurais, considerou tal medida como uma ofensa sacrílega aos seus mortos e assim o manifestou em acções ruidosas, mas sem consequências de maior (V. Nota C).

Porém, os liberais olhanenses, anteriormente unidos porque a todos o que verdadeiramente os movia, e os levava a que como liberais se considerassem, era apenas o comum e forte anseio de autonomia administrativa da sua terra, uma vez obtida esta tinham começado a dividir-se e até a hostilizar-se politicamente. Não que, em boa verdade, a todos os olhanenses os separassem e antagonizassem já então fortes e arraigadas convicções políticas, que na generalidade ainda não possuíam, mas porque começavam a agrupar-se em volta de meia dúzia de figuras que localmente haviam granjeado muito prestígio durante a guerra civil e na luta pela posse do Termo da Vila, e a que se sentiam ligados e mais ou menos obrigados a servir e a seguir, quer por laços de família ou amizade, quer por favores pessoais recebidos ou ainda por simples e sincera admiração. E essa meia dúzia de figuras, já verdadeiramente politicizadas mercê de circunstâncias várias, a que a Maçonaria não foi alheia, tinham-se desavindo quanto à forma de conduzir o Município e sobretudo quanto ao ideário sócio-político pelo qual este se devia orientar (V. Nota D), acabando cada uma delas por pedir, contra as outras, o apoio de uma das várias correntes políticas liberais que então em Portugal se disputavam o Poder, oferecendo-lhe em troca a sua adesão e a dos seus familiares e amigos. E assim, com o começo da politicização do povo olhanense, surge também o começo da gestação do caciquismo político de Olhão e seu Termo, a que se ficou devendo, no decorrer dos tempos, não poucos malefícios e nenhum benefício...

Um desses grupos de olhanenses seguira entusiasticamente Costa Cabral em todas as fases da sua actuação política, mantendo por isso certo predomínio local enquanto aquele estadista e os seus partidários estiveram no Governo ou neste influíram. E isto, naturalmente, com a oposição de outros grupos, fiéis a outras correntes políticas e a outros líderes. Daí que o afrontamento entre liberais-cabralistas e liberais anti-cabralistas, que no Norte do País e no seguimento do movimento da *Maria da Fonte*, deu origem à nova guerra civil da Patuleia, logo se verificasse também na Vila de Olhão. Primeiro, a luta não foi aqui, realmente, além de simples afrontamentos verbais; mas,



depois, quando os absolutistas de todo o Concelho, como aliás aconteceu em quasi todo o País, se puseram ostensivamente ao lado dos patuleias, assumiu já certa violência, com grandes e ruidosas manifestações de rua, estas acompanhadas sempre ou quasi sempre de agressões físicas entre manifestantes e contra-manifestantes.

Tal agitação deu origem a que se estendesse também a Olhão a intervenção e ocupação militar depois verificada nas principais localidades do Algarve, estas que não tardaram em aderir à Patuleia (V. Nota E). E durante alguns meses, a Vila e o seu Termo mantiveram-se em verdadeiro pé-de-guerra, embora felizmente sem as graves consequências da guerra anterior, pois desta vez não houve quaisquer destruições e os mortos conhecidos em todo o Concelho foram bem poucos.

## A CRIAÇÃO DA COMARCA JUDICIAL

A *Patuleia* foi oficialmente liquidada no País em Junho de 1847, mas o seu rescaldo prolongou-se por mais alguns meses em várias regiões, entre elas a área do Concelho de Olhão. Aqui, foram ainda e sobretudo a organização do cadastro da propriedade rústica, que serviria de base ao lançamento posterior da contribuição predial, e o lançamento do imposto pessoal de trabalho, que continuaram a ser motivo de protestos mais ou menos ruidosos da população. Mas, em começos do ano imediato (1848) os ânimos estavam mais apaziguados, talvez por todos se haverem começado a convencer da inutilidade dos protestos; e nos anos que se seguiram já não se verificaram quaisquer incidentes.

No entanto, é só ainda a partir do movimento que no País ficou conhecido por *Regeneração* (1851) que de facto se estabelece em Olhão um ambiente que permite à Câmara Municipal trabalho aturado, e realmente útil e com projecção no futuro da vila. Sobretudo depois de se formarem o Partido Progressista -Regenerador e o Partido Progressista-Histórico (mais tarde conhecidos apenas, respectivamente, por Partido Regenerador e Partido Progressista), pelos quais a maioria dos responsáveis políticos olhanenses imediatamente se dividiu (V. Nota F); e principalmente quando, com aqueles Partidos, se estabeleceu no País o chamado *Rotativismo*, que dominaria toda a actividade política nacional, e também a olhanense, praticamente até ao fim do século. E foram exactamente as Câmaras Municipais eleitas sob a égide do Partido Regenerador que, na sequência de uma interessante obra de progresso local, retomaram e prosseguiram a luta pela criação da Comarca Judicial com sede em Olhão. Esta que continuava a ser uma das mais caras aspirações do povo olhanense, comum a todas as facções políticas em que ele agora estava a dividir-se.

Dessas Câmaras, a que esteve em exercício no biénio de 1864-1865 e também, por reeleição, no de 1866-1867, presidida efectivamente pelo respectivo Presidente, Dr. José Maria de Pádua, no primeiro biénio, mas em todo o segundo e por ausência daquele, presidida interinamente pelo Vice-Presidente, João Lúcio Pereira, foi sem dúvida a que mais intensa e decididamente se empenhou na campanha pró-Comarca, tendo mesmo dirigido ao Rei uma exposição escrita nesse sentido em 1867, embora sem conseguir ver os seus esforços coroados de êxito. Mas, João Lúcio Pereira, mesmo depois de deixar a presidência interina do Município, continuou a campanha junto do Governo e do

Parlamento, agora como simples líder incontestado, que era, do Partido Regenerador no Concelho de Olhão; e o seu prestígio social e político, enorme em todo o Concelho e estendendo-se muito para além dele, pois chegava mesmo já às cadeiras da governação e à própria Corte, conseguiram criar a pouco e pouco o ambiente e as condições propícias para que fosse satisfeita essa velha e tão profunda aspiração dos olhanenses. Foi precisamente João Lúcio Pereira quem conseguiu, por exemplo, aliciar para esta causa olhanense (a que as entidades oficiais de Faro se opunham, acompanhadas de não poucos conterrâneos) o interesse e os esforços de um farenses ilustre, seu correligionário e grande amigo pessoal, que como deputado pelo círculo eleitoral a que Olhão pertencia, iria ter uma acção decisiva na resolução do assunto: o Dr. Luiz Frederico Bivar Gomes da Costa.

Em Maio de 1874, uma Portaria governamental ordenando que pelas Câmaras Municipais fossem prestadas determinadas informações e esclarecimentos, para servirem de base ao estudo de uma eventual revisão da divisão judicial então existente, forneceu a ocasião azada para que todas as influências até aí movidas pudessem actuar com êxito, em especial a do referido deputado. Possivelmente a conselho seu, a «informação» enviada pela Câmara Municipal de Olhão, para o efeito aprovada em reunião extraordinária de 20 de Junho do mesmo ano, não se limitou a fornecer os elementos pedidos na Portaria e constituiu uma completa e muito bem redigida e argumentada exposição de todas as razões que, no entender dos olhanenses, militavam a favor da criação imediata de uma Comarca Judicial na sua terra. E, realmente, no último dia do mês de Agosto do ano seguinte (1875), o jornal oficial publicava um decreto governamental que promovia uma «Nova divisão comarca do distrito de Faro», na qual o Julgado Ordinário da Vila de Olhão era elevado a Comarca de 3.<sup>a</sup> classe; e logo dois meses depois (a 28 de Outubro) tomam posse o primeiro Juiz de Direito (o Dr. Francisco Augusto Nunes Pousão), os primeiros Escrivães (Feliciano José Alves, Francisco Augusto Falcão de Carvalho e José António Caleia), o primeiro Contador-Distribuidor (Francisco de Paula Cid) e o primeiro Delegado do Procurador Régio (Dr. Anastácio Cupertino Guerreiro), embora o auto de instalação definitiva da Comarca de Olhão só tenha sido lavrado depois, em 20 de Dezembro, e o Juízo Ordinário continuasse a funcionar, só vindo a ser de facto extinto dez anos depois, isto é, em 1885 (V. Nota G).

A Câmara Municipal que elaborou, aprovou e enviou a «informação» que provocou, da forma acima descrita, a criação da Comarca Judicial, e depois, em reunião também extraordinária de 9 de Setembro de 1875, resolveu agradecer o interesse e os esforços do deputado Dr. Luiz Bivar Gomes da Costa, era presidida pelo Dr. Estevão Afonso (V. Nota H) e tinha como Vereadores Manuel Pereira Vasco, Manuel Marçal de Mendonça, João Martins Baptista, José Rodrigues Carrajola e João Domingos Palermo (V. Nota I).

Este acontecimento causou, naturalmente, grande júbilo e mesmo grande entusiasmo na Vila e até no seu Termo. E não só porque constituía a satisfação de um velho anseio do povo de Olhão, mas principalmente porque a nova Comarca ficou, logo de início, idêntica à de Faro, isto é, dispondo de um Juízo de Direito, Delegação do Ministério Público, Contador-Distribuidor e três Escrivães de Direito, o que parecia aos olhanenses uma nova, grande e clamorosa vitória sobre os seus seculares rivais farenses. A criação do Tribunal Judicial teve, no entanto e entre outras importantes consequências mediatas, de que a seu tempo falaremos, uma imediata de bem maior relevância.

O Decreto de 31 de Agosto, que criou a Comarca de Olhão, incluiu na área jurisdicional desta a Freguesia da Fuzeta, decerto para maior comodidade dos povos, dado que aquela Freguesia ficava muito mais perto do Tribunal agora criado do que do Tribunal Judicial de Tavira, cidade a cujo Termo a mesma Freguesia continuava no entanto pertencendo para todos os efeitos administrativos. Isto, porém, dá à Câmara Municipal de Olhão uma razão que lhe parece válida para lembrar os seus velhos direitos à jurisdição administrativa sobre aquela povoação e para voltar a reivindicá-los; e fá-lo imediatamente junto do Governo, e com tal proficiência, que logo em 22 de Março de 1876 um novo Decreto manda incorporar a Freguesia da Fuzeta no Termo de Olhão, desanexando-a para isso do Termo de Tavira. Note-se, porém, que foi ainda e principalmente o valimento político de João Lúcio Pereira que conseguiu tal resultado; este prestigioso olhanense tinha voltado, entretanto, à Câmara Municipal, eleito Presidente para o biénio de 1876-1877.

Com este acontecimento termina finalmente a questão Olhão - Tavira, que durava havia meio século, embora aparentemente esquecida ou posta de parte nos últimos anos. A rivalidade Olhão - Faro, resultante dos seculares e secularmente contrariados anseios olhanenses de independência e autonomia administrativa e judicial, e que enchem os primeiros três quartos de século da vida da Vila do Olhão da Restauração, essa não podendo morrer assim tão facilmente, porque nascida pode dizer-se com o próprio povo olhanense, uma vez desaparecida a sua causa fundamental, transferiu-se para outros domínios, primeiro para os da emulação social e urbanística, depois principalmente para o desportivo, onde ainda hoje continua, mas onde é menos virulenta e sobretudo mais inofensiva.

O fundamental é, todavia, que o mesmo facto dá ao Concelho de Olhão a sua constituição definitiva de cinco Freguesias, que ainda hoje conserva: Nossa Senhora do Rosário de Olhão (vila), Nossa Senhora da Graça de Moncarapacho, S. Sebastião de Quelfes, S. Bartolomeu de Pechão e Nossa Senhora do Carmo da Fuzeta. E que o Município de Olhão, assim já consolidado, já na plena posse da sua autonomia administrativa e judicial e único senhor do seu Termo perfeitamente definido e dos seus destinos, vai poder caminhar desembaraçadamente e entregar-se à grande obra que, em menos de um século, transformará uma pequena vila num grande centro económico, social e urbano (V. Nota J).



## NOTAS

(A) — O Bispo do Algarve D. André Palha criou, em 1874, uma «Coadjutoria» na Capela de Nossa Senhora do Carmo da povoação da Fuzeta, com a obrigação dos fuzetenses pagarem, ao Pároco da Freguesia de Moncarapacho, a que pertenciam e continuavam a pertencer, um tributo de 9\$000 por ano, como era habitual em casos semelhantes. E na sua Provisão, pela qual fez aquela criação, disse que a Fuzeta só passaria a ser uma Freguesia independente, quando a população fuzetense aumentasse o suficiente para justificar a criação de uma nova Freguesia; acrescentando que só quando isso acontecesse, isto é, quando fosse criada a nova Freguesia, é que os fuzetenses ficavam desobrigados de pagar o tributo ao Pároco de Moncarapacho. Ora, o Governador do Bispado Frei António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, no impedimento do Bispo D. Bernardo António de Figueiredo em 1875, talvez por não ter competência canónica para fazer a criação de uma nova Freguesia, mas não querendo desagradar aos tavirenses e aos fuzetenses, publicou uma Provisão em que se limitou, pura e simplesmente a isentar os fuzetenses do pagamento do tributo ao Pároco de Moncarapacho; e em seguida interpretou a Provisão do Bispo D. André Palha *ao contrário*: porque os fuzetenses deixaram de pagar o tributo, considera-se criada a Freguesia da Fuzeta; quando o que aquele Prelado determinara é que deixariam de pagar o tributo quando fosse criada a Freguesia!...

(B) - Imediatamente após a entrada das tropas liberais no Algarve, a 3.<sup>a</sup> Divisão Militar, nessa altura criada e aquartelada em Tavira, colocou em Moncarapacho um destacamento para manter a ordem, dado que naquela área era particularmente intensa a actividade miguelista. Esse destacamento instalou-se na Capela da Santa Casa da Misericórdia, cujo edifício para o efeito *fortificou*. Em 1842, a instâncias do Provedor da Santa Casa da Misericórdia, o destacamento deixou aquela Capela; mas continuou na aldeia, agora utilizando aboletamentos em casas particulares. E só dali saiu depois de liquidada a Patuleia e restabelecida definitivamente a ordem.

(C) — Na religiosidade profunda, mas muito peculiar, do povo olhanense, praticamente desde os primórdios do povoado ocupa lugar muito especial, se não mesmo o lugar principal, o culto dos mortos. Tanto que a primeira Confraria criada na Igreja Paroquial de Olhão (depois da de Nossa Senhora do Rosário, que como anteriormente vimos já existia na Capela primitiva da povoação, quando esta ainda pertencia à Paróquia de Quelfes) foi a das Almas, ficando desde logo a seu cargo o cuidado das sepulturas no interior e no adro da igreja, e mais tarde no próprio cemitério, como se verá adiante, além de todos os actos de culto em intenção dos olhanenses mortos, sobretudo a anual Festa das Almas, que se revestia de muito especial relevo no calendário litúrgico da Freguesia; e tanto, igualmente, que as sepulturas no cemitério local foram sempre, e são ainda hoje, objecto de especiais cuidados das famílias dos mortos e lugar de autêntica romagem dos familiares nos dias dos aniversários do nascimento e morte dos sepultados, e em especial no Dia de Todos os Santos e no Dia de Finados, em que mesmo os familiares dos mortos que residem fora de Olhão, nos pontos mais distantes do País, se deslocam àquela vila, só para visitarem o cemitério. Daí que fosse exactamente a proibição dos enterramentos no interior das igrejas e nos respectivos adros a medida governamental que mais impressionou e revoltou os olhanenses, e provocou, conseqüentemente, as maiores e mais frequentes manifestações de desagrado.

(D) — A qualquer leitor menos prevenido pode parecer ilógico que atribuamos a influências maçónicas a politicização dos líderes políticos locais, e em seguida atribuamos a estes as divisões e desavenças que começavam a surgir entre os olhanenses, quanto à orientação política do Município. Mas, a verdade é que isso foi assim mesmo e foi apenas o reflexo, em Olhão, do que então se passava no seio da Maçonaria Portuguesa. Esta encontrava-se, com efeito, dividida em várias facções, que se digladiavam pelo Poder, dentro e fora da Ordem Maçónica, e quando aquele pertencia a alguma delas, pela eleição de um seu partidário para o cargo de Grão--Mestre da Maçonaria ou pela escolha para a chefia do Governo do País, as outras faziam-lhe oposição ou mesmo guerra. Os chefes de muitas revoluções da época, e que depois chefiaram o Governo, sem excluir o Duque de Saldanha e Costa Cabral, para só citar os que parece que tiveram mais adeptos em Olhão eram Grão-Mestres da Maçonaria Portuguesa na altura em que se

revoltaram e alcançaram as cadeiras da governação. Tais divergências entre maçons continuaram depois, provocando por vezes autênticas cisões na Ordem Maçónica, quer durante a Monarquia, quer já no Regime Republicano. E a nossa observação pessoal do comportamento de algumas figuras gradas olhanenses em 1926, quando surgiu a Ditadura Militar, e nos anos seguintes até ao fim do chamado Estado Novo, levou-nos a concluir que, na realidade, os maçons locais estavam então ainda divididos em, pelo menos, dois grupos, que seguiam orientações sócio-políticas e religiosas algo diferentes, um mais extremista, ateu e anti-clerical, outro mais conservador, apenas agnóstico, mas tolerante em matéria religiosa, e até certo ponto mesmo contemporizador com o clero; divisão esta que se mostrou ainda mais nítida aos olhos dos observadores *profanos*, depois que os maçons receberam instruções para *triangular*, como já referimos em nota anterior, pois exactamente os *triângulos*, sem dúvida constituídos por indivíduos de ideias semelhantes ou afins, se apareciam unidos em algumas ocasiões e circunstâncias, em outras contrariavam-se abertamente, no que se refere à actuação social, política e religiosa dos seus componentes e respectivos familiares.

(E) — Praticamente todo o Algarve aderiu à Patuleia. Em Faro chegou mesmo a formar-se uma Junta Governativa, idêntica às constituídas nos restantes Distritos do País que deram a sua adesão ao movimento.

(F) - Estes dois partidos políticos foram os primeiros que em Portugal verdadeiramente existiram como tal, isto é, com ideário definido, organização própria, quadros permanentes e actividade contínua e conseqüente; e em Olhão é também com eles que, de facto, começa uma actividade política partidária propriamente dita. No Partido Regenerador enfileiram logo os liberais olhanenses mais moderados ou mais conservadores, juntando-se-lhes depois, a pouco e pouco, alguns absolutistas do resto do Concelho que se foram convertendo às ideias liberais, ou acharam conveniente aos seus interesses fazê-lo; no Partido Progressista enfileiraram imediatamente os liberais mais avançados, a «ala esquerda liberal» como hoje se diria, e com eles alguns outros de tendências mais ou menos extremistas, que já por ali começava a havê-los, embora sem qualquer força e até mesmo ainda sem qualquer significado. Mais tarde, entre 1880 e 1890, uma pequena parte dos Progressistas passou-se para o Partido Republicano Português, organizado poucos anos antes; e as tendências mais extremistas, que começavam a fazer certo ruído na vila, como adiante se verá, embora continuando a ser em pequeno número, abandonaram os Progressistas e passaram a auto-intitular-se socialistas uns, outros anarquistas. Até ao fim do século, porém, o Partido Regenerador foi sempre o mais numeroso em Olhão, seguindo-se-lhe em importância numérica o Partido Progressista; e só a partir de 1900 o Partido Republicano começa, de facto, a ter um certo ascendente entre os olhanenses, opondo-se, embora sem êxito, ao Partido Regenerador-Liberal, cisão do Partido Regenerador operada em 1901 sob a chefia de João Franco, a que prontamente aderiram os principais quadros regeneradores locais e, de facto, preponderou depois em Olhão, até 1910.

(G) — Em 1880, cinco anos apenas depois de criada a Comarca Judicial de Olhão, ao ser estudada uma nova revisão da divisão comarcã do País e com o argumento de que ainda naquela vila existia um Juízo Ordinário, foi sugerida a extinção da mesma Comarca, sugestão essa que a Câmara Municipal de Faro e outras entidades farenses imediatamente aplaudiram, se é que elas próprias a não tinham apresentado. Isso, porém, originou um imediato e enérgico protesto da Câmara Municipal de Olhão, secundada por numerosos olhanenses alheios à Vereação, em exposição enviada directamente ao Rei D. Luiz; e a Comarca não foi extinta, continuando a existir simultaneamente com ela o Juízo Ordinário ainda durante mais outros cinco anos.

(H) — O antigo tenente de milícias Estevão Afonso (filho), que fora Provedor e Administrador do Concelho de Olhão, tinha entretanto frequentado a Universidade de Paris (Sorbone), onde se licenciara em Ciências Físicas e doutorara em Medicina; e, depois de uma passagem curta por Lisboa, onde exercera clínica, e pelo Porto, onde tomara parte na *Patuleia* ao lado de Costa Cabral, e de uma nova e rápida ida a França para casar com uma distinta senhora de nacionalidade francesa, regressara à sua



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

terra natal e fora, logo a seguir, eleito Presidente da Câmara Municipal. O que prova continuar a ser ali ainda muito grande o seu prestígio.

(I) — Tudo o que se refere aos Tribunais Olhanenses, desde o primeiro Julgado até à actualidade, encontram-no os leitores em pormenor no nosso trabalho *As Justiças de Olhão*; por isso, no presente livro não entraremos em outros pormenores sobre o assunto, além dos que ficam no capítulo a que esta Nota se reporta.

(J) — A história das Freguesia de Moncarapacho, Quelfes, Pechão e Fuzeta encontram-na os leitores no nosso trabalho *O Termo de Olhão*.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

# SEGUNDA PARTE

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

1

Uma pequena mas progressiva vila

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



## UM PEQUENO CENTRO URBANO E SOCIAL

Quando, em 15 de Novembro de 1808, foi elevado à categoria de Vila nas condições que indicámos num dos capítulos anteriores, o *Lugar do Olhão* era ainda, sob os aspectos urbanístico e social, uma localidade de relativamente pequena importância, embora fosse já uma das mais populosas e economicamente mais desafogadas aldeias algarvias, ou mesmo de Portugal, e também já desfrutasse de certa fama, não só em todo o Algarve, mas também em outras regiões do País.

Com efeito, a área urbana de Olhão era então bastante limitada. Reduzia-se praticamente ao actual bairro velho da Barreta (a Poente), que a tradição dizia ter sido o núcleo inicial da povoação; à parte mais antiga do que é hoje o bairro do Levante (a Nascente); e ao pequeno aglomerado intermédio (a Sul), a que chamavam bairro do Pelourinho por ali ficar a cadeia local (V. Nota A). E terminava (a Norte) nas Cabanas de S. Bartolomeu, situadas no extremo da então bem pequena rua do mesmo nome (o troço sul da actual Rua Almirante Reis, até por alturas dos actuais Largo de João de Deus e Largo de S. João de Deus), e nos adros ou terreiros anterior e posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, aquela que o povo conhece principalmente por *Igreja Grande*.

O primeiro desses adros ou terreiros (o Largo da Restauração dos nossos dias) confinava então por uma das faces (a do Norte) com um campo de figueiras e amendoeiras, restos de antiga horta (V. Nota B), da qual ainda hoje ali existe a casa que teria sido do proprietário ou do caseiro. E o segundo (o actual Jardim Dr. João Lúcio e o primeiro troço da actual Avenida da República), que servia de Campo da Feira, estendia-se apenas, para um lado (Sul), até às Cabanas das Lavadeiras (situadas mais ou menos onde fica presentemente o troço médio da rua que teve o mesmo nome e hoje se chama de Carlos da Maia) e por outro lado (Nascente) até uma zona pelo povo denominada *Os Charcos* (que começava, mais ou menos, por alturas do actual cruzamento da Rua Diogo de Mendonça Corte Real, antiga Rua dos Murraceiros, com a Avenida da República). Entre as Cabanas de S. Bartolomeu e o Campo da Feira só havia (pelo Norte e pelo Noroeste) algumas cercas e hortas e uma azinhaga, esta que de certo modo ligava aqueles e anos mais tarde viria a ser a Rua Nova da Cerca (a actual Rua da Cerca).

Os 1.133 fogos, com 4.781 habitantes, que se assinalavam em Olhão no ano de 1802 (apenas seis anos, portanto, antes da elevação do lugar a vila) só podiam caber em tão escassa área mercê do estilo *amoiriscado* (V. Nota C) das construções, pequenas e unidas, quasi sempre imbricadas e muitas vezes mesmo encavalitadas umas nas outras, mas na sua quasi totalidade dispendo de divisões suplementares nas açoteias, sob os mirantes e contra-mirantes. E devido também à estreiteza quasi inconcebível dos largos e larguinhos, dos becos e betesgas e das ruas e travessas, estas que se torcicolavam em voltas e contra-voltas, em cotovelos e reentrâncias, formando no conjunto um emaranhado exótico, que já tem sido comparado às *kashbats* das velhas cidades norte-africanas.

Destas ruas e travessas, largos e larguinhos, pouco mais de uma trintena ao todo (V. Nota D), apenas uma ou outra rua mais moderna já não era de simples pavimento de terra batida. E todas, sem excepção, serviam tanto de via de acesso às habitações como de logradouro aos moradores, que as utilizavam para grande parte dos próprios trabalhos domésticos (a vida da maioria da população fazia-se na rua...), e até de esgotos públicos

e particulares, pois estes reduziam-se a estreitas valetas abertas ao centro das vias públicas, mesmo nas já calçetadas. O próprio amanho e salga, ou secagem ao sol, de peixe para exportação, já então uma das mais florescentes indústrias locais, eram feitos na maioria dos casos ao ar livre, por larguinhos, terreiros e cercas, escorrendo as salmouras e os detritos, por valas adrede abertas, para os alagadiços e esteiros da Ria Formosa, que ainda cercavam a povoação por todos os lados, menos pelo Norte. A porcaria e o mau cheiro das ruas de Olhão eram já então proverbiais em todo o Algarve, e mesmo para além dele; e continuariam a sê-lo ainda por bastante mais de um século...

A fama de que Olhão já desfrutava, e que a revolta dos olhanenses contra os franceses invasores sem dúvida muito aumentara, provinha-lhe principalmente do arrojo e operosidade aos seus naturais: da audácia dos pescadores, que havia muito se aventuravam até às pescarias do Mar de Larache, nas pequenas embarcações de construção local; e na perícia dos mareantes e comerciantes da navegação de cabotagem, que percorriam toda a costa ocidental de Portugal e, nos típicos caíques em cuja construção os calafates olhanenses se haviam também tornado famosos, iam mesmo aos portos mais importantes do Mediterrâneo e do Norte de África, transportando os produtos algarvios, sobretudo o sal, os frutos secos e o peixe salgado e seco ao sol. E também da engenhosidade e da audácia dos seus contrabandistas que, depois da verdadeira *iniciação* em tais fainas que para os olhanenses constituiu sobretudo o cerco de Cádiz, faziam como autênticos profissionais o que já então chamavam a *Carreira de Gibraltar*, e começavam a tentar, com não menor êxito, o que poucos anos depois chamariam a *Carreira de Marrocos*.

Tudo isto, que lhes dera o renome de audazes, operosos e engenhosos, é que também já granjeara aos pescadores, mareantes e contrabandistas olhanenses o direito de se constituírem em freguesia independente e possuírem um Compromisso Marítimo próprio e privativo, lhes conquistara alguns privilégios especiais e honrosos como o exclusivo das tripulações das galeotas reais (V. Nota E) e começava agora a torná-los preferidos em muitos outros portos portugueses para as *companhas* dos respectivos barcos de pesca e para as tripulações dos navios de cabotagem, factos estes que estavam, até, dando origem à formação de algumas *colónias* olhanenses nos arredores de Lisboa, como já em outro capítulo se mostrou. Como foram igualmente os bons proventos conseguidos nas referidas actividades que haviam permitido, em relativamente poucos anos, a quasi total substituição do primitivo aglomerado de cabanas por casas de alvenaria, a construção do imponente templo que é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a edificação das Casas do Compromisso, adossadas à pequena Igreja de Nossa Senhora da Soledade, e a muito razoável prosperidade em que vivia a generalidade dos olhanenses.

Fora, até, esta razoável prosperidade económica que, tendo atraído gente de outras localidades, vizinhas e distantes, sobretudo pescadores, embarcadiços e comerciantes, mas também alguns agricultores dos arredores, que transferiram as residências das suas propriedades rústicas para a povoação, fizera o rápido e inusitado crescimento populacional do Lugar do Olhão, que se verificara principalmente a partir de 1732.

## SURTO DE PROGRESSO QUE A GUERRA INTERROMPE

Nos vinte e três a vinte e quatro anos que imediatamente se seguiram à elevação do Lugar do Olhão à categoria de Vila, a prosperidade económica do povo olhanense continuou a crescer, talvez até em ritmo mais acelerado do que anteriormente, em resultado de um cada vez maior desenvolvimento e aperfeiçoamento das actividades dos seus pescadores, mareantes e comerciantes. E atraindo para a novel vila muito mais gente de outros pontos do País.

Em 1824 a importância atingida pela actividade dos pescadores em Olhão era tal, que nesse ano um Alvará Régio (datado de 4 de Fevereiro) não só confirmava expressamente as regalias, isenções e privilégios de que já gozava o Compromisso Marítimo local, mas concedia-lhe ainda alguns outros, que o colocavam em manifesta excepção entre os congéneres de todo o Algarve ou mesmo de todo o País. Em 1826, quando a vila é feita cabeça de Concelho pela erecção do seu Município e demarcação do seu Termo, a sua população é já de 5.900 habitantes em 1.300 fogos. E entretanto o número de construções novas aumentara de tal forma que, pouco antes (em 1822), se impusera uma rigorosa demarcação dos adros anterior, laterais e posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, para evitar a sua invasão por moradias, e até uma revisão dos limites da Freguesia, que eram então ainda os mesmos que lhe haviam atribuído em 1722. Esta revisão dos limites da Freguesia, porém, não tivera quaisquer resultados úteis, visto a Comissão que a levava a cabo, nomeada pelo Bispo de Faro D. Joaquim de Sant'Ana Carvalho, constituída pelos Párocos de Olhão, Quelfes, Pechão e Moncarapacho, e presidida pelo Vigário Geral do Bispado, Dr. Manuel de Souza Teixeira, ter-se limitado a confirmar e manter os limites até aí existentes, e a fixar as medidas dos adros: 17 varas à frente da porta principal, 12 varas aos lados e 30 varas pela parte de trás da Igreja.

Por alturas daquele ano de 1826 a área urbana de Olhão começara, mesmo, a alargar-se decididamente na direcção do Alto do Pau Bolado ou Alto do Barro Vermelho, que assim se chamava nesse tempo à elevação de terreno onde anos mais tarde seria construído o cemitério, único que ainda hoje existe (V. Nota F). Isto é: começava a estender-se na direcção e ao longo do único caminho de acesso à povoação que era então praticável de Verão e Inverno, com marés baixas e com marés vivas, visto que por todos os outros lados a vila era ainda rodeada apenas por terrenos alagadiços, salgados e sapais, cortados por valas e ribeiros.

Em 1833, as casas e os arruamentos chegavam já, naquela mesma direcção, pouco mais ou menos aos actuais Largo e Rua da Liberdade. E estendiam-se, também já dali, ao encontro do núcleo, que se dizia inicial, da Barreta, pelo actual Largo de S. João de Deus (antigo Largo da Cacela) e pelas Ruas que hoje se chamam de Luiz de Camões, Padre António da Trindade, Dr. Baptista Delgado, Dr. Carlos Fuzeta, Alfredo Keil e troço Sul da Rua Almirante Reis. A *Rua Direita* (actual Rua Dr. Paula Nogueira) e a *Rua Formosa* (actual Rua Gonçalo Velho), tão características na morfologia tradicional das povoações portuguesas que em nenhuma delas faltava outrora, são em Olhão também desse tempo; e a primeira constituía, realmente, o caminho então mais curto e fácil, ou *mais direito*, da única entrada da vila para o seu centro e para os seus bairros mais antigos. Por outro lado, é igualmente neste período que, nestas novas ruas de Olhão, bem como em algumas das mais antigas, começam a surgir as primeiras casas de habitação já com certo porte e aparato, exterior e mesmo interior, que do estilo das primeiras casas

olhanenses praticamente só conservam as abóbadas de tijolo em alguns compartimentos e os mirantes e contra-mirantes no cimo das açoteias.

A própria Câmara Municipal, embora erecta apenas em 1826 e nos seus primeiros anos ocupada quasi exclusivamente na luta com as suas congéneres vizinhas, que lhe negavam a plena posse do Termo da vila e os respectivos rendimentos, como vimos em capítulos anteriores, ainda neste período faz as primeiras tentativas de aterro da zona de Os *Charcos*, embora muito tímidas e praticamente sem resultados úteis; e tenta igualmente melhorar o abastecimento de água à população, este que era talvez o problema número um dos olhanenses. Assim, em 1830 inicia grandes obras de escavação, alargamento, enrocamento e construção de um gargalo no velho poço que dera origem e nome à povoação, seria então ainda o único ali existente e, talvez por não haver recebido qualquer reparação depois da que fora em 1746 autorizada pelo Rei D. João V, conforme referimos anteriormente, estava agora em ruínas, apresentando o aspecto de uma simples fonte natural, rodeada de grandes pedras rústicas, ali colocadas como protecção; estas obras, todavia, tiveram de ser pouco depois interrompidas, por falta de recursos financeiros do Município em primeiro lugar, depois porque a água começou a escassear no poço e a Vereação entendeu que deveria ir procurá-la em outro local. Em 1835 começa, por isso, a construção de um outro poço, mas no extremo Norte do Campo da Feira (mais ou menos a meio da actual Avenida da República, mesmo em frente da confluência desta Avenida com a Rua General Humberto Delgado), talvez por este ser um local então muito mais acessível para os moradores dos núcleos principais da povoação; mas, as obras deste segundo poço são igualmente interrompidas por falta de dinheiro, para só continuarem em 1837, ao mesmo tempo que se dava continuação, agora também, às obras do poço mais antigo, que entretanto voltara a ter água, reparações, uma e outra, só terminadas em 1838, com o produto de uma subscrição pública. E em 1840, para facilitar o acesso ao poço mais antigo, a Câmara Municipal manda fazer, com o recurso a donativos de alguns particulares, uma calçada, a começar «antes do fosso e terminar dentro da estrada de Quelfes, com dois ramos ou braços, um para a estrada de Marim e outro para o poço», obra que custou 200\$000 (V. Nota G).

O desenvolvimento económico, populacional e de construção urbana que vimos de assinalar sofre, porém, uma interrupção, quando Olhão se transforma em teatro dos episódios sangrentos das chamadas Lutas Liberais, a que nos referimos em capítulo anterior. Os anos em que a jovem vila se viu assoberbada por aquelas lutas e que, ainda por cima, coincidiram com um surto violentíssimo de peste, este que só no ano de que se conhecem dados certos (o de 1833) vitimou 260 pessoas, foram anos de verdadeiro retrocesso. Isto porque praticamente paralisaram todas as actividades económicas, presos os homens válidos à defesa da terra e muitos incorporados nas tropas liberais que foram combater fora do Algarve; e ainda porque grande parte dos habitantes não combatentes fugiu para outras localidades menos atingidas pela peste e pela guerra.

Em 1835 a população olhanense estava, mesmo, reduzida a 3.202 habitantes, em 1.018 fogos, isto é, menos 2.693 habitantes e menos 282 fogos do que em 1826. A pobreza era então quasi geral; e a fome invadira a maioria dos lares olhanenses mais humildes.

## GRANDE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

Apesar da gravidade da crise económica e social provocada pela feroz luta entre liberais e miguelistas e pelo violento surto de peste que a acompanhou, terminada aquela e debelado este a recuperação do povo olhanense é muito rápida. E quasi imediatamente se inicia, até, um novo período de grande desenvolvimento, quer populacional e económico, quer urbanístico e social.

Com efeito, todos os que tinham saído da vila, fugidos aos acontecimentos dos últimos anos, dão-se pressa em regressar, mal a situação começa a normalizar-se. Simultaneamente, muitos forasteiros que a guerra trouxera a Olhão, incorporados nas tropas que auxiliaram a sua defesa ou na esteira destas, fixaram-se na vila, atraídos talvez pela lhaneza e espírito aberto da sua gente e pela relativa facilidade da vida; e muitos outros, mandados para ali temporariamente pelas autoridades superiores, em missões militares e políticas de confiança, exigidas pelo rescaldo da luta e pela consolidação das novas instituições, resolveram ficar, organizar em Olhão a sua vida e até constituir família. Depois, o desenvolvimento novamente acelerado da navegação de cabotagem atrai também gente da marinha mercante, nacional e mesmo estrangeira, que ali se estabelece e prolifera em descendência. E a todos juntam-se, por fim, os funcionários vindos de outros pontos do País para as várias repartições e serviços públicos que vão sendo criados, gente em regra de certa cultura e hábitos de vida social.

De tal forma tudo isto, que em 1837 a população da vila volta logo a subir para 5.500 habitantes em 1.150 fogos (mais 2.298 habitantes do que, como vimos, se assinalavam dois anos antes); e nem uma nova epidemia, agora de cólera e febre-amarela, que avassala o Concelho de Olhão e os Concelhos limítrofes, obrigando a Câmara Municipal a tomar na vila medidas sanitárias de emergência, nem ela consegue pôr qualquer entrave a um crescimento vertiginoso da população olhanense, que então se inicia. Em 1862 era já de 6.720 habitantes em 1.655 fogos; em 1875, quando é criada a Comarca Judicial de Olhão, chega a 7.016 pessoas em 1.710 fogos; e em 1880, dois anos antes de na vila se instalar a primeira fábrica de conservas de peixe em azeite, e com esta se iniciar um novo ciclo da vida económica e social olhanense, como veremos, atingia 9.069 moradores em 2.239 fogos.

Este grande desenvolvimento populacional obriga, naturalmente, a um não menor aumento de construções habitacionais e a um relativo desenvolvimento urbanístico da vila. Logo em 1852, a Câmara Municipal, dispondo agora já de mais rendimentos pela posse da maior parte do Termo da vila, que entretanto se verificara, começa a construir um cemitério (que seria inaugurado em 1 de Novembro do ano seguinte) no Alto do Pau Bolado ou Barro Vermelho e, para facilitar o respectivo acesso, constrói uma estrada sobre o caminho que era a única saída da localidade por terreno seco (V. Nota H); e não tarda muito que essa estrada comece a orlar-se de edificações, dando origem ao troço médio da actual Rua 18 de Junho e alargando assim a vila, em poucos anos, praticamente até àquele Alto. Quasi simultaneamente, as construções começam a estender-se daquela estrada para Poente, em direcção aos alagadiços conhecidos por *Praínhas*, dando origem às ruas que hoje têm os nomes de Serpa Pinto, Diogo Cristina, Nova do Cruz e Capitão Nobre e ao troço médio da Rua de S. Bartolomeu (actual Almirante Reis) onde aquelas confluem e que, assim, se transformou na segunda saída da vila por terreno seco.



Por outro lado, ainda a Câmara Municipal inicia, aí por 1860, grandes trabalhos de pavimentação da maioria das ruas e largos, com calçada à portuguesa; e ao mesmo tempo importantes e agora eficientes obras de saneamento e aproveitamento da zona de Os Charcos, para além do Campo da Feira e deste até ao mar, expropriando por utilidade pública terrenos alagadiços e pântanos, realizando grandes aterros e construindo pontões sobre as valas mais profundas. Em 1869 são demolidas, mesmo, as últimas Cabanas das Lavadeiras. E em 1871, tendo os trabalhos de aterro tornado Os Charcos transitáveis ao menos para «cavaleiros e gente montada», como se diz num documento da época, e portanto tendo-se tornado assim mais fácil o acesso ao poço mais antigo, ou *Poço Velho*, como o povo começa a chamar-lhe, para o diferenciar do outro do Campo da Feira, a que chamava *Poço Novo*, a Câmara manda proceder a grandes reparações naquele primeiro poço, que estava de novo em ruínas; e no ano seguinte (1872) manda colocar em sua volta, como protecção, 6 *frades* de pedra, e começa a construir-lhe uma cobertura em abóbada, mas esta não fica em condições e tem de ser pouco depois demolida. E como, apesar de todas estas obras e de haver já então dois poços, a água ainda não era suficiente para a população, aí por 1876 manda abrir um outro poço (o terceiro) no terreno pantanoso que ficava imediatamente a Sul do *Poço Velho*, dotando-o com um chafariz e bebedeiro para animais; o caudal deste terceiro poço foi, porém, sempre tão pequeno, que o povo logo começou a chamá-lo exactamente de *Poço Pequeno* e, em 1886, acabaria por ser coberto, para servir apenas o chafariz e o bebedeiro. Aliás, os trabalhos de aterro de Os Charcos permitiram também que desde logo começasse o prolongamento de algumas ruas, como a das Lavadeiras (hoje Carlos da Maia) e a Nova do Levante, e a abertura de outras transversais a estas, e que todas comessem a orlar-se imediatamente de construções, dando assim origem à parte mais moderna do actual Bairro do Levante.

O desenvolvimento da terra e o já relativo desafogo material do Município levam-no, ainda neste período, mesmo a obras de embelezamento da vila. É assim que, em 1872-1873, constrói o *Passeio Público* (V. Nota I), que se estendeu desde o adro posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário até ao poço situado no extremo do Campo da Feira, ocupando todo este, ou seja o actual primeiro troço da Avenida da República (V. Nota J); e era constituído por uma placa central de terra batida, delimitada por lancis de calcário regional, que logo começou a ser arborizada e em 1877 era dotada com dez candeeiros de iluminação pública, colocados em colunas de ferro ao melhor gosto da época. E este primeiro Passeio Público também logo começou a orlar-se de prédios de certo porte e aparato.

Simultaneamente com este extraordinário aumento populacional e desenvolvimento urbano, talvez por influência dos forasteiros de algum modo cultos que ali se fixaram, e também de alguns naturais que entretanto viajaram e até estudaram em centros importantes do País e do estrangeiro, o ambiente social da vila começa a apresentar certa elevação e aprimoramento, que antes dificilmente poderia ter, dado o teor de vida das gentes do mar e dos campos vizinhos, que constituíam o seu fundo populacional. Dessa elevação e aprimoramento é sem dúvida índice, neste período da vida olhanense, a fundação, em 1858, da Sociedade Recreativa Olhanense, com intenções de elegância e mundanismo, mas também com acentuadas preocupações de cultura, e que o povo logo crismou de *Recreativa Rica*, no seu jeito característico de chamar *rico* indistintamente a tudo, pessoas, animais, coisas ou instituições que considera muito boas ou muito acima do trivial e fora do alcance das classes mais modestas. Como o é também a

criação do Grupo de Amadores de Teatro, fundado sob os auspícios daquela Sociedade aí por 1860, por iniciativa do notável amator teatral Júlio César Dantas Mauvert, funcionário da Alfândega olhanense, grupo que *deu brado* em todo o Algarve pelo primor das suas actuações, que não se limitaram a Olhão. Como o é igualmente a fundação, em Janeiro de 1870, do Clube Musical Verdi (orquestra composta de 23 instrumentos de corda e sopro) e da Filarmónica Euterpe, um e outra da iniciativa e direcção do médico olhanense e notável músico (compositor, regente e executante) Dr. José Maria de Pádua; sendo de notar desde já que em 1872 a Filarmónica Euterpe se transformou na Sociedade Filarmónica Fraternal Olhanense (ou Filarmónica Fraternidade, como também foi conhecida), passando então a ser dirigida pelo maestro José Mendonça Taipinha e, por morte deste, em 1903, por João Machado Gonçalves. Como o é ainda a fundação, em 1877, da Sociedade Recreativa União, «especialmente destinada às classes comerciais e outras, que a Recreativa Olhanense não aceitava», sociedade cuja primeira grande preocupação foi, mesmo, a realização de espectáculos teatrais e a organização de uma boa biblioteca, numa nítida intenção de competir ou mesmo superar a *Recreativa Rica*.

Aliás, em 1865 foram aprovados os estatutos de uma sociedade de socorros mútuos — a Sociedade Protectora dos Artistas de Olhão — organizada pelos operários da construção civil, construção naval e similares, o que denota, sem dúvida e igualmente, certo progresso social, embora em outro plano.

## ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Os grandes desenvolvimentos urbanos e mesmo sociais, que acabamos de sumariamente assinalar nos quarenta anos que imediatamente se seguiram ao fim das Lutas Liberais, foram, em última análise, resultante de um também inusitado desenvolvimento económico, no mesmo período verificado.

Antes de mais, a pesca costeira e longínqua ganha agora um ainda mais rápido e muito maior desenvolvimento, ocupando cada vez maior número de homens e uma frota constantemente a aumentar, passando em breve o abastecimento de pescado fresco ao interior do Algarve e ao Baixo Alentejo a ser quasi exclusivamente olhanense. Por outro lado, a preparação de peixe em sal e seco ao sol, que ali se fazia praticamente desde tempos imemoriais como anteriormente já dissemos, atinge agora igualmente um grande desenvolvimento, ocupando numerosíssimos trabalhadores; e a respectiva exportação para Lisboa e outros portos da costa ocidental portuguesa, para os portos do Norte de África, para os do Sul de Espanha e outros do Mediterrâneo, simultaneamente com a dos primores das hortas e pomares algarvios e dos frutos secos (amêndoa, alfarroba, nozes e sobretudo figos) para os mesmos portos, atinge dentro em pouco grandes proporções, não só atraindo ao porto de Olhão numerosos navios de outros portos, nacionais e estrangeiros, mas sobretudo aumentando consideravelmente a frota comercial olhanense. A exportação dos produtos algarvios através do porto olhanense para os portos espanhóis do Sul e outros portos mediterrânicos é tal, já nesse tempo, que a Espanha estabelece em Olhão, logo em 1834, um Vice-Consulado (o primeiro Vice-Cônsul foi o português José Joaquim Afonso) e mais tarde a Grécia segue-lhe o exemplo,



estabelecendo ali um Vice-Consulado em 1868 (de que foi primeiro Vice-Cônsul o português Joaquim Augusto Alves Barbosa).

O movimento do porto atinge, por esse motivo e rapidamente, tais proporções, que logo em 1842 é criada uma Alfândega em Olhão, com um quadro de pessoal privativo constituído de começo por um director, um tesoureiro, um verificador, um escrivão de receita, um escrivão de carga e descarga, um porteiro, um meirinho, quatro guardas de bordo, um patrão e três remadores. Em 1857, a Câmara Municipal vê-se, mesmo, obrigada a construir, ela própria, de sua conta e apesar das suas dificuldades financeiras, um cais acostável, no lado Poente da Praia (lado da Barreta), transferindo para o lado Nascente (junto do velho Moinho do Levante, que o povo já então designava por Moinho do Sobrado) os estaleiros navais, que ali existiam quasi desde a fundação do povoado (V. Nota L); cais em que, no ano de 1861, começa a construir, e em 1866 inaugura, um pequeno Mercado coberto, destinado à realização da Lota do peixe e à venda de pescado ao público, e que se conservaria depois em serviço durante meio século. Em 1864, dado o grande aumento das frotas locais de pesca e comércio, é criada a Capitania do Porto de Olhão, desde o início considerada igualmente, pelo seu movimento, das mais importantes do Sul do País.

Todavia, mesmo depois de criada a Alfândega, grande parte das exportações para o Norte de África e portos do próximo Mediterrâneo, em especial para os primeiros, continuou a fazer-se, como anteriormente, em autêntico contrabando, nas chamadas *Carreira de Gibraltar* e *Carreira de Marrocos*, já por várias vezes aqui referidas. Os produtos da pesca olhanense e os das hortas e pomares algarvios, que os caíques, barcas, chalupas e palhabotes transportavam nas suas viagens, eram na sua maioria *passados aos direitos* e serviam principalmente, naqueles portos estrangeiros, para troca por produtos locais, sobretudo sedas, veludos, tapetes e outros artefactos considerados ricos, e ainda por palma e cereais, tudo ali, da mesma forma, quasi sempre furtado às formalidades aduaneiras, e que entrava em Olhão, descarregado na maior parte clandestinamente, no próprio porto ou em pontos escusos da costa, graças aos muitos artificios e expedientes em que era fértil o engenho dos mareantes e contrabandistas olhanenses... Alguns destes ficaram célebres pela engenhosidade e audácia que revelaram e as suas proezas foram, até há bem pouco tempo, contadas entre os marítimos da terra como autênticos títulos de glória; e muitos fizeram fortunas consideráveis, sobretudo como fornecedores de artefactos ricos e raros, não só ao comércio local, mas ao de muitas outras terras do Algarve e mesmo ao de Lisboa.

Este negócio era tão rendoso, que alguns pescadores e mareantes acabaram por aventurar-se cada vez mais longe, até portos do Mediterrâneo Oriental, onde a viagem nos seus pequenos caíques, e sobretudo nas suas frágeis barcas e chalupas, constituíam verdadeira temeridade. Dessas viagens a portos longínquos do Mediterrâneo, algumas ficaram igualmente célebres, principalmente as que se efectuaram em 1871, 1874 e 1875.

Em 1871 foi a Odessa, então uma das mais importantes cidades do Mar Negro, e realizou-se por iniciativa de um simples marítimo, António da Silva Guerreiro, que assim adquiriu proventos suficientes para se transformar num dos mais abastados proprietários do Termo de Olhão e facultar aos seus companheiros de aventura um passadio como jamais haviam sonhado. Num pequeno caíque - o *Urso* -, tendo como piloto António de Jesus e como tripulantes António da Silva Trindade, Manuel da Costa,

José Martins Facada e Manuel João Gomes, e gastando 31 dias na ida e 45 no regresso, transportou para aquela cidade russa um grande carregamento de biqueirão em salmoura, que ali vendeu a preços avultadíssimos dada a sua raridade e apreço em que era tido, e trouxe de regresso algumas toneladas de trigo e artigos orientais, que lhe deram na sua terra não menores proventos. E a viagem, nas circunstâncias precaríssimas em que se realizou, foi considerada nesse tempo tão extraordinária que, nos Dardanelos e depois em Odessa, causou pasmo e admiração, sendo o pequeno caíque visitado por numerosos oficiais de marinha de diversas nacionalidades, que ali se encontravam com os seus navios e teceram os maiores elogios à audácia e à bravura dos marítimos que, em tão frágil embarcação, de tão longe ali iam. É claro que estes oficiais estrangeiros ignoravam o que já então estava a acontecer com os caíques e os marítimos olhanenses nas costas ocidentais da África, de que mais adiante falaremos, e o que acontecera antes com o caíque *Bom Sucesso*, de que já em outro capítulo falámos...

Foi o êxito daquela ida às portas do Médio Oriente que levou depois alguns tripulantes do *Urso*, associados agora com outros olhanenses não marítimos, que os financiaram, a aventurarem-se por várias vezes, durante a grande estiagem de 1874 e 1875, até Oran, Nemours, Philipville, Sardenha e outros portos do Mediterrâneo, em procura de trigo, cevada, centeio e milho, em viagens perigosíssimas, dada a fragilidade das embarcações em que se realizavam e as grandes cargas que transportavam. E foram essas audaciosas viagens que evitaram ao Algarve a fome, durante aqueles anos de secas e nulas colheitas, e que granjearam para aqueles que as fizeram, e para os seus associados e financiadores, algumas boas fortunas, que vieram enriquecer o património económico olhanense.

Todo este movimento de pesca e navegação de cabotagem leva a um extraordinário desenvolvimento de outras indústrias antigas e à criação de indústrias novas, embora quasi todas ainda no mais puro regime de artesanato. A construção naval, a fabricação manual de anzóis, de redes e de cordame, de olarias (louça ordinária de barro, alcatruzes para noras e para captura de polvos e similares) e mesmo de louça fina (V. Nota M), por um lado; e por outro, a extracção de sal, os trabalhos de empreita e esparto e a destilação de figos e preparação destes em passas, ganham em breve quasi tanta importância como a salga e secagem de peixe ao sol, tornando-se os calafates, os serradores de madeira, os anzoleiros e os cordoeiros olhanenses conhecidos em todo o Algarve, e também os almeixiães de Olhão, estes que chegaram a ser famosos não apenas na província algarvia, mas ainda em todo o País. E levam igualmente à criação de um vasto comércio, em que predominam naturalmente artigos chamados de primeira necessidade (produtos alimentares, vestuário e calçado, etc.), mas em que igualmente têm lugar importante os materiais de uso corrente nas indústrias locais, como os apetrechos de pesca. Em meados do século passado eram já inúmeros os estabelecimentos comerciais em toda a vila, repartidos pelos mais variados ramos de comércio.

O desenvolvimento industrial e comercial de Olhão é, mesmo, tão rápido e tão grande, que em 1842 já havia na vila um serviço de Correios e Encomendas Postais de grande movimento. E logo em 1861 é ali criada uma Estação Telégrafo-Postal e inaugurado um serviço telegráfico com todo o País, Estação que se instala, sintomaticamente, na Rua dos Mercadores, que é a actual Rua Teófilo Braga (V. Nota N).

## OS «AFRICANISTAS» OLHANENSES

No período da história de Olhão que temos vindo a considerar, regista-se ainda um outro facto que, em nosso entender, teve grandes repercussões sócio-económicas na vida olhanense: a intensificação e mudança de rumo da emigração.

A emigração dos olhanenses, como em outro capítulo dissemos já, começara muito antes da elevação do Lugar do Olhão à categoria de Vila, mas apenas para outras terras do País, designadamente Lisboa, Oeiras, Barreiro, Aldeia Galega e Caparica, onde no decorrer dos tempos se fixaram não poucos, principal ou exclusivamente marítimos. Depois, com o início e intensificação das chamadas *Carreira de Gibraltar* e *Carreira de Marrocos*, a que também já nos referimos várias vezes, a emigração olhanense derivou para o Norte de África, onde igualmente se fixaram não poucos *filhos de Olhão*, quer trabalhando na pesca, quer no comércio, e actuando como uma espécie de agentes dos contrabandistas da terra natal. Agora, porém, encaminha-se e intensifica-se rapidamente no rumo das colónias portuguesas de África, especialmente de Angola, onde alguns olhanenses se fixam para sempre e realizando uma notabilíssima obra de colonização (V. Nota O), mas de onde muitos mais vão mandando o produto do seu trabalho, duro e porfiado, para as famílias, que continuaram em Olhão, e aqui regressam, anos depois, trazendo pecúlios mais ou menos avultados, que vão engrossar algumas fortunas já existentes e dar origem a outras, contribuindo assim em não pequena escala para a prosperidade económica da sociedade olhanense e sobretudo para a formação dos capitais da industrialização, que em breve transformaria a mesma sociedade. Para a formação desses capitais, aliás, contribuíram ainda os não pequenos proventos obtidos pelos mais arrojados mareantes locais nas suas viagens às costas angolanas, pois a emigração olhanense para ali processa-se, até para além do fim do século, exclusivamente em barcos também olhanenses, a despeito das precárias condições destes para tais empreendimentos.

Esta nova corrente emigratória olhanense começou aí por fins de 1859, quando partiram para Angola, a bordo da barca *D. Ana*, comandada por José Guerreiro de Mendonça e pilotada por José Guerreiro Nuno, os irmãos António Fernandes e Lourenço Peixe, Francisco de Souza Ganho e António de Jesus Ganho e José Carne Viva, que se estabeleceram no ano seguinte (1860) na Angra do Negro e não só levaram consigo a primeira canoa de pesca do alto que ali apareceu, como foram também os primeiros brancos que naquelas paragens se dedicaram eles próprios à pesca, em vez de se limitarem a explorar a pesca exercida pelos indígenas. Dois anos depois, em 1862, parte o caíque *Flôr de Maio*, do mestre Bernardino do Nascimento, mais conhecido por *Brancales*, levando como piloto Pedro José dos Reis e como tripulantes Francisco Ferreira Nunes, mais conhecido por *Nunes Major*, João da Encarnação, João da Galhandrinha Rolão, João da Rosa Machado (pai) e José Lourenço Galvão, que se estabelecem no ano seguinte em Porto Alexandre e de onde partem depois em exploração mais para o Sul, procurando em 1865 estabelecer-se na Baía dos Tigres. Em 1867, parte o caíque *S. Francisco Xavier*, comandado e pilotado pelo seu proprietário José Guerreiro Nuno, com uma nova leva de emigrantes olhanenses, agora destinados a Luanda, onde se sabe que chegaram ainda mais olhanenses em 1870, mas ignorando-se quem para ali os conduziu; e neste último ano parte também de Olhão, com destino a Moçâmedes, o caíque de Sebastião Pereira Machado e José Joaquim dos Reis, com numerosos olhanenses que se fixam naquela região.

Quando estes primeiros olhanenses chegaram a Angola, já ali havia numerosos pescadores metropolitanos e até mesmo algarvios. Mas, a verdade é que só com a chegada daqueles a pesca começou a ter ali grande incremento e a ser verdadeiramente rendosa; tal como só com a chegada de alguns calafates olhanenses, que os acompanham, ali começam a surgir estaleiros e a construção naval se desenvolve e incrementa. Em 1868 já havia, no Sul de Angola, mais do dobro das pescarias que os olhanenses lá encontraram à sua chegada; eram 10 naquele ano e, dessas, 7 pertenciam a gente de Olhão. E pouco depois os olhanenses começam a dedicar-se à navegação de cabotagem, ao longo da costa angolana e mesmo para além e aquém dela: em 1870, José Lourenço Galvão tinha já licença para a sua lancha *Jovem Virgínia* navegar entre a Baía dos Tigres e Luanda; no ano seguinte o seu caíque *Senhora do Rosário* era autorizado a viajar igualmente até Luanda; e mais um ano decorrido, os caíques *Teimoso* e *Três Irmãos*, igualmente olhanenses, navegavam entre a Baía dos Tigres e S. Tomé e iam até ao Gabão e ao Congo.

Mesmo para além do período que aqui temos considerado, esta corrente emigratória olhanense não só continua, como ainda se intensifica mais. Em 1885, os caíques de mestre José Fernandes Bento e de Libânio de Albuquerque, e o Espada de Ferro, este do mestre José Gregório Hungria, partem para Angola com emigrantes. Dois anos depois, em 1887, o palhabote S. José, de Manuel Pereira Gonçalves, conduz para Moçâmedes outra leva de pescadores, e com esta a primeira armação à valenciana que se montou naquelas paragens e de que foi primeiro mandador o olhanense Manuel Frota. Em 1892, ao que parece estimulados pelas facilidades concedidas pelo Regulamento da Salga de Peixe em África, naquele ano publicado pelo Governo, novas levadas de olhanenses seguem para Angola, peitando alguns caíques como o *Restaurador*, de mestre Joaquim Mil-Homens, e o *Flôr de Maria II*, pilotado por João Correia das Dores. Em 1894, 1895, 1898 e 1900, outros caíques com emigrantes saem de Olhão para terras angolanas, levando pescadores, calafates e agora também gente de terra, pequenos proprietários dos arredores da vila e não poucos filhos-família, estes ansiosos de aventuras ou de amealhar um bom pecúlio para o futuro, e até empregados no comércio, guarda-livros, etc. E em 1902 ainda seguem, além de muitos outros cujos nomes e proprietários não conseguimos apurar, o caíque de mestre João Caleres, o caíque de Costa Mira, a rasca de Acácio Ribeiro da Silva, o palhabote de Domingos do Ó dos Reis e os caíques *Beatriz* e *Jesus Piedade* (este mais conhecido pelo *Cabelinho Louro*) de Sebastião dos Reis.

Aliás, quando anos mais tarde, como adiante veremos, a emigração olhanense procura outros rumos, intensificando-se particularmente para as Américas do Norte e do Sul, a corrente emigratória para as colónias portuguesas de África continua muito volumosa, assim chegando praticamente aos nossos dias.

## NOTAS

(A) — No nosso trabalho *As Justiças de Olhão* dissemos não saber onde se situava a mais antiga cadeia da localidade, embora em diversos documentos antigos tenhamos encontrado indícios da existência de uma prisão talvez desde a constituição da Companhia de Ordenanças de Olhão, em 1673; e não saber sequer onde ficava a cadeia, sem dúvida nenhuma já existente em 1808 e a que os olhanenses então chamavam o *pelourinho*, onde foi afixado o edital de Junot que os revoltosos «fizeram em pedaços» e onde estiveram presos os militares franceses, capturados em Junho daquele ano também pelos olhanenses, Abílio Gouveia, porém, embora nada tenha entretanto publicado a tal respeito, disse-nos depois, e por mais de uma vez, que, em resultado das suas pesquisas na vila e em face dos dados recolhidos em vários documentos, era de opinião que a cadeia olhanense de 1808 ficava na Rua que ainda hoje se chama do Gaibéu e na casa da mesma rua que actualmente tem os números 24, 26 e 28 de polícia. Esta casa está ligada, por uma passagem, construída num arco sobre o Beco do Gaibéu, à casa da Rua Teófilo Braga (antiga Rua dos Mercadores), que foi do Padre Tomaz Caetano de Gouveia Machado e onde se instalou depois a Câmara Municipal e o Julgado, mais tarde o Juízo Ordinário e ainda mais tarde a *Recreativa Rica*; esta casa tem hoje um aspecto bem diferente do que tinha em 1808, pois sofreu várias transformações, as últimas das quais em 1848 e 1965, conforme as inscrições que se encontram no lintel da porta principal.

(B) — O adro anterior da Igreja Matriz rodeado de prédios de dois e até de mais de dois pisos, que os justamente famosos e hoje infelizmente destruídos painéis de azulejos de Jorge Colaço (sobre a revolta contra os franceses) fixaram e divulgaram, não passou de pura fantasia do artista, inspirada talvez numa velha e conhecida gravura oitocentista que nos mostra uma típica casa olhanense de *sótão*, em que as pequenas janelas deste ficam por cima da *porta da rua*. Numa fotografia, que já então deveria ser bem antiga, porque muito amarelecida e esmaecida, que nos recordamos de ter visto há mais de meio século nos arquivos de um fotógrafo olhanense (o velho Lavrador, da Rua da Soledade, que editou a primeira colecção de postais ilustrados de Olhão, hoje raríssimos), ainda se podia distinguir, num dos lados do adro (precisamente o focado nos painéis de azulejos), algumas amendoeiras e figueiras saindo de uma vedação baixa de alvenaria, certamente restos de horta ou fazenda que ali existira anos antes. Restos talvez da horta onde Manuel Luiz e sua mulher edificaram a casa (para «aformosearem a povoação», diziam eles no requerimento) cuja licença de construção «junto à Igreja Matriz» lhes foi concedida pelo Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, em 27 de Outubro de 1809, isto é, apenas quasi um ano depois de Olhão ser elevada à categoria de vila; ou os restos de outra (ou seria a mesma?) que anos depois, nesse mesmo lado do adro, aparece com a designação de Horta do Tarraco (alcunha do seu proprietário, António Leonardo da Graça, que este transmitiu aos seus descendentes) e de que ainda hoje existe, formando o gaveto da Rua Luiz de Camões (antiga Rua João Filipe) e da Rua dos Cordoeiros, uma casa de aspecto indiscutivelmente rústico, entre um armazém que pode ter sido da mesma época daquela e uma moradia de casas mais moderna, esta de que hoje só resta uma porta, porque a maior parte foi demolida há uns trinta anos, para alargar a saída da Rua Luiz de Camões, que era muito estreita e dificultava o trânsito de veículos.

(C) — De há muito, cremos mesmo que desde a publicação da conhecida *Corografia* de Baptista Lopes, que é uso, até em trabalhos de certa responsabilidade, designar por *mourisco* o tipo da arquitectura tradicional e o traçado dos arruamentos dos velhos bairros da vila de Olhão, atribuindo-lhes assim uma origem norte-africana ou, mais precisamente, marroquina. Tal origem e conseqüente designação, modernamente muito divulgada para efeitos de propaganda turística, mereceu séria contestação do grande erudito olhanense F. Fernandes Lopes, mas obteve não menos séria aprovação do eminente geógrafo Orlando Ribeiro. Também pessoalmente discordamos, ao menos em parte, de tal designação; mas não podemos dar aqui as nossas razões, e nem sequer um resumo das daqueles Mestres, para não alongarmos demasiado esta nota. Por isso, e à falta, de momento, de outra mais exacta, condescendemos em usar no texto, a título provisório, o termo *amoiriscado*.

(D) — Não poucas das ruas e largos olhanenses de 1808 ainda hoje existem, e algumas delas até com os mesmos nomes de então, como por exemplo: a de S. José, a de S. Pedro, a de João Francisco, a de Sant'Ana, a dos Arménios, a dos Sete Cotovelos, a do Gaibéu, a de Faro, a do Sol Posto, a dos Micanos, etc. Note-se, no entanto, que algumas dessas ruas que ainda conservam o mesmo nome, não tinham então a mesma extensão de hoje, como por exemplo a Rua Nova do Levante, que nessa altura chegava apenas às Cabanas das



Lavadeiras, ou seja, pouco mais ou menos, até ao actual Largo do Grémio. Porque em 1808 ainda existiam, apesar de todo o aumento da construção civil, as Cabanas das Lavadeiras e as Cabanas de S. Bartolomeu.

(E) - As *galeotas reais* eram pequenas embarcações, com quinze a vinte remos por borda, do tipo das galés antigas e adornadas de pinturas e dourados, que serviam exclusivamente para a Família Real e só em pequenas deslocações fluviais (no Rio Tejo, evidentemente) de carácter oficial e grande solenidade. As suas tripulações não sabemos desde quando eram recrutadas exclusivamente entre os pescadores de Olhão, serviço para o qual seguiam «cerca de 400 homens por ano, rendidos em levas»; apenas sabemos, conforme já dissemos em capítulo anterior, que em 1758 já assim acontecia.

(F) — O Alto do Pau Bolado ou Alto do Barro Vermelho era, em 1826, o cume da maior elevação de terreno sobranceira à vila, uma colina cujas encostas Nascente, Sul e Poente começavam, respectiva e praticamente, onde hoje se situam: a confluência das modernas Rua 18 de Junho e Avenida da República, a confluência desta com a Rua Diogo de Mendonça Côrte-Real e os actuais troços médios e Norte da Rua Almirante Cândido dos Reis. Os sucessivos nivelamentos do terreno impostos pela urbanização quasi fizeram desaparecer essa colina, mas, há sessenta anos ainda se apresentava muito nítida na topografia da vila e era então popularmente designada por Serrinho do Cemitério.

(G) — O *fosso*, que em alguns documentos coevos aparece também designado por *Vale Grande*, antes do qual começava a calçada mandada construir pela Câmara, referida no passo do texto a que a presente nota se reporta, era uma das valas, talvez a mais larga e a mais profunda e daí os nomes que lhe davam, que então atravessavam, em direcção ao mar, o espaço actualmente ocupado pelo troço Norte da Avenida da República, e ficava mais ou menos onde hoje se encontra o Palácio da Justiça; a *estrada de Quelfes* era o caminho que depois foi alargado e mais tarde ainda transformado na actual Avenida Dr. Bernardino da Silva; e a *estrada de Marim* era um caminho que torneava o morro onde mais tarde foi construído o edifício do hospital (que ainda hoje existe), seguindo para Leste até à quinta daquele nome, e do qual restam actualmente vestígios (troços de veredas e caminhos de pé posto) paralelamente à linha férrea.

(H) — Antigamente os enterramentos eram feitos no solo da nave da Igreja Paroquial (o das pessoas mais importantes da terra) e no adro anterior da mesma Igreja. Passado determinado número de anos e para dar lugar a outros enterramentos, as ossadas eram retiradas dali e guardadas no ossuário da Igreja (todas as Igrejas Paroquiais tinham o seu ossuário), a que o povo chamava *carneiro*, e que ficava na parte posterior da Matriz olhanense, exactamente onde hoje se encontra a capelinha de Nosso Senhor dos Aflitos. O ossuário era assinalado exteriormente por uma espécie de nicho envidraçado (aquele que ainda hoje lá está, no interior da capelinha) dentro do qual se encontrava (e encontra) um grande crucifixo, que a Confraria das Almas, a cargo de quem estava a conservação das sepulturas e do ossuário, mandava *alumiar* todas as noites; e o povo olhanense, que teve sempre em grande conta o culto dos mortos, como já em outro capítulo dissemos, ia ali rezar quando passava perto e sobretudo à noite. A devoção popular chegou a ser, mesmo, tão grande que, quando se construíram as casas para a Fábrica da Igreja, a que já nos referimos em outra nota, deixou-se o nicho num *oratório*, com porta gradeada para a rua. Proibidos depois os enterramentos na Igreja, nas condições e circunstâncias que referimos no capítulo anterior, a Confraria das Almas foi encarregada de indicar locais para a construção de um cemitério, o que fez, acabando o Município por preferir o Alto do Pau Bolado. O ossuário deixou então de servir, mas o povo continuou a sua devoção no *oratório* onde estava o nicho que o assinalava; e de tal modo que o nicho foi transformado numa pequena capela, esta que sofreu várias outras transformações ao longo dos anos, sendo o seu aspecto actual resultado de obras efectuadas praticamente já nos nossos dias (1948).

I— O mais antigo levantamento topográfico de Olhão que hoje se conhece, começado em Março de 1871 e acabado em Maio de 1873 pelo engenheiro hidrógrafo B. M. F. d'Andrade e pelo capitão do exército A. J. Perry, que se encontra na Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, em Lisboa, parece indicar que então o passeio público já se estendia para além do poço situado no extremo do Campo da Feira e ia, pelo menos, até à vala a que chamavam, o *fosso*, já por nós referida em outra nota, vala sobre a qual o mesmo levantamento assinala um pequeno pontão. Isto, porém, não condiz com o que consta das actas da Câmara Municipal de Olhão, segundo as quais, no ano em que aquele levantamento foi terminado, igualmente se terminou a construção do primeiro troço do Passeio Público até ao poço, e apenas este, sendo o segundo troço, dali até ao *fosso*, construído só em 1896, como adiante referiremos. Desta divergência parece-nos que só é possível

concluir que, quando o levantamento foi concluído, já estava projectada a construção do segundo troço do Passeio e, por isso, os autores do levantamento desde logo o assinalaram, também; aliás, todo o Passeio está assinalado no levantamento com linhas pontuadas, o que pode significar que em Maio de 1873 estava ainda em *construção* e não como alguém já aventou, que estava arborizado, pois o sinal topográfico de *árvores*, isoladas ou em grupos, não é de forma alguma aquele que lá está. E note-se ainda que o único exemplar do levantamento que se conhece não é o trabalho *definitivo* e sim o simples «Papel de prancheta», ou seja o trabalho base ou *matriz* da *carta* que por certo foi concluída bastante depois e hoje se desconhece.

(J) - Ao construir o Passeio Público nos terrenos que até aí constituíam o Campo da Feira, a Câmara Municipal decidiu que as feiras anuais passassem a realizar-se nas *Praínhas*, que então eram ainda quasi só alagadiços, mas que para o efeito começou logo a aterrar e sanear. Enquanto este aterro não foi concluído, o que demorou ainda não poucos anos, as feiras efectuaram-se nos adros anterior e laterais da Igreja Matriz (o primeiro que já então se chamava Largo da Igreja) e nas ruas adjacentes. Actualmente (1984) as feiras efectuam-se em terrenos da antiga Horta de Martins de Brito, a Sul do Hospital, para onde passaram quando, em 1982, foi construído nas *Praínhas*, um bairro de 120 casas pré-fabricadas.

(L) — Ao contrário de que se possa supor, o primeiro *porto* olhanense (chamando *porto* ao local onde carregavam e descarregavam e se abrigavam as embarcações de todos os calados) não era do lado da Barreta embora deste lado, segundo a tradição, se tenha implantado o primeiro núcleo da povoação, e sim do lado do Levante, que na realidade ficava muito mais perto e com mais fácil acesso ao local da *nascente* ou *fonte* que deu origem e nome ao Lugar do Olhão. Do lado da Barreta ficavam, praticamente desde a origem do povoado, os estaleiros de construção naval, que só passaram para o lado do Levante quando deste local saiu o *porto* pela construção do cais acostável e rampas de carga e descarga no lado apostado da praia, mais ou menos a seguir, para Poente, ao actual Mercado do Peixe e onde começa o novo jardim presentemente (1984) ainda em construção.

(M) — Esta *olaria de louça fina* estava transformada, em 1880, numa verdadeira fábrica, trabalhando com as mais modernas máquinas da sua época e ocupando 11 operários de ambos os sexos. Naquele ano ainda produzia apenas loiça fina de barro, mas poucos anos depois já fabricava também loiça fina de *pó de pedra*, sendo então a única do seu género em todo o Algarve, e estando a cargo de dois hábeis cerâmicos especializados nas Caldas da Rainha: os irmãos Martins Coimbra, um dos quais foi mais tarde funcionário da Agência local da Caixa Geral de Depósitos e grande amador teatral. Em 1891 esta fábrica estava instalada em edifício próprio na rua que por isso se chamava, e ainda hoje se chama, apesar da fábrica haver encerrado há mais de cinquenta anos, Rua da Fábrica da Loiça.

(N) — Os Serviços dos Correios e Encomendas Postais estiveram instalados em vários locais da vila, normalmente na residência dos respectivos concessionários (ou agentes), o primeiro dos quais foi João Inácio Pereira, mudando sempre que aqueles mudavam. Criada a Estação Telégrafo-Postal, esta foi instalada na Rua dos Mercadores, onde aliás os Serviços que a antecederam já tinham estado; depois mudou para a rua que por isso ficou conhecida por Rua do Correio Velho e se chama hoje Rua do Dr. Carlos Fuzeta, e mais tarde fixou-se no Largo da Restauração (ou melhor, na rua lateral Norte da Igreja Matriz), de onde só saiu em 1961, quando foi inaugurado o edifício próprio dos Correios, Telégrafos e Telefones, na Avenida da República.

(O) — A obra dos olhanenses no Sul de Angola, sobretudo a partir dos meados do século passado, foi realmente notável e referem-se-lhe em termos altamente elogiosos os mais competentes e autorizados historiadores da colonização portuguesa. Porque os olhanenses não se limitaram a ser ali pescadores e calafates, mareantes e negociantes; foram também funcionários administrativos, públicos e privados, competentíssimos, e autênticos fundadores de cidades, tendo-se notabilizado por exemplo na edificação de Moçâmedes, na presidência das Câmaras Municipais de Benguela e Novo Redondo, na Direcção da Alfândega de Luanda, na Capitania do Porto de Cabinda, no Tribunal da Relação de Angola, na defesa dos direitos portugueses na Baía dos Tigres, etc., etc. Não cabe neste trabalho a pormenorização da acção olhanense naquelas paragens; mas recomendamos aos leitores o estudo pormenorizado deste *capítulo* da história da *diáspora olhanense*, pois nele encontrarão muitos motivos para se orgulharem dos seus antepassados.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

2

## Sob o signo das Conservas de Peixe



APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Enquanto na década de 80 do século XIX se intensificava, pela forma que vimos no capítulo anterior, a emigração olhanense para Angola, dava-se no Algarve um facto que, se por um lado muito influiria no progresso e prosperidade futuras da Província, por outro iria decidir dos próprios destinos da Vila do Olhão da Restauração, pois as suas consequências, no decorrer dos cinquenta anos seguintes, transformá-la-iam num dos maiores centros industriais e num dos principais agregados populacionais de todo o país.

Foi o caso que, de 1880 a 1882, vários industriais conserveiros franceses, fugindo à escassez de sardinha que então se verificava nas costas da Bretanha e atraídos pela abundância com que ela aparecia nos nossos mares, vêm instalar as suas unidades fabris em terras algarvias. Em 1880, precisamente, chegam os primeiros a Lagos; no ano seguinte instalam-se outros em Vila Real de Santo António; e em 1882 já se encontram pelo menos dois também instalados em Olhão. Mas, na esteira dos franceses, não tarda que apareçam igualmente alguns industriais espanhóis e italianos, que também se instalam em Olhão, dando todos grande incremento à nova indústria e aliciando para ela não só o povo trabalhador da vila e dos arredores imediatos, mas alguns capitalistas olhanenses, estes que rápida e proveitosamente se transformam em industriais conserveiros.

O êxito e o desenvolvimento alcançados pela indústria de conservas de peixe em Olhão, logo nesses seus primórdios, é tão grande que, vinte anos depois de instalada a primeira fábrica, isto é, em 1901, já ali funcionavam 8 unidades fabris; e mais quatro anos volvidos, em 1905, o número subia para 12, sendo 7 de conservas em azeite e 5 de conservas em salmoura, nas quais trabalhavam 316 homens (88 eram soldados) e 306 mulheres e nas quais se produziram, durante aquele mesmo ano, 1.425 toneladas de conservas. Só Lagos possuía, então, maior número de fábricas de conservas em azeite, pois contava mais três. E não deixaremos de registar aqui os nomes desses industriais olhanenses de 1905, que podem de certo modo ser considerados os pioneiros da indústria local de conservas de peixe, até porque foi realmente com eles, e pela sua operosidade e persistência, que Olhão começou a sua vida de empório industrial: F. Delory (que foi o primeiro a instalar-se em Olhão, talvez em 1881), Miguel Migone, Feu & Hermanos, Manuel António Soares, Cristina & Quintas, Goso Amâncio e João Viana Cabrita, todos industriais de conservas de peixe em azeite (V. Nota A); João Baptista Trabucho, Pedenote Seragete Luigi, Atílio Angelo Semino, Agostinho Campa e Valdemiro, industriais de conservas em salmoura. Como não esqueceremos também o nome de Arthur Alèno Père, que naquele ano de 1905 já tinha saído de Olhão, mas que foi um dos primeiros industriais a instalar ali (cremos, até, que foi o segundo) a sua fábrica de conservas de peixe em azeite e, em 1890, fizera mesmo, também ali, uma tentativa para industrializar conservas de frutos, legumes e outros produtos hortícolas dos férteis campos algarvios; nem mesmo o nome de M. Verdeau, também um dos primeiros a instalar-se em Olhão como industrial conserveiro, mas igualmente um dos primeiros a sair e, ao que parece, por incompatibilização com o pessoal operário olhanense.

A primeira grande consequência da instalação dos industriais conserveiros franceses, espanhóis e italianos em Olhão foi o desenvolvimento e verdadeira industrialização da própria pesca local, industrialização que passaria a processar-se até em ritmo talvez ainda mais acelerado do que o das conservas, sobretudo depois da criação das primeiras

sociedades e companhias de pescarias e parcerias de armadores. Em 1889, isto é, apenas oito ou nove anos depois de instalada a primeira fábrica de conservas na vila, a Capitania do Porto registava 1.761 pescadores profissionais, quer dizer, que não tinham qualquer outra ocupação além da pesca por conta própria ou alheia, e 265 embarcações dos mais variados tipos, desde os caíques (só estes eram 52) e lanchas do alto (em número de 130), até às simples bateiras e maceiras, todas ocupadas também exclusivamente na pesca. Mas, passados outros nove anos, em 1898, o número de barcos de pesca registados na Capitania do Porto subia para 409 e o número de pescadores para 1.956; e passados ainda mais 6 a 10 anos, ou seja, de 1904 a 1908, a média anual de barcos de pesca em serviço no porto de Olhão era de 1.288 e de 5.267 a dos pescadores. Aí por 1884 ou 1885, anos estes em que encontrámos os seus mais antigos *rastos*, tinham aparecido na área da Capitania do Porto de Olhão as primeiras armações da pesca da sardinha com copo à valenciana, revolucionando localmente os sistemas de pesca; e em 1896, ano de que possuímos a primeira notícia certa, já ali existiam 6, com as seguintes designações, que indicam também as respectivas localizações: Cabeça dos Mortos, S. Lourenço, Vergões, Armona, Barra da Fuzeta e Livramento (V. Nota B). Fora ainda em 1896 que aparecera a funcionar uma armação de atum na costa olhanense, em frente de Bias, com a preocupação de fornecer esse apreciadíssimo pescado às fábricas locais de conservas; dois anos depois, em 1898, começara também a pescar o primeiro cerco americano matriculado na Capitania do Porto de Olhão, que se chamava exactamente *O Americano*. E em 1901, ano do qual temos os primeiros dados certos a tal respeito, havia em plena exploração na Ria Formosa, em frente de Olhão, 17 viveiros de amêijoas e 1 viveiro de ostras.

O começo da industrialização das conservas de peixe em Olhão teve, porém, ainda outras consequências imediatas importantíssimas, de ordem económica, além da industrialização da própria pesca. E entre essas há que mencionar, pelo menos, a incrementação da construção naval, o aumento do tráfego portuário e o crescimento do comércio geral.

Quanto à primeira, a construção naval, que era já famosa em todo o Algarve, como em capítulo anterior mostrámos, pela perfeição dos seus trabalhos e até pela originalidade do seu *risco* (em especial o dos *caíques*), pode dizer-se que deixa agora também de ser puramente artesanal, para se industrializar e aumentar a produção, tornando-se os estaleiros olhanenses dos mais desenvolvidos e importantes do Sul do País; se de 1870 a 1884, por exemplo, construiu ainda apenas uma média de 7 barcos por ano, a partir de 1893 e até 1902 a média anual de barcos construídos foi já de 27. No que respeita ao tráfego portuário, registe-se, em primeiro lugar, que o número de embarcações de matrícula olhanense consideradas oficialmente como parte da Marinha Mercante Nacional (por fazerem não só o tráfego de cabotagem ao longo das costas portuguesas, mas ainda nas costas mediterrânicas e africanas), se até 1890, por exemplo, era em média de 22 em cada ano, saltou logo, em 1893, para 42, subiu no ano seguinte para 44 e, embora tenha descido em 1895 para 38, manteve-se depois, até 1904, na média anual de 34; e anote-se em seguida que o número de embarcações comerciais, nacionais e estrangeiras, entradas e saídas do porto de Olhão, que até 1892 fora, em média, de 208 e 225 por ano, respectivamente, logo a partir de 1893 e até 1900, pelo menos, foi de 352 e 389, em média anual.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

O movimento do porto cresceu tanto e tão rapidamente, que logo em 1882 se tornou indispensável a montagem de *luzes* de balizagem: uma, ainda hoje existente, na torre sineira da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (que se avista de toda a Ria Formosa) e outra no cais marginal, instalada esta em *sobe e desce* no semáforo pela mesma altura ali montado para avisos sobre o estado do tempo e do mar e que o povo olhanense (sabe-se lá porquê!...) passou a designar, e designou até ao seu desaparecimento já nos nossos dias, pelo nome de *bate-estacas*. E em 1894, consideradas já insuficientes, essas *luzes* tiveram não só de ser renovadas, mas ampliadas e consideravelmente melhoradas, dando-se-lhe a forma e a amplitude com que chegaram até nós. Ainda nesse ano de 1894, e pelo mesmo motivo do aumento considerável do tráfego portuário, a Câmara Municipal vê-se obrigada a construir no cais uma nova rampa de carga e descarga, para cujo custeio contribui financeiramente o Compromisso Marítimo.

Quanto ao crescimento do comércio geral, anote-se que aquele se verificou tanto no retalhista como no grossista: no primeiro, em relação principalmente aos artigos de uso corrente (vestuário, calçado, géneros alimentícios, etc.), no segundo em especial a importação de materiais para as novas indústrias e a exportação de produtos das mesmas indústrias. O desenvolvimento do comércio retalhista de géneros e produtos alimentícios levou, mesmo, a Câmara Municipal, em 1899, a dar as maiores facilidades para se ampliar o mercado diário de hortaliças, legumes frescos e fruta que, desde 1871, se efectuava junto da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e que passou então a vender também queijos, carnes verdes, enchidos e similares; e a criar, no mesmo ano de 1899, um mercado semanal de cereais, farinhas, legumes e frutos secos, e um mercado mensal de gados, sobretudo de gados para talho (V. Nota C). E o grande desenvolvimento dos dois comércios, grossista e retalhista, leva por fim à criação, em 1903, da Associação Comercial e Industrial de Olhão, de que foram fundadores o então jovem advogado olhanense Dr. Carlos Fuzeta, que mais tarde se notabilizaria como jurista de renome internacional exactamente no domínio das pescas e do Direito Internacional Marítimo, e o Dr. Bernardino Adolfo da Silva, médico natural de Vila Real de Santo António, que se fixara em Olhão e aqui viria a prestar altos serviços e a distinguir-se pelo seu humanitarismo, benemerência e sociabilidade; o Dr. Carlos Fuzeta foi, mesmo, o primeiro Presidente da Direcção da Associação, assumindo na altura o Dr. Bernardino Adolfo da Silva a presidência da Assembleia Geral. Mas, o que talvez mostre ainda melhor o grau de desenvolvimento do comércio geral de Olhão, nestes primórdios da sua vida de centro industrial, é o facto de, logo em 1896, ser criado na vila um Tribunal de Comércio, independente da Comarca Judicial, o qual só foi extinto em 1933 (V. Nota D).

## **ALARGAMENTO DO CENTRO URBANO E DA FREGUESIA**

Outra consequência imediata da instalação da indústria de conservas de peixe em Olhão foi o aumento da população olhanense, que por sua vez traria várias e não pequenas repercussões, designadamente na extensão da área urbana da vila.

A industrialização das conservas, além dos empresários estrangeiros que lhe deram início e depois a incrementaram, e dos técnicos e alguns operários especializados que os acompanharam, atraiu imediatamente para a vila muitos trabalhadores rurais dos

campos vizinhos, seduzidos pelos salários que as fábricas lhes pagavam e eram muito superiores aos que as fainas agrícolas, bem mais trabalhosas e mesmo penosas, então lhes podiam proporcionar; a industrialização da pesca, que teve origem na das conservas, como anteriormente dissemos, atraiu também numerosos pescadores de outros pontos da costa algarvia e mesmo da costa do Norte do País; por sua vez o desenvolvimento do comércio geral que, como também já dissemos, foi consequência da industrialização das pescas e das conservas, e ainda das indústrias subsidiárias ou afins destas, atraíram igualmente muita gente de vários pontos de Portugal, e não só pequenos comerciantes e pequenos industriais, mas caixeiros, guarda-livros e operários especializados, etc. E todos ali se fixaram com suas famílias ou ali vieram a constituí-las. De tal forma que, em 1900, isto é, vinte anos depois de instalada a primeira fábrica de conservas de peixe em Olhão, a população olhanense subira já para 10.009 habitantes permanentes; e mais uma década passada, em 1911, três anos apenas depois de se completarem cem anos sobre a elevação do Lugar do Olhão à categoria de Vila e oitenta e cinco após a criação do seu Município, já ali havia 10.890 moradores permanentes, ou seja, mais 6.109 do que na altura daquele primeiro acontecimento e mais 4.990 do que por ocasião do segundo.

Este aumento da população obriga naturalmente a um aumento considerável de construções habitacionais; e esse aumento, aliado à indispensável construção de instalações apropriadas para as fábricas de conservas de peixe e para as indústrias suas subsidiárias e afins, impõe um também considerável alargamento da área urbana da vila. Logo em 1893, a Câmara Municipal vê-se obrigada a intensificar e completar o aterro da zona de Os *Charcos* e mesmo a expropriar alguns terrenos, seus, limítrofes, na maioria alagadiços e pantanosos, entre estes, aquele que ficava imediatamente a Sul e Sudoeste do *Poço Velho*, onde se situava o *Poço Pequeno*, terreno que fora da Horta do Padre Tomaz, mas pertencia já então a Francisco Ferreira Júnior, e desde logo ficou destinado a um Jardim Público, que depois ali seria de facto construído; e três anos mais tarde (1896), sobre esses aterros e terrenos expropriados, prolonga o Passeio Público para além do *Poço Novo*, que até aí lhe servia de limite Norte, e leva-o até ao *Poço Velho*, constrói nesse novo troço do Passeio, como já fizera no primeiro, uma larga placa central de terra batida (mais tarde foi ensaibrada) e delimitada por lancis, arboriza-o e ilumina-o também com candeeiros a petróleo, colocados em elegantes colunas metálicas (V. Nota E); o que permite que nessa área se inicie quasi imediatamente a construção de novas habitações e que, a partir dela, para Nascente, se abram novas ruas, também logo completamente orladas de habitações e instalações fabris. E mais ou menos pela mesma altura, intensifica-se igualmente o aterro dos alagadiços das *Praínhas*, permitindo assim que, também aí, se construam algumas instalações fabris e habitações para os respectivos operários. Depois, em 1903, a construção da linha dos caminhos-de-ferro em desaterro desde as *Praínhas* até próximo do *Poço Velho*, obriga a construir sobre ela um viaduto (V. Nota F) no Alto do Pau Bolado (a que já então se chamava também Alto da Liberdade, decerto em lembrança da defesa da vila contra as investidas miguelistas, durante as Lutas Liberais), para que não ficasse cortado o acesso da vila ao cemitério e à estrada real de Faro para Tavira; e esse viaduto, tornando muito mais fácil o acesso ao mesmo Alto, pois suprimia praticamente a subida relativamente inclinada da encosta daquela colina, faz com que para ali se estendam também as construções, sobretudo de unidades fabris e de armazéns comerciais, estes predominantemente destinados a retém e distribuição de produtos agrícolas para consumo da população, vindos das Freguesias e dos Concelhos vizinhos. E também a construção, naquele mesmo ano de 1903, da

estação dos caminhos-de-ferro junto do Poço Velho (V. Nota G), faz com que as construções aumentem ainda mais nessa área e com que, junto daquela, se conclua finalmente o Jardim Público, mais tarde chamado de João Serra (primeiro soldado olhanense morto na I Grande Guerra) e que foi destruído já em nossos dias, para construção do Palácio da Justiça.

Este alargamento da área urbana da vila originou logo alguns problemas administrativos, pois aquela ultrapassou rapidamente os limites da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, estendendo-se pelas áreas das Freguesias de Pechão e Quelfes. A Câmara Municipal foi levada, por isso, a insistir mais uma vez, superiormente, pela revisão daqueles limites; e esta veio, finalmente, a efectuar-se por Decreto de 19 de Julho de 1901, confirmado depois por Provisão Régia de 11 de Agosto de 1902. Foram então fixados como limites da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, ou Freguesia de Olhão: a Norte, a estrada real n.º 78 (presentemente a estrada nacional n.º 125, de Sagres a Vila Real de Santo António); a Nascente, a estrada ou caminho vicinal denominado dos Moinhos, que procede daquela estrada real e se aproxima pelo Sul dos salgados que limitam a Freguesia (caminho que ainda hoje existe, pelo menos em parte, e passa a Nascente do Bairro da Horta da Cavalinha); a Poente, o ribeiro do Charco, que depois entronca na mesma estrada real e vai pelo Sul terminar nas salinas. E estes limites são ainda hoje os da Freguesia de Olhão.

Mas, o aumento da população levantou ainda outros problemas ao Município, sobretudo de abastecimentos e em especial de carnes e águas. O primeiro, o do abastecimento de carnes verdes para consumo dos povos, era um velho problema que afligia praticamente todos os aglomerados populacionais de Portugal desde o início da nacionalidade e obrigara, através dos tempos, os Municípios e até os Reis, a tomarem medidas especiais de regulamentação, fiscalização e tributação; a Vereação olhanense também já tomara sucessivamente algumas medidas sobre esse problema, quasi desde a criação do Concelho e sobretudo quando, em 1881, publicara o seu primeiro Código de Posturas Municipais, mas agora vê-se obrigada a completá-las, mandando construir em 1888, nas *Praínhas*, um Matadouro Municipal (o mesmo e único que ainda hoje existe, embora tenha sofrido diversas transformações e ampliações através dos anos), que ficou concluído em 1893 e entrou logo em funcionamento, para mais eficazmente controlar o abate de gado de talho, quer sob o aspecto sanitário, quer mesmo sob o aspecto da comercialização. O segundo, o do abastecimento de água à população era, no entanto, talvez ainda mais grave e de solução mais urgente, mas sem dúvida mais difícil.

As únicas fontes de abastecimento de água existentes eram, em 1886 e como vimos no capítulo anterior: o Poço Velho; um pouco a Sul deste, o Poço Pequeno, cuja água só servia para o bebedeiro dos animais que ali existia; e o Poço Novo, este então no extremo do primeiro troço do Passeio Público, único ainda então existente. Eram manifestamente insuficientes, tanto mais que a água do Poço Novo começava já a mostrar-se imprópria para consumo; por isso a Câmara Municipal decidiu, em 1890, mandar abrir um outro poço (o quarto) na confluência da Rua das Lavadeiras (hoje Carlos da Maia) com o Passeio Público (Actual Avenida da República) e um pouco a Nordeste do Poço Novo, o qual ficou concluído no ano seguinte com a colocação de uma cobertura de ferro zincado ondulado e seis bombas manuais, em outros tantos marcos fontenários, motivo este porque ficou conhecido por Poço das Bombas. No entanto, ainda em 1893, fizeram-se grandes obras de reparação no Poço Novo, que



então ameaçava ruína; e em 1896 faz-se uma nova cobertura para o Poço Velho, mudando para junto dele o chafariz e bebedeiro que se encontrava junto do Poço Pequeno. É nesta altura que é demolida uma casa que existia, não se sabe desde quando, a Norte do Poço Velho, e se construiu, mesmo em frente deste e com destino ao guarda do poço, a casa que ainda lá existe hoje e, porque ficou depois no extremo do Jardim Público que ali veio a ser construído, passou a ser conhecida por Casa do Jardineiro. Finalmente, em 1898 o Administrador do Concelho proibiu que se tirasse água do Poço Novo, por se ter provado a sua impropriedade para consumo (parece que por infiltrações de mercúrio), e no ano seguinte o poço foi definitivamente tapado; e também em 1899 é definitivamente tapado o Poço Pequeno, ficando a partir de então a vila a ser abastecida exclusivamente pelo Poço das Bombas e pelo Poço Velho.

Com o desaparecimento do Poço Novo fez-se então a ligação das placas centrais dos dois troços do Passeio Público, que já então se chamava Passeio de D. Luiz.

## **PRIMEIROS SERVIÇOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Simultaneamente com o crescimento da população e o alargamento da área urbana da vila, provocados pelo início da industrialização e a que temos vindo a referir-nos, nessas duas últimas décadas de Oitocentos e primeira de Novecentos começa também a operar-se em Olhão profunda e extensa transformação social e cultural. Pode talvez dizer-se, mesmo, que a eclosão e desenvolvimento dessa transformação sócio-cultural é que principalmente marca a passagem do primeiro para o segundo século da existência da Vila de Olhão da Restauração (1808-1908). Mas, é claro que na sua origem está também a prosperidade económica, que se acentuara muito com os resultados da emigração olhanense para as colónias portuguesas da África Ocidental e se avolumara ainda mais com os primórdios da industrialização.

Alguns dos principais indícios dessa transformação encontramos-os nos domínios do que hoje chamaríamos previdência e assistência social. Estas só abrangiam, até então, os pescadores e mareantes, através do Compromisso Marítimo, já que a Associação Protectora dos Artistas de Olhão, uma espécie de Montepio Operário fundado em 1865, como vimos no capítulo anterior, tivera vida efémera e nem chegara a exercer qualquer actividade válida como associação de socorros mútuos que era, pelo menos de que tenhamos hoje conhecimento; mas, a acção do Compromisso, nesse aspecto, era também ainda praticamente a das confrarias medievais de pescadores, pois os próprios estatutos não lhe permitiam ir além de uma rudimentar e eventual assistência médica aos *irmãos* doentes e da entreatada destes em casos de emergência, resultantes sobretudo de naufrágios ou outros desastres no mar. Isto, obviamente, já não satisfazia de forma alguma as reais carências e até as exigências de uma classe que abrangia parte considerável da população da vila e estava a consciencializar-se cada vez mais, e mais rapidamente, da sua importância e da sua força social; e assim é exactamente entre os pescadores e mareantes associados no Compromisso Marítimo que surgem as mais importantes e mais válidas, porque perduráveis, iniciativas no campo da assistência e previdência, sendo a primeira, e sem dúvida a mais notável, a construção de um hospital.

Com efeito, foi de um antigo Juiz do Compromisso Marítimo, de seu nome José Mendes, que partiu a ideia de se construir em Olhão um hospital destinado, não apenas aos pescadores e mareantes, mas igualmente a todos os doentes pobres da vila, sem excepções. Para tal efeito, aquele benemérito olhanense, ao falecer em 1883, deixa em testamento, ao Compromisso Marítimo, a terça parte dos seus bens, avaliada em 1.600\$000. Este legado foi logo aceite, em nome do Compromisso, pelo Juiz de então, Domingos da Costa Mera; mas foi o Juiz que lhe sucedeu, Manuel Machado, quem começou a dar execução ao projecto, contribuindo para isso, do seu próprio bolso particular, com um donativo de 1.000\$000. Com esses 2.600\$000 adquiriu o Compromisso um terreno mesmo no limite da Freguesia, a Nordeste do *Poço Velho* (V. Nota H), e os primeiros materiais de construção, oferecendo-se o vendedor do terreno, Francisco Fernandes Rato, para abrir de sua conta os caboucos do edifício, o que depois realmente fez; e em 25 de Maio de 1884 procedeu-se à bênção e lançamento da primeira pedra, colocando-se desde logo o novo hospital sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal. Em Novembro de 1885 estava terminado o edifício, fábrica imponente e mesmo grandiosa para a terra e para a sua época, e ainda hoje um dos maiores e mais imponentes edifícios públicos da vila, tendo importado a construção em 6.379\$500; mas, por falta de meios financeiros por parte do Compromisso Marítimo para o conveniente apetrechamento das instalações, não foi logo inaugurado e aberto ao público. O edifício só começou realmente a servir como hospital, embora ainda durante muitos anos precariamente, entre 1888 e 1890, quando se conseguiu o apetrechamento mínimo indispensável com o produto de vultuosos donativos da população olhanense em geral e dos emigrantes olhanenses no estrangeiro, entretanto obtidos com a ajuda de Comissões Angariadoras de Fundos, constituídas pelas pessoas de maior prestígio social na terra, e sobretudo quando dele tomou posse o benemérito Dr. Bernardino Adolfo da Silva, que ali instalou mais tarde a sua própria residência para melhor se dedicar à sua obra, ali gastou depois muito dinheiro do seu bolso particular e praticamente todos os proventos da sua clínica médica, e ali prestou gratuitamente, até morrer, relevantíssimos serviços aos doentes pobres e a toda a população da vila e do seu Concelho.

Mas, construído o hospital, os pescadores e mareantes continuaram a sua luta pela ampliação dos serviços de assistência e previdência do Compromisso Marítimo; e para consegui-la, pedem ao Governo e obtêm sucessivas e cada vez maiores modificações nos respectivos estatutos, que se verificam pelos Decretos de 29 de Outubro de 1889, 7 de Junho de 1894 e 28 de Novembro de 1901. Graças a essas modificações estatutárias, torna-se obrigatória e permanente a contribuição de todos os pescadores olhanenses, incluindo os industriais da pesca, para aquela instituição, por meio da entrega de uma *parte* de todo o pescado levado à Lota; e graças à regularidade e relativa abundância das receitas assim obtidas, e às restantes modificações estatutárias, é possível instalar um posto médico, criar e regulamentar a assistência médica permanente e gratuita aos associados e seus familiares, criar mesmo um serviço de pequena cirurgia, instalar e manter uma farmácia privativa, que fornece aos associados medicamentos a preços reduzidos, e em alguns casos mesmo gratuitos, estabelecer subsídios de funeral para os associados falecidos sem recursos, conceder subsídios às viúvas de pescadores pobres vítimas de acidentes no mar, etc., etc. E o êxito de todas estas iniciativas é de facto tão grande e tão clamoroso, que acaba por incitar outras classes a imitarem os pescadores e mareantes: os operários da indústria de conservas, por exemplo, fundam em 1908



uma associação de socorros mútuos a que chamam *A Voz do Trabalho*, organizam-na nos moldes de «A Voz do Operário» lisboeta e põem-na a funcionar com um certo êxito inicial; mas em breve as preocupações políticas e sindicais dos dirigentes da associação fazem-nos relegar para segundo plano, e quasi esquecer, as preocupações de previdência e assistência, e a instituição morre ingloriamente poucos anos depois, sem ter conseguido para os operários conserveiros os benefícios de que já gozavam os pescadores e mareantes.

É de notar aqui, ainda, que no ano de 1901 se faz a primeira tentativa de constituição de um Corpo de Salvação Pública Olhanense (Bombeiros Voluntários), tendo como primeiro e segundo comandantes, respectivamente, Eduardo Figueiredo e José Guerreiro Mendonça, moços das mais abastadas famílias locais; tal tentativa, porém, só tem continuidade sete anos depois, em 1908, com a nomeação de uma Comissão Organizadora daquele Corpo, que ficou constituída pelo Dr. João da Cruz, Tomaz d'Aquino Leonardo, Manuel Pereira Vasco, António Vinhas Reis, Diogo da Silva Cristina, José António Vieira, Feliciano José Alves, José Vicente Pestana, João Machado Gonçalves e Viriato de Gouveia Guerreiro, todos da melhor sociedade olhanense desse tempo. Esta Comissão abriu imediatamente uma subscrição pública, e com o dinheiro nela obtido comprou no Porto o material mínimo indispensável ao funcionamento de um eficiente Corpo de Bombeiros, tal como na época o consideravam; mas só depois de receber o material é que a Comissão reparou que, entretanto, se havia esquecido e descuidado uma coisa muito importante: a organização da corporação e o recrutamento e preparação do respectivo pessoal. Assim, o Corpo de Bombeiros não chegou então a existir, não por falta de material, que esse havia e do melhor e mais moderno, mas por falta de bombeiros... (V. Nota I).

## GRANDE PROGRESSO CULTURAL E SOCIAL

Durante este período, os indícios de progresso cultural são, porém, talvez ainda mais numerosos, mais nítidos e quiçá mais significativos do que os verificados nos domínios da previdência e assistência.

A Escola Régia (a que o povo olhanense chamava *Escola Réis*, no seu linguajar peculiar) e que foi criada, ao que parece, por ocasião da reforma do ensino decretada em 1844, mas com um só professor, passou a contar com dois cerca de quatro anos mais tarde e só veria o número de mestres aumentar depois de 1910; portanto o número dos seus alunos não poderia ser ainda muito grande no período que estamos a considerar, e seria mesmo bastante pequeno em relação à população total da vila. Talvez fosse isso, até, que levou Ataíde de Oliveira a afirmar, erradamente, em 1906, que os pais olhanenses relutavam em mandar os filhos à escola e pouco se interessavam pela respectiva instrução. Mas, a verdade é que, mesmo antes da criação da Escola Régia, já em Olhão havia, pelo menos, um *mestre de ler* ou um professor particular de primeiras letras e a este não faltavam alunos de todas as classes sociais, incluindo filhos de pescadores os mais humildes, conforme dissemos já em capítulo anterior; e que, depois de aquela escola existir e à medida que a população ia aumentando, o número de professores particulares ia também aumentando na vila. Nas últimas décadas do século passado, pelo menos dois daqueles professores particulares mantinham nas suas

residências autênticas escolas, a que nem sequer faltava o rudimentar material didáctico em uso nas escolas oficiais da época, e onde preparavam para os exames de instrução primária, rapazes das classes sociais de modestos recursos económicos; e paralelamente, outros professores, quasi sempre reformados de serviços públicos, iam diariamente ensinar em suas próprias casas os rapazes das classes de médios recursos económicos e principalmente as raparigas, estas inibidas pelos usos e costumes da época de frequentarem escolas públicas; e as famílias mais abastadas faziam ensinar seus filhos e filhas, também em suas próprias casas, por preceptores e preceptoras, que com elas normalmente viviam e eram recrutados sobretudo entre as antigas alunas, e mesmo entre as antigas freiras, dos extintos conventos de clarissas de Faro e Tavira, entre os membros do clero e até entre estrangeiras, sobretudo francesas e inglesas.

Em 1883, quando a propaganda contra a Monarquia se intensificou em Olhão, usando como um dos seus principais slogans exactamente o de «instrução para todos», foi fundada na vila uma escola popular gratuita, com professores vindos de fora e pagos totalmente, ou apenas subsidiados, pelo Partido Republicano Português e que, se de começo não conseguiu grande número de alunos, exerceu no entanto depois grande influência no meio pela acção sociopolítica de alguns deles: chamava-se Escola Republicana (o que decerto bastou para fazer de início afastar dela os filhos de muitas famílias) e esteve durante os primeiros anos instalada numa casa da Rua da Soledade, em frente da Igreja Pequena, casa que era da Família Vinhas, esteve depois bastantes anos em ruínas e foi reconstruída já no ano corrente (1984); e no ano seguinte (1884) aparece também na vila uma Associação Escolar e Eleitoral Democrática 18 de Junho de 1808 com a finalidade de «instruir e educar o povo no uso e prática dos seus direitos e deveres cívicos», mas que, embora entre os seus organizadores se contassem algumas das figuras mais gradas da vida social e económica olhanense, parece que não chegou a exercer qualquer actividade útil. Por outro lado, a industrialização das conservas de peixe, levando muitas mulheres para fora das suas casas durante o dia e impedindo-as de cuidar dos filhos, fez então aparecer, em número que foi crescendo no decorrer dos anos, o que logo se começou a chamar escolinhas e que, se faziam principalmente o papel dos infantários dos nossos dias, também ensinavam as crianças, desde pequeninas, a ler, escrever e contar: casas particulares, normalmente de velhas senhoras solteiras ou viúvas e de raparigas órfãs, vivendo em precárias circunstâncias materiais, que recebiam as crianças a troco de um mais do que modestíssimo pagamento, as cuidavam e as ensinavam o melhor que sabiam e podiam, enquanto as mães iam trabalhar (V. Nota J).

Neste período começa, mesmo, a notar-se entre os olhanenses das classes médias e abastadas, porque as outras não tinham recursos económicos para isso, um maior interesse por estudos além dos primários e até pelos superiores. Antes de ser criado um Liceu no Algarve, eram os Seminários Episcopais de Faro e Coimbra que os olhanenses naquelas condições económicas procuravam, não só para se prepararem para o sacerdócio (em que alguns de facto ingressaram), mas também para fazerem os estudos preparatórios para o ingresso na Universidade de Coimbra e nas Escolas Superiores de Lisboa; criado o Liceu de Faro, logo neste se verificou um razoável número de alunos olhanenses das referidas classes, alguns dos quais iriam depois completar os preparatórios em Liceus de Lisboa e Coimbra, visto que o Liceu algarvio inicialmente só ministrava o curso geral (até ao quinto ano). E outros, sobretudo os filhos de famílias ligadas à Marinha Mercante, procuravam colégios de ensino

secundário, e até superior, em países estrangeiros, designadamente em Inglaterra. Por exemplo no quinquénio lectivo de 1886-1887 a 1891-1892 frequentaram cursos universitários alunos olhanenses numa média de 7 por ano, número que no quinquénio seguinte (1892-1893 a 1897-1898) aumentou para 10; e no último destes quinquénios, a média anual de olhanenses universitários, por cursos, era de: 3 em Direito, 4 em Ciências Matemáticas e Engenharia, 2 em Medicina e 1 em Preparatórios para Cursos Militares. Nos dois quinquénios seguintes, embora deles não tenhamos conseguido obter dados numéricos, sabemos no entanto que não só aumentaram bastante aquelas médias, como se diversificaram ainda mais os cursos escolhidos pelos olhanenses; em 1908, por exemplo, havia já olhanenses não só naqueles cursos, mas também em Ciências Físico-Químicas e no Curso Superior de Letras.

Mas, há ainda outros indícios, igualmente significativos, do desenvolvimento sócio-cultural da vila. Por exemplo: em 1880, o grupo de amadores teatrais que se havia formado e actuado na Sociedade Recreativa Olhanense (a *Recreativa Rica*) praticamente logo após a fundação desta, tornara-se por assim dizer autónomo e tinha já instalado um pequeno teatro (a que não faltavam *frisas e camarotes*) num amplo armazém (demolido há cerca de quarenta anos, para alargar a rua) que formava o gaveto das então e ainda hoje chamadas Rua do Sol-Posto e Rua de Faro, mas com entrada pela rua actualmente denominada do Dr. Pádua, teatro em que se distinguiram os já nessa altura famosos amadores teatrais Júlio César Dantas Mauvert e Francisco José Galaghar (o primeiro Verificador da Alfândega e o segundo Escrivão da Fazenda Pública) e onde representaram também alguns artistas lisboetas de nomeada nesse tempo, por aqueles contratados para tal efeito; em 1888, tendo sido dissolvida pelas autoridades a União Recreativa Olhanense (V. Nota L), os seus sócios fundaram imediatamente outras duas sociedades idênticas: a Sociedade Recreativa Restauração, que teve vida efémera e inglória, pois não chegou a durar um ano; e o Grémio Recreativo Olhanense, que ainda hoje existe sob a designação de Clube Recreativo Olhanense (por ter sido obrigado pelas autoridades governamentais a mudar de nome, nos anos trinta deste século, quando se entendia que a palavra Grémio só podia ser usada para designar as associações de classe patronais) e que não só continuou a obra cultural iniciada pela dissolvida Sociedade União, como a ampliou, tornando-se um dos grandes fautores do progresso cultural da vila, como adiante se dirá; em 1890, o actor Ralhais, que andava em digressão pelo País com a sua companhia teatral, fixa-se em Olhão e instala um pequeno teatro numa barraca, no Largo da Feira (Praínhas), onde faz várias temporadas com o melhor teatro do seu tempo; em 1891, Avelino da Silva instala em Olhão uma Praça de Touros, que foi a primeira que existiu no Algarve, e funda-se o Clube Artístico Recreativo Olhanense, constituído por operários, mas ambas estas iniciativas duram pouco tempo; em 1892 é fundada, com o nome de Clube Gimnástico Olhanense, a agremiação que ainda hoje existe com o nome de Ginásio Clube Olhanense (e é portanto uma das mais antigas ou mesmo a mais antiga do seu género em todo o Algarve), que logo se dedica à prática do que então se chamava ginástica aplicada e outras disciplinas desportivas (box, esgrima, jogo de pau, etc.), tendo chegado anos depois a praticar também futebol e outros jogos desportivos; ainda naquele ano de 1892, pelo Carnaval, João Machado Gonçalves organiza, ensaia e dirige a primeira das suas *estudentinas* (grupos musicais carnavalescos) e percorre com ela várias terras algarvias, com um êxito que pode dizer-se clamoroso e se repetiu nos anos seguintes; em 1894, o grande pianista Viana da Mota, então no auge da sua carreira

triunfal de concertista de renome europeu, vem dar vários concertos de música clássica na Sociedade Recreativa Olhanense, iniciando uma série de interessantes realizações culturais da mesma sociedade, entre as quais se destacam também os concertos, igualmente de música clássica, por uma orquestra de amadores locais, organizada e dirigida pelo Dr. Bernardino Adolfo da Silva, cuja meritória e benemérita actividade como médico já anteriormente assinalámos; e em 1902 instala-se numa barraca, no Largo da Feira, o Teatro Lisbonense, dirigido pelo actor Domingos, que dá continuidade à divulgação teatral iniciada pelo actor Palhais, com idêntico ou ainda maior êxito.

É também neste período, não devemos esquecer-lo, que aparecem os primeiros jornais olhanenses, que tanta influência exerceram na vida local: em 1888, o semanário *O Porvir*, que não foi além de 1891, neste ano suspenso por ordem das autoridades; *O Futuro*, que aparecido em 1891, em substituição do seu antecessor então suspenso, iria até à morte do seu fundador e director em 1902; em 1892, *O Olhanense*, que duraria apenas oito meses; em 1903, *O Cruzeiro do Sul*, igualmente de vida efémera, pois não foi além de cinco meses (V. Nota M).

## NOTAS

(A) — F. Delory, ou melhor, os *Établissements F. Delory* eram uma grande empresa conserveira francesa, com sede em Lorient, na Bretanha, que já então tinha fábricas em outras localidades francesas e no Norte de África (Casa Blanca) e se estabeleceu em 1880 em território português, primeiro em Setúbal e em Lagos e seguidamente em Olhão e Portimão. A Fábrica Delory de Olhão foi construída, como aliás quasi todas as primeiras fábricas olhanenses, nas proximidades do velho Moinho do Levante ou do Sobrado, portanto junto do *porto* local desse tempo; e o povo da vila, desde que nesta passou a haver mais do que uma fábrica, e até há uns trinta anos (mesmo depois dela mudar de proprietários e sofrer grandes transformações) sempre designou essa fábrica por *Fábrica Velha*, querendo com esse epíteto indicar ser ela a mais antiga (portanto a primeira) fábrica de Olhão. O mais antigo gerente da *Fábrica Velha* cujo nome conhecemos, mas não sabemos ao certo se terá sido o primeiro, foi um M. Bézier, também naturalmente francês; depois dele, aí por 1911, vem para a gerência M. Massé, que depois só saiu de Olhão temporariamente por duas vezes (uma durante a I Grande Guerra, para servir no Exército Francês, outra muitos anos depois, para gerir a fábrica de Portimão, mas em qualquer destes casos ficando sua esposa, que era igualmente francesa, na gerência da fábrica olhanense), em Olhão faleceu e foi sepultado em 1957, com 83 anos de idade, com olhanenses casaram suas filhas (uma até nasceu já em Olhão), em Olhão igualmente depois faleceu e foi sepultada sua esposa e nasceram seus netos. Aliás, não foi este o único dos estrangeiros, ao longo dos anos trazidos pela industrialização das conservas de peixe e similares, que assim se integrou na vida olhanense tão completamente, que suas famílias dela passaram a fazer parte; ainda hoje há em Olhão não poucos olhanenses natos que trazem apelidos franceses, espanhóis e sobretudo italianos, como descendentes que são desses industriais estrangeiros que iniciaram ou depois fizeram progredir a industrialização local, como por exemplo: os Cocco, os Razini, os Siragusa, os Strazera, os Illari, os Martini, os Calabreta, os Paollo, os Castello, os Chiarpoto, os Adrange, os Michell, etc., etc..

(B) — Anote-se que, no ano de 1904, as armações de pesca de sardinha com copo à valenciana existentes na área da Capitania do Porto de Olhão já não eram apenas as 6 que, no texto, anteriormente assinalámos em 1896, e sim 7, mas sendo 5 de aparelho simples e 2 de aparelho duplo, o que equivale praticamente a 9; os seus nomes eram então os seguintes: Cabeça dos Mortos e S. Lourenço, ambas com aparelho duplo; Vergões, Armona, D. Luiz Filipe, Boa Ventura e Fortaleza, todas com aparelho simples. E anote-se ainda que, no mesmo ano de 1904, além daquelas armações com copo à valenciana existentes na área da Capitania do Porto de Olhão, havia ainda outras que eram também propriedade de olhanenses, tinham *mandadores* igualmente olhanenses e administração em Olhão, em cuja lota vendiam o pescado, mas que ficavam situadas já na área da Capitania do Porto de Faro e, portanto, nesta registadas; estas armações eram 5, chamavam-se Rabo de Peixe, D. Carlos, S. João, Progresso e Santa Maria, e possuíam 61 embarcações com 230 pescadores. E já agora anote-se igualmente que no mesmo ano de 1904 eram já 2 os cercos americanos matriculados na Capitania do Porto de Olhão.

(C) — O mercado diário de hortaliças, legumes frescos, fruta, queijos, carnes verdes e enchidos efectuava-se na rua do lado Norte da *Igreja Grande*, sobre o pátio ou poial elevado que ainda hoje acompanha a parede do templo em toda a sua extensão, mas que então era muito mais largo do que actualmente, tendo mesmo mais do triplo da sua largura actual; e só terminou em 1917, com a inauguração do Mercado ou *Praça da Verdura*, junto ao cais. O mercado semanal de cereais, farinhas, legumes e frutos secos efectuava-se todos os domingos, e o mensal de gados no quarto domingo de cada mês, ambos no Largo da Feira, que já então era nas *Praínhas*.

(D) — O Tribunal do Comércio tinha como área jurisdicional a da Comarca Judicial de Olhão e, embora tendo funcionado sempre regularmente até à sua extinção, nunca teve organização própria: o seu Juiz era o Juiz de Direito, o seu Contador-Distribuidor e os seus Escrivães os do Tribunal Judicial, o seu Promotor de Justiça o Delegado do Procurador Régio e mais tarde o Delegado do Procurador da República. E funcionou sempre também na sala do Tribunal Judicial da Comarca. Tudo o que se refere aos Tribunais Olhanenses foi pormenorizadamente historiado no nosso trabalho *As Justiças de Olhão*, para o qual remetemos os nossos leitores.



(E)— Não conseguimos averiguar quando começou a iluminação pública na vila. Apenas sabemos de certeza que em 1872 já existia em algumas ruas, pois naquele ano a Câmara Municipal resolveu mandar fazer «mais quatro candeeiros» (é assim que se diz na acta respectiva) para as Ruas de Sant’Ana (primeiro troço da actual Carlos da Maia), de Santo António (hoje Vasco da Gama), de Faro e de S. Pedro; e que em 1877, como dissemos no capítulo anterior, foram colocados candeeiros no primeiro troço do Passeio Público. Esta iluminação era feita com candeeiros de petróleo, que só eram acesos nas noites em que não havia luar.

(F)- Este viaduto sobre a linha férrea é o que ainda hoje existe no começo do último troço da Rua 18 de Junho, junto ao cemitério. Era, porém, muito mais estreito do que actualmente, não dando passagem a mais de um veículo de cada vez; por isso foi alargado o respectivo tabuleiro (e só este, porque toda a restante estrutura continuou sem alteração) em 1969, por iniciativa e a expensas da Câmara Municipal de Olhão.

(G) — A estação dos caminhos-de-ferro de Olhão, edificada em 1903 quando ali chegou a construção da via, foi depois inaugurada em 15 de Maio de 1904, data em que ali parou o primeiro comboio procedente de Faro. O cartaz-horário então afixado anunciava a chegada e partida de 6 comboios diários: quatro de longo curso, vindos dois de Lisboa, por Beja (um de manhã e outro de tarde) e dois seguindo de Olhão para a capital (também um de manhã e outro de tarde); os outros dois eram transvias, um de Faro para Olhão (de manhã) e outro de Olhão para Faro (de tarde). Os comboios de longo curso tinham 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe; os transvias tinham apenas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classe. A linha férrea utilizável terminava então na Vila de Olhão; mas prosseguia a construção até Vila Real de Santo António, onde só chegou em 1906.

(H) — O Hospital foi construído num cabeço ou pequena colina que ficava a seguir ao *Poço Velho*, exactamente onde começavam a estrada de Quelfes e a estrada de Marim, que passavam uma de cada lado do referido cabeço; quando foi construída a linha férrea (troço de Olhão à Fuzeta) em 1904, esta cortou o cabeço junto do edifício do Hospital, uns cinquenta metros à frente da sua fachada principal e apenas uns cinco metros à frente da sua fachada lateral de Sudeste, lado este onde ainda se viam os vestígios desse corte (os taludes do desaterro em trincheira) há cerca de trinta anos. Este cabeço onde foi construído o Hospital, de que hoje quasi não restam vestígios pelos sucessivos nivelamentos do terreno, quer de um lado, quer do outro da via-férrea, era exactamente, quanto a nós, aquele «cabeço que fica por cima do Poço do Lugar do Olhão», para o qual se traçou «uma linha recta do moinho da parte do levante» e «onde logo foi posto um marco», quando se fez a delimitação da área da Freguesia de Olhão em 1872, a que nos referimos em capítulo anterior. E entendemos assim porque, como facilmente se pode verificar pelo mais antigo levantamento topográfico da vila que se conhece (de 1871-1873) e a que já nos referimos em outra nota, «*por cima do Poço do Lugar do Olhão*», isto é, *para além do*, ou *a seguir ao sobranceiro Poço Velho*, não havia qualquer outro cabeço, além daquele em que foi construído o Hospital.

(I) — O material de incêndios adquirido em 1908 pela Comissão Organizadora de um Corpo de Salvação Pública que não chegou a existir foi aproveitado depois por uma Associação de Bombeiros Voluntários de Olhão, criada em 1910 e que teve como primeiro Presidente de Direcção o Dr. João Lúcio e como primeiro Presidente de Assembleia Geral o Dr. Carlos Fuzeta, mantendo-se como 1.º e 2.º Comandantes, respectivamente, Eduardo Figueiredo e José Guerreiro Mendonça. Com altos e baixos, sempre precariamente, esta Associação (que até mudou de nome, em certa altura, passando a ser designada por Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Olhão) foi vivendo até 1914, ano este em que se fez a primeira tentativa de municipalização dos bombeiros, tendo como 1.º Comandante José Guerreiro de Mendonça e como 2.º Comandante Joaquim Amâncio Salgueiro Júnior, tentativa que no entanto resultou infrutífera. A municipalização só se tornou, de facto, efectiva em 1935, por iniciativa do então ainda Presidente da Câmara Municipal Capitão João Carlos de Mendonça, tendo como Comandante Manuel Jorge, que Olhão inteiro muito estimou e sempre conheceu pela alcunha carinhosa de *Pai Jorge*; mas os bombeiros municipalizados só tiveram um verdadeiro estatuto e conseqüentemente uma existência legal a partir de 1954, passando então a ter a designação de Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão.

(J) — As chamadas *escolinhas* proliferaram à medida que a industrialização progredia e chegaram até aos nossos dias: nos anos vinte a trinta deste século havia cerca de duas dezenas delas na vila, nos anos cinquenta tivemos conhecimento certo de que, apesar de toda a regulamentação oficial do ensino particular então já em vigor, e portanto existindo pode dizer-se clandestinamente, funcionavam oito, e ainda hoje conhecemos uma e dizem-nos que, além dessa, há pelo menos mais duas. Para ajudar quem queira um dia estudar aprofundadamente este fenómeno social olhanense, aqui deixamos a descrição muito sumária de uma dessas *escolinhas*, tal como pessoalmente a conhecemos nos anos quarenta: os alunos, meninos e meninas entre os 3 e os 7 anos, eram 9, e sentavam-se em cadeiras baixas (de fundo de tábua), postas em duas filas, uma atrás da outra (as crianças mais velhas na segunda fila) mas em semi-círculo voltado para a porta; a sala era a modesta casa de jantar da habitação da professora, esta que empurrara a mesa para um canto, a fim das cadeiras dos alunos ali caberem; a sala tinha uma janela para o quintal, que ficava do lado esquerdo das cadeiras dos alunos e a porta dava para um corredor e ficava em frente da porta da cozinha para o mesmo corredor; a professora, uma senhora viúva, relativamente nova e que só tinha de seu a casa onde habitava e herdara de seu marido, pelo que precisava daquele trabalho para viver, sentava-se numa cadeira igual às dos alunos, em frente destes quando lhes dava explicações ou lhes tomava as lições; enquanto os alunos faziam os seus trabalhos (ou, os mais novos, simples *bonecos*...) nas ardósias colocadas sobre os joelhos ou nos cadernos de papel de duas linhas colocados sobre aquelas, a professora costurava ou bordava (trabalhos a que igualmente recorria para sobreviver) sentada na sua cadeira, ou entregava-se aos seus trabalhos domésticos na cozinha, fiscalizando através das duas portas fronteiras abertas o trabalho e o comportamento dos meninos e das meninas na sala; de espaço a espaço de tempo, variável com o enfado ou satisfação demonstrados pelas crianças, havia um intervalo nos trabalhos, para aquelas brincarem (jogos e bailes de roda, que a professora ensinava) no quintal, um pequeno pátio ladrilhado e orlado de vasos de flores, que também servia de sala de aulas nas tardes de Verão; para o ensino, que evidentemente não ia além das primeiras letras, uma cartilha de João de Deus, para a contagem e tabuada um pequeno ábaco de bolas de madeira, para escrever uma ardósia, um caderno de papel de duas linhas e um lápis; os alunos iam um por um junto da professora dar a sua lição, na cartilha que ela punha no seu colo tal qual a bela e sugestiva gravura que ilustrava uma das primeiras edições da Cartilha Maternal e era reprodução de um quadro de pintor português célebre, que com ele quis homenagear o grande poeta algarvio autor do método de leitura; as crianças entravam todas às 8 da manhã e saíam às cinco ou seis da tarde, algumas iam as mães buscá-las na hora do almoço, outras levavam-no nos seus pequenos cestos de cana e a professora se encarregava de o aquecer e de lho dar. E era tudo. Mas podem contar-se por muitas centenas, se não mesmo por milhares os olhanenses que não frequentaram outras escolas e ali, nas *escolinhas* bem modestas da sua terra, aprenderam a ler, escrever e contar o suficiente para governarem a sua vida, com êxito, nas cinco partes do Mundo!...

(L) — O motivo real do encerramento da União Recreativa Olhanense, segundo nos foi contado há, mais de meio século por um dos seus dirigentes, então ainda vivo, foi este: o administrador do Concelho desse tempo, pessoa vinda de fora para exercer esse cargo eminentemente político e que se tornara antipático à generalidade dos olhanenses por tentar acabar com algumas tradições locais, candidatou-se a sócio da Sociedade Recreativa Olhanense e não foi admitido; em seguida, candidatou-se a sócio da União e também não foi admitido, não tendo, nem numa nem na outra sociedade, obtido uma única bola branca, isto é, um único voto a seu favor; e não se atrevendo a exercer represálias contra a Sociedade Recreativa, por dela fazerem parte as figuras principais da sociedade olhanense, incluindo o Juiz de Direito, o Presidente da Câmara, etc., e os mais importantes chefes políticos locais, foi exercê-las sobre a União, de que só faziam parte empregados no comércio e na indústria nascente, mareantes, etc..

(M) — Tudo o que se refere aos jornais olhanenses, desde 1888 até à actualidade, podem os leitores encontrá-lo, com pormenor, no nosso trabalho *A Imprensa Periódica no Concelho de Olhão*. Por isso, neste trabalho limitamo-nos a acrescentar, ao que ficou dito no texto a que a presente nota se reporta, que até ao presente (1984) têm existido na Vila de Olhão 30 periódicos, sendo 13 semanários, 11 quinzenários e 5 mensários, dos quais apenas um, o editor deste volume, sobrevive.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

### 3

## Tempos de Agitação Política e Social



APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES E MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS

A influência dos primeiros jornais olhanenses na vida local, sobretudo a de *O Porvir* e a de *O Futuro*, foi realmente muito grande. Pode mesmo dizer-se que foi a acção daqueles dois jornais e dos seus mentores que verdadeiramente levou à efectiva politicização de todo o povo olhanense e despertou uma consciência proletária nos operários das três principais indústrias de Olhão.

Com efeito, embora já em 1876 se assinalasse na vizinha povoação da Fuzeta a existência de uma activa Secção do Partido Socialista Português (este fundado no ano anterior), e logo em 1880 o Partido Republicano Português (cujo primeiro Directório Nacional fora eleito exactamente em 1876) iniciasse a sua efectiva implantação em todo o Concelho de Olhão, intensificando a sua propaganda na vila a partir de, pelo menos, 1883, — a verdade é que, até ao aparecimento dos referidos jornais, a actividade política em Olhão estava confinada, como nos tempos da Patuleia referidos em capítulo anterior, aos chefes e quadros dos vários partidos políticos, com predominância dos Partidos Progressista e Regenerador, chefes e quadros atrás dos quais alinhavam, nas campanhas e actos eleitorais, e só nestes, as respectivas clientelas de familiares, compadres, afilhados e amigos. Por outro lado, apesar do aumento considerável e contínuo do número de operários nas indústrias locais, a partir principalmente do aparecimento das primeiras fábricas de conservas de peixe, e apesar também de em 1885 cerca de 500 pescadores, menos por iniciativa própria do que por incitamento ou a comando dos próprios proprietários das salinas, terem esboçado uma greve de protesto contra a criação pelo Governo de um imposto sobre o sal, — as classes trabalhadoras olhanenses permaneciam praticamente alheadas do movimento associativo de carácter sindical e aos movimentos reivindicativos e grevistas que se verificavam no resto do País desde cerca de 1852. Nem as grandes manifestações sócio-políticas que na maior parte do País se verificaram a propósito, e com o pretexto, das Comemorações Nacionais do Tricentenário de Camões, em 1880, tiveram em Olhão quaisquer repercussões além da mera substituição do nome de João Francisco, que não sabemos quem foi, pelo de Luiz de Camões, na Rua que ainda hoje assim se chama. E foi a intensa e persistente campanha de sentido socializante, e de certo modo mesmo anarquizante, iniciada por *O Porvir* em 1888 que, pelo seu conteúdo, pela sua audácia e pelo seu vigor, agitou profunda e definitivamente não só os líderes locais dos partidos políticos, mas também e principalmente, pela primeira vez, a própria gente do povo olhanense, em especial o operariado; sobretudo exerceu grande influência local a forma hábil e oportuna como aquele jornal soube aproveitar, para agitar política e socialmente a população, o movimento nacional de indignação e protesto provocado pelo Ultimatum Inglês de 1890 e a repressão da revolução republicana de 31 de Janeiro do ano seguinte.

Esta agitação foi tão persistente, envolveu tanta gente e atingiu tal violência, sobretudo depois daquela revolta republicana, chegando a parecer que um verdadeiro ciclone de ódios soprava sobre Olhão, — que as autoridades acabaram por suspender *O Porvir* ainda no ano de 1891, ao abrigo de um decreto cerceador da liberdade de Imprensa, que o Governo publicou logo a seguir à mesma revolução. Mas, a campanha foi retomada nesse mesmo ano por *O Futuro*, que a levou por diante até à morte de Gustavo Cabrita, seu denodado Director, em 1902. De tal modo que, em 1893, era criado na vila o primeiro Posto de Polícia, por necessidade de manter a ordem pública, dizia-se no

despacho que o mandava instalar, embora então o dotassem apenas com três guardas (...).

É de notar, no entanto, que apesar de um dos objectivos publicamente confessados da campanha jornalística, e da agitação por ela provocada, ser exactamente o derrube da Monarquia, e de *O Futuro* haver, até, nessa altura, advogado ostensivamente, nas suas próprias colunas, o regicídio como único remédio para todos os males sociais e políticos do País, — as duas visitas do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia a Olhão, efectuadas em 1897 e 1898, constituíram notáveis êxitos, como facilmente se conclui do noticiário posterior, não só daquele mesmo jornal, mas de outros órgãos da Imprensa algarvia, coevos dos acontecimentos. Os Monarcas foram recebidos, em ambas as visitas, com luzidas festas populares (iluminações à veneziana no Passeio D. Luiz, concertos pela Filarmónica local num coreto propositadamente mandado construir pela Câmara no começo daquele Passeio, ruas embandeiradas e engalanadas com colgaduras e festões de verdura, etc.) e grandes manifestações de júbilo por parte de toda a população. Esta, na segunda visita, acompanhou Suas Majestades, a pé, desde um arco triunfal, levantado também pela Câmara à entrada da rua do lado Sul da Igreja Matriz, até à porta principal da mesma Igreja, onde os Soberanos entraram para orar durante alguns momentos, e depois até aos Paços do Concelho, onde lhes foram dadas as boas-vindas pela Vereação; a multidão de olhanenses acompanhou-os ainda, mais tarde e igualmente a pé, no regresso ao ponto de partida, mas passando agora pela beira-mar, onde as tripulações dos barcos embandeirados os saudaram entusiasticamente. Os Monarcas ficaram tão bem impressionados e gratos com estas recepções do povo olhanense, que D. Carlos galardoou nessa altura o Presidente da Câmara Municipal de Olhão, Manuel Tomé Viegas Vaz, com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Mas, o movimento prosseguiu depois num incitamento crescente e constante a que os operários se organizassem, para melhor e mais eficientemente se manifestarem. E logo em 1898 é fundado o primeiro *sindicato* olhanense, a Associação de Classe dos Pescadores de Olhão, que teve, aliás, uma vida bastante efémera, pois na verdade a gente do mar da vila nunca considerou como verdadeiramente sua representante qualquer outra associação que não fosse o Compromisso Marítimo. Àquela Associação seguiram-se: em 1901, a Associação de Classe dos Operários das Fábricas de Conservas, cujo primeiro presidente foi o soldador Francisco de Souza Pité; em 1903, a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas, que teve como primeira presidente a operária Adelina Rosa; e já em 1910, a Associação dos Soldadores de Olhão, única de entre todas elas que sobreviveu e continuaria depois em actividade, já com o nome de Sindicato dos Soldadores de Olhão, até 1927, ano em que foi dissolvida pelo Governo a Confederação Nacional do Trabalho, em que aquele estava filiado, e com ela todos os sindicatos existentes no País.

Com estas primeiras organizações sindicais olhanenses, surgem também as primeiras verdadeiras greves em Olhão. Logo em 1899, uma greve apenas dos operários da Fábrica de Conservas Verdeau, com o pretexto do despedimento de um camarada sem motivo justificado; em 1900, uma greve de pescadores, por motivos salariais; em 1901, outra greve de pescadores, pelo mesmo motivo, que aliás vai ser praticamente o de todas as greves seguintes das classes piscatórias e conserveira; em 1903, uma greve dos soldadores das fábricas de conservas, que dura mais de três meses consecutivos, provoca graves distúrbios na vila e leva, mesmo, a que, para manter a ordem pública, seja

destacada para Olhão uma força do Regimento de Infantaria 4, de Tavira; e em 1904, uma greve de operários da construção naval (calafates). Neste último ano, além da greve dos calafates verifica-se ainda um outro acontecimento que provoca grande celeuma e mesmo certa agitação social e política na vila de Olhão, com repercussões em todo o País: o julgamento, no Tribunal Judicial local, do operário socialista olhanense (V. Nota A) Bartolomeu Constantino, acusado de propaganda das ideias anarquistas e de estar implicado nos acontecimentos grevistas e nos distúrbios dos anos anteriores. Bartolomeu Constantino era já então uma figura de grande prestígio no País inteiro, pois fora ele o verdadeiro organizador do movimento operário socialista em Portugal e impusera-se, nos comícios revolucionários realizados de Norte a Sul do País, pelo seu idealismo sem mácula e pelo seu verbo inflamado de grande orador, que arrebatava as multidões; daí que o seu julgamento, precisamente na sua terra natal, despertasse grande interesse e movimentasse o operariado olhanense e mesmo as outras classes sociais da vila. Tanto mais que a sua defesa estava a cargo do grande tribuno e propagandista republicano Dr. Afonso Costa, assessorado por dois jovens (mas já então começando a ser famosos) advogados olhanenses, ambos adversários políticos do réu, mas que, apesar disso, não tiveram dúvidas em aceitar o seu patrocínio e puseram depois na sua defesa todo o seu saber, eloquência e entusiasmo: o Dr. João Lúcio e o Dr. Carlos Fuzeta. Bartolomeu Constantino não foi absolvido; a sua condenação, porém, originou manifestações de protesto em todo o País, a começar pela sua terra natal, e provocou, logo à saída da própria audiência de julgamento no Tribunal da Comarca olhanense, um grave incidente entre o Dr. Afonso Costa e o Juiz de Direito de Olhão, Dr. Arnaldo de Metelo Liz Teixeira, que quase deu lugar a um duelo entre eles.

## **A AGITAÇÃO DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA**

Depois das greves e distúrbios operários de 1903 e 1904, anteriormente referidos, e até 1910, não se deu notícia de qualquer outro movimento grevista ou reivindicativo dos trabalhadores olhanenses. Mas durante esses anos a propaganda republicana mostrou-se bastante mais activa do que até aí, sobretudo com um sentido muito mais prático no aproveitamento das oportunidades que lhe foram surgindo, em especial das que lhe foram dadas pelas eleições autárquicas e legislativas que então tiveram lugar e que foram as primeiras a que os republicanos locais se apresentaram com candidatos seus; apenas no primeiro trimestre de 1908 se verificou como que uma quebra momentânea da intensidade daquela propaganda, devida ao impacto causado em Olhão pela notícia do atentado que vitimou o Rei D. Carlos e o Príncipe Herdeiro D. Luiz Filipe e às manifestações de pesar, de luto e de repulsa das autoridades locais, a que se associou espontaneamente a maior parte da população, sobretudo a classe marítima (V. Nota B).

Logo por alturas das eleições legislativas de 1906, a Comissão Concelhia do Partido Republicano Português (V. Nota C) desenvolveu actividade desusada, com inúmeras reuniões do tipo a que hoje chamariam *de esclarecimento* e alguns pequenos comícios, tanto na vila como nas restantes freguesias do Concelho, umas e outros em que se evidenciaram os membros daquela Comissão e oradores vindos de vários pontos do Algarve, designadamente de Faro; mas a sua actividade não logrou então ainda qualquer resultado apreciável à boca das urnas, porque ao candidato republicano pelo Círculo

eleitoral se opôs, como candidato monárquico do Partido Regenerador-Liberal (V. Nota D), o olhanense Dr. João Lúcio, já então figura de grande prestígio local e regional e que foi eleito deputado por uma maioria esmagadora, pois certamente até muitos republicanos olhanenses votaram nele. Foi, porém, principalmente já em 1910 que a luta por parte das hostes republicanas se mostrou mais renhida e mesmo mais violenta, repetindo-se em maior número as reuniões de propaganda e os comícios, e nestes os discursos de cariz revolucionário; e desses comícios, aquele que parece ter sido o mais importante, ao menos pelo grande destaque que lhe deu a Imprensa local, foi o do dia 14 de Agosto, efectuado na Horta do Pádua (a Nascente do cemitério, onde presentemente se constroem alguns bairros residenciais do tipo cooperativo), a que assistiram milhares de pessoas de todo o Concelho e até dos Concelhos limítrofes, e em que usaram da palavra o olhanense Dr. José de Pádua Júnior (proprietário da horta, candidato a deputado pelo círculo eleitoral a que Olhão pertencia e que ganhou a eleição, sendo mesmo o deputado republicano mais votado no Algarve), o advogado farenses Dr. Manuel Pedro Guerreiro e o jornalista lisboeta José Gomes Barbosa. E nesta altura a agitação atingiu tal acuidade na vila, que em 27 daquele mês, véspera das eleições, foi mandada para Olhão uma força do Regimento de Infantaria 17, para manter a ordem.

A presença dos militares, se conseguiu evitar que se verificassem distúrbios durante a eleição, não fez todavia diminuir a efervescência política em que vivia a população e sobretudo a classe operária. Logo em Setembro seguinte, os empregados dos caminhos-de-ferro em serviço na estação de Olhão aderem à greve geral dos ferroviários portugueses, então declarada e de carácter ostensivamente político e não laboral; e os pescadores e outros marítimos olhanenses entram igualmente numa greve, que se prolongaria até Março de 1911, obrigando a ir para Olhão, em Fevereiro deste último ano, uma força do Batalhão de Caçadores 1 e a canhoneira Limpopo, esta que fundeou a meio da Ria, de forma a dominar toda a vila e controlar todo o movimento das embarcações.

No dia 4 de Outubro desse mesmo ano de 1910, estando portanto ainda em greve os pescadores e demais marítimos, foram cortadas pelas autoridades governamentais todas as comunicações (postais, telegráficas, ferroviárias e por estrada) com a vila de Olhão, corte que se prolongou por mais um ou dois dias; mas, apesar disso, no dia seguinte, à tarde, foi ali recebida, não se sabe bem como, a notícia de que eclodira e triunfara em Lisboa a revolução republicana e fora implantada a República em Portugal. Imediatamente as repartições públicas e os estabelecimentos comerciais da vila encerraram as suas portas e nos respectivos edifícios, bem como em muitas casas particulares, foi içada a bandeira do Partido Republicano Português, que assim se manteria depois até ao dia 10; e à noite, por iniciativa da Comissão Concelhia daquele partido, efectuou-se uma marcha *aux flambeaux*, em que se incorporaram centenas de pessoas e que percorreu as ruas da vila, ao som de *A Portuguesa*, executada pela Filarmónica local. No dia seguinte, a Filarmónica voltou a percorrer as ruas, acompanhada de muito povo e levando à frente a Comissão Local do Partido Republicano Português com a respectiva bandeira, dirigindo-se depois à sede da Junta da Freguesia, na retaguarda da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, de cuja janela vários oradores falaram ao povo, e em seguida aos Paços do Concelho, onde aquela mesma Comissão «proclamou a República», como disse um jornal local desse tempo, «por entre estrondosos vivas da multidão que enchia o Largo do Município, subindo depois centenas de pessoas que assinaram a acta». Finalmente, no dia 12 desse mesmo mês de Outubro, o Vice-Presidente em exercício da Câmara Municipal, Padre

Francisco Inácio dos Reis, deu posse a uma Comissão Administrativa do Município, que foi praticamente a primeira Câmara Municipal do Regime Republicano e entretanto fora nomeada pelo novo Governador Civil do Distrito de Faro; Comissão Administrativa que era assim constituída: Presidente — José Feliciano Leonardo (Tarraco); Vice-Presidente — Diogo da Silva Cristina; Vereadores — João Viana Cabrita, José Amândio Correia Júnior, José dos Reis Silva, Custódio Domingos Pereira Neto e Domingos Xavier Pereira (V. Nota E). E no dia 31 ainda daquele mesmo mês, por ordem do novo Administrador do Concelho, toma posse uma nova Junta da Freguesia de Olhão, constituída pelos membros da Comissão Paroquial Republicana: José Sebastião Guita (Presidente), Segismundo Borges da Silva (Secretário), Francisco Paula da Silva (Tesoureiro), José de Souza Murta (Regedor), Luiz Lopes de Souza e Manuel da Cruz Coquenão (Vogais).

O resto do ano de 1910 foi depois vivido em Olhão na euforia da implantação do novo regime político, com manifestações de regozijo a percorrerem as ruas quase diariamente, e na agitação grevista da classe marítima. E em 1911, depois de terminada a greve dos pescadores que, como vimos, vinha do ano anterior, entra-se num período de aparente apaziguamento social, mas que se caracteriza pela fundação (ou, pelo menos, pela saída da clandestinidade e aparecimento em público...) de organizações com nomes e propósitos mais ou menos revolucionários, que se limitam no entanto à doutrinação teórica do operariado e à arregimentação da juventude olhanense. Assim, ainda em 1911 há uma tentativa de organização de um dos chamados Batalhões de Voluntários da República e de uma Sociedade de Instrução Militar Preparatória, que funcionariam ambas na sede dos Bombeiros Voluntários, tentativa a que parece não ter sido alheia a Carbonária, mas que não teve qualquer seguimento (V. Nota F); e é fundado o Centro Republicano Dr. Magalhães Lima, em cuja inauguração o então jovem advogado lisboeta e futuro grande dramaturgo Dr. Ramada Curto pronunciou uma conferência de propaganda e exaltação da República. Depois, em 1912, é fundada a Organização Libertária Olhanense Filhos do Sol e em 1914 a Organização Operária Anarquista Filhos da Sociedade Futura; mas, tanto estas organizações como aquele Centro limitam-se, como já dissemos, a uma acção de doutrinação, sem quaisquer reflexos na ordem pública e na vida quotidiana da vila. Salvo uma greve dos operários conserveiros em 1913 e outra dos pescadores em 1916, ambas de curta duração e que passaram praticamente despercebidas do resto da população olhanense, esta parece então ter-se desprendido de todas e quaisquer preocupações políticas e preocupar-se apenas ou principalmente com as repercussões da I Grande Guerra, entretanto deflagrada, e depois com a entrada de Portugal na mesma e com a ida de tropas portuguesas, que incluíram bastantes olhanenses, para a África e para a França. De tal modo que a revolta militar de 1917, comandada pelo Dr. Sidónio Pais e que destituiu o Presidente da República Dr. Bernardino Machado, não teve quaisquer repercussões políticas especiais na vila; e quando o Dr. Sidónio Pais, investido no cargo de Presidente da República pelos revoltosos, visita Olhão no ano seguinte (1918), é ali recebido com todas as honras devidas a um Chefe de Estado e até com inequívocas manifestações de regozijo da generalidade dos olhanenses, talvez por ele se ter oposto ao envio de mais portugueses para a guerra em França, sendo-lhe então as boas-vindas oficiais dadas nos Paços do Concelho, na presença de todos os Vereadores e de muitos munícipes, pelo Presidente da Câmara Municipal, que ao tempo era Diogo da Silva Cristina. Aliás, o assassinio do Dr. Sidónio Pais, nesse mesmo ano, causou profunda consternação e manifestações de



viva repulsa em Olhão, por parte de todos os responsáveis políticos, menos os da que hoje se chamaria extrema-esquerda.

Mas, logo no ano seguinte (1919), entra-se num novo período de grave agitação social e política, que se prolongaria praticamente até 1924.

Ainda em 1919 têm larga adesão em Olhão as três greves gerais contra a carestia da vida que paralisaram o País, e as greves dos carpinteiros e dos professores do ensino primário. Em 1920, a greve geral dos funcionários públicos, as três greves gerais dos trabalhadores marítimos e a dos barbeiros também atingiram os olhanenses; mas foi sobretudo a greve geral nacional contra a carestia da vida, acompanhada de assaltos dos populares aos estabelecimentos comerciais de géneros alimentícios, que pôs Olhão (e também, dentro do seu Concelho, Moncarapacho e a Fuzeta) em verdadeiro estado de sítio, pois na vila não houve praticamente um único estabelecimento grossista e retalhista de mercearias e similares que não fosse assaltado e destruído, não se limitando os assaltantes a levar os géneros encontrados, mas inutilizando-os e deitando-os à rua. Em 1922, a greve geral dos pescadores e uma segunda greve geral nacional contra a carestia da vida, esta precedida de um grande comício no Sindicato dos Soldadores Olhanenses e acompanhada de novos assaltos aos estabelecimentos comerciais, em especial às padarias, causou ainda mais graves perturbações em Olhão. Em 1923, foi a greve geral dos padeiros e a grande manifestação popular contra o aumento do preço do pão (a maior manifestação política ou social que alguma vez se viu em Olhão) que perturbou e exaltou o povo olhanense. E em 1924, nova greve geral dos padeiros, uma greve dos soldados, uma greve dos mestres e capitães dos barcos de pesca, uma greve dos funcionários dos correios que dura sessenta dias e obriga à ocupação da estação telégrafo-postal da vila por militares do Regimento de Infantaria 4, uma greve dos operários da construção civil e uma greve dos aguadeiros, estes que queriam aumentar o preço de venda da água ao público, agitam de novo a vila.

Anote-se ainda, pelo seu interesse, que em 1920, a seguir aos assaltos aos estabelecimentos comerciais, e de certo modo com motivação na atitude de alguns proprietários de estabelecimentos para com os seus empregados, que acusavam de haverem facilitado os mesmos assaltos, foi fundada a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Olhão, primeiro *sindicato* olhanense da classe, que no entanto teve vida bastante efémera e sem qualquer acção útil.

## NOVO SURTO DE PROGRESSO ECONÓMICO

Apesar da agitação social e política que nele se verificou, e de nele também se terem feito sentir em Olhão as repercussões da entrada de Portugal na I Grande Guerra (1916-1918) e os efeitos da epidemia de gripe pneumónica que assolou todo o País (1918-1919) matando mais de 100.000 pessoas, e naquela vila assumiu particular virulência, ao ponto de em certa altura a população viver dias de verdadeiro pavor, — é neste período que o desenvolvimento industrial ali verdadeiramente se acelera e se aproxima do seu apogeu que, tanto quanto é possível concluir aos muito escassos e quasi sempre contraditórios dados estatísticos que da época existem, viria a ser alcançado cerca de dez anos depois.



Com efeito, o fornecimento de peixe em conserva, tanto em molhos como em salmoura, quer às tropas portuguesas envolvidas em operações de guerra na África e na Flandres (França), quer aos exércitos dos outros Países Aliados contra a Alemanha, fez aumentar muito o número de fábricas em todo o País, incluindo Olhão, onde parece que no fim da guerra havia cerca de 80 unidades fabris (V. Nota G), algumas delas, todavia, verdadeiramente improvisadas nas instalações e apetrechamento, sem organização eficaz e sem suporte financeiro suficiente, pelo que tiveram de desaparecer logo que, assinado o armistício e recolhidas as tropas a quartéis, baixou a procura do produto a níveis quasi iguais aos de antes do deflagrar das hostilidades e houve que procurar novos mercados internacionais e neles competir com a produção estrangeira. Por outro lado, as indústrias subsidiárias da indústria de conservas de peixe que já existiam tiveram, forçadamente, de também se desenvolver; e outras novas tiveram de ser instaladas, como por exemplo a litografia para estampagem em folha-de-flandres, o fabrico de *vazio* (latas para conservas e respectivas chaves), a caixotaria, o fabrico de pregos, etc.. A própria indústria da pesca teve de aumentar a sua produção, sobretudo pela renovação da frota (V. Nota H) e pela modernização e melhoria dos sistemas e meios de captação, para conseguir abastecer de matéria-prima, convenientemente e a tempo, todas as antigas e novas unidades fabris; e mesmo assim, esse abastecimento só foi totalmente conseguido porque alguns barcos de outros portos próximos vieram muitas vezes vender o seu pescado na lota de Olhão.

Tudo isto trouxe para Olhão mais gente, não só dos arredores imediatos, mas de outros pontos do País e até do estrangeiro. Mas, apesar deste novo afluxo de gente, a população total da vila não sofreu grande aumento neste período: em 1920 o número de habitantes era apenas de 11.050, só mais 160 pessoas do que, como anteriormente dissemos, havia em 1911. Este facto deveu-se fundamentalmente à já referida mortandade causada pela gripe pneumónica e também à emigração, que se intensificou agora imenso para o Brasil, para a Argentina e em especial para os Estados Unidos da América do Norte, estes onde os olhanenses rápida e facilmente quasi ombrearam com os açorianos na constituição da já então numerosa colónia portuguesa, e em alguns Estados até os suplantaram. A prosperidade dos imigrantes olhanenses nos Estados Unidos da América do Norte foi tal, e os consequentes proventos para a sua actividade, sobretudo como pescadores e mestres de pesca, que ali tiraram e carregaram para a sua terra foram tais (embora muitos por lá tenham ficado definitivamente, só se mantendo ligados à terra natal por laços meramente sentimentais), que em Olhão surgiu por esta altura, a par dos *africanistas* de que já anteriormente falámos, uma outra classe de emigrantes e ex-emigrantes: a dos *americanos*, que não pequena influência exerceu igualmente no meio local.

A despeito da importância de que se revestiram os *americanos* na vida olhanense, e talvez porque todos eles foram sempre menos *espectaculares*, em suas atitudes sociais, teor de vida e empreendimentos, do que os *africanistas*, a história da emigração olhanense para os Estados Unidos da América do Norte ainda não foi feita e nem sequer tentada, e hoje em dia nem ao menos se sabe ao certo quando tal emigração começou. Pelo que nos toca, e impossibilitados, como é óbvio, de quaisquer investigações nos próprios Estados Unidos, apenas conseguimos aqui apurar, com visos de certeza, o seguinte: os primeiros olhanenses que ali chegaram estabeleceram-se em Princetown, no Estado de New Jersey, sendo em 1897 já tão numerosos naquela cidade, que uma *quête* entre eles aberta, naquele ano, a favor do Hospital de Olhão, rendeu uma importância



bastante avultada para a época; outros olhanenses estabeleceram-se em seguida nas cidades de Burlington e Newark, do mesmo Estado de New Jersey; mais tarde foi o Estado de Massachussetts o preferido pelos olhanenses, que se estabeleceram sobretudo nas cidades de Boston, New Bedford, Northampton e Fali River; quasi simultaneamente, surge uma pequena colónia olhanense em Nashville, no Estado de Tennessee; já pelos anos 10 e 20 deste século são os centros piscatórios dos Estado do Sul os preferidos pelos olhanenses, que ali prosperam sobretudo na captação de mariscos (camarão, lagosta, etc.), como por exemplo nas cidade de Houston e Brownsville, no Estado do Texas, e sobretudo em Hudson e Key West, no Estado da Flórida. Presentemente há olhanenses não só em todas as cidades já citadas, mas também em Atlanta, no Estado da Geórgia, e em Los Angeles, no Estado da Califórnia; e não poucos descendentes de olhanenses ali exercem cargos de relevo na vida pública, mesmo oficial, sobretudo no ensino, mesmo no universitário.

Realmente, os capitais dos emigrantes olhanenses nos Estados Unidos, como aliás também os dos olhanenses emigrantes no Brasil, embora estes fossem em bem menor número, não pouco ajudaram a este novo surto de progresso económico de Olhão, sobretudo o das indústrias da pesca e conservas. Aliás, a corrente emigratória olhanense para terras de Angola não chegou a parar depois de 1910, continuando a seguir, todos os anos, para as regiões de Benguela e Moçâmedes principalmente, verdadeiras levas de filhos de Olhão, agora já não propriamente pescadores, mas operários da indústria de conservas, empregados comerciais e sobretudo rapazes das chamadas boas famílias, sem ocupação em Portugal e que vão à procura de empregos, públicos ou particulares, onde exercer a sua actividade. A última leva de olhanenses de que temos notícia seguiu em 1923, na canoa Zá-Zá, cuja sorte trágica encheu de dor a vila de Olhão, e mesmo o País inteiro, pois naufragou e desapareceu no mar, cheia de gente moça, que procurava aventura e prosperidade. Muitos destes emigrantes olhanenses continuaram a enviar os proventos do seu labor além-mar para a sua terra natal, aqui os investindo na construção urbana, no desenvolvimento das indústrias locais e em propriedades rústicas nos arredores imediatos da vila; mas muitos outros por lá ficaram e lá se radicaram, como já acontecera com bastantes dos seus antecessores na emigração, numa obra de progresso e civilização das terras angolanas que ficou memorável, e exercendo cargos de importância e relevo não só nos organismos oficiais, mas também e sobretudo nas autarquias locais, como já em outro capítulo dissemos. A obra civilizadora levada a cabo pelos imigrantes olhanenses no Sul de Angola foi tão notável e impôs-se de tal forma, que o Governo da República Portuguesa, por Portaria publicada no Diário do Governo em 1925, louvou o esforço dos colonos olhanenses naquela região angolana, apontando-o como um alto exemplo, merecedor de apreço e agradecimento; e a Liga Nacional Pró-Colónias propôs-se, nesse mesmo ano, construir e inaugurar em Olhão um monumento a esses heróis, projecto que nunca foi concretizado, embora tenha sido recebido em Olhão com grande entusiasmo, até por parte da Câmara Municipal.

Anote-se ainda, porque talvez o facto tenha de algum modo ajudado o surto de progresso que temos vindo a referir, que em 1910 foi criada em Olhão uma Delegação da Caixa Geral de Depósitos; era então Administrador Geral da Caixa o olhanense Dr. Estevão de Vasconcelos, notável político e jornalista da época, residente havia anos em Lisboa, que foi depois deputado pelo Algarve à Assembleia Constituinte (1911) e mais tarde Senador pelo Distrito de Beja (1912).



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

## **AVANÇO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO**

A agitação social e política, bem como as repercussões da guerra e a epidemia de gripe pneumónica, também não impediram que neste período igualmente se verificasse grande actividade e um certo avanço nos domínios da cultura geral, do ensino e do desporto. É mesmo, neste período, que Olhã começa verdadeiramente a ser conhecido nos meios mais cultos do País, onde até aí era praticamente ignorado.

Com efeito, é em fins de 1902 que João Lúcio, concluído o seu Curso de Direito na Universidade de Coimbra, no qual teve por colegas alguns dos maiores vultos das artes e das letras portuguesas da época, e precedido já de grande fama de poeta notável e de orador distinto, vem abrir banca de advogado na sua terra natal e inicia ali uma actividade jurídica e cultural que não só aumentaria imenso, e muito justamente, a sua fama, mas contribuiria bastante para a elevação do nível cultural do meio olhanense. Logo em 1903, associa a Sociedade Recreativa e o Grémio Recreativo locais às Comemorações Nacionais do Centenário do Nascimento de Almeida Garrett, que haviam começado no ano anterior; e as realizações culturais e artísticas, que naquelas colectividades então organiza e dirige com esse propósito, atingem tão alto nível cultural, que atraem de forma invulgar as atenções da Imprensa lisboeta e da própria Comissão Nacional das Comemorações e fazem com que aquelas Sociedades olhanenses sejam convidadas para tomarem parte nas últimas celebrações levadas a efeito em Lisboa e ele próprio, em sua representação, é um dos oradores da memorável sessão de encerramento efectuada no Teatro Nacional que, exactamente desde então, passou a chamar-se de Almeida Garrett. Depois deste verdadeiro triunfo, e durante mais de três lustres, isto é, praticamente até ao próprio ano da sua prematura morte (1919), promove, organiza e dirige, sobretudo na Sociedade Recreativa, a que preside várias vezes, recitais, concertos, conferências, leituras comentadas de poetas e escritores nacionais e estrangeiros, concursos literários e poéticos, comemorações de acontecimentos importantes da vida cívica e artística local e nacional, etc., para algumas das quais convida e traz a Olhã vários dos seus antigos companheiros de Coimbra; isto, ao mesmo tempo que se evidencia e impõe como grande advogado e orador de excepcionais dotes e fulgurante eloquência nos tribunais de todo o Algarve e de outros pontos do País, mesmo de Lisboa e Porto, e se consagra como um dos maiores poetas portugueses do seu tempo com a publicação de mais dois livros, além do que já trouxera publicado em Coimbra. E a sua fama alastra rapidamente de Sul a Norte de Portugal, granjeando-lhe enorme prestígio, que se reflecte na sua terra natal; esta que passa a ser conhecida, e até admirada, nos meios culturais do País, por ser a terra onde nascera, onde vivia e onde pontificava o grande poeta, o grande orador e o grande jurisconsulto João Lúcio (V. Nota I).

Mas, não são apenas as iniciativas culturais de João Lúcio que, neste período e nestes domínios, se podem assinalar em Olhã e merecem ficar registadas. Ainda naquele ano de 1903, em que João Lúcio inicia a sua actividade na terra em que nascera, o Dr. Bernardino Adolfo da Silva, a que já também nos referimos várias vezes, procura dar continuidade à obra de divulgação musical que anos antes iniciara na Sociedade Recreativa, e organiza e dirige, agora no Grémio Recreativo, uma esplêndida orquestra de amadores locais, pela primeira vez incluindo senhoras, e ali realiza, naquele ano e nos seguintes, praticamente até à sua morte, concertos periódicos (três a quatro por ano) de música clássica, com grande e mesmo clamoroso êxito. E também nesse ano de 1903, exactamente o Grémio Recreativo Olhanense, por que entretanto

desaparecera o pequeno teatro situado no gaveto das Ruas de Faro e do Sol-Posto, a que anteriormente nos referimos, constrói no seu vasto salão de festas um palco, por onde irão desfilar não só os grupos de amadores teatrais locais, mas até as companhias dos teatros da capital do País, como por exemplo a do Teatro D. Amélia (actual S. Luiz), que em 1909 ali fez praticamente toda a temporada do Verão com as melhores peças do seu escolhido repertório, a do Teatro da Trindade, com a grande actriz Lucinda Simões como cabeça de cartaz, que em 1911 ali deu vários espectáculos, e a do Teatro do Ginásio, que no mesmo ano igualmente ali se apresentou com os melhores artistas do seu elenco. E nesse palco também se organiza e começa a actuar em 1910 um dos melhores grupos de amadores teatrais olhanenses, que *deu brado* em todo o Algarve e se chamou Grupo Filo-Dramático, no qual se distinguiu como encenador José Maria Ludovice (chefe da Repartição de Finanças local) e onde se iniciou e alcançou seus primeiros êxitos a amadora que, anos mais tarde, viria a ser a grande actriz dramática e declamadora de grande talento Ilda Stichini, autêntica glória do teatro português; grupo e palco onde igualmente se iniciou Amélia Pereira, que viria a ser depois, nos palcos lisboetas, actriz eclética de grande valor e nomeada e que ali representou, logo em 1910, ao lado dos amadores olhanenses José Calé, João Sara, João Estrela, Miguel Alberto, Joaquim Morgado, Martins Coimbra e outros, uma interessantíssima revista de costumes locais intitulada *No País da Murraça*, escrita pelo teatrólogo olhanense Miguel Ayres e musicada pelo Dr. Bernardino Adolfo da Silva.

É ainda neste salão-teatro do Grémio Recreativo que, em 1908, se exhibe pela primeira vez em Olhão o que mais tarde se chamaria *animatógrafo* e depois *cinema*, e então foi apresentado com o bem arrevezado e esquisito nome de *Stereochronophonocinema*. E o êxito desta curiosa exibição deve ter sido tão grande, que no ano seguinte (1909) um tal Sr. França (seria o mesmo que se apresentara no Grémio?... ) realiza, num armazém que o industrial Manuel Soares possuía junto da sua residência, no Passeio D. Luiz, uma segunda sessão do que nessa altura já era designado por *Kinematographo*; e mais um ano volvido aparece durante a Feira de S. Miguel, instalando-se no Largo das Praínhas, de onde depois transita para o começo da Rua 18 de Junho, uma barraca que ostentava, em grandes letras à noite iluminadas, o nome de *Salão High-Life*, e onde funciona o primeiro animatógrafo, ou cinema propriamente dito, que os olhanenses viram, e cujos espectáculos era *abrilhantados* por um distinto pianista local, muito conhecido e apreciado pelo seu real talento musical, hoje totalmente esquecido: Manuel de Mendonça. Este *Salão High-Life* criou no povo olhanense um tal interesse pelo cinema, que logo em 1912 é construída e inaugurada a primeira verdadeira casa de espectáculos cinematográficos de Olhão, embora ainda um simples barracão de madeira coberto de zinco, para o qual se subia por uma larga escadaria exterior, também de madeira, lembrando, no seu aspecto, os *saloons* dos pioneiros do Oeste Norte-Americano, que os *westerns* depois celebrizaram: chamava-se Cinema-Teatro, foi construído num terreno junto do armazém em que, três anos antes, o Sr. França exhibira o seu *Kinematographo*, por uma sociedade por quotas para tal fim constituída e de que faziam parte, além de outros e como sócios principais, Eugênio Pestana, proprietário de uma estância e serração de madeiras e fabrico de caixotaria, e Manuel Pereira Madeira, capitalista e proprietário do terreno, que pouco antes regressara do Brasil, para onde emigrara bastante novo e onde fizera razoável fortuna. E em 1915 constitui-se uma sociedade cooperativa, que nesse mesmo ano inaugura outro cine-teatro, instalado igualmente num barracão de madeira e zinco, para o efeito construído na Rua 18 de Junho,

exactamente no local onde estivera o *Salão High-Life*; os seus proprietários chamaram a esta nova casa de espectáculos Salão Apolo, mas o povo olhanense sempre o conheceu por *Cinema Novo*, por contraste com o Cinema-Teatro, a que, por ser mais antigo, chamava *Cinema Velho* (V. Nota J). O Salão Apolo, desde logo preferido pelo escol da sociedade olhanense por oferecer melhores condições de acomodação e conforto para os espectadores, apresentou a inovação das suas sessões serem *abrilhantadas*, não por um simples pianista, como estava a acontecer no Cinema-Teatro, mas por um quarteto: piano, violino, flauta e rabeção; e no seu palco funda-se e actua, em 1920, um dos mais interessantes grupos teatrais de Olhão, o Grupo Dramático Olhanense, em que se distinguiram, além de outros, os amadores João Ventura, João Trigueiros, Mário Veiga e, sobretudo, aquele que foi um dos mais notáveis amadores teatrais olhanenses de sempre: Mário Mascarenhas. Entretanto, aliás, havia sido fundada (em 1918) uma nova sociedade de educação e recreio, destinada de começo fundamentalmente às classes sociais que não eram admitidas nas outras duas congéneres que existiam na vila, sociedade que viria a cultivar também o teatro amador com grande êxito e, depois, a partir de 1940, os espectáculos cinematográficos: a Sociedade Recreativa Progresso Olhanense; instalada inicialmente num primeiro andar do Largo Patrão Joaquim Lopes, mas com entrada pela Rua do Gaibéu, foi anos depois transferida para a Avenida da República, onde construiu o maior salão de festas e o maior palco que desde sempre existiu em Olhão.

É também neste período que o desporto, e designadamente o futebol, verdadeiramente começa a ser praticado e se desenvolve em Olhão, onde já existia, desde 1892, como anteriormente dissemos, o Ginásio Clube Olhanense, dedicado em especial à ginástica, e que, a partir de 1915, entra em grande actividade, sob o impulso principalmente de dois entusiastas da ginástica com aparelhos: Manuel de Jesus dos Santos e Luiz Velez. A iniciativa da prática do futebol, todavia, parte de um grupo de rapazes em que se destacam Armando Amâncio e seu irmão Joaquim Amâncio Salgueiro Júnior, Francisco Paula Brito, Miguel Ramos Alberto, João Sara e Martins Coimbra, os quais, em 1908, começam a dedicar-se àquele jogo desportivo, utilizando como campo o Largo da Feira, nas Praínhas, sempre que as marés e as chuvas o deixavam enxuto e praticável; constituíam uma espécie de clube sem sede, nem estatutos ou regulamentos, a que depois foram aderindo outros rapazes desejosos de também jogarem a bola e que, quatro anos mais tarde, em 1912, dava origem ao Sporting Clube Olhanense, neste ano devidamente organizado e legalizado. O entusiasmo desde logo despertado pelo futebol no povo olhanense é, porém, tão grande (sobretudo devido à rivalidade que imediatamente se estabelece entre o novo Clube e o Sporting Clube Farense, este fundado em 1910, numa revivescência da secular rivalidade Faro-Olhão, esta que transforma conseqüentemente os jogos entre os dois rivais em acontecimentos de extraordinária importância para as duas localidades) que em breve tornou impossível continuar-se a jogar nas Praínhas, onde não havia quaisquer condições, nem para os jogadores, nem para o público, e houve necessidade de se construir um recinto apropriado para as práticas desportivas. Esse recinto, o primeiro campo de futebol que existiu em Olhão, só viria, no entanto, a ser construído em 1921, na então chamada Cerca de D. Maria Ventura (onde se encontra o actual Bairro da Estação dos Caminhos de Ferro), tendo sido inaugurado no dia 12 de Dezembro daquele ano, com um jogo entre o Sporting Clube Olhanense e o Sporting Clube Farense; era um pequeno campo com as dimensões legais mínimas e quase sem lugar para os espectadores, apertado entre



a linha férrea e um pequeno ribeiro ou vala que corria (precisamente onde é hoje a Rua Cândido Ventura) ao longo das traseiras das casas do lado ocidental da Avenida da República, esta onde se situava a entrada (exactamente onde hoje começa a Rua General Humberto Delgado).

Igualmente a instrução pública, neste período tão conturbado por agitações políticas e sociais, recebe um grande impulso em Olhão. Em 1912, por virtude da grande reforma do ensino primário decretada no ano anterior pelo Governo, é aumentado o número de professores da antiga Escola Régia, agora chamada Escola Primária Oficial, professores que passam de dois para seis; e pela conseqüente necessidade de um maior número de salas de aula, a Câmara Municipal aluga nesse ano, à Igreja Paroquial, a casa da residência do Pároco (que ficava no antigo adro posterior daquela Igreja, já ao tempo começo da Avenida da República) ali instalando a Escola, que no ano seguinte (1913) passa a ser designada oficialmente por Escola Central. E ainda em 1912, porque a Escola, apesar do aumento dos seus docentes, se mostrasse insuficiente para o número de alunos que resultava de ter sido igualmente tornado obrigatório o ensino primário do primeiro grau (até à terceira classe), é criada também na vila uma das chamadas Escolas Móveis, que funcionou durante anos na própria residência do respectivo professor e depois foi transferida para o Sítio de Bias do Sul, na vizinha Freguesia de Moncarapacho. Por outro lado, surgem novas escolas primárias particulares, como por exemplo a Escola Fraternidade Instrutiva, fundada em 1909 pelo professor Carlos da Silva Nobre (mais tarde Secretário da Administração do Concelho e depois Chefe da Secretaria da Câmara Municipal) e que, no ano seguinte, embora continuando com o mesmo professor, passa a ser designada por Escola da Associação Fraternal, associação esta que teve como primeiros (e cremos que únicos) Presidentes o Dr. Carlos Fuzeta (da Assembleia Geral) e o Padre Francisco Inácio dos Reis (da Direcção); e, pelo menos em 1920, já na vila funcionava também um outro estabelecimento de ensino particular onde se ministravam, não apenas as matérias dos programas da instrução primária, mas ainda rudimentos de comércio e escrituração comercial, cursos de línguas francesa, inglesa e alemã, rudimentos de música, etc.. Mas esta segunda escola particular, que ficou conhecida entre a rapaziada do tempo por «Colégio da D. Amélia e do Sr. Pires», nomes dos respectivos proprietários e directores, apesar de muito frequentada e indo já um pouco além da instrução primária, não impediu que continuasse o afluxo de alunos olhanenses aos estabelecimentos de ensino secundário de Faro, que aumentara muito a partir da inauguração do troço da via-férrea entre aquela cidade e Olhão (1904) e se intensificara imenso sobretudo depois de 1919; em 1922, ano a partir do qual podemos já dar o nosso testemunho pessoal sobre este assunto, o número de estudantes olhanenses, de ambos os sexos, mas ainda com predominância de rapazes, que diariamente se deslocavam a Faro, de comboio, para frequentarem o Liceu, a Escola Comercial e Industrial e a Escola Primária Superior, era já de cerca de 40.

## NOTAS

(A) — Nenhum dos biógrafos que conhecemos de Bartolomeu Constantino diz onde ele nasceu, nem qual a sua família e onde habitualmente residia; da sua vida fora das lutas sócio-políticas, limitam-se a indicar que tinha a profissão de sapateiro, nunca tendo deixado de a exercer, e era um estudioso auto-didacta de quanto se referia às ideias socialistas e anarquistas. Em Olhão, porém, já há sessenta anos ouvíamos dizer, a quem ainda o conheceu pessoalmente, que ele era olhanense, parecendo que isso mesmo se concluiria de quanto sobre a sua identidade por ele próprio terá sido declarado na audiência de julgamento de 4 de Agosto de 1904, segundo o noticiário coevo dos jornais lisboetas, e assim o considerou Abílio Gouveia no magnífico artigo que lhe dedicou em 1976, no jornal «A Voz de Olhão»; mas, conforme nos confessou pessoalmente António Henrique Cabrita, que desse trabalho de pesquisa se encarregou a pedido do Abílio, não encontrou o seu registo de nascimento nos livros paroquiais que se encontram ainda na Conservatória do Registo Civil de Olhão, nem nós próprios o encontrámos depois nos livros da Paróquia de Olhão que já se encontram no Arquivo Distrital de Faro. De qualquer forma, e ao que se conclui de algumas referências dos seus biógrafos, quando estava no auge da sua actividade de propagandista e por ela percorria o País de Norte a Sul, exerceria a sua profissão e portanto residiria em Lisboa, onde aliás a colónia olhanense era então já numerosíssima; mas, quando a sua actividade de propagandista e activista começou também não se sabe ao certo, e os seus biógrafos limitam-se, a tal respeito, a referências vagas, dando alguns a entender que a sua aparição se deu no grande comício lisboeta do 1.º de Maio de 1893. Todavia, ao que conseguimos apurar, em 1887 já ele estava à frente da Comissão do Sul (sediada em Lisboa) de estudo da situação criada por uma nova lei da contribuição industrial, no ano seguinte aparecia à frente da Comissão Nacional de resistência contra a lei das licenças para trabalhar e em 1890 é eleito para fazer parte de uma Comissão de Pareceres do Congresso Nacional das Associações de Socorros Mútuos, tudo que revela haver já então alcançado um prestígio que só notável actividade de muitos anos poderia dar. Do que parece não haver dúvidas é de que ele exerceu grande influência no movimento operário olhanense desde muito cedo, intervindo directa ou indirectamente em toda a agitação social e política em Olhão verificada pelo menos depois de 1888 ou 1890; nos acontecimentos de 1903 não há dúvida que teve interferência directa e importante, pois só assim se explica que o seu julgamento no texto referido se efectuasse no Tribunal de Olhão e não no de qualquer outra Comarca. Aliás, pelas suas ideias e actividades foi julgado também várias vezes em outras Comarcas do País e perseguido pela polícia até praticamente ao fim da sua vida em 1916.

[Nota do Editor - Chamamos a atenção que a APOS encontrou a referência ao nascimento de Bartolomeu Constantino no Assento de Baptismo nº 145 do Livro dos Assentos dos Baptismos da Igreja da Nossa Sra. do Rosário da Vila de Olhão, existente no Arquivo Distrital de Faro, e confirmado pelos Arquivos do Cemitério dos Prazeres em Lisboa, onde ocorreu o seu funeral: Bartolomeu Constantino nasceu em Olhão, na Rua das Lavadeiras, em 23 de Junho de 1863, filho de mãe solteira, Antónia da Cruz, e de pai incógnito, neto materno de António da Cruz e Rosa da Conceição.]

(B)- O Rei D. Carlos mostrou sempre uma especial simpatia e apreço pelos marítimos olhanenses, entre os quais, como em outro lugar dissemos já, eram recrutados desde tempos longínquos os remadores das galeotas reais; tanta simpatia e apreço, que o próprio mestre do Iate Real D. Amélia era, por escolha régia, um velho mareante olhanense, o mestre Trabucho, como de olhanenses era a maioria dos tripulantes do mesmo iate. Além disso o Monarca durante os seus cruzeiros naquele iate, ao largo e ao longo das costas portuguesas, por motivo dos estudos oceanográficos a que se dedicava e sobre os quais deixou trabalhos notáveis, ainda hoje muito apreciados pelos especialistas, encontrava frequentemente barcos olhanenses nas suas fainas pesqueiras ou de regresso a Olhão, e não só lhes dava sempre a ajuda de um reboque, como convidava muitas vezes os pescadores para bordo do iate, confraternizando com eles; e não poucas vezes, mesmo, lhes acudiu em casos de temporal e mesmo de naufrágio, recolhendo a bordo do iate os naufragos, trazendo-os para a sua terra e prestando-lhes auxílio monetário. E os marítimos olhanenses retribuía cordealissimamente a simpatia do Rei, considerando-o com amizade, até quasi como um dos seus e na sua simplicidade, tratando-o mesmo como tal; à boa maneira popular olhanense, tratavam-no até por *mano Rei*, como aconteceu durante as próprias visitas oficiais que o Monarca fez a Olhão, segundo o testemunho de pessoas que assistiram às recepções. As diatribes dos jornais locais contra a Monarquia e contra o Monarca, se tiveram influência sobre certas classes sociais de terra e sobre as constituídas por forasteiros, não tiveram, qualquer influência sobre a classe marítima, que nunca associou a pessoa do Rei



àqueles contra quem lutava nas suas reivindicações; e daí o brilho das recepções que lhe dispensou e a tristeza e o luto que manifestou por ocasião da sua trágica morte.

(C) — A Comissão Concelhia do Partido Republicano Português era então constituída por José Feliciano Leonardo (Tarraco), Diogo da Silva Cristina, João Viana Cabrita, José dos Reis Silva (pai), José dos Reis Peixe-Rei e Pedro Veríssimo Pereira Neto, este de Moncarapacho.

(D) — Como em capítulo e nota anteriores se disse, praticamente até ao fim do século XIX foram os Partidos Progressista e Regenerador que dominaram Olhão, com predominância do segundo, de que foi líder local João Lúcio Pereira, pai do poeta, orador e advogado Dr. João Lúcio Pousão Pereira, mais conhecido apenas por Dr. João Lúcio. Mas, a intensificação da campanha republicana obrigou, em certa altura, muitos dos monárquicos olhanenses mais liberais a reverem as suas posições, para se oporem àquela com alguma eficácia; e assim, quando em 1901 se deu no Partido Regenerador a importante cisão de que resultou o Partido Regenerador-Liberal, liderado por João Franco, muitos regeneradores olhanenses, e até alguns progressistas, aderiram imediatamente ao novo Partido e entre eles exactamente João Lúcio Pereira, cujo grande prestígio político se mantinha e com esta adesão até aumentou. E foi o Partido Regenerador-Liberal, desde então e até à implantação da República apesar do aumento constante do número de republicanos, quer na vila, quer nas restantes freguesias, que de facto dominou Olhão.

(E) — A Carbonária era uma associação secreta de origem italiana, que muitas pessoas confundiam, e confundem ainda hoje, com a Maçonaria, e outras julgam que era desta o braço armado, mas que afinal parece que só tinha em comum com ela o facto de alguns maçons, não todos e nem sequer a maioria, terem sido simultaneamente carbonários; apareceu em Portugal em 1897 e, tendo embora sofrido várias cisões, esteve particularmente activa a partir de 1907, parecendo deverem-se-lhe todos os actos de violência que antecederam a implantação da República e os que se lhe seguiram, mas que depois de 1919 parece ter decaído irremediavelmente. Não conseguimos saber ao certo quanto ela começou a actuar em Olhão e a primeira notícia documentada que temos da existência de uma *choça* (a que um jornal local da época chamava eufemisticamente *clube*...) é exactamente de 1911, ano em que tal associação organizava manifestações no Norte e no Sul do País, associada aos tais Batalhões de Voluntários da República e às Sociedades de Instrução Militar Preparatória, estas que não eram mais do que escolas de atiradores especiais disfarçadas de instituições de educação cívica.

(F) - Esta primeira Câmara Municipal do Regime Republicano entrou imediatamente em exercício e a primeira medida importante que tomou foi... mudar os nomes a algumas ruas! Assim: o Passeio D. Luiz passou a chamar-se Avenida da República, a Avenida D. Carlos I foi designada por Avenida 5 de Outubro, a Rua D. Amélia teve o nome de Capitão Leitão, à Rua Príncipe da Beira coube o nome de Elias Garcia, a Rua D. Maria Pia passou a Heliodoro Salgado, a D. Pedro V a Miguel Bombarda, a Seabra de Lacerda (que ninguém, aliás conhecia senão por Rua de S. Bartolomeu) a Almirante Cândido dos Reis, etc..

(G) — Os dados estatísticos portugueses disponíveis, referentes à indústria das conservas de peixe no período da I Grande Guerra (como, aliás, no anterior e até em quasi todo o decénio seguinte) são praticamente nenhuns, e não apenas em relação a Olhão, mas a todo o País; depois de muito procurarmos por várias publicações e estudos especializados, o máximo que conseguimos saber foi que em 1896 havia em Portugal 76 fábricas de conservas de sardinha e que, no fim da I Grande Guerra, isto é, em 1919-1920, aquele número subira para 300. O número de 80, que no texto indicámos como sendo talvez o das fábricas existentes em Olhão no fim da guerra, foi-nos indicado nos anos 40 por alguns industriais locais que já o eram vinte anos antes; e é também o único que encontrámos em publicações e estudos, e até numa enciclopédia, e mesmo assim apenas como provável, pois apresentado sempre em expressões como «talvez mais de 80» ou «cerca de 80» ou «aproximadamente 80». No que se refere a dados estatísticos referentes à indústria da pesca, no mesmo período, existem alguns, mas de várias proveniências e contradizendo-se uns aos outros, não se encontrando qualquer coincidência e por vezes nem sequer aproximação entre os das várias fontes; e depois daquele período, os dados disponíveis variam, nas rubricas porque estão distribuídos, quasi de ano para ano, tornando-os assim incomparáveis; todos portanto não permitindo chegar a quaisquer conclusões certas, antes podendo induzir em conclusões bastante erradas. E o mesmo acontece em relação às restantes indústrias nessa altura existentes em Olhão. Só a partir de 1935 e 1936, o que corresponde à reorganização dos serviços portugueses de

estatística, é que começam a aparecer elementos capazes que não nos induzirem em erros, no que se refere à indústria de conservas apenas. Por isso preferimos neste capítulo não dar quaisquer indicações estatísticas precisas, e limitarmo-nos a narrar muito sucintamente o que ouvimos, sobre pesca e conservas em Olhão, aos mais velhos do que nós que viveram intensamente os problemas olhanenses desse período, entre eles alguns industriais envolvidos nos próprios problemas.

(H) — Para a renovação da frota pesqueira referida no passo do texto a que se reporta a presente nota, os estaleiros locais tiveram também de aperfeiçoar-se e sobretudo de aumentar a produção. Já em 1911 o estaleiro de mestre Estola (Manuel Baptista Fonseca Estola, famoso mestre calafate olhanense) conseguiu construir um barco a vapor, o primeiro construído no Algarve, com cerca de 50 toneladas de arqueação, destinado a um cerco do tipo «Cerco americano»; depois de 1917-1918 começou a construir barcos também a vapor, de diferentes arqueações, mas até 100 toneladas e mesmo mais, no que prontamente foi imitado por alguns outros estaleiros locais. A partir de 1916 e até 1920, os estaleiros olhanenses construíram uma média anual de 45 barcos de diversas tonelagens, todos destinados à pesca, em especial da sardinha.

(I) — Sem dúvida que, antes do Dr. João Lúcio ter conquistado um lugar e um nome nos meios mais cultos do nosso País, designadamente nos meios intelectuais e artísticos, já outros naturais de Olhão o haviam feito, com maior ou menor êxito; como exemplo e para não alongar esta simples nota, bastará referir: os já aqui citados Dr. Estevão de Vasconcelos e Dr. José Maria de Pádua Júnior, ambos médicos e políticos, mas igualmente, o primeiro escritor, colaborador de jornais e revistas de Lisboa e Porto e mesmo director de um quotidiano lisboeta, e o segundo escritor e sobretudo músico (compositor, executante e regente) de nomeada, durante muitos anos à frente da Tuna Académica de Lisboa; e os Drs. João José de Simas e João de Mendonça Cortez, respectivamente médico e jurista de renome, doutorados em universidades nacionais e estrangeiras, autores de vasta e notável bibliografia das suas especialidades e por ela galardoados com as mais altas condecorações portuguesas, francesas e espanholas. Só que por todos estes e outros, terem vivido a maior parte da sua vida fora de Olhão e sobretudo por jamais terem, de alguma forma, associado a sua qualidade de olhanenses ao seu trabalho, o seu prestígio não se reflectiu, directa ou indirectamente, na sua terra, nem contribuiu para a tornar conhecida. O próprio Dr. João Lúcio, que em Coimbra gozava já de grande prestígio como poeta e orador e que, mesmo no início das Comemorações do Centenário de Garrett e ainda estudante finalista, representara os alunos da sua Universidade na sessão que lhe dedicou a Câmara dos Deputados, e nesta pronunciou um discurso de excepcional brilho e grande eloquência, que os ocupantes das bancadas parlamentares e das galerias do público aplaudiram de pé e longamente, granjeando-lhe ainda maior prestígio nos meios cultos, — só viu esse prestígio reflectir-se na sua terra natal depois de nesta ter aberto banca de advogado, de a ter representado com igual brilho e eloquência no encerramento daquelas Comemorações, como se disse no texto, de nela ter passado a desenvolver a sua actividade cultural, dela passar a datar os seus livros de versos e de nestes a cantar em versos inesquecíveis.

(J) — O actual Cinema-Teatro, situado na Avenida da República, mesmo em frente da confluência da Rua 18 de Junho com aquela Avenida, é de certo modo e até certo ponto o mesmo que foi construído em 1912; só que, no decorrer dos anos, sofreu várias alterações e transformações, que lhe deram a estrutura e o aspecto que hoje tem: na primeira, que se efectuou em 1915, logo a seguir à construção do Salão Apolo e para poder competir com este, apenas substituíram as cadeiras da plateia por outras mais cómodas e a fachada de madeira por outra de tijolos, passando a escadaria exterior para o interior; a segunda teve lugar em 1943, modificando-se a fachada exterior e a disposição da plateia; a terceira em 1946, por imposição das autoridades e para lhe dar o mínimo de condições de segurança contra incêndios exigido por lei, substituindo então as paredes e a cobertura; a última transformação, que lhe deu o aspecto actual, data de há apenas dois ou três anos. O Salão Apoio foi construído nas então chamadas *Pedras do Tarraco*, espaço sem construções e pedregoso que ficava no começo da Rua 18 de Junho, por detrás da residência de Feliciano Leonardo (Tarraco), esta com entrada na Avenida da República, precisamente onde hoje se encontra o edifício próprio dos Correios, Telégrafos e Telefones; e foi demolido em 1946, por não ter efectuado as obras mínimas de segurança, que lhe foram também impostas e o Cinema-Teatro efectuou naquele ano. Em 1980 foi inaugurado um outro Cinema, no rés-do-chão de um prédio novo de cinco andares situado na Avenida da República, em frente do Palácio da Justiça, e que ainda existe com o nome de Cinalgarve.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃC

4

## Uma grande Vila que quer ser Cidade

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

## MOTIVOS DE UMA TRISTE CELEBRIDADE

Nos vinte anos que se seguiram à nova delimitação da Freguesia de Olhão em 1901-1902, a área ocupada pela vila continuou a alargar-se, pela construção dos edifícios para as novas fábricas de conservas de peixe e outras indústrias, e habitações para o respectivo pessoal. É nestas duas décadas que se edifica o bairro a Poente do segundo troço da actual Rua Almirante Reis e a Norte das Praínhas, que ficou e ainda hoje é conhecido por *Mundo Novo*, o qual fez desaparecer o pouco que restava das *Cabanas de S. Bartolomeu*, ou melhor, que *empurrou* estas para Poente das Praínhas e para Norte da via-férrea, dando origem aos *bairros da lata* a que o povo há ainda trinta anos chamava as *Barraquinhas* e agora estão quasi totalmente substituídos por construções mais ou menos clandestinas de alvenaria; e que surge também o bairro situado além da linha férrea, entre o segundo troço da Rua 18 de Junho e o último troço da Rua Almirante Reis, cuja primeira rua é a que ainda hoje se chama Rua dos Caminhos de Ferro e a última exactamente a Rua constituída pela estrada nacional (limite da Freguesia) ao atravessar a vila. E é ainda nestas duas décadas (em 1915) que são construídos os dois Mercados ou Praças, a do Peixe e a da Hortalíça ou das Verduras, junto ao cais. Mercados que no seu tempo foram os mais amplos e mais funcionais de todo o Algarve, e mesmo os de aspecto mais imponente, e que ainda hoje são os únicos que existem e prestam relevantes serviços à população (V. Nota A).

Mas, no final destas duas décadas, isto é, em 1922, apesar de ser assim já uma das maiores, em área urbana, e uma das mais populosas terras do Algarve, acima mesmo de todas as outras vilas e de quasi todas as cidades algarvias; apesar de igualmente ser já um grande centro musical e comercial e de nela se viver uma vida social com certo aprimoramento e uma vida cultural com certa elevação, — Olhão era ainda, pelo menos quanto a infra-estruturas urbanísticas, como hoje se diria, e quanto a salubridade, uma das terras mais pobres e mais atrasadas não apenas do Algarve, mas de Portugal inteiro. A porcaria e o mau cheiro das ruas de Olhão, já conhecidos mais de um século antes em todo o Algarve, como dissemos em capítulo anterior, tinham crescido com a instalação da indústria de conservas e eram agora irónica e depreciativamente comentadas desde S. Gregório da Raia até Vila Real de Santo António, criando à vila uma triste celebridade nacional. E nos meios médico-sanitários de Portugal, Olhão era então conhecida, considerada e apontada, infelizmente com muita razão, como um dos maiores focos nacionais de algumas doenças, como a lepra, a cólera, as tifóides, a varíola, a sífilis, a tuberculose e o tracoma, — todas ali praticamente endémicas, acima de tudo pela ausência de quaisquer infra-estruturas, ainda as mais rudimentares, que permitissem à população os mais comezinhos cuidados de higiene individual e colectiva. A este mais do que precário estado sanitário da vila se ficou devendo, em grande parte, a muito especial intensidade com que incidiu ali o surto epidémico de gripe pneumónica que grassou no País em 1918-1919.

Com efeito, nesse tempo ainda não havia em Olhão qualquer sistema de abastecimento de águas com um mínimo de condições de salubridade: porque o caudal do *Poço Velho* era então bastante escasso e, tirado apenas com uma bomba movida por um aeromotor ali colocado em 1909, mal dava para alimentar o chafariz e o bebedeiro de animais que lhe ficava fronteiro e para as regas do Jardim Público, era o *Poço das Bombas* o único que fornecia a água a toda a população e para todos os fins e essa era já suspeita

de inquinação para as autoridades; e a distribuição da água, quer domiciliária, quer para fins industriais, era feita, em vasilhame raramente primando pela limpeza e convenientemente resguardado no transporte, por aguadeiros profissionais cujo estado sanitário, não devidamente controlado, era quasi sempre o pior. Também não existia qualquer espécie de esgotos: os pluviais e os industriais faziam-se ainda, como nos primeiros tempos do povoado, por simples valetas abertas no centro das ruas, mesmo das principais, e por valas cavadas a céu aberto, em direcção aos esteiros da Ria; e os despejos domésticos faziam-se em parte para a própria via pública, em parte recolhidos diariamente pelas infectas *carroças de pipa*, que deixavam atrás de si um cheiro nauseabundo e iam tresvazando para o leito das ruas, assim engrossando o caudal sempre não pequeno das valetas imundas; e havia apenas três sanitários públicos, um mesmo encostado à fachada Sul da Igreja Matriz, dois junto dos Mercados, à beira-mar, mas porque nenhum sistema de esgotos permitia o seu escoamento conveniente, o normal era tresvasarem também para a via pública, contribuindo não pouco para a imundície desta e para empestar a atmosfera em que o povo olhanense era obrigado a respirar. A imundície das ruas fazia ainda com que estivessem enxameadas de cães vadios e a raiva fosse ali também quasi endémica.

Por outro lado, as ruas mais modernas tinham pavimento de simples terra batida e o das mais antigas, de velha calçada à portuguesa, estava de tal maneira irregular e esburacado, que se tornava intransitável, tanto mais que poucas eram as que dispunham de passeios para peões; o próprio pavimento da Avenida da República, a sala de visitas da terra, era ensaibrado, tornando-se num lamaçal intransitável durante o Inverno e num deserto de poeira ao chegar o Verão. E para além dessa Avenida e da via-férrea, por onde hoje se estende a Avenida Dr. Bernardino da Silva, era apenas a velha estrada de Quelfes, com dois velhos chalés de veraneio e dois ou três outros prédios construídos durante o período da guerra. Além de tudo isto, a iluminação pública continuava a fazer-se apenas com os pequenos candeeiros de petróleo, só acesos em noites sem lua e só nas ruas principais, e na iluminação particular, além daqueles mesmos candeeiros, predominavam as velas de estearina, não sendo raros nas casas mais pobres os candeeiros de azeite e até mesmo as arcaicas candeias; a luz de acetilene, então usada só em uma ou outra sociedade recreativa, e até a de gás de petróleo, que o Café Avenida, único existente na terra, por essa altura inaugurou, eram verdadeira coisa de pasmar para os olhanenses, como o era ainda mais a luz eléctrica, produzida por velhos motores a gasolina sempre avariados, que iluminavam apenas, e bem pior do que os candeeiros de petróleo, os pobres barracões de madeira e ferro zincado onde funcionavam os cinemas.

Esta situação, além de todos os males que acarretava para a população, era bem deprimente para Olhão, em qualquer paralelo com as restantes cidades e vilas portuguesas. Por isso preocupou muito os principais responsáveis pelo Município local durante os últimos dez anos, que não se pouparam a esforços para tentarem melhorar a situação; e é mesmo de destacar sobretudo a acção dos Presidentes da Câmara Municipal Diogo da Silva Cristina e Dr. João da Silva Nobre, o primeiro que exerceu a presidência por duas vezes, foi outras tantas Vice-Presidente e foi Vereador em todas as restantes edilidades desde 1910 a 1919. Todos esses esforços, porem, resultaram infrutíferos, por motivos alheios a vontade de quem os fazia. Nesse tempo, os olhanenses estavam de uma maneira geral desunidos e desavindos por razões exclusivamente de ordem partidária (V. Nota B) e, preocupados primordialmente em fazer vingar os pontos de vista dos partidos políticos em que militavam e em conseguir



para estes o poder local, punham os interesses pontuais e imediatos dos mesmos partidos muito acima dos interesses mediatos e permanentes da sua terra; as Vereações e respectivos Presidentes, eleitos por um partido, viam-se sistematicamente combatidos, e mesmo sabotada a sua actividade, por mais acertada e útil que ela fosse, por todos os outros partidos, que não descansavam enquanto as não descreditavam na opinião pública e as não derrotavam eleitoralmente.

Tanto assim era, que o próprio partido então maioritário no Concelho, o Partido Democrático, se viu forçado, exactamente nos últimos meses de 1922, a procurar alguém, alheio aos partidos que se digladiavam e com suficiente prestígio local não político, que pudesse congregiar de facto todos os olhanenses, qualquer que fosse a sua filiação partidária, em volta de um verdadeiro projecto municipal de saneamento e engrandecimento da sua terra. O homem nessas condições que aquele partido encontrou e que, apenas por amor da terra onde nasceu, aceitou o encargo, foi o Capitão João Carlos de Mendonça (V. Nota C); e este, eleito por maioria esmagadora do povo de todo o Concelho, nas eleições municipais desse mesmo ano de 1922, deu imediato início a uma obra que, pelo que teve de audaciosa e temerária para a sua época, pela rapidez da execução, a despeito dos poucos recursos do Município, e sobretudo pela transformação que já então operara na salubridade e fisionomia urbana da vila, o quotidiano lisboeta «Diário de Notícias» classificava, em 1928, de excepcional ou mesmo de revolucionária. Tal transformação era, porém, ainda mais nítida quando, em 1935, o Capitão João Carlos de Mendonça deixou definitivamente a presidência do Município, pois pode dizer-se que a Vila de Olhão da Restauração tinha, nessa altura, atingido também o ponto mais alto da sua vida económica, social e cultural.

## OS DOZE ANOS QUE MUDARAM OLHÃO

Não se conclua do que acima se disse que, com a entrada do Capitão João Carlos de Mendonça para a presidência da Câmara Municipal, cessou imediata e totalmente a agitação política e social que vinha caracterizando os primeiros anos do regime republicano. As greves continuaram até 1924, como vimos no capítulo anterior, e a ausência de movimentos grevistas nos anos seguintes não significa, em boa verdade, sossego dos operários, embora só cerca de trinta anos depois eles voltem a manifestar-se publicamente (V. Nota D). Em 1926 ainda se registou uma grande manifestação de protesto contra o mau cheiro produzido pelos fabricos de guano de peixe que existiam na vila e tiveram lugar três grandes comícios de objectivos puramente políticos: um no antigo Centro Republicano Dr. Magalhães Lima, que entretanto passara a chamar-se Centro Democrático, e em que foram oradores os líderes políticos locais Drs. João da Silva Nobre, Manuel de Paula Ventura e José Baptista Dias Gomes; outro no cinema Salão Apolo, em que falaram oradores vindos propositadamente de Lisboa, entre eles o Dr. José Domingos dos Santos, chefe do Partido da Esquerda Democrática, o Dr. Pestana Júnior e o Capitão Pina de Moraes; o terceiro no Cinema-Teatro, promovido por um grupo de operários olhanenses, em que usaram da palavra os militantes sindicalistas algarvios César da Silva, João Pereira Neto e José Negrão Buizel. E em Fevereiro de 1927, por ocasião do primeiro levantamento contra a Ditadura Militar, quasi um ano antes instaurada no País, alguns grupos de populares, ao que parece aliciados por

estranhos à terra, tentaram de noite assaltar e destruir vários estabelecimentos comerciais e industriais, do que foram impedidos pelas autoridades, coadjuvadas por outros populares que àqueles se opunham. O que então cessou, de facto, foi a luta dos partidos pelo Poder Municipal e a guerra às Vereações, que paralisava a actuação destas; as eleições autárquicas, que se seguiram àquelas de 1922, foram ganhas também, e de novo por maioria esmagadora, pela lista do Partido Democrático, de que fazia parte novamente o Capitão J. C. de Mendonça; e mesmo em 1926, após o movimento de 28 de Maio, quando a Ditadura Militar nomeou uma Comissão Administrativa para o Município Olhanense, não se verificou contra ela qualquer reacção da maioria dos militantes dos partidos que se opunham à mesma Ditadura, porque na presidência continuava aquele oficial e devotado olhanense e este era garantia sólida de que ali sempre e só se trabalharia a bem de Olhão.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Olhão (V. Nota E), eleita em 12 de Novembro de 1922 e empossada em 2 de Janeiro seguinte para exercício no triénio de 1923-1925, e reeleita em 1925 para exercício no triénio de 1926-1928, era constituída pelo Capitão J. C. de Mendonça, como Presidente, e por João de Jesus Ventura, Manuel Pereira Madeira, José Amândio Guerreiro Correia e João Mascarenhas de Mendonça, como Vogais. A Comissão Administrativa, nomeada pelo Governo da Ditadura Militar e empossada em 28 de Julho de 1926, era constituída pelo Capitão J. C. de Mendonça, como Presidente, e Alexandrino Rodrigues dos Passos, João Pires dos Reis, Manuel Pereira Madeira e José Amândio Guerreiro Correia, como Vogais (V. Nota F). E foram estes os homens com os quais a gerência dos negócios municipais olhanenses iniciou e percorreu a maior parte do período da história da Vila de Olhão da Restauração a que podemos chamar, sem sombra de exagero, os «doze anos que mudaram Olhão» (V. Nota G).

Ainda em 1923, verificando a edibilidade que o Município não dispunha de meios financeiros que lhe permitissem custear a parte que lhe competia na instalação de iluminação eléctrica pública na vila, resolveu que a própria Câmara se fizesse accionista da Empresa de Electricidade Olhanense, Lda., constituída dois anos antes exactamente pelo Capitão J. C. de Mendonça e que tinha já pronta a central e a rede de distribuição, e ao mesmo tempo encarregar aquela Empresa da instalação, aproveitando a título provisório os suportes e colunas que haviam servido na iluminação a petróleo; e assim foi possível, logo em Junho de 1924, inaugurar em Olhão a iluminação eléctrica pública e particular, com grande regozijo de toda a população que, nessa altura, prestou uma grandiosa e justa homenagem ao Capitão J. C. de Mendonça. E em Setembro do ano seguinte (1925), utilizando um empréstimo entretanto negociado com grande trabalho e canseiras, e caucionado pelo produto da cobrança do imposto *ad valorem* sobre o pescado ido à lota em Olhão, começam duas obras de grande vulto, de que poucas terras algarvias podiam ainda gabar-se e que iriam contribuir, mais do que nenhuma outras, para a transformação da vila: o abastecimento domiciliário de água e a rede de esgotos. Esta começou pela construção de três ou quatro grandes colectores principais, que desaguavam na Ria Formosa, e aos quais foram sendo sucessivamente ligados, no decorrer dos anos seguintes, os colectores de bairro, estes onde confluem os colectores de ruas; de tal forma que, apenas três anos depois (naquele ano de 1928 em que o maior jornal português publicava um editorial de elogio ao saneamento da vila, como já referimos), pelo menos a parte principal da terra dispunha de esgotos, que serviam não só para o escoamento das águas pluviais, mas ainda para o dos despejos domésticos e

industriais e o dos sanitários públicos (que, aliás, foram logo substituídos por outros com melhores condições de higiene, tendo sido por esta altura, mais precisamente em 1926, que se construíram os sanitários subterrâneos, no lado Sul da Igreja Matriz, que foram demolidos já em nossos dias); e volvidos outros três anos, em 1931, as infectas *carroças de pipa* deixaram de ser vistas nas ruas da vila, a vasa e a porcaria tinha desaparecido destas e o *celebrizado* mau cheiro olhanense quasi já não se fazia sentir e, se não tinha ainda desaparecido de todo (como ainda hoje, em certas épocas do ano e por motivos não muito diferentes...), isso devia-se exclusivamente aos fabricos de *guano* de peixe existentes na vila, contra os quais em 1926 se efectuara a grande manifestação de protesto, a que anteriormente nos referimos.

O problema do abastecimento de água à população, que a Câmara já tentara resolver, ou pelo menos atenuar, com a abertura, em 1922, de um novo poço (o quinto poço olhanense) na Rua Almirante Reis (antiga Rua de S. Bartolomeu), entre os locais onde terminam as Ruas de Serpa Pinto e Diogo Cristina, poço que para o efeito foi praticamente inútil, pois logo no ano seguinte (1923) uma análise da sua água mostrou-a imprópria para consumo, — foi agora começado a resolver com muito melhores resultados, tomando por base o *Poço Velho*, cuja água, devidamente analisada, foi considerada a melhor da vila; por isso, aquele primeiro poço olhanense foi aprofundado e de novo todo enrocado, junto dele se construindo um grande depósito elevado sobre fortes colunas de *cimento armado*, como se dizia na época, e alimentado por uma bomba eléctrica instalada na *casa do jardineiro*, que lhe ficava contígua, depósito no qual passaram imediatamente a abastecer-se os aguadeiros, que deixaram assim de o fazer no *Poço das Bombas*, então vedado àqueles e ao público, mas não destruído. Desse depósito elevado partiram, com vistas à distribuição domiciliária de água, as grandes condutas que alimentaram os vários ramais de bairro e de rua, os quais começaram imediatamente a ser construídos, entrando o sistema em funcionamento, para a parte baixa da vila, logo em 1926, e muito contribuindo também para o saneamento da terra, por permitir uma total modificação e considerável melhoria dos hábitos de higiene pública, e mesmo privada, dos olhanenses; e para esse depósito foi também bombeada a água do antigo *Poço das Bombas* (limpando-o convenientemente e instalando junto dele, em resguardo improvisado, uma bomba eléctrica) quando, mais tarde, pela extensão da rede de distribuição domiciliária e aumento da população, a água do *Poço Velho* se mostrou insuficiente para o consumo público e industrial (V. Nota H).

Todas estas obras de saneamento da vila, cuja parte mais importante estava praticamente terminada em 1935, foram acompanhadas de algumas medidas de profilaxia e tratamento, tomadas pela Sub-Inspeção de Saúde local (mais tarde chamada Sub-Delegação) em colaboração com a Câmara Municipal, esta que, além do mais, forneceu então àquela instalação em melhores e mais desafogadas condições do que até aí, pessoal auxiliar e material, etc.. Logo em 1929 é criado um Posto Anti-Rábico, aprovada uma postura municipal tornando obrigatórios o registo e a vacina dos canídeos (um e outra que só no ano seguinte seriam objecto de um decreto governamental e tornados obrigatórios em todo o País) e iniciada uma campanha de extermínio dos cães vadios; nos anos seguintes, vem a criação sucessiva de um Posto Anti-Variólico, de um Posto Anti-Tracomatoso e de um Dispensário de Higiene Social (profilaxia da sífilis e tratamento de doenças venéreas) e é também pedida a criação de um Posto Antituberculoso, este que, no entanto, só veio a ser inaugurado mais de trinta anos depois (1963) com o seu edifício próprio. E graças à actividade daqueles Serviços,

conjugada com as melhores condições sanitárias gerais da vila, foram gradualmente desaparecendo de Olhão as endemias que ali grassavam.

Por outro lado, à medida que se foram construindo as redes de esgotos e de abastecimento de águas, a Câmara foi igualmente, não apenas repondo os pavimentos levantados para colocação das canalizações, mas pavimentando de novo as ruas e largos antigos e construindo pavimentos de calçada à portuguesa nos que ainda o tinham apenas de terra batida, em todos construindo também passeios para peões, que dantes não havia. Além disso, ainda em 1925 remodelou completamente o Jardim junto da Estação do Caminho de Ferro e do *Poço Velho*, segundo um plano desenhado pelos pintores olhanenses Miguel Ayres e Martins Gimenez; e construiu um outro jardim, mais pequeno, com *risco* dos mesmos artistas, por detrás da Igreja Paroquial e em frente da Escola Central, no qual seria inaugurado, nesse mesmo ano e com toda a solenidade, um monumento ao poeta, orador e jurisconsulto olhanense Dr. João Lúcio (V. Nota I). No ano seguinte (1926) começa o alargamento da velha estrada de Quelfes, para além da linha férrea e até à estrada nacional (limite da Freguesia), ali construindo um passeio central, ensaibrado e limitado por lancis, e duas ruas laterais, tudo com o mesmo aspecto da Avenida da República, de que se pretendia então que fosse o seguimento, dando logo a esta nova artéria o nome de Avenida Dr. Bernardino Adolfo da Silva; em 1928 procede à rearborização de ruas, avenidas e jardins, especialmente o Jardim Público junto da Estação do Caminho de Ferro, a que se dá então o nome de João Serra (primeiro soldado olhanense morto na I Grande Guerra), colocando-se nele oito bancos artísticos, com notáveis painéis de azulejos de Mestre Jorge Colaço, alusivos uns à história de Olhão, designadamente à revolta contra os franceses e à ida do *Bom Sucesso* ao Brasil, e outros a grandes figuras olhanenses, como o Patrão Joaquim Lopes e o Dr. Estevão Afonso; em 1931 constrói e inaugura solenemente, no Largo da Igreja Matriz, que passa a chamar-se Largo da Restauração, um significativo monumento aos Heróis da Restauração de 1808, feliz concepção do arquitecto Carlos Chambers Ramos, que procurou harmonizá-lo com as características principais da arquitectura tradicional olhanense; e nesse mesmo ano inaugura, em grande cerimónia cívica, uma lápida na casa da Rua do Salá onde nasceu o grande *lobo-do-mar* olhanense Patrão Joaquim Lopes (V. Nota J).

Neste período da história local há, porém, ainda pelo menos mais três acontecimentos que, embora não sendo obra da Câmara Municipal, contribuíram também bastante para «mudar Olhão» e não podem, por isso, ficar aqui esquecidos. O primeiro é a criação, em 1927, da Junta Autónoma do Porto Comum Faro-Olhão, que passaria a ser presidida, alternadamente, pelo Presidente da Câmara Municipal de Faro e pelo Presidente da Câmara Municipal de Olhão, e a abertura à navegação, no ano seguinte, da Barra Nova daquele novo porto; e a decisão de que o *cais comercial* do Porto Comum ficaria em Faro e o *cais da pesca* ficaria em Olhão, pelo que a nova Junta Autónoma construiu logo, na praia olhanense, a leste dos Mercados, em frente do que restava do velho Moinho do Levante e dos estaleiros, um longo espigão terminado por um galpão coberto, este para nele se efectuar a Lota do Peixe, e junto de ambos um depósito elevado para água, a fim de facilitar a aguada dos barcos pesqueiros. O segundo é o aparecimento, em 1928, das primeiras carreiras de camionetas de passageiros ligando Faro e Olhão, que ainda nesse ano se estenderam a outras localidades do Sotavento algarvio, facilitando imenso as comunicações dentro do próprio Concelho de Olhão e deste com o resto do Algarve (V. Nota L). O terceiro é a inauguração, em 1930, da rede telefónica urbana de Olhão, com os seus 108 subscritores locais e a sua ligação ao resto do País, cuja importância para o



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

desenvolvimento da vila, até pelas facilidades trazidas à indústria e ao comércio, não é necessária encarecer.

## UM GRANDE CENTRO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVO

Não foi apenas sob os aspectos sanitário, urbanístico e cívico que Olhã se evidenciou durante os doze anos do *consulado municipal de João Carlos*, como por lá se lhe chamava na época. Também em outros campos, como por exemplo o cultural, o da assistência e beneficência e o desportivo, houve nesse período grandes benefícios e novos motivos de prestígio para a terra.

Com efeito, é então que o desporto começa, de facto, a fazer parte das *forças vivas* locais. Logo em Janeiro de 1923, porque o campo de futebol da Cerca de D. Maria Ventura se mostrava insuficiente, e dada a importância que o Sporting Clube Olhanense estava ganhando nas competições regionais e nacionais, começa a construção do Estádio Padinha, ainda hoje existente, numa propriedade que ficava então por detrás da *litografia nova*, junto à estrada nacional, e pertencia a João da Paz dos Reis, ou João Vinhas, como era mais conhecido (V. Nota M); e logo no ano seguinte (1924), o Sporting Clube Olhanense ganha o campeonato nacional de futebol, numa fulgurante competição sem derrotas, granjeando grande prestígio e iniciando uma carreira desportiva brilhante, que já vai hoje nos sessenta anos, e tem como poucas outras actividades chamado a atenção dos meios desportivos nacionais, e até estrangeiros, para a sua terra. Depois, em 1928, é criado o Grupo Ciclista e Excursionista Olhanense, que granjeia imediatamente muitos adeptos, sobretudo entre as senhoras, que passam a usar a bicicleta como meio de transporte ideal dentro da vila e em passeios pelos arredores; em 1929, começa a funcionar uma Escola de Ginástica, dirigida pelo Major Vasco Campos, e um grupo de entusiastas (Joaquim Quintela Emauz, Dr. Luiz Bernardino da Silva, Manuel Lisboa de Souza e Luiz Velez) fundam o Grupo Olhanense de Ténis, construindo um primeiro *court* junto da via térrea, entre a estação e a central eléctrica, em terreno cedido por esta, mas que, ainda no mesmo ano, construiria um parque próprio, com três *courts*, próximo do Estádio Padinha e à beira da estrada nacional; também em 1929 começa a praticar-se basquetebol, em especial no Ginásio Clube Olhanense, e em 1931, por iniciativa de Abílio Gouveia, é fundada a Associação de Basquetebol do Algarve, com sede em Olhã; em 1935, alguns entusiastas daquele mesmo jogo desportivo fundam o Clube Desportivo «Os Olhanenses», ainda hoje em plena e progressiva actividade; e em 1939 aparece o Grupo Naval de Olhã, instalado primeiro no que então restava do velho Moinho do Levante e mais tarde no local, junto da lota da pesca, que actualmente ocupa. No campo da beneficência e da assistência verifica-se, logo em 1922, a fundação da Associação de Beneficência Pública, que teve como primeiro Presidente José Guerreiro de Mendonça, depois substituído por João de Jesus Ventura e este mais tarde pelo Dr. Francisco Fernandes Lopes, instituição cuja única actividade consistiu em angariar donativos e com eles manter o Hospital de Nossa Senhora da Conceição; e em 1923 aparece a Associação Católica das Senhoras da Caridade, que começou por criar e manter uma Casa de Trabalho, onde acolhia 50 raparigas pobres e lhes ensinava a ler, escrever e contar e diversos trabalhos femininos, que lhes permitissem depois o exercício de uma profissão, casa que mais tarde se transformou numa escola gratuita do ensino



primário particular, mantida pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (admitindo então crianças pobres de ambos os sexos), e que, por ser paroquial, ficou mais conhecida por Escola do Padre Delgado. O que, todavia, marca relevante e indelevelmente, em tais domínios, este período da história local, é a iniciativa, partida também da mesma Associação das Senhoras da Caridade, da criação de um Asilo para Velhos, cuja primeira pedra foi lançada em 1926 e cujo primeiro pavilhão, construído com donativos de particulares (entre eles um muito avultado dos emigrantes olhanenses então ali chamados os *americanos*) e da Câmara Municipal, esta que também ofereceu o terreno, foi solenemente inaugurado em 1928 pelo Bispo do Algarve D. Marcelino António Maria Franco; asilo cuja ampliação (mais três pavilhões de dois pisos, uma oficina e uma capela) e manutenção nos anos subsequentes, alargando a sua acção também a raparigas pobres e sobretudo órfãs, não apenas de Olhão, mas de todo o Algarve, e então sob o nome de Instituto de Assistência Social de Nossa Senhora de Fátima, foi obra notável realizada exclusivamente pela dedicação sem limites e pelo trabalho incansável do Cônego Dr. António Baptista Delgado, Pároco de Olhão durante mais de quarenta anos, que por ela bem mereceu de todos os olhanenses as homenagens que, em vida e na morte, eles sem distinções lhe prestaram, e por ela igualmente recebeu, da Igreja o título de Monsenhor, e do Estado Português a Comenda da Ordem de Benemerência. Mas, não se pode deixar de registar também que, neste período, em 1929, se funda uma Delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, com intuitos de auxílio mútuo dos seus associados (V. Nota N); e que em 1930 também o Compromisso Marítimo, de que era então Juiz Cristóvão Martins Viegas, fez aprovar novos Estatutos, com vistas à concessão de mais benefícios e mais regalias aos seus associados.

Sob o aspecto cultural, registe-se em primeiro lugar o grande impulso dado quer ao ensino primário, quer ao secundário, durante esses «doze anos que mudaram Olhão». Logo em 1926, a Câmara Municipal compra por 20 contos, ao Estado (que delas se havia apoderado, após a aprovação, pelo Congresso da República, da Lei da Separação das Igrejas do Estado, em 1914), as antigas casas do pároco e do sacristão, que o Município já tinha alugado em 1912, como anteriormente dissemos, para instalar, na primeira a Escola Central e, na segunda, o Posto da Guarda Nacional Republicana, este criado no mesmo ano e que ali ainda hoje se encontra; e no amplo quintalão do edifício manda logo construir duas salas de aula, permitindo assim que nesse mesmo ano de 1926 seja aumentado o número de professores ali em serviço, mandando construir outras duas salas em 1929, o que origina novo aumento do número de docentes e, conseqüentemente, num caso e noutro, também o aumento do número de alunos. Ainda em 1926 é inaugurado o «Modern Institute of Commerce», estabelecimento de ensino particular dirigido pelo professor e publicista José de Passos Ponte, onde passam a funcionar cursos diurnos e nocturnos do ensino secundário liceal, de línguas (português, francês, inglês e alemão), de comércio, de escrituração comercial e de dactilografia; no ano seguinte (1927) é inaugurado o Colégio Restauração, dirigido por José Raimundo, com cursos de instrução primária, secundária liceal e de comércio, colégio que, a partir de 1937 e em outras instalações, mas já só com o curso secundário liceal, passa a ser dirigido pela professora Leonilde Lima Infante; e em 1949 começa a funcionar, também com o curso liceal, o Externato Dr. João Lúcio, dirigido pela sua proprietária, Dr.<sup>ª</sup> Bernardete Romeira. Mas, note-se que, apesar de ter assim passado a haver possibilidades de prosseguir estudos secundários em Olhão, neste período aumenta também muito o número de jovens olhanenses, de ambos os sexos, que frequentam o Liceu e a Escola

Comercial e Industrial de Faro, e ali se deslocam diariamente de comboio e de camioneta, número que em 1931 era já superior a 75 e em 1935 atingia os 86 (V. Nota O). E já agora registre-se também, embora não se trate propriamente de um estabelecimento de ensino, mas porque é sem dúvida uma instituição educativa e das melhores, a fundação, em 1925, do Grupo de Escoteiros de Portugal, que ainda hoje existe e que, desde então, tem realizado em Olhão uma obra educativa notável (V. Nota P). O Grupo de Escoteiros não é, porém, a única instituição juvenil com intuítos educativos e culturais que neste período surge em Olhão. Em 1927, os jovens olhanenses que frequentam o Liceu de Faro fundam o Grémio Académico, que nesse mesmo ano e nos seguintes promove conferências sobre arte, literatura e poesia, exposições de pintura, de trabalhos manuais e de labores femininos, comemorações de datas históricas, recitais de poesia e récitas de amadores teatrais, e mantém aulas de explicações de matérias do curso liceal, dadas gratuitamente pelos estudantes dos anos mais adiantados aos dos anos mais atrasados, etc. (V. Nota Q). Aliás, a actividade cultural e artística também, neste período, não se confinou na daquele clube estudantil e desenvolveu-se igualmente no palco do cineteatro Salão Apolo, nas sociedades de educação e recreio já existentes e em outras instituições, sobretudo artísticas, que se foram criando. Assim, logo em 1923, porque a Sociedade Filarmónica Fraternidade entretanto havia desaparecido, João Machado Gonçalves funda a Sociedade Filarmónica Olhanense que, sob a sua regência, ainda naquele ano inicia a sua actividade musical com um concerto na Avenida da República; e em 1925, por iniciativa do farmacêutico Aníbal Lima, que foi o primeiro presidente da sua direcção, funda-se a Filarmónica Capricho Olhanense, sob a regência do maestro António Corado, substituído em 1929 pelo maestro Eduardo Reis Carvalho, banda que o povo imediatamente baptizou de *Música Nova*, para a distinguir da anteriormente mencionada, que passou a designar por *Música Velha*. No Salão Apolo, em 1926 tem lugar uma série de recitais de canto pela grande cantora lírica Manuela Pinto Basto, do Teatro de S. Carlos de Lisboa; e no ano seguinte apresenta-se em dois espectáculos uma Companhia Russa de Bailado. No Grémio Recreativo Olhanense, iniciam-se em 1924 uns Serões Musicais, organizados e dirigidos pelo Dr. Francisco Fernandes Lopes, que iriam prolongar-se, com periodicidade variável, até ao fim de 1928, divididos em três séries: a primeira dedicada à «Música antes de Bach», a segunda à «Música depois de Bach» e a terceira à «Vida e obra dos grandes músicos»; serões em que o Dr. Lopes, coadjuvado por belíssimo grupo de músicos amadores locais, que ele próprio ensaiou e dirigiu, realizou uma notabilíssima obra de divulgação musical, que atraiu para Olhão a atenção dos meios artísticos nacionais e fez deslocarem-se àquela vila, propositadamente para ouvirem as conferências do organizador e apreciarem os seus colaboradores, algumas das figuras mais importantes e mais representativas da música portuguesa desse tempo, como por exemplo os maestros-compositores Luiz de Freitas Branco e Ruy Coelho, o maestro Pedro Blanc, a musicóloga Ema Romero, a professora e crítica musical Francine Benoit, etc. (V. Nota R). Ainda no Grémio inicia também o Dr. Lopes, em 1928, uma série de audições de música gravada, apresentando uma *grafonola* com um *diafragma* de sua invenção, que permitia uma muito maior fidelidade na reprodução sonora, e promove um recital da cantora lírica Laura W. Marques; e no mesmo ano inicia uma nova série de Serões Musicais, agora no salão da residência da professora Amélia Ferraz, esta que ilustra as conferências do organizador com a execução de trechos ao piano, série que se prolonga até ao fim de 1929, também com muito êxito.



Paralelamente a esta actividade musical, é muito intensa a actividade teatral. Este é, mesmo, o período em que Olhão vê mais e melhor teatro, de todos os géneros, e apresentado pelas melhores companhias teatrais portuguesas no Salão Apolo: em 1926 são as Companhias de Opereta do Teatro da Trindade e as Companhias de Comédia de Chabi Pinheiro e de Otelo de Carvalho; em 1927, são as de Nascimento Fernandes, Maria Matos, Fernando de Carvalho e de novo a de Otelo de Carvalho; em 1928, as de Ausenda de Oliveira, Nascimento Fernandes, Maria das Neves, Berta de Bívar, Alves da Cunha e Cremilde de Oliveira; e em 1930, a de Ilda Stichini, a quem os seus antigos companheiros do velho Grupo Filo-Dramático prestam uma grande e significativa homenagem. E é também o período do grande desenvolvimento do teatro amador, que aliás continuaria no período seguinte, ambos marcados sobretudo pelo aparecimento de revistas locais que ficaram célebres, como a «Pita e Fanga», a «Charro do Alto Peixe Gordo», a «Estás a pisar o risco» e a «Vai de Ronquion», depois ainda a «Na ponta da unha» e a «Toca a Música», em que se distinguem grandes e inesquecíveis amadores como Joaquim dos Santos Vaz (o saudoso *Vâzinho*), António Garrocho, Joaquim Nardo e Francisco Nascimento Pina, este um cantor de bela voz de tenor e excepcionais recursos, que interpretava com a mesma facilidade todos os géneros, desde a ligeira canção de revista e do fado, até aos mais difíceis trechos de ópera. Foi exactamente para a apoteose do primeiro acto da revista «Pita e Fanga», que o pianista e compositor olhanense Manuel António Casaca compôs, com letra de Francisco Pina e Antero Nobre, a célebre marcha «Viva Olhão!», que depois foi adoptada pelo povo olhanense como hino da sua terra.

Ainda no âmbito das actividades culturais não queremos deixar de registar, sobretudo pelas consequências que tiveram, três conferências realizadas no Salão Apolo durante o período que temos vindo a considerar: a de Roberto Moreton, pastor evangélico, fundador da Associação Cristã da Mocidade de Lisboa e agente da Sociedade Bíblica, que em 1926 falou sobre temas bíblicos, dando origem à primeira Igreja Evangélica Olhanense; a do Dr. Alfredo de Carvalho, professor do Liceu de Faro, que em 1928 dissertou sobre os valores turísticos e culturais algarvios e olhanenses, originando a corrente de opinião que, no ano seguinte, levaria à fundação da Associação de Defesa dos Interesses de Olhão, esta que, apesar de surgir sob a égide da Associação Comercial e Industrial, teve vida efémera; e a da escritora e poetisa Maria Ó Neill, também em 1928, sobre Espiritismo, que originou a criação, dois anos mais tarde (1930), do Grupo Espírita Olhanense Luz e Beneficência, que igualmente teve uma existência bem curta.

## UM GRANDE CENTRO ECONÓMICO E URBANO

A transformação de Olhão não parou com a saída do Capitão J. C. de Mendonça da presidência da edilidade olhanense; ela continuou para além desses «doze anos que mudaram Olhão», embora num ritmo mais lento, devido a circunstâncias várias. As Comissões Administrativas e, depois da promulgação do novo Código Administrativo em 1940, as Câmaras Municipais (V. Nota S) que geriram o Município nos três lustros seguintes, tiveram todas, sem dúvida nenhuma, a preocupação de continuar a transformar Olhão numa grande vila, que fizesse jus ao título de cidade, pelo qual muitos

olhanenses já então aspiravam (V. Nota T), mas nem sempre os caminhos que seguiram foram os mais adequados e os resultados obtidos, conseqüentemente, os mais convenientes; por exemplo, um plano de urbanização elaborado e aprovado nos anos 40, pelo que tinha de irrealista e mesmo de utópico, atrasou de alguns anos o desenvolvimento urbano e, sobretudo, a recuperação da parte mais antiga do parque habitacional, que começava a degradar-se, e provocou a imediata e irreparável destruição de algumas obras de urbanização que poucos anos antes tinham dado grande satisfação aos olhanenses, como o passeio central arborizado da Avenida Dr. Bernardino da Silva, e até permitiu que, anos depois, para construção do Palácio da Justiça (inaugurado em 1963), fosse destruído o Jardim João Serra e os formosos bancos com painéis de azulejos de Mestre Jorge Colaço. O que de útil principalmente se fez, nesses quinze anos que vão de 1935 a 1950, foi estudar, planejar e começar a realização, com o auxílio do Estado ou a expensas apenas deste, de algumas obras de grande envergadura, que adiante referiremos e que só nos princípios do decénio seguinte começariam a avultar na vida local.

No entanto, verificaram-se ainda neste período alguns outros acontecimentos, quer no domínio económico, quer nos da assistência e previdência e no da educação e cultura, que não podemos deixar de registar também aqui. Assim, logo em 1942 é criada, com sede em Olhão (e cremos que por iniciativa de olhanenses) uma Caixa de Abono de Família dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Faro, primeira instituição de previdência do seu género que existiu no País e só terminou quando foi criada uma caixa com os mesmos objectivos, mas de nível nacional; e cuja primeira direcção foi constituída pelos industriais olhanenses Luís Saias e Francisco Modesto, pelo industrial portimonense Mendes Furtado e por Germinal Sequeira, este em representação dos operários, sendo primeiro Chefe dos respectivos Serviços e seu organizador e instalador o olhanense Dr. José Gomes de Brito Barbosa. No ano seguinte (1943) e em cumprimento de legislação geral do País que vinha já de 1937, mas contra cujo cumprimento os pescadores olhanenses sempre relutaram, o Compromisso Marítimo foi transformado numa Casa dos Pescadores e esta tomou imediatamente conta do edifício do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, até aí a cargo da Associação de Assistência à Mendicidade, para lá transferindo a farmácia, o consultório e o posto de socorros do extinto Compromisso, e lá instalando escolas para os filhos dos pescadores; mas, em 1949, em face dos protestos veementes de muitos olhanenses de todas as classes, que não apenas dos pescadores, contra o que justamente chamavam utilização indevida do edifício, a Junta Central das Casas dos Pescadores resolveu adaptar uma das alas daquele a Hospital Concelhio, mantendo-lhe o nome e construindo até uma sala de operações que foi, nesse tempo, das melhores, se não a melhor, de todo o Algarve, e instituindo para esse Hospital uma Direcção privativa, da qual fazia parte o Capitão do Porto, como representante da Casa dos Pescadores, e o Presidente da Câmara Municipal, como representante do povo olhanense. A Associação de Assistência à Mendicidade ficou então apenas com um Albergue Nocturno e uma Sopa dos Pobres, que também vinha mantendo; mas para ela construiu depois a Câmara Municipal, em 1948, um belo e funcional edifício, que ficou conhecido por Refeitório dos Pobres, para onde transferiu aquelas duas instituições e foram transferidos também os velhos que se encontravam no Instituto de Nossa Senhora de Fátima, ficando este reservado às raparigas órfãs, e passando o Albergue a chamar-se Asilo dos Velhos Pobres (V. Nota V).

No domínio da cultura, é de salientar que em 1945 foi fundada e inaugurada a primeira Biblioteca Pública olhanense, uma interessantíssima iniciativa do Grupo de Escoteiros de Portugal, que reuniu alguns milhares de volumes com a ajuda de particulares e da Câmara Municipal; e que, primeiro em instalações exclusivamente a ela destinadas, num primeiro andar alugado na Rua Nova do Cruz, e depois na própria sede do Grupo, na Rua Carlos da Maia, durante mais de dez anos estimulou o gosto pela leitura na juventude olhanense (V. Nota V). Mas, sem dúvida, mais importante é o facto de, em 1948, serem inaugurados os primeiros 6 edifícios construídos propositadamente para as Escolas Primárias: 2 edifícios com 4 salas no Largo da Feira (Praínhas), outros 2 edifícios também com 4 salas na Horta da Cavalinha, e ainda mais 2 edifícios igualmente com salas junto da Estrada Nacional, próximo do Estádio Padinha (V. Nota X). E registe-se ainda a construção, no mesmo ano, de um coreto, rodeado por um espelho de água, no Jardim João Serra, onde a Sociedade Filarmónica União Olhanense (que resultara da fusão, em 1942, das duas Filarmónicas então existentes) passou a dar concertos semanais, subsidiados pela Câmara Municipal (V. Nota Y).

É de notar, porém, que toda a vasta obra de saneamento, urbanização, cultura e desporto levada a cabo de 1925 a 1950, e que temos procurado resumir no presente capítulo, só foi possível porque a prosperidade económica de Olhão foi igualmente um facto no quarto de século abrangido por esse período da história olhanense.

Em primeiro lugar, a indústria das conservas de peixe, que em Olhão se desenvolvera sobre bases inconsistentes durante a I Grande Guerra, como anteriormente dissemos, finda aquela foi-se consolidando e estabilizando, e em 1930-1950 atingia o seu máximo de rentabilidade, sem que a II Grande Guerra, entretanto sobrevinda com todas as suas consequências mundiais e nacionais, tivesse sobre ela qualquer influência, como aliás a não teve em qualquer outro sector da vida olhanense. Em 1936, primeiro ano de que se possuem estatísticas precisas e incontroversas (graças ao Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento do Algarve, que tinha a sua sede em Olhão), havia em actividade, na vila, 62 unidades fabris (37 de conservas em molhos e 25 em salmoura), que ocupavam 2.962 operários, sendo 671 homens e 2.291 mulheres; em 1940, as unidades fabris eram 64 (36 de conservas em molhos e 28 em salmoura), com 3.115 operários, dos quais 592 homens e 2.523 mulheres; e em 1950, o número de unidades fabris atingia as 65 (28 de conservas em molhos e 27 em salmoura), dando trabalho a 3.567 operários, sendo 420 homens e 3.147 mulheres. Por seu lado, a indústria da pesca, que continuara a desenvolver-se sobretudo pela modernização e melhoria dos sistemas de captação, atingiu uma rentabilidade que anteriormente nunca tivera, embora abrangendo menor número de homens e de barcos, tanto quanto nos é possível deduzir dos dados estatísticos disponíveis e que, como em outro capítulo já acentuámos, são imprecisos, por vezes contraditórios e sempre incomparáveis os de uns anos com os dos outros; segundo tais dados, em 1945, por exemplo, o número de pescadores inscritos na Capitania do Porto de Olhão era de 3.070, que utilizavam 917 embarcações, sendo 52 de motor mecânico e 865 de vela ou remos, entre as quais (segundo não já as publicações estatísticas, que são omissas a tal respeito, mas por informação de um velho armador desse tempo) as pertencentes a 11 artes das chamadas cercos, a 6 caçadas de mar alto, a 300 sacadas e a um número de traineiras que foi impossível precisar. O movimento do porto de pesca era, porém, tão grande nesse período, que em 1948 começou a ser construída, a expensas do Estado, na praia a Leste do velho Moinho do Levante e dos

estaleiros, uma grande Doca de Pesca, que ficou sendo, pela sua extensão e serviços anexos, das maiores e melhores de todo o País (V. Nota Z).

Paralelamente a este grande desenvolvimento das duas principais indústrias olhanenses, aumenta o número de estabelecimentos de outras indústrias instaladas na vila, que igualmente prosperam, bem como os mais variados ramos de comércio. Não indicamos números, porque também aqui as estatísticas não nos fornecem dados exactos (até porque, normalmente, os números das publicações oficiais referem-se a todo o Concelho, e não apenas à Vila), mas para se fazer uma ideia geral do desenvolvimento industrial e comercial de Olhão neste período, diremos que, em 1949, existiam ali: fábricas de sabão, de tintas de escrever de lacres e colas, de graxas e ceras, de gesso, de cal, de telhas tijolos e mosaicos, de pregos, de vazio (latas para conservas e respectivas chaves), de guano (adubo) de peixe, de extracção de óleo e farinação de peixe, de trituração e farinação de alfarroba de higienização e refinação de sal, de extracção e refinação de óleos vegetais (azeite e outros), de marmeladas, bolos, bolachas e confeitos, de gelados e de conservação de peixe pelo frio (congelamento), estas que eram então únicas no Algarve; fabricos artesanais de olarias e de sapatos de ourelo, galochas e cloques; oficinas de serração de madeiras e confecção de caixotaria, de serração, aparelhagem e polimento de mármore, de serralharia mecânica, de fundição de metais e ferraria, de latoaria, de reparação de automóveis, de carpintaria e marcenaria, de sapataria, de chapelaria e de alfaiataria; litografias e tipografias; estaleiros navais que construíam embarcações até mais de 100 toneladas de arqueação; armazéns de preparação de peixe de coiro (o conhecido *pexelim*, sucedâneo popular do bacalhau), com aproveitamento das peles para o fabrico de lixas e extracção de óleo dos fígados (o popular *azeite queime*), muito rico em vitaminas e por isso usado até em alguns preparados farmacêuticos; armazéns de venda de apetrechos de pesca, designadamente de redes, cabos, âncoras, chumbadas, anzóis, etc.; armazéns de venda por grosso, e para todo o Algarve, de artigos de mercearia, de azeite, de vinhos e de legumes e frutos secos; estabelecimentos de vendas a retalho de mercearias, de retrosarias, de fazendas e confecções, de calçado e chapéus, de drogas e ferragens, de relógios e artigos de ourivesaria, etc., etc.. E além de tudo isto, barbeiros e cabeleireiros, perfumistas, fotógrafos, livrarias, papelarias e tabacarias, e ainda cafés, restaurantes, pensões, bares com e sem bilhares, casas de pasto, tabernas, etc.. O movimento de investimentos industriais e transacções comerciais e os seus montantes atingiram tais níveis neste período, que não só os principais bancos portugueses passaram a ter agentes em Olhão, como o próprio Banco de Portugal ali instalou uma agência privativa; mais ainda: em 1929 é, mesmo, criado um *banco* olhanense, a Casa Bancária José Guerreiro de Mendonça, que anos mais tarde (em 1936) encerraria em condições algo desastrosas para os seus clientes.

Todo este desenvolvimento industrial e comercial, e também em parte o próprio desenvolvimento cultural e desportivo, trouxeram a Olhão, nestes anos, muita gente dos arredores imediatos da vila, de outros pontos do País e mesmo do estrangeiro, que por ali se deixou ficar para sempre, contribuindo para um considerável aumento da população. Em 1930, o número de habitantes de Olhão era já de 13.934 (mais 2.884 do que se verificara em 1920), mas dez anos depois, em 1940, subia para 15.064 e em 1950 atingia os 16.592. E, naturalmente, tão grande aumento populacional tornou indispensável um também não pequeno aumento do número de habitações, fazendo do problema habitacional um dos de mais urgente solução. Já em fins de 1939, procurando

ensaiar uma solução para tal problema, se obtivera do Estado a construção, a Oeste do Estádio Padinha, de um bairro de «casas económicas», que ficou conhecido por Bairro Operário, embora não fossem só operários a habitá-lo, e à volta do qual logo começaram a aparecer outras construções, quer para habitação, quer para fins industriais e comerciais; mas, é agora, em 1948, que se procura enfrentar o problema com maior interesse e maior preocupação de resolvê-lo, iniciando a construção de três novos grandes bairros, que só seriam inaugurados, respectivamente, em 1951, 1952 e 1955: o então chamado Bairro dos Pobres, hoje denominado Bairro 28 de Setembro, a Oeste do Bairro Operário e junto dele, construído pela Câmara Municipal e dispondo de 300 habitações de rendas módicas; o Bairro da Horta da Cavalinha, do tipo de «casas económicas», construído pelo Estado e com 100 habitações; e o Bairro dos Pescadores, construído pela Junta Central das Casas dos Pescadores a Nordeste da Doca de Pesca e dispondo de 120 casas. E é com estes bairros que começa, de facto, a grande expansão urbana de Olhão, que atirará com a vila muito para além dos limites de Freguesia, nas direcções de Pechão, Quelfes e Marim; expansão que, nos vinte anos seguintes, duplicou a área que a vila ocupava em 1950, pois à volta dos mesmos bairros e para além deles muitas outras construções foram depois surgindo e novos bairros, do mesmo tipo ou semelhantes, foram construídos, tudo isto fazendo que a população permanente subisse para 19.770 almas em 1981.

Mas, o que acontece depois de 1950 na vida olhanense é já, praticamente, dos nossos dias, podendo talvez dizer-se, por isso e usando uma expressão popular, que ainda não passou à História. Portanto, não cabe nas páginas deste nosso trabalho, a não ser nas breves referências já feitas acidentalmente ao longo do texto ou em simples notas aos vários capítulos...



## NOTAS

(A)- Estes Mercados constituíam uma velha aspiração olhanense que a Câmara Municipal vinha tentando satisfazer havia já mais de uma década. A primeira tentativa da sua construção a que se encontra referência nas actas da Câmara é de 1902, ano em que a edilidade aprova o projecto respectivo, sob proposta do Padre Francisco Inácio dos Reis, ao tempo Presidente do Município; a última é de 1912, ano em que a Câmara resolve pedir um empréstimo de 50 contos para pagar as despesas da mesma construção. É esta última resolução que tem seguimento em 1914-1915, graças sobretudo ao interesse e aos esforços de Diogo da Silva Cristina então Presidente da Câmara Municipal.

(B)- Logo em 1912, dois anos apenas depois da Implantação da República em Portugal, os republicanos portugueses desentenderam-se e desuniram-se, dando origem a três partidos: um, que continuou a chamar-se Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa; outro, que adoptou a designação de Partido Republicano Evolucionista, sob a presidência de António José de Almeida; o terceiro com o nome de Partido da União Republicana, presidido por Brito Camacho. Mais tarde, em 1920, uma nova cisão no Partido Democrático deu origem a um quarto partido: o Partido Republicano Reconstituente, chefiado por Álvaro de Castro; e depois, em 1925, mais uma cisão no mesmo Partido Democrático, deu ainda origem ao Partido Republicano da Esquerda Democrática, chefiado por José Domingos dos Santos. Estas cisões repercutiram-se naturalmente de Norte a Sul do País, inclusive em Olhão, onde os republicanos locais se dividiram por todos aqueles partidos, embora o Partido Democrático fosse sempre eleitoralmente maioritário. E nos anos especialmente referidos no passo do texto a que a presente nota se reporta naturalmente os republicanos olhanenses lutavam, não já apenas contra os Partidos Monárquico e Católico, entretanto igualmente constituídos e que contavam também com alguns adeptos no Concelho, mas igualmente uns contra os outros pela conquista da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia para os partidos pelos quais estavam divididos.

(C) - O olhanense Capitão João Carlos de Mendonça era um monárquico que, em 1910, deixara o Exército para não servir o novo regime político e regressara então à sua terra natal para alheio a toda a actividade política, se entregar à administração das suas propriedades e ao comércio e indústria, granjeando rapidamente grande prestígio entre os conterrâneos de todos os sectores ideológicos, pela sua forte personalidade, carácter ímpoluto e grande sociabilidade. Preocupado sempre com o progresso e bem-estar da sua terra e ante o malogro das porfiadas tentativas e insistentes diligências oficiais, feitas a partir de 1911, pelas Câmaras Municipais presididas por Diogo da Silva Cristina e Dr. João da Silva Nobre, no sentido de dotar Olhão com iluminação eléctrica, meteu ombros a essa tarefa como simples particular, que então era; primeiro, andando praticamente de porta em porta a recolher apoios e ajudas financeiras dos seus conterrâneos, até os de mais modestos recursos económicos, depois comprometendo a sua própria fortuna pessoal no empreendimento, constituíra em 1921 a Empresa de Electricidade Olhanense, Lda. e, nos começos de 1922, iniciara a construção de uma central eléctrica junto da estação dos caminhos-de-ferro e da instalação das redes de distribuição para particulares e para iluminação pública. E o êxito desta sua nova iniciativa, naturalmente, fizera aumentar o seu prestígio e granjeara-lhe a simpatia e o apoio dos olhanenses praticamente de todos os partidos. A Empresa de Electricidade Olhanense transformou-se em 1936 na Aliança Eléctrica do Sul, a maior empresa que até hoje existiu com sede em Olhão, pois a sua actividade estendeu-se a quasi todo o Algarve e ao Baixo Alentejo.

(D)— Com efeito, nos anos que se seguiram a 1924, todos os movimentos operários olhanenses *morreram à nascença*, não só pelas razões porque nesses anos eram difíceis todos os movimentos operários no País, mas ainda, ou principalmente, porque os armadores e industriais olhanenses, como pessoalmente podemos testemunhar e muito bem o observou Marino Coelho num seu notável trabalho de investigação sociológica sobre Olhão, estiveram sempre a par do que se passava em todas as reuniões dos seus trabalhadores, até nas clandestinas ou sobretudo nestas, graças a vários e peculiares estratagemas, por isso conseguindo sempre, *a tempo*, fazer gorar os seus projectos. Depois daquele ano, para além de algumas tentativas sem consequências, só se registaram os seguintes movimentos grevistas em Olhão: no ano de 1955, greve geral dos pescadores; em 1969, greve dos operários conserveiros; em 1970, greves dos pescadores de sardinha. Depois destes anos não possuímos dados com um mínimo de exactidão.

(E)— Durante os primeiros anos do regime republicano, a forma de eleição, a constituição, a duração do mandato e o funcionamento das Câmaras Municipais sofreram várias e sucessivas alterações; no ano de 1922

a que a presente nota se reporta, os cidadãos eleitores elegiam directamente 15 Vereadores, os quais, por sua vez elegiam os que, de entre eles próprios, desempenhariam os cargos de: Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Câmara Municipal e Presidente e Vogais da respectiva Comissão Executiva. Era a esta Comissão Executiva, no entanto, que vulgarmente se chamava Câmara Municipal e era o seu Presidente que era conhecido como Presidente da Câmara; os Vereadores que não tinham sido eleitos para a Comissão Executiva constituíam o que vulgarmente se designava por Senado Municipal, assembleia com funções muito parecidas às das actuais Assembleias Municipais. O Senado Municipal que elegeu e empossou, em Janeiro de 1923, a Comissão Executiva presidida pelo Capitão J. C. de Mendonça, tinha como Presidente Francisco José Pereira, como Vice-Presidente João Martins da Quinta e como Secretário João da Costa Pereira e dele faziam também parte João de Souza Ferradeira, Emídio Pedro Rolão, Manuel Domingos da Quinta, João Manuel do Nascimento, João Martins Sena, Joaquim Guerreiro Morgado, Francisco Ramos Soares e Rafael Jesus Estevão; e o que, em 1925, reelegeu a mesma Comissão Executiva era constituído por António Rodrigues Carrajola, como Presidente, João Martins da Quinta, como Vice-Presidente, João da Costa Pereira, como Secretário, e por João de Souza Ferradeira, Manuel Domingos da Quinta, Apolinário Neto Soares, Joaquim Mendonça Ramirez, Manuel José André, Rafael de Jesus Estevão, Francisco Ramos Soares e Joaquim Guerreiro Morgado.

(F) — Anote-se que a Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura Militar, embora continuando a ser presidida, até Outubro de 1935, pelo Capitão João Carlos de Mendonça, sofreu várias remodelações, a saber: em Novembro de 1929, passou a ter como Vogais Domingos Morgado Alves, João dos Reis Honrado, Domingos da Cruz Gonçalves e Joaquim de Souza Neto; em Junho de 1932, entra para a Comissão, como Vogal, Francisco Ramires Martins, que sai em Novembro de 1933, conjuntamente com Domingos da Cruz Gonçalves, para entrarem Vasco Gillot Marinho e Augusto de Carvalho Pessoa; em Janeiro de 1935, todos os Vogais são substituídos pelo Dr. Fernando Pinha Morales e por José de Souza Honrado e João dos Santos da Graça Caboz, como efectivos, e Venceslau Baptista Fernandes, Joaquim Duval Estrela Pestana, Armando José Amâncio, Salvador da Cruz Mendes e Joaquim Manuel de Mendonça, como substitutos. Foi a Comissão Administrativa remodelada em 1929 que recebeu nos Paços do Concelho o Presidente da República General Óscar Fragoso Carmona, quando ele em 1932 visitou Olhão, cuja população lhe dispensou caloroso acolhimento.

(G) — Anote-se que, desde Novembro de 1931 a Junho de 1933, o Capitão J. C. de Mendonça desempenhou as funções de Governador Civil do Distrito de Faro (para que foi escolhido pelo alto prestígio que já lhe granjeara a sua obra no Município de Olhão), mas sem que tenha sido demitido da Presidência da Câmara Municipal da sua terra, onde apenas foi substituído por um «Vice-Presidente em exercício». Durante esse tempo, exerceram as funções de Vice-Presidente sucessivamente os Vogais da Comissão Administrativa Domingos da Cruz Gonçalves, Joaquim de Souza Neto, Dr. Pinha Morales e Joaquim Duval Estrela Pestana; mas na maior parte das reuniões daquela Comissão esteve presente o Capitão J. C. de Mendonça, que não só tomou parte nos trabalhos mas assinou as respectivas actas. O último daqueles Vice-Presidentes, Joaquim Duval Estrela Pestana, foi depois nomeado Presidente da Comissão, quando o Capitão J. C. de Mendonça, por motivo de doença, pediu a sua exoneração, em Outubro de 1935.

(H) — O *Poço Velho*, o *Poço das Bombas* e o *Poço da Rua Almirante Reis*, bem como o depósito elevado junto do primeiro, já hoje (1984) não existem; os primeiros foram tapados e o último foi demolido depois de concluída uma nova e mais completa rede de abastecimento de água à vila, começada no ano de 1953 e alimentada por vários poços (ou furos) artesianos, abertos todos eles nos Sítios do Brejo e de João de Ourém, nos arredores imediatos de Olhão, e por depósitos construídos junto dos mesmos poços. O primeiro poço (ou furo) do Brejo foi, mesmo, aberto antes de começada a nova rede, quando se verificou que o depósito elevado junto do *Poço Velho* não podia fazer chegar a água à parte alta da vila e, tendo-se construído nesta outros depósitos, se verificou também que a água daquele poço e do *Poço das Bombas* não era suficiente para tantos depósitos; a água do Brejo foi, assim, inicialmente destinada à parte alta da vila. Foi só depois de concluída a nova rede de distribuição de água (em 1955), abrangendo toda a vila, que desapareceram de vez os tradicionais e típicos aguadeiros.

(I) — O monumento ao poeta João Lúcio na sua terra natal foi construído por subscrição pública, aberta não só naquela, mas também em outras localidades algarvias, e com um valioso donativo da Câmara Municipal de Olhão. A iniciativa partiu do Juiz de Direito Dr. Luiz Maria de Souza Horta e Costa, do Notário Dr. Henrique da Cruz Gomes e do Advogado Dr. Domingos Agostinho de Souza Martins, que a anunciaram em 1921 numa



sessão pública efectuada na Sociedade Recreativa Olhanense, durante a qual o Dr. F. Fernandes Lopes pronunciou uma notável conferência sobre o poeta; mas a Comissão depois encarregada de angariar donativos para o monumento foi constituída pelos Drs. Luiz Horta e Costa, João da Silva Nobre, Domingos Souza Martins, Manuel de Paula Ventura, Henrique da Cruz Gomes e Mário Rodrigues Português e ainda por José Gaspar e José Guerreiro de Mendonça. O monumento, trabalho pouco feliz do escultor Francisco Santos, foi inaugurado na presença de mais de dez mil pessoas de todos os pontos do País, sendo o elogio do poeta pronunciado pelo grande mestre da língua portuguesa Dr. Agostinho de Campos.

(J) — A lápide colocada em 1931 na casa onde nasceu o Patrão Joaquim Lopes, na Rua do Salá (que a partir de então passou a ter o nome daquele herói olhanense), foi custeada por uma subscrição aberta, nas colunas do jornal «Correio Olhanense», entre os olhanenses residentes em Lisboa, por iniciativa de António dos Santos Coelho, que depois fez parte da Comissão que deu corpo à iniciativa com José de Souza Ferradeira e Antero Nobre, ao tempo respectivamente Director e Secretário da Redacção daquele jornal. A ideia inicial era levar avante, naquela oportunidade, a iniciativa de erecção de um monumento, lançada também no «Correio Olhanense» em 1923, pelo então Tenente Francisco Dentinho, que para o efeito chegou a abrir uma subscrição entre os emigrantes olhanenses nas Américas do Norte e do Sul; mas aquela Comissão não conseguiu na altura os apoios indispensáveis para isso, como o não conseguiu mais tarde, já nos anos cinquenta, uma outra Comissão de que fizeram parte a Dr.<sup>a</sup> Maria Odete Leonardo da Fonseca, Arnaldo Martins de Brito e Antero Nobre. Foi a Câmara Municipal de Olhão presidida por Alfredo Ferro Galvão que, em 1968 construiu e inaugurou o monumento que Olhão devia ao Patrão Joaquim Lopes, colocando-o no Jardim à beira-mar, que na mesma altura também construiu a Leste dos Mercados e hoje tem o nome do glorioso *lobo-do-mar* olhanense.

(L) — A primeira carreira de camionetas de passageiros entre Faro e Olhão foi estabelecida em 1928 pela empresa «A Transportadora Algarvia», de Faro. Mas ainda nesse mesmo ano, aparecem as primeiras duas empresas olhanenses e uma moncarapachense a estabelecer também carreiras: Vargas, Quintas & Silva e Manuel de Carvalho & João Simões, de Olhão, com carreiras entre esta vila e Faro; e Neto, Matias & Nascimento, de Moncarapacho, com carreiras entre esta aldeia, Fuzeta, Olhão e Faro. No ano seguinte (1929) surgem mais quatro empresários camionistas olhanenses com carreiras entre Faro e Olhão: Raul de Figueiredo (o popular *Tamanqueiro*, jogador famoso do Sporting Club Olhanense), Damaso & Correia, Angelino Sérgio e Carlos Xavier & João Matamouros; e outros mais surgem em 1930, transformando Olhão num dos dois maiores viveiros de camionistas do Algarve, como lhe chamou Aníbal Guerreiro no seu recente e magnífico trabalho sobre a História da Camionagem Algarvia. Mas ainda em 1930, os camionistas olhanenses juntam-se numa espécie de sociedade cooperativa, a Empresa Transportadora Olhanense, que parece não ter tido êxito; realmente em 1932, de todos os camionistas do Concelho de Olhão existentes naquele ano e surgidos depois, restavam em actividade apenas Joaquim Pereira Neto, de Moncarapacho, e Manuel Canas, da Fuzeta. Em 1941 fundou-se, com sede em Olhão, a Empresa Rodoviária do Sotavento do Algarve, constituída pela Empresa de Viação Algarve, Lda. (EVA), de Faro, pelos moncarapachenses José Joaquim Pereira Neto e António Gago do Nascimento e pelo olhanense Sebastião Manuel Coelho, empresa que chegou até aos nossos dias e contribuiu de maneira decisiva para facilitar as comunicações da vila de Olhão com todo o resto do Algarve e até com o resto do País.

(M) — Para a construção do *Stadium Padinha*, como então se lhe chamou, constituiu-se, em Janeiro de 1923 (mas só foi legalizada por escritura pública de 20 de Outubro do mesmo ano), uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o capital inicial de 150.000\$00, dividido em acções de 100\$00 cada uma, que foram postas à subscrição pública; os organizadores dessa sociedade, seus principais accionistas e primeiros directores, foram: Manuel Sebastião Júnior, Joaquim Francisco da Silva Brito Cândido do Ó Ventura, Carlos José Cavaco, João de Jesus Ventura, Joaquim José Fernandes, José de Aragão Barros, Manuel de Jesus Santos, José Zeferino Costa e Sebastião Botelho. Só muito mais tarde, depois de várias peripécias mais ou menos conflituosas com os proprietários do terreno, é que o Estádio passou a ser propriedade do Sporting Club Olhanense. Vem a propósito registar que o nome do Estádio foi escolhido em homenagem ao grande atleta olhanense Francisco Padinha, célebre pela sua excepcional robustez e que, nos anos 10 deste século, em representação do Ginásio Clube Português (de que também foi director), ganhou vários anos o campeonato nacional de levantamento de pesos, tendo batido vários recordes nacionais e um recorde mundial, e fez parte da equipa de luta de tracção à corda do Sporting Club de Portugal que, durante três épocas consecutivas, naqueles mesmos anos, ganhou os respectivos campeonatos nacionais sem uma única derrota.

(N) — Esta primeira Delegação da Liga, que então se chamava dos Combatentes da Grande Guerra e durante a chamada Guerra Colonial passou a ser designada apenas por Liga dos Antigos Combatentes, foi constituída por 50 naturais e residentes no Concelho de Olhão que tinham combatido em África e na Flandres, e teve como Presidente Alexandrino Rodrigues dos Passos, cirurgião-dentista e antigo oficial miliciano, e por Secretário o antigo sargento José Nobre Romão, Ajudante da Conservatória do Registo Civil. A segunda e hoje existente Delegação da Liga foi fundada em 1966, por cerca de 60 olhanenses sobreviventes ainda da I Grande Guerra, mais quatro ou cinco que estiveram mobilizados nas Ilhas Portuguesas do Atlântico durante a II Grande Guerra e por cerca de 50 antigos combatentes nas ex-colónias portuguesas de África; e teve como primeiro Presidente Alfredo Timóteo Ferro Galvão, antigo oficial miliciano, e como Secretário Vítor Manuel Mendes, que é o actual Presidente.

(O) — Não nos foi possível obter números sobre a frequência de jovens olhanenses no Liceu e Escolas de Faro depois de 1935. E a existência de ensino secundário oficial em Olhão, velha aspiração do povo olhanense, só veio a ser realidade muito mais tarde, com a criação, em 1962, da Escola Industrial, que naquele mesmo ano entrou em funcionamento, instalada a título provisório nos edifícios das Escolas Primárias do Largo da Feira (Praínhas); as instalações próprias da Escola só foram construídas em 1973-1974, nuns terrenos a Poente da Avenida Dr. Bernardino da Silva, com acesso por esta Avenida. O ensino oficial preparatório para o ensino secundário, esse só começou com a criação, em 1968, da Escola Preparatória Dr. Paula Nogueira, que no mesmo ano começou a funcionar a título provisório também nos edifícios das Escolas Primárias do Largo da Feira, passando em 1974 para um edifício próprio, construído por detrás do Bairro 28 de Setembro, com acesso pela estrada de Pechão, esta que é hoje já uma autêntica nova avenida da vila.

(P) — O Grupo de Escoteiros de Portugal, que primeiro teve o n.º 10 e depois o n.º 6, que ainda hoje conserva, da Associação dos Escoteiros de Portugal e aí pelos anos 30 e 40 foi considerado o melhor de todo o País, foi fundado em Janeiro de 1925, após a visita àquela vila de uma patrulha do Grupo n.º 1, de Lisboa, que fez uma demonstração escotista no cineteatro Salão Apolo, a ilustrar uma conferência do olhanense Joaquim Amâncio Salgueiro Júnior, que ao tempo residia na capital e fazia parte da Direcção Nacional da referida Associação. A Comissão Organizadora deste Grupo foi constituída por João Trigueiros, Luiz Velez, tenente Francisco José Dentinho e Humberto Martins (antigo escoteiro do Grupo n.º 1), que então residia em Olhão e era desenhador numa das litografias ali existentes, e António Máximo dos Santos; o primeiro Chefe do Grupo foi João Trigueiros, a quem sucedeu António Máximo dos Santos e depois Francisco Militão dos Santos. Anote-se nesta oportunidade que actualmente, além daquele Grupo, existem também em Olhão: um Agrupamento do Corpo Nacional de Escutas (escoteiros católicos) e uma Companhia da Associação das Guias de Portugal (escoteiras católicas).

(Q) — Este Grémio Académico constituiu uma reacção dos estudantes olhanenses do Liceu de Faro, que se sentiam de certo modo discriminados pela Associação Académica do mesmo Liceu. A sua primeira Direcção foi constituída pelos então estudantes liceais Antero Nobre (presidente), José Gomes de Brito Barbosa (secretário) e Joaquim José dos Reis Júnior (tesoureiro) e teve a sede em casas alugadas, primeiro na Rua João de Deus, depois na Rua que hoje se chama Capitão João Carlos de Mendonça. Na sessão inaugural da sua actividade falaram, além do estudante presidente da Direcção, o professor Dr. F. Fernandes Lopes, o advogado olhanense Dr. Manuel de Paula Ventura, e o estudante liceal Alberto Iria, este que dissertou sobre João de Deus, patrono do Grémio.

(R) — Não foi apenas *gente grada* da música portuguesa que veio a Olhão, atraída pela personalidade e pela obra do Dr. F. Fernandes Lopes; muitas outras figuras grandes da vida artística e intelectual portuguesa da época e até estrangeiros notáveis nos domínios das ciências, da filosofia e da literatura, vieram então àquela vila, *pela mão*, digamos assim desse ilustre olhanense. Pode mesmo dizer-se que o papel desempenhado no período anterior da história olhanense pelo poeta e jurisconsulto Dr. João Lúcio, é desempenhado neste período pelo Dr. F. Fernandes Lopes, quer no que respeita à promoção cultural de Olhão, quer quanto ao prestígio desta vila no País inteiro. Doutor (e não apenas licenciado) em Medicina, filósofo, professor, investigador e historiógrafo, musicólogo e musicógrafo, antigo membro da *Renascença Portuguesa* e colaborador da revista *Águia* na sua primeira fase, depois membro do movimento da *Seara Nova* e colaborador da respectiva revista, colaborador também das mais importantes revistas científicas e literárias portuguesas e francesas, o prestígio por tudo isso granjeado nos meios intelectuais portugueses reflectia-se



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃ

na sua terra natal, pois naqueles e pelos seus mais altos expoentes era normalmente conhecido por «Dr. Lopes de Olhão».

(S) - Com o novo Código Administrativo posto em vigor a título experimental em 1939 e promulgado definitivamente em 1940, desapareceram as Comissões Administrativas Municipais estabelecidas em 1926 e que, aliás, tinham carácter meramente transitório. As Câmaras Municipais passaram então a ser constituídas por um Presidente e um Vice-Presidente, ambos escolhidos e nomeados pelo Governo, e por um número de Vereadores variável com a categoria do Concelho (no caso de Olhão eram seis), estes eleitos de quatro em quatro anos por um Conselho Municipal (cujas atribuições; além dessas; eram praticamente as das actuais Assembleias Municipais) formado por: quatro representantes das Juntas de Freguesia, um representante das Misericórdias, um representante das delegações concelhias das Ordens dos Advogados, Médicos e Engenheiros, dois representantes das secções concelhias dos Sindicatos Nacionais, um representante das Casas do Povo e outro das Casas dos Pescadores, três representantes dos Grémios ou outras entidades patronais, sendo obrigatoriamente um do Grémio da Lavoura, onde ele existisse.

(T) - Foi em 1924, quando Vila Nova de Portimão foi elevada a cidade por motivos meramente políticos (ter ali nascido o então Presidente da República Manuel Teixeira Gomes), embora disfarçados com outras justificações, que em Olhão surgiu o primeiro grande movimento reivindicativo de igual categoria, com a alegação verdadeira de que as condições não eram diferentes nas duas localidades e, mesmo, se algumas diferenças realmente existiam, essas eram todas mais favoráveis aos olhanenses do que aos portimonenses. A Imprensa local chegou a agitar a questão numa larga campanha e os partidos políticos a mexerem-se a favor de Olhão; mas alguns olhanenses menos esclarecidos, ou mais timoratos, puseram então a correr entre a população que, se Olhão fosse elevada a cidade, os olhanenses passariam a pagar mais e maiores contribuições e impostos, o que evidentemente não era verdade, mas conseguiu fazer com que o movimento se desvanecesse antes de colher quaisquer resultados. Em 1971, agora com novas e mais sólidas razões, voltou essa nunca desaparecida aspiração de muitos olhanenses a dar sinal de si, a propósito da elevação a cidade de outras vilas do País, tendo mesmo um deputado algarvio chegado a levantar o assunto na Assembleia Nacional. São estes, portanto, os antecedentes do movimento para elevação de Olhão a cidade, que está presentemente (1984) em curso e se espera tenha, finalmente, resultado favorável.

(U) — Esta Associação de Assistência à Mendicidade era a antiga Associação de Beneficência Pública, a que anteriormente fizemos referência. Mudara de nome e mesmo de organização em 1935, para poder tomar conta também do Albergue Nocturno para pobres de passagem e da Sopa dos Pobres, que haviam sido fundadas em 1926 e 1929, respectivamente, pela Junta da Freguesia de Olhão, mas esta não conseguia manter; e é justo lembrar aqui o nome de Roque Luiz Féria Ponce, que presidiu à direcção associativa nesta fase da sua existência e desenvolveu depois grande actividade na reivindicação do edifício do Hospital para o fim específico a que fora destinado pelo Compromisso Marítimo, que o construía. Em 1952, a Associação entregou a responsabilidade da manutenção e administração do Asilo e do Refeitório à Santa Casa da Misericórdia de Olhão, passando a contribuir para esta com todas as suas receitas, como compensação por aquele encargo; a Santa Casa da Misericórdia fora fundada naquele mesmo ano de 1952, por iniciativa do seu primeiro provedor, Antero Nobre, este a quem sucederam no cargo continuando os trabalhos de organização e instalação, José Reis Silva, Dr. José Gomes de Brito Barbosa e Manuel Sebastião, o último a cuja actividade se ficou devendo a sobrevivência e a consolidação da instituição. A Santa Casa da Misericórdia de Olhão mantém igualmente uma Creche-Lactário ou Instituto de Assistência Social, em edifício próprio, que é sem dúvida um dos melhores do seu género não só no Algarve, mas todo o País; edifício que ela própria mandou construir em 1954, com a comparticipação do Estado e um vultuoso donativo do olhanense José dos Santos Rufino, havia muitos anos radicado em Moçambique.

(V) — A segunda biblioteca pública a aparecer em Olhão foi a Biblioteca Fixa n.º 5 da Fundação Gulbenkian, que ainda hoje existe, contém presentemente cerca de 6.000 volumes e, pela qualidade destes, constitui um precioso auxiliar para os estudantes olhanenses de todos os graus de ensino, incluindo o superior; inaugurada em 1959 numa dependência dos Paços do Concelho, para o efeito cedida pela Câmara Municipal, passou em 1960 para um primeiro andar na Rua do Comércio, mas com entrada pela Rua da Soledade. A terceira biblioteca pública olhanense é a Biblioteca-Museu Municipal, instalada no rés-do-chão dos Paços do Concelho, mas com entrada privativa pelo Largo Martins Mestre e inaugurada em 1983; esta biblioteca

constitui uma velha aspiração olhanense, a que várias edilidades tentaram dar satisfação, sobretudo a partir de 1948, mas que só pôde ser concretizada agora, pela Câmara Municipal presidida por João Bonança.

(X) — Depois dos edifícios referidos no texto a que a presente nota se reporta e inaugurados em 1948, foram construídos ainda outros também para as Escolas do Ensino Primário. Em 1951 foram inaugurados: 1 edifício de 4 salas no Bairro dos Pescadores e 2 edifícios (1 de 4 salas e 1 de 2 salas) no Bairro dos Pobres (actual Bairro 28 de Setembro); e dez anos depois, em 1961, foi inaugurado mais 1 edifício de 8 salas no Largo da Feira (Praínhas). Assim, em 1983 havia na vila de Olhão 10 edifícios escolares, com o total de 42 salas de aula; e nelas, 75 professores leccionavam 1.968 alunos de ambos os sexos, em turmas de 26 a 27 alunos cada uma.

(Y) — Esta grande Doca de Pesca, começada a construir em 1948 e concluída já depois de 1951, está presentemente (1984) a ser objecto de obras de ampliação para cerca do dobro da sua área primitiva, devido ao aumento que ali se tem verificado no movimento de embarcações pesqueiras, quer do porto de Olhão, quer vindas de outros portos do Algarve. Entretanto foram construídos junto dessa doca, e inaugurados em 1962, edifícios próprios, modernos e funcionais, para: a Capitania do Porto (que até aí funcionara sempre em várias casas alugadas e situadas à beira-ria); a Delegação Aduaneira (a que o povo continua a chamar Alfândega e desde a criação desta funcionava num grande edifício do actual Largo Patrão Joaquim Lopes, que, pelo menos até há pouco tempo, pertencia aos herdeiros do Dr. João Lúcio); o quartel da Guarda-fiscal (que anteriormente funcionou sempre numa casa alugada na Rua que se chamou dos Mercadores e hoje se chama de Teófilo Braga); e a Lota de Pesca, sendo este amplo edifício situado no próprio cais da doca. Anote-se também, e a propósito, que tendo Olhão sido inicialmente a sede de uma Secção da Guarda Fiscal pertencente à Companhia sediada em Faro, é presentemente sede da própria Companhia, que para aqui foi transferida há dois ou três anos

(Z) — Neste período, com maior precisão em 1949, deu-se ainda um acontecimento que, embora não cabendo em nenhuma das rubricas no texto especificadas, não pode ficar sem uma simples referência, ao menos por ter acabado com o triste, degradante e deseducativo espectáculo dos presos em *exposição* às janelas gradeadas da cadeia local, instalada desde 1876 no rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho e mesmo ao lado da entrada principal destes: a construção pelo Estado, naquele ano e nuns terrenos a Poente do troço Norte da Rua Almirante Reis de um edifício próprio para a Cadeia Comarca, reunindo todos os modernos requisitos dos estabelecimentos prisionais da sua categoria. E já agora, registre-se também que, no rés-do-chão dos Paços do Concelho onde estava a cadeia, instalou-se no ano seguinte (1950) o Posto da Polícia de Segurança Pública, até então em casas alugadas na mesma rua, ali se conservando depois até à inauguração, em 1974, de um edifício próprio para a Esquadra de Polícia em que o Posto foi transformado, edifício começado a construir dois anos antes em frente da Ria, na Avenida 5 de Outubro, do lado da Barreta. No rés-do-chão que, assim, foi cadeia e depois posto policial, instalou-se em 1981 a Junta da Freguesia de Olhão, que por isso abandonou o primeiro andar, na parte de trás da Igreja Paroquial, onde desde sempre estivera.

.



APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

**<http://www.olhao.web.pt>**

**Olhão, 2008**